



R E L A T Ó R I O

**VIOLÊNCIA CONTRA OS  
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

DADOS DE 2010







ISSN 1984-7645

# RELATÓRIO

# VIOLÊNCIA CONTRA OS

# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

DADOS DE 2010

APOIO



Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



PRESIDENTE  
Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO  
SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314  
CEP 70.393-902 - Brasília-DF  
Tel: (61) 2106-1650  
Fax: (61) 2106-1651  
[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

## **Relatório** **Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2010**

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA  
Lúcia Helena Rangel – Doutora em Antropologia – PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS  
Regionais do Cimi e Setor de documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS  
Eduardo Holanda, Leda Bosi, Marline Dassoler Buzatto e Marluce Ângelo da Silva

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS  
Lúcia Helena Rangel e Setor de Comunicação do Cimi

SELEÇÃO DE IMAGENS  
Aida Cruz

EDIÇÃO  
Setor de Comunicação do Cimi

REVISÃO  
Leda Bosi e Cleymenne Cerqueira

DIAGRAMAÇÃO  
Licurgo S. Botelho

### **Capa**

Fotomontagem – Menino Guarani Kaiowá durante retomada da Terra Indígena Kurusu Ambá, no Mato Grosso do Sul - Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi • Menino da comunidade Ita'y Ka' Aguyrusu (MS), que aguarda demarcação de sua terra tradicional acampada à beira de estrada - Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

“ Com este relatório o Conselho Indigenista Missionário quer mais uma vez afirmar seu compromisso com os povos indígenas no Brasil, na defesa de sua dignidade e de seus direitos inalienáveis e sagrados ”

*Dom Erwin Kräutler*

Foto: Eden Magalhães/Arquivo Cimi



*O rio Xingu, ameaçado pela hidrelétrica de Belo Monte, é fonte de vida para diversas populações tradicionais*

Em 2010, o governo ignorou constantemente os povos indígenas, seus apelos, seus protestos, seus projetos de vida. Atropelou os seus direitos e tem falhado na proteção de suas comunidades. Belo Monte, alicerçada na ilegalidade, na força e na negação de diálogo com as populações atingidas, é talvez o mais emblemático, mas apenas um entre tantos casos.

# SUMÁRIO

<b>As cruzes permanecem erguidas, mas a utopia do Bem Viver persiste</b> .....	7
Dom Erwin Kräutler – <i>Bispo da Prelazia do Xingu (PA) e Presidente do Cimi</i>	
<b>Apresentação</b>	
<b>A quem responsabilizar pelas violações dos direitos indígenas no Brasil?</b> .....	9
Roberto Antonio Liebgott – <i>Vice-Presidente do Cimi</i>	
<b>Introdução</b>	
<b>Tudo continua igual?</b> .....	13
Lúcia Helena Rangel – <i>Antropóloga / PUC/SP</i>	
<b>Artigos</b>	
<b>Responsabilidade penal e situação carcerária indígena no Brasil: Uma realidade a ser desvelada</b> .....	16
Rosane Lacerda – <i>Doutoranda em Direito pela UnB e pesquisadora em Direito Indígena</i>	
<b>Consideração sobre o orçamento indigenista federal</b> .....	21
Ricardo Verdum – <i>Antropólogo, assessor de Políticas Públicas no INESC</i>	
<b>IIRSA e PAC: ameaças e conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia brasileira</b> .....	23
Guilherme Carvalho – <i>Educador, membro do Programa Urbano da FASE Amazônia</i>	
<b>Capítulo I – Violência contra o patrimônio</b>	
Omissão e morosidade na regularização de terras .....	39
Conflitos relativos a direitos territoriais.....	53
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio .....	55
<b>Capítulo II – Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público</b>	
Assassinatos .....	63
Tentativa de assassinato .....	73
Homicídio culposo .....	76
Ameaça de morte .....	79
Ameaças várias .....	80
Lesões Corporais Dolosas .....	82
Abuso de poder .....	85
Racismo e discriminação étnico cultural .....	86
Violência Sexual .....	89
<b>Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público</b>	
Suicídio e tentativa de suicídio .....	93
Desassistência na área de saúde .....	97
Morte por desassistência à saúde.....	107
Mortalidade infantil .....	110
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas.....	113
Desassistência na área de educação escolar indígena.....	115
Desassistência geral .....	119
<b>Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato</b>	
A situação desesperadora dos Povos Isolados .....	127
Grupos indígenas isolados no Acre: Ameaçados por grandes projetos.....	129
Povos indígenas isolados no Amazonas .....	131
Os Awá-Guajá em situação de isolamento no Maranhão.....	133
Grupos Indígenas Isolados no Mato Grosso .....	135
Grupos indígenas isolados no Pará.....	137
Povos indígenas isolados em Rondônia: ameaçados pelos grandes projetos .....	139
Avá-Canoeiro em situação de Risco e Isolamento no Tocantins .....	141
<b>Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato</b>	
Crônicas de Violência – Povos vitimados pela ditadura.....	145
<b>ANEXO – Tabelas resumo da violência contra os povos indígenas – Dados de 2010</b> .....	149

“ As violências contra os povos indígenas, denunciadas por este relatório, não são “acidentes”, ocorrências imprevistas a lamentar. São fruto de uma ideologia diametralmente oposta ao projeto de vida dos indígenas”

Foto: Egon Heck



... Mas a utopia do Bem Viver persiste

# As cruzes permanecem erguidas



**T**ambém em 2010, o governo não se importou com a causa indígena. Pelo contrário. Ignorou constantemente os povos indígenas, seus apelos, seus protestos, seus projetos de vida. Atropelou os seus direitos e tem falhado na proteção de suas comunidades. Belo Monte, alicerçada na ilegalidade, na força e na negação de diálogo com as populações atingidas, é talvez o mais emblemático, mas apenas um entre tantos casos.

As violências contra os povos indígenas, denunciadas por este relatório, não são “acidentes”, ocorrências imprevistas a lamentar. São fruto de uma ideologia diametralmente oposta ao projeto de vida dos indígenas. A ideologia do desenvolvimento a qualquer preço, da expansão contínua, da maximização do lucro, já é, por natureza, predatória e violenta.

Não são apenas grileiros e fazendeiros que invadem as terras indígenas, não são só os garimpeiros e madeireiros que roubam ou destroem as riquezas naturais. A destruição e o saque são programados também em nível federal. O projeto desenvolvimentista, sintetizado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), invade, ocupa e destrói implacavelmente as terras, as comunidades e as vidas indígenas.

As cruzes permanecem erguidas pelo país afora. Estão presentes em cada esquina, ao longo das estradas, à beira de cada rio, lago ou igarapé de nosso Brasil. E nelas estão pregados os indígenas, violentados e assassinados, expulsos ou fraudados de suas terras ancestrais, reduzidos a párias da sociedade, enxotados como animais, tratados como vagabundos de beira de estrada, ou então confinados em verdadeiros currais humanos, sem mínimas condições de sobrevivência física e muito menos cultural. Apesar de terem seus direitos ancorados na Constituição Federal continuam a ser considerados “supérfluos”, “descartáveis” (cfr. DAp 65), porque não se enquadram num sistema que faz do lucro a sua única mola mestra. Gritam por socorro porque são ameaçados por projetos desenvolvimentistas que ludibriam o povo com as falsas promessas de um plano que, na verdade, acelera a destruição da Amazônia e de outros biomas e faz crescer os bolsões da miséria!

Políticos dizem que essas cruzes, em que os índios estão pendurados, são o preço a pagar pelo desenvolvimento. Falam de sacrifícios necessários para conseguir o progresso. Contudo que não atinjam as suas famílias, mas “apenas algumas centenas de índios ou ribeirinhos”! Sinto náuseas e uma profunda indignação quando ouço indagações como: “Quem são os índios? Gente sem sobrenome!” ou “Você acha certo impedir o crescimento econômico por causa de meia duzia de índios?” Quanto desprezo, quanta discriminação! É a instituição de um novo “apartheid”, uma premeditada violação da Magna Carta do Brasil!

Infelizmente, a agressão e destruição vão muito além de bens tangíveis e atingem memórias, histórias de vida, tradições, maneiras de ser, cosmovisões, ritos e mitos, culturas, povos.

Qual a razão de toda essa investida contra os indígenas? Na realidade, os povos indígenas oferecem uma outra proposta de vida, radicalmente contrária à quimera do desenvolvimento capitalista, individualista e depredador. O verdadeiro Bem Viver que os indígenas propõem se alicerça na convivência em um mundo justo, fraterno, solidário, baseado no respeito à natureza, à Mãe Terra, ao outro, à diversidade. Não é essa a utopia do Reino de Deus, o sonho de Jesus?

Com este relatório o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) quer mais uma vez afirmar seu compromisso com os povos indígenas no Brasil, na defesa de sua dignidade e de seus direitos inalienáveis e sagrados.

**Dom Erwin Kräutler**

*Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi*

“ A falta de uma ação eficaz e efetiva do Estado possibilitou, ao longo dos anos, assassinatos, espancamentos, ameaças de morte, invasão e depredação das terras ”

Foto: Damjan Prelovsek



*As comunidades do povo Guarani são hoje as mais afetadas pela inexistência de políticas públicas voltadas aos povos indígenas*

# A quem responsabilizar pelas violações dos direitos indígenas no Brasil?



**E**sta é a pergunta que se faz necessária depois de mais um ano em que se praticou e até se patrocinou centenas de ações que violaram os direitos indígenas no Brasil. Neste contexto, devemos indagar: de quem são as responsabilidades? Quem as assumirá, findado um governo de oito anos, sendo que neste período as violências contra os povos indígenas se intensificaram de forma constante e assustadora?

Ao avaliarmos os dois mandatos do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no que se refere à política indigenista, se chega à conclusão de que ela foi extremamente negativa e desencadeou trágicas consequências para povos e comunidades.

A partir da análise dos dados coletados pelo Cimi, acerca da realidade indígena, se conclui que, em relação às demarcações de terras, depois de oito anos o resultado foi quase que inócuo. Ou seja, o presidente não cumpriu o compromisso assumido (mesmo antes de eleito) de que demarcaria todas as terras indígenas.

Em termos comparativos (ver quadro abaixo), em seus dois mandatos, o ex-presidente Lula perdeu até mesmo para o governo Collor/Itamar que durou quatro anos e foi caracterizado por intensas crises política e econômica, passando por um período de transição do regime ditatorial para a democracia e no qual os militares ainda exerciam grande influência e faziam sistemática oposição aos direitos indígenas.

O governo do presidente Lula também foi omissivo quanto à estruturação de uma política indigenista que respeitasse os preceitos constitucionais, as realidades de cada povo e as diferenças étnicas e culturais. No campo da saúde, demorou em decidir pela criação de uma Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena, mantendo por quase todo o período de seu mandato uma política neoliberal de terceirização imposta na época de FHC. E somente houve um esboço de mudança de política depois que o Poder Judiciário determinou ser responsabilidade da União a gestão e execução das ações e serviços a serem prestados para toda a população indígena. Enquanto o governo se omitia, a mortalidade infantil, ocasionada pela desnutrição, pelas doenças respiratórias e infectocontagiosas, seguiu avassaladora, como no caso do povo Xavante que, em 2010, perdeu 60 de suas crianças, das 200 nascidas.

O órgão indigenista, a Funai, esteve como que paralisado, voltado exclusivamente para a sua estrutura administrativa e burocrática. Apenas no final de mandato de Lula o governo propôs, sem diálogo e debate com os povos indígenas, uma reestruturação do órgão indigenista. Tal reestruturação, aliás, ao invés de trazer benefícios emperrou ainda mais os procedimentos demarcatórios e gerou protestos e violências.

A política indigenista do governo Lula produziu efeitos nefastos que podem ser sentidos em diferentes âmbitos da vida indígena. Na medida em que as terras não foram demarcadas, os segmentos que fazem oposição aos direitos indígenas passaram a se articular mais intensamente em diferentes flancos dos poderes públicos e, ao mesmo tempo, estabeleceram uma insistente perseguição às lideranças que lutam pela defesa dos direitos indígenas, promoveram ataques às comunidades, criminalizaram as lutas e, o que é ainda mais grave, a falta de uma ação eficaz e efetiva do Estado possibilitou, ao longo dos anos, assassinatos, espancamentos, ameaças de morte, invasão e depredação das terras.

Os dados estatísticos que o Cimi apresenta acerca da questão indígena demonstram o quão desastrosa tem sido a política indigenista nos últimos anos. Tal afirmação pode ser feita porque “nunca antes na história deste país” se usou tantos dados estatísticos para projetar positivamente as ações e políticas governamentais. Os dados de demarcações de terras e de violências praticadas contra os povos indígenas falam por si e demonstram os rumos assumidos pelo governo do presidente Lula.

### Demarcações de Terras: comparação com os dois governos anteriores

Governo	Número de Terras Homologadas	N.º de Hectares
Fernando Collor de Mello / Itamar Franco (Período: 1990-1994)	130	31.913.228
Fernando Henrique Cardoso (Período: 1994-2002)	145	36.061.504
Luiz Inácio Lula da Silva (Período: 2003-2010)	79	14.339.582

### Assassinatos de indígenas: governo Luiz Inácio Lula da Silva

No tocante à violência, o quadro também é estarrecedor. O número de assassinatos cresceu assustadoramente nos oito anos de gestão do ex-presidente Lula:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de Assassinatos	42	37	43	58	92	60	60	60	452

Foto: Equipe Cimi MA



*Diversas terras indígenas, como as do povo Avá-Guajá, no Maranhão, sofrem impactos da mineração*

Faz-se necessário, ainda, informar que as causas geradoras da grande maioria das violências estão vinculadas às escolhas políticas do governo, suas opções desenvolvimentistas e as suas ambições de poder e busca de hegemonia. O governo escolheu como aliados aqueles setores da política e da economia que historicamente se colocaram como inimigos dos povos indígenas, inimigos de qualquer grupo humano que lute por justiça social, por direitos e igualdade de condições de trabalho, emprego, educação, e de respeito às leis e à natureza.

O governo se estruturou para garantir aos seus financiadores vultosos recursos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), utilizando para isso de um banco público, o BNDES que empresta recursos do Tesouro Nacional para empreendimentos de viabilidade econômica no mínimo duvidosa, como é o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Os segmentos econômicos acima referidos ainda foram beneficiados com ações violentas do Estado brasileiro contra comunidades indígenas em várias localidades do país, como no caso dos ataques da Polícia Federal contra o povo Tupinambá, no estado da Bahia. Nem mesmo a líder indígena Glicéria Tupinambá e seu bebê de três meses, escaparam da ação da Polícia Federal. Estes, depois de serem recepcionados pelo presidente da República, em Brasília, foram presos quando retornavam à sua terra. Glicéria e outras lideranças Tupinambá foram encarceradas, acusadas de formação de quadrilha. Naquele contexto, nenhuma ação foi efetivamente tomada pelo governo para reverter esta situação.

No Brasil da era Lula, os povos que lutam pelo direito a terra foram tratados como invasores e criminalizados por esbulho possessório e os seus líderes, que retomam suas terras, são criminalizados como formadores de quadrilha.

Com sua omissão, o governo permitiu que fazendeiros no Mato Grosso do Sul atacassem acampamentos indígenas dos Terena e Guarani-Kaiowá, povos que reivindicam a demarcação de suas terras. A Funai e o Ministério da Justiça se mostraram negligentes e tolerantes com estas práticas ao longo dos últimos anos. Tanto é assim que as terras indígenas naquele estado da federação não são demarcadas. O governo federal fez *opção preferencial* pelos usineiros e pelos criadores de boi em Mato Grosso do Sul. Como costuma declarar um líder indígena Guarani-Kaiowá, naquela região *um boi no pasto tem mais valor que um ser humano*. Um pé de soja vale mais que uma criança indígena.

No estado do Pará o Governo Federal proporciona o espetáculo da ilegalidade. Empurra “goela abaixo” a hidrelétrica de Belo Monte. Apesar de todos os questionamentos jurídicos, das contestações sobre os impactos irreversíveis sobre o meio ambiente e sobre as populações ribeirinhas e indígenas, o empreendimento vem sendo avalizado pelo Ministério de Minas e Energia, Casa Civil, Funai, Ibama e Secretária Geral da Presidência da República.

Nas demais regiões do Brasil as escolhas do governo não são diferentes. Os investimentos econômicos e políticos são nas grandes obras que beneficiam empreiteiras, agentes do agronegócio e do monocultivo da cana-de-açúcar e da soja transgênica. Os povos indígenas e os quilombolas, que de muitas formas são tidos como entraves ao desenvolvimento, são os que mais sofrem os impactos de um desenvolvimento cada vez mais predatório.

No entender do Cimi e pelos dados estatísticos há um grande responsável pelas violações dos direitos indígenas no Brasil: O Governo Federal.

**Roberto Antonio Liebgott**  
Vice-Presidente do Cimi

“ O governo escolheu como aliados aqueles setores da política e da economia que historicamente se colocaram como inimigos dos povos indígenas, inimigos de qualquer grupo humano que lute por justiça social, por direitos e igualdade de condições de trabalho, emprego, educação, e de respeito às leis e a natureza.”

“ Os registros aqui reproduzidos, entretanto, não esgotam todas as ocorrências acontecidas, mas indicam a tendência e as características dos ataques e ameaças que pesam sobre essa população”

Foto: Arquivo Cimi



*Com a falta de políticas públicas, diversos indígenas são empurrados para a cidade, onde levam uma vida de extrema pobreza*

# Tudo continua igual?

**Lucia Helena Rangel**  
Antropóloga / PUC SP

**A** resposta para o título acima é positiva. Sim, tudo continua igual em relação à violência praticada contra os povos indígenas no Brasil. Algumas ocorrências aumentam, outras diminuem ou permanecem iguais, mas o cenário é o mesmo e os fatores de violência mantêm-se, reproduzindo os mesmos problemas.

O presente relatório anual da violência, e de violação de direitos, contra os povos indígenas no Brasil foi elaborado a partir de dados publicados nas fontes de imprensa escrita e virtual, das mais diferentes cidades, em todas as regiões do país. A outra fonte, da maior importância, são as fichas preenchidas pelos missionários do Cimi, que trabalham junto aos povos e comunidades nos 11 Regionais que compõem a instituição. Além disso, as informações provêm de relatórios policiais e do Ministério Público. Todas essas fontes, sustentadas pelas denúncias de lideranças e comunidades indígenas, permitem compor o quadro da violência, abrangendo todo o território nacional. Os registros aqui reproduzidos, entretanto, não esgotam todas as ocorrências acontecidas, mas indicam a tendência e as características dos ataques e ameaças que pesam sobre essa população.

Por três anos o número de assassinatos de indígenas é sessenta. Mais uma vez, mais da metade ocorreu no Mato Grosso do Sul, por meio de facadas e tiros, envolvendo brigas pessoais, espancamentos e perseguições. Ao que tudo indica, os tiros são disparados por agentes de segurança, incumbidos de desalojar comunidades e executar indivíduos. O estado do Mato Grosso do Sul é um dos locais mais violentos do Brasil e cenário da maior violência cometida contra indígenas. Além das mortes, e mais todas as tentativas de assassinatos, todas as ameaças e conflitos de terra que abatem os povos indígenas do MS já nos fez considerar a situação do estado como um verdadeiro genocídio.

Também em relação ao atendimento à saúde as ocorrências repetem-se através da precariedade na assistência e da falta de recursos para remoções e para medicamentos. Essas violações afetam de maneira muito especial as crianças e os idosos. A saúde da população indígena também é afetada pelas modificações nos hábitos alimentares, gerando diabetes, hipertensão arterial e obesidade. O consumo de produtos industrializados, ao que tudo indica, é a causa mais freqüente desses males, além do sedentarismo, advindo, especialmente, da escassez de recursos naturais em função das pressões ambientais no entorno das áreas indígenas, como também, da falta de terras que cerceia as atividades produtivas próprias dos povos indígenas.

A situação escolar, do mesmo modo, evidencia o descaso para com os professores, alunos e escolas indígenas, violando o direito à educação diferenciada.

No capítulo das violências contra o patrimônio indígena foram registrados 49 casos de morosidade na regularização de terras, dos quais mais da metade estão localizados nos estados da Região Sul (12 no Paraná, 8 no Rio Grande do Sul e 7 em Santa Catarina). As comunidades esperam solução há mais de uma década e, enquanto isso, vivem em acampamentos em beira de estradas ou sofrem pressões nas pequenas áreas já declaradas. Os vizinhos desmatam, jogam o gado nas roças indígenas, impedem a circulação de pessoas e



os políticos e os fazendeiros continuam a declarar-se contra a demarcação das terras indígenas.

Dos 33 casos de invasões possessórias e exploração de recursos naturais, duas situações devem ser evidenciadas: Mato Grosso e Maranhão.

Em Mato Grosso arrasta-se o problema na T.I. Marãiwatsede onde foram identificadas 68 fazendas localizadas dentro da área indígena. A exploração ilegal de madeira, neste estado, atinge cerca de 100 áreas indígenas e 20 unidades de conservação.

No momento em que as discussões sobre mudanças no Código Florestal foram desencadeadas, o satélite Deter, do INPE, detectou um aumento anormal de derrubada da floresta (473% de crescimento entre os meses de abril e maio de 2011 – FSP, 19/04/2011 C13). No período de agosto de 2010 a abril de 2011 o crescimento do desmatamento na Amazônia foi de 27%, sendo que no estado do Mato Grosso o índice de crescimento chegou a 47%, ultrapassando a área desmatada no Pará que sempre foi maior do que nos outros estados da Região Amazônica (no período 2010-2011 a área derrubada no Pará atingiu 580 km<sup>2</sup>, enquanto no Mato Grosso chegou a 733 km<sup>2</sup> - FSP, 19/08/2011 C13).

O Ministério do Meio Ambiente declarou não possuir elementos para vincular esse aumento às discussões sobre a reforma do Código Florestal, no entanto, a coincidência mostra-se evidente, especialmente porque a reforma acena com anistia para crimes de derrubada de floresta. A explosão mato-grossense foi acompanhada pelo aumento da área derrubada em outros estados da Amazônia: em Rondônia o aumento foi de 62%, no Amazonas, 84% e no Maranhão 45%, sendo a área atingida em cada estado: Rondônia 238 km<sup>2</sup>, Amazonas 160 km<sup>2</sup>, Maranhão 78 km<sup>2</sup>.

As ocorrências registradas nesse relatório, referentes ao Maranhão, demonstram a persistência na retirada ilegal de madeira das terras indígenas, o que ocorre há anos sem que nenhuma providência efetiva de fiscalização tenha sido tomada. As lideranças indígenas têm denunciado os fatos e solicitado recursos para fiscalização sem, no entanto, serem atendidas. Os episódios envolvem seis terras indígenas invadidas por madeireiras que montam acampamentos no interior das áreas, constroem estradas clandestinas e implantam serrarias em povoados localizados dentro das áreas. Um sobrevôo realizado pela Greenpeace na T.I. Caru documentou as graves proporções da degradação ambiental provocada pelas madeireiras, o que molesta e constitui grande ameaça para as comunidades Awá-Guajá e Guajajara.

Ainda na Região Amazônica foram registradas ocorrências de garimpo ilegal e exploração de outros recursos naturais em terras indígenas de Rondônia e Roraima.

Outras ocorrências danosas ao meio ambiente, conseqüentemente, às comunidades, foram registradas em várias regiões do país. As construções de hidroelétricas desconsideram a presença indígena e ameaçam, até mesmo, povos isolados como em Rondônia (UHE Santo Antônio e UHE Jirau) e no Pará (UHE Belo Monte), motivando denúncias, ações civis e populares.

A extensão das conseqüências e conflitos resultantes das grandes obras de infraestrutura pode ser avaliada através da situação vivenciada pelo povo Truká/PE, dado que o canal de transposição do Rio São Francisco foi construído dentro de seu território tradicional: presença militar, desmatamento, perda de flora e fauna; conseqüências sociais, tais como, aumento do consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas, da prostituição, do desemprego, do endividamento e, sobretudo, da desorganização da produção agrícola.

Foto: Arquivo Cini



*Sem ter terra para plantar e viver, e até mesmo o que comer, muitos vivem da mendicância*

**“ Mais uma vez é preciso reafirmar que o pano de fundo das violências cometidas contra os povos indígenas, bem como a violação de seus direitos, é o desrespeito à demarcação de suas terras”**

“ Por tudo isso a conclusão desse relatório sobre o ano de 2010 é: tudo continua igual. Mas a esperança é a última que morre; assim tem sido para os povos indígenas no Brasil”

Grandes obras, agronegócio, monocultura extensiva, são fatores que afetam a integridade territorial e ambiental das áreas indígenas, assim como a reprodução biológica da fauna e da flora e, principalmente, dos indivíduos submetidos à contaminação por agrotóxicos, águas poluídas e pulmões cheios de fuligem.

Será esse o preço a pagar pelo progresso? Os empreendimentos que representam o desenvolvimento espelham as contradições da sociedade brasileira empenhada no rumo da aceleração do crescimento e na maximização da propriedade privada. Ocorre que nesse processo não há respeito pelos modos de vida que se diferenciam do padrão hegemônico. Há uma reação muito forte contra a defesa dos povos indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas e outros, cujas vidas estão baseadas em usos da territorialidade com base no aproveitamento dos recursos naturais, cujas técnicas de produção e modos de adaptação requerem o tratamento da terra não como meio de produção, mas como locus da reprodução social, onde imbricam a materialidade, a espiritualidade e a transcendência.

As reações contrárias à demarcação de terras indígenas e à ampliação de terras pequenas carecem de conhecimento antropológico e sociológico, implicando em ignorância a respeito das variações das formas de sociabilidade próprias dos povos indígenas e outros povos tradicionais. O conjunto dessas variações compõe a diversidade cultural, que gera hábitos e costumes, expressões artísticas e religiosas que povoam nosso país, inclusive nos centros urbanos. Quando a ONU aprovou a declaração universal da diversidade cultural, tomou-a como patrimônio da humanidade, afirmando que a diversidade cultural está para a sociedade assim como, a biodiversidade está para a natureza.

No sistema social brasileiro parece não haver lugar para a diversidade, há um desrespeito atávico pelas diferenças. Não só porque o sistema hegemônico tem sede de terras e águas, mas, talvez, sobretudo, porque se construiu sob a égide da violência. Demonstra isso, o racismo que ainda impera contra indígenas: são frases emitidas por transeuntes nas ruas das cidades dirigidas às mulheres indígenas que vendem artesanato, são as negações de benefícios, são manifestações contra direitos – tal como disse o secretário do meio Ambiente de Niterói/RJ: “Índio em Niterói, só o Araribóia”.

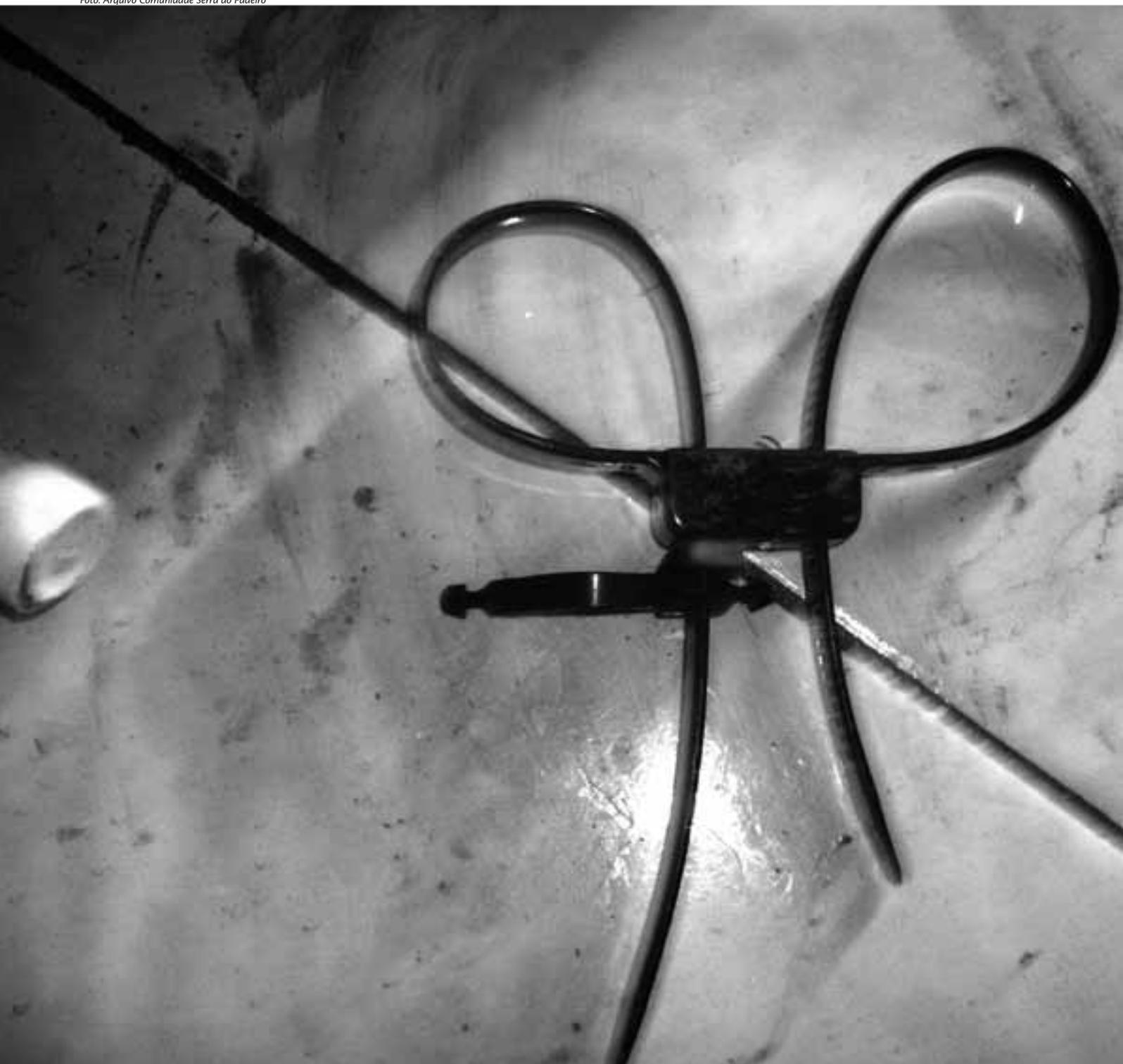
Os ambientes urbanos são os mais propícios para as expressões de racismo. Além de “atrapalharem” no campo, os indígenas que migram para as cidades “estorvam” porque reivindicam direitos “fora do seu lugar”.

De acordo com o IBGE quase 85% da população brasileira vive em cidades, sendo que a última década registra alto crescimento das cidades de porte médio. A população indígena não ficou de fora do processo migratório e, nas cidades, enfrenta a precariedade das condições habitacionais, educacionais, de assistência à saúde e conquista de emprego. O modo de vida urbano, implacável com todos os pobres, demanda a execução de políticas sociais e de infra-estrutura urbana que não são realizadas pelos poderes públicos. A população indígena que vive nas cidades é bastante numerosa; de acordo com o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, 52% da população auto-declarada indígena vivia em cidades. Nas cidades que abrigam um contingente numeroso de população indígena os problemas tornam-se mais visíveis, pois tem sido praticamente uma regra que as famílias indígenas localizam-se em bairros pobres, periféricos, cheios dos mais graves problemas urbanos. Uma política específica para os indígenas nas cidades seria necessária, mas as autoridades competentes relutam em criá-las ou, até mesmo, em aceitar sua presença nos ambientes urbanos.

Mais uma vez é preciso reafirmar que o pano de fundo das violências cometidas contra os povos indígenas, bem como a violação de seus direitos, é o desrespeito à demarcação de suas terras. Morosidade na regularização de terras, não reconhecimento das comunidades que pleiteiam espaços, impossibilidade de aumento territorial, comunidades sem terra, áreas super povoadas, populações confinadas são, entre outras, as principais fontes de conflitos, mortes e desesperanças. Por tudo isso a conclusão desse relatório sobre o ano de 2010 é: tudo continua igual. Mas a esperança é a última que morre; assim tem sido para os povos indígenas no Brasil.

“ O discurso da irresponsabilidade penal indígena, contudo, não resiste a uma aferição minimamente criteriosa”

Foto: Arquivo Comunidade Serra do Padeiro



*Braçadeira usada pela PF para algemar o cacique Babau, do povo Tupinambá (BA), durante ação noturna, ilegal e violenta*

# Responsabilidade penal e situação carcerária dos indígenas no Brasil

## Uma realidade a ser desvelada

**Rosane Lacerda**

Professora de Direito Público da Universidade Federal de Goiás

Um dos mitos que povoa o imaginário da sociedade em geral e o senso comum dos profissionais da área jurídica no Brasil é o de que os indígenas seriam penalmente irresponsáveis. Trata-se de um discurso fartamente veiculado nos meios de comunicação social, de modo muito semelhante àquele em que se diz que “neste país ninguém vai para a cadeia”. O mito da irresponsabilidade penal dos indígenas tem funcionado, ao longo do tempo, como um manto que torna invisível o movimento crescente de criminalização dos indígenas e o aumento de sua presença em meio à população carcerária do país. Mais recentemente, tem sido utilizado como estratégia de sensibilização para a aprovação do Projeto de Lei (PL) n.º 1057/2007, que busca criminalizar os indígenas envolvidos em práticas supostamente reiteradas e sistemáticas de “infanticídio”.

O discurso da irresponsabilidade penal indígena, contudo, não resiste a uma aferição minimamente criteriosa. Dois fatos principais colocam-no por terra: primeiro, a própria legislação; segundo, os dados estatísticos da realidade penal e carcerária em que se encontram as comunidades indígenas no país.

### Índios e Responsabilidade Penal

No que se refere à legislação penal brasileira, o fato é que a mesma nunca previu a inimputabilidade indígena. O que o Código prevê, com redação dada pela Lei n.º 7.209, de 11.7.1984, é a inimputabilidade de qualquer pessoa em caso de “doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado”:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Prevê também o Código Penal, no parágrafo único do mesmo dispositivo, hipóteses de redução de pena “em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado”:

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Não há, portanto, nenhuma menção na lei penal brasileira à inimputabilidade nem à semi-imputabilidade como consequência da identidade indígena do indivíduo, mas, sim, como decorrência de uma situação de “perturbação de saúde mental” ou de “desenvolvimento mental incompleto ou retardado” em um indivíduo qualquer.

O que com o passar do tempo veio a relacionar indígena e inimputabilidade foi o acúmulo de uma posição doutrinária e jurisprudencial tendente a interpretar os atos praticados pelos indígenas (quando considerados em nosso meio como infracionais), como resultado de um “desenvolvimento mental incompleto ou retardado”, fruto de uma formação cultural tida como inferior ou incivilizada.

O próprio Estatuto do Índio, Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, ainda em vigor, declara de modo expresso, em seu art. 56, a possibilidade de condenação penal de indígenas por motivo da prática de crime. Passíveis de condenação por infração penal, os indígenas podem ser indiciados em inquérito policial, penalmente processados, e podem, caso condenados, serem obrigados ao cumprimento das penalidades legalmente previstas. Deste modo vê-se que não há, como se afirma existir, a figura da inimputabilidade indígena como uma previsão legal. A possibilidade de condenação de indígenas no campo criminal é, repetimos, dada pela própria lei indigenista brasileira.

Ao afirmar tal possibilidade de condenação, o art. 56 do Estatuto do Índio toma por base o princípio da isonomia, prevista no parágrafo único do seu art. 1.º. Afirma-se ali que “aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros...”. Contudo, também em respeito ao princípio isonômico, o mesmo dispositivo afirma a necessidade de respeito às diferenças: “resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei” (Lei 6.001/73, art. 1.º, Parágrafo único).

O princípio da igualdade com respeito à diferença faz com que o Estatuto do Índio, ao mesmo tempo em que preveja a possibilidade de condenação dos indígenas, determine a obrigatoriedade da utilização de medidas diferenciadas em relação à penalidade a ser determinada e ao modo de seu cumprimento. Assim, determina que:

Art. 56. No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola.

“ Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros...”



Foto: arquivo Cimi Norte

*Em campanha difamatória, grupos religiosos radicais acusam o povo Surowaha (AM) de praticar infanticídio*

Parágrafo único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximos da habitação do condenado.

Não se pode deixar de observar que estas considerações foram expressas num instrumento normativo gestado e posto em vigor em plena fase de recrudescimento do regime de exceção, ou seja, nos chamados “anos de chumbo” do Regime Militar de 1964. Mesmo ali o Estatuto do Índio já manifestava a sua preocupação no sentido de que o princípio do direito à igualdade viesse acompanhado do respeito à diferença. E neste sentido demonstrava também a tolerância para com as formas punitivas das próprias comunidades indígenas em relação aos delitos praticados por seus membros:

Art. 57. Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.

Hoje, ao se tomar por base os preceitos da Constituição Federal de 1988, este respeito à diferença assume a dimensão do reconhecimento da alteridade, no momento em que o texto constitucional expressa que “são reconhecidos aos índios as suas formas de organização social, costumes, línguas e tradições” (CF/88, art. 231, *caput*). A imputabilidade penal é mantida, mas a determinação da pena aplicável deverá levar em consideração tais reconhecimentos.

Sendo fato a previsão de imputabilidade dos indígenas acusados da prática de atos delituosos, fica evidente que aos mesmos se aplicam as disposições do Código Penal Brasileiro relativamente aos crimes contra a vida e, de modo particular, quanto ao crime de Infanticídio, definido este como o ato de “matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após”, e que resulta em pena de detenção, de dois a seis anos (CPB, art. 123). Assim, em razão do princípio da isonomia, as penas relativas ao crime de infanticídio previstas no Código Penal Brasileiro se aplicam aos indígenas, tanto quanto se aplicam aos não indígenas.

A única ressalva está em que aos indígenas, em caso de condenação, a lei indigenista prevê, em nome do princípio do respeito à diferença, a necessária atenuação da pena, e o cumprimento em regime especial de semiliberdade no local de funcionamento do órgão indigenista mais próximo da habitação do condenado (Lei 6.001/73, art. 56 e par. único). Uma ressalva que, a rigor, não difere muito das propostas contemporâneas em relação ao uso de penas alternativas, como decorrência das preocupações crescentes com a reconhecida falência do sistema prisional no Brasil e em outros países.

## População carcerária indígena

Em segundo lugar, o discurso da suposta inimputabilidade não resiste minimamente aos dados da realidade fática, na medida em que estes demonstram que os indígenas são um grupo social cada vez mais presente na população carcerária do país.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão do Ministério de Estado da Justiça, havia em dezembro de 2010 um total de **748** indígenas internos no sistema penitenciário, sendo destes **56 mulheres** e **692 homens**. Em dezembro do ano anterior o sistema computava um total de 521 indígenas internos, divididos entre 35 mulheres e 486 homens. A tabela a seguir resume os dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen) de onde extraímos dados relativos aos indígenas internos no sistema penitenciário brasileiro desde dezembro de 2005, período em que começaram a ser coletados os dados pelo sistema:

“ Segundo dados do DEPEN, órgão do Ministério da Justiça, havia em dezembro de 2010 um total de 748 indígenas internos no sistema penitenciário, sendo destes 56 mulheres e 692 homens.”

**Tabela I – Indígenas internos no sistema penitenciário Brasileiro  
Dezembro de 2005 a Dezembro de 2010**

Internos / Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mulheres indígenas	15	68	31	36	35	56
Homens indígenas	264	534	508	475	486	692
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>602</b>	<b>539</b>	<b>511</b>	<b>521</b>	<b>748</b>

Tabela: Rosane Lacerda. Fonte: InfoPen-Estatística. Tabelas diversas.

Em relação à distribuição destes internos por Unidade da Federação, os dados do InfoPen nos permitem montar o seguinte quadro referente ao mês de dezembro de 2010:

**Tabela II – Indígenas internos no sistema penitenciário Brasileiro  
em Dezembro de 2010, por Unidade da Federação:**

UF	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT
<b>Mulheres</b>	00	00	02	05	03	18	00	00	00	00	00	03	00
<b>Homens</b>	06	14	16	24	17	51	00	26	01	08	00	96	11
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>69</b>	<b>00</b>	<b>26</b>	<b>01</b>	<b>08</b>	<b>00</b>	<b>99</b>	<b>11</b>

UF	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
<b>Mulheres</b>	02	00	02	00	00	00	00	00	11	07	01	00	02	00
<b>Homens</b>	143	00	58	05	01	00	00	12	41	111	25	00	26	00
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>00</b>	<b>60</b>	<b>05</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>12</b>	<b>52</b>	<b>118</b>	<b>26</b>	<b>00</b>	<b>28</b>	<b>00</b>

Tabela: Rosane Lacerda. Fonte: InfoPen-Estatística. Tabelas diversas.

Pode-se perceber que dentre as 27 Unidades da Federação, apenas no Distrito Federal e em mais seis Estados (Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins) não haviam registros de condenados indígenas internos no sistema prisional àquela data, variando os demais 20 estados entre 01 (um) interno (Goiás e Paraná) e 145 indígenas internos (Pará)<sup>1</sup>.

## Onde está o “infanticídio”?

A quantificação da população carcerária indígena no sistema penal, além de demonstrar a falácia do discurso da inimizabilidade indígena no Brasil, pode também nos oferecer pistas sobre o suposto impacto das ocorrências de infanticídio entre os indígenas. Se esta é, como afirmam os defensores do Projeto de Lei 1057/2007, uma prática cotidiana, sistemática, disseminada, culturalmente dada, e sendo os indígenas penalmente responsáveis pelos seus atos, então seria razoável supor que tal prática se refletisse de algum modo nas estatísticas relativas à população carcerária.

1 É de se observar, contudo, que conforme o próprio DEPEN os dados sistematizados e disponibilizados pelo órgão não espelham a totalidade dos números, havendo “lacunas sobre algumas informações não disponibilizadas pelos setores responsáveis”, dado que nem todas as unidades prisionais efetivamente enviam informações completas ao sistema (Vide BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. **Dados Consolidados 2008/2009**, p.3). Isto significa que a população carcerária indígena pode ser numericamente maior que a atualmente apresentada pelo InfoPen. Além disso é de se considerar também o fato de que os números aqui apresentados referem-se apenas à população carcerária do sistema penitenciário, ficando excluída aquela ainda aguardando julgamento nas cadeias públicas.

No âmbito da tipificação penal dos internos do sistema prisional como um todo, relativamente a indígenas e a não-indígenas, o InfoPen fornece um perfil dos tipos penais cometidos, não constando ali qualquer referência ao crime de Infanticídio (CPB, Art. 123). Tal não significa que não tenha havido condenações pela prática, mas é mais provável que a sua incidência tenha sido tão insignificamente baixa em relação ao cômputo geral dos demais tipos praticados, que o seu percentual não tenha sido considerado em termos estatísticos.

Os dados consolidados do DEPEN sobre o sistema penitenciário nacional fornecem um recorte do perfil dos tipos penais em relação ao gênero. Nos dados relativos aos anos de 2008 e 2009 encontramos a seguinte situação em relação às internas do sistema penal:

**Tabela III - Percentuais dos tipos penais, por gênero**

<b>Tipos penais praticados pela população carcerária feminina (em percentuais)</b>	<b>Ano de 2008</b>	<b>Ano de 2009</b>
Entorpecentes	59%	59%
Furto	11%	9%
Roubo	11%	11%
Homicídio	7%	7%
Outros	5%	6%
Latrocínio	2%	2%
Estatuto do Desarmamento	2%	2%
Estelionato	1%	2%
Receptação	1%	1%
Crimes contra os costumes	1%	1%
<b>Total:</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Tabela: Rosane Lacerda. Fonte: DEPEN - Dados Consolidados.

“ Entre 2008 e 2009, não há qualquer referência, por menos significativa que seja, a condenações pelo crime de Infanticídio.”

Novamente aqui não há qualquer referência à prática do Infanticídio. É legítimo supor, porém, que o tipo possa estar embutido na categoria “outros”, que perfaz um universo de 05% a 6% dos casos. Considerando que este “outros” pode se dividir numa infinidade de tipos diferenciados cuja incidência seja inferior a 1%, podemos supor que o tipo Infanticídio eventualmente aí presente represente de fato um percentual extremamente baixo. O que se percebe, sem sombra de dúvida, é que no âmbito da população carcerária feminina em geral, formada tanto por mulheres não-indígenas quanto por mulheres indígenas, não há qualquer referência, por menos significativa que seja, a condenações pelo crime de Infanticídio.

### **Condições de vida no sistema carcerário**

A presença indígena crescente em meio à população carcerária do país levanta, dentre diversas preocupações, aquelas relativas aos efeitos deletérios do encarceramento tanto para os indivíduos apenados quanto para as comunidades às quais pertencem. Se para a população indígena o encarceramento e o afastamento de seus referenciais sócio-culturais já é considerado como preocupante, mais ainda quando se considera a gravidade da situação do sistema carcerário nacional.

Em agosto de 2007 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito da Câmara Federal foi criada tendo em vista o quadro de:

Rebeliões, motins freqüentes com destruição de unidades prisionais; violência entre encarcerados, com corpos mutilados e cenas exibidas pela mídia; óbitos



**No rol das violações de direitos, diversos episódios envolvendo agentes da segurança pública nacional**

não explicados no interior dos estabelecimentos; denúncias de torturas e maus-tratos; presas vítimas de abusos sexuais; crianças encarceradas; corrupção de agentes públicos; superlotação; reincidência elevada; organizações criminosas controlando a massa carcerária, infernizando a sociedade civil e encurralando governos; custos elevados de manutenção de presos; falta de assistência jurídica e descumprimento da Lei de Execução Penal...<sup>2</sup>

Embora inexistentem estudos específicos, sabe-se que a população carcerária indígena no Brasil sofre das mesmas mazelas da população carcerária em geral no país, decorrentes de um sistema colapsado, marcado pela superpopulação e pelas condições desumanas e degradantes de vida. Um quadro que torna praticamente inexistentes as chances de reintegração social. A respeito vale destacar o Relatório da Visita de Inspeção de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária ao Mato Grosso do Sul, realizada em março de 2010. Afirma o relatório que, naquele estado,

A situação do contingente indígena encarcerado também preocupa. Necessária nesse aspecto uma assistência mais ampla e efetiva da FUNAI. A assistência jurídica à população indígena encarcerada também é tema que necessita de apreço, seja por parte da FUNAI ou da Defensoria Pública do Estado.<sup>3</sup>

O relatório de inspeção acabou por incluir, em suas recomendações, a “Assistência mais ampla e efetiva ao contingente indígena encarcerado”<sup>4</sup>.

2 Relatório Final da CPI do Sistema Carcerário. Brasília: Câmara Federal, 2008; p.30.

3 ROIG, Rodrigo Duque Estrada e JORDÃO, Milton. “**Relatório da Visita de Inspeção ao Estado do Mato Grosso do Sul**”. Brasília: Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Março de 2010; p.30.

4 ROIG, Rodrigo Duque Estrada e JORDÃO, Milton. *Ob. Cit.*, p.34.

Apesar dos números do InfoPen aqui apontados, o fato é que a realidade carcerária indígena continua imensamente desconhecida, não havendo dados relativos ao perfil dos indígenas submetidos ao sistema prisional em termos de faixa etária, grupo linguístico, tempo de contato com a sociedade envolvente não-indígena, acesso a intérprete durante a instrução processual e a execução penal, condições de desenvolvimento da defesa judicial (Funai? Defensoria Pública? Advogado particular?), acesso a visitas familiares, etc. Desconhece-se também os efeitos das medidas restritivas de liberdade em relação à saúde física dos indígenas, tendo em vista sua vulnerabilidade às doenças infecto-contagiosas e à mudança de hábitos alimentares, bem como à sua saúde mental, em razão da estranheza de um ambiente de ausência de liberdade. Além disso, são também desconhecidas as condições de acomodação no ambiente carcerário, em especial em relação à população feminina, o que envolve, por exemplo, situações possíveis de gravidez, parto e confinamento de crianças em fase de lactação.

“O discurso da inimputabilidade dos indígenas no Brasil tanto é juridicamente equivocado quanto social e politicamente perverso,”

## Conclusões

O discurso da inimputabilidade dos indígenas no Brasil tanto é juridicamente equivocado quanto social e politicamente perverso. Desconectado de qualquer base legal, tem servido à perpetuação de discursos racistas que vêem as práticas indígenas como fruto de uma ausência de capacidade mental. Sob este discurso esconde-se uma realidade crescente de processos criminais contra indígenas e a sua inclusão na população penitenciária, cujo sistema é reconhecidamente cruel e falido. É urgente que se dê visibilidade a esta realidade, não apenas para torná-la conhecida, mas principalmente para que seja radicalmente modificada.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Relatório final aprovado.** Brasília – DF, junho de 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/53a-legislatura-encerradas/cpicarce/Relatorio%20Final%20-%20150908.pdf>>. Acesso em abril de 2011.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em abril de 2011.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.** Com as alterações dadas pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984 e posteriores. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del2848.htm>>. Acesso em: abril de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. **Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos. Todas UF's.** Referência: 12/2005 a 12/2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTsvc.asp?DocumentID={3BC29926-7CDA-4485-815E-CE140647DC9E}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>. Acesso em abril de 2011.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada e JORDÃO, Milton. **“Relatório da Visita de Inspeção ao Estado do Mato Grosso do Sul”.** Brasília: Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Março de 2010; Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTsvc.asp?DocumentID={6E44B586-4A71-4D0E-BEF5-234E7D8A1023}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em abril de 2011.

“ Em 2010 a Funasa deixou de investir na estruturação de unidades de saúde para atendimento da população indígena cerca de R\$ 19,357 milhões,”

Foto: Arquivo Cimi



*Na teoria, a “reprodução dos seus modos de vida” está garantida aos povos indígenas, mas na prática isso não acontece*

# Consideração sobre o orçamento indigenista federal

**Ricardo Verdum**

*Antropólogo, assessor de políticas públicas no Instituto de Estudos Socioeconômicos*

**E**ste texto pretende ser um breve informe da execução do *Orçamento Indigenista* do Governo Federal em 2010, inscrito no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

Além da dotação orçamentária e dos créditos adicionais que, anualmente, o governo federal disponibiliza ao órgão indigenista via Lei Orçamentária Anual (LOA), à Funai é atribuída legalmente a responsabilidade de administrar a *renda* obtida do *Patrimônio Indígena*. Pela prestação deste “serviço” aos povos indígenas a Funai incorpora ao seu patrimônio o chamado *dízimo*, ou seja: a décima parte ou o equivalente a 10% da renda líquida anual obtida do Patrimônio Indígena. Mas como não faz parte da nossa tarefa apresentar aqui uma completa descrição da composição desse processo, que foge aos nossos interesses neste momento, voltemos ao assunto principal do texto.

## Os programas e as ações do orçamento indigenista

No PPA 2004-2007 os projetos e ações do governo federal destinadas especificamente aos povos indígenas estiveram concentrados em dois programas: (a) *Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas* e (b) *Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento*.

O primeiro agrupou as ações dos setores saúde indígena (Fundação Nacional de Saúde), educação escolar indígena (Ministério da Educação e Fundação Nacional do Índio) e as de caráter assistencial (Fundação Nacional do Índio e Ministério do Desenvolvimento Agrário). No ano de 2005 foi incluída nesse programa a ação *Realização dos Jogos dos Povos Indígenas*, sob a responsabilidade do Ministério dos Esportes. No período 2006/2007 esse programa contou com trinta ações, sendo vinte implementadas pela Funai/MJ.

No segundo programa foram reunidas as ações de regularização fundiária e proteção das terras e territórios indígenas (Fundação Nacional do Índio), as voltadas para a promoção da gestão sustentável dos territórios e recursos naturais aí existentes e aquelas que se destinavam à geração de alternativas econômicas para as comunidades locais (Fundação Nacional do Índio e Ministério do Meio Ambiente). Esse programa teve no período 2006/2007 doze ações, nove implementadas pela Funai/MJ.

No PPA 2008-2011 as ações desses dois programas foram agrupadas no programa *Proteção e Promoção dos Povos Indígenas*; como no anterior, coube a Funai a responsabilidade por *articular e coordenar* a política indigenista e o conjunto das ações contidas nesse Programa.<sup>1</sup>

O novo PPA é orientado por dez *objetivos estratégicos*, mas somente em um único objetivo estratégico são mencionados explicitamente os povos indígenas, é o que se destina a “fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com

<sup>1</sup> Ver *Plano Plurianual 2008-2011: Projeto de Lei*. Brasil: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos / Ministério do Planejamento. Brasília, 2007.

transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”. Nos demais nove *objetivos estratégicos* os direitos dos povos indígenas estão formalmente ausentes. Esse é o caso do objetivo de “implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território nacional”, ao qual estão vinculados 42 programas e onde estão concentradas as ações que mais têm impacto nos territórios e nas populações locais. Em nenhum momento é feita referência a necessidade de respeito às territorialidades indígenas e à sua autonomia no tocante aos processos decisórios, numa visível afronta ao disposto na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). Ao contrário, é afirmado que como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão implementadas medidas destinadas a agilizar e facilitar a implantação de investimentos (públicos e privados) em infraestrutura.

Embora no PPA 2008/2011 seja mencionado, explicitamente, que os povos indígenas são beneficiários de ações em sete programas, somente em três há um orçamento específico, são eles: *Educação para a Diversidade Cultural*; *Saneamento Rural*; e *Proteção e Promoção dos Povos Indígenas*.

O programa *Proteção e Promoção dos Povos Indígenas* é tão ambicioso quanto genérico no jogo de palavras, a começar pelo objetivo: “garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral”. Considerando a estrutura social e econômica brasileira e a onda desenvolvimentista que inunda o país, acrescidas da assimetria política que caracteriza a relação dos agentes públicos e privados responsáveis pela definição das prioridades governamentais com os povos indígenas, é pequena a nossa expectativa em relação a que possam ser evitados, de forma eficaz e efetiva, os *impactos globais* decorrentes das

Foto: Equipe Cirni RO



**Enquanto nas bases falta quase tudo, inclusive meios de transporte, a Funasa deixou de investir R\$ 19.357 milhões em 2010**

inúmeras obras de infraestrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). Estima-se que o PAC terá impacto em 182 Terras Indígenas, atingindo ao menos 108 povos. O caso Belo Monte é ilustrativo dessa estrutura e conjuntura particulares, onde o *problema colonial* continua se impondo à nossa atenção, tanto quanto a categoria de *colonialismo interno*.

A seguir apresentamos um quadro resumido da despesa dos quatro ministérios com dotação orçamentária no programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas. Os números aí apresentados dizem respeito somente às chamadas *ações finalísticas*, aquelas que proporcionam um bem ou um serviço diretamente aos indígenas<sup>2</sup>. É possível verificar que no período 2008-2010 foi gasto pelo governo federal nos quatro ministérios cerca de R\$ 1,955 bilhão. Esse valor equivale a aproximadamente 90,49% do que foi autorizado pelo Congresso Nacional para ser gasto nos três anos, o que significa dizer que aproximadamente R\$ 205,5 milhões deixaram de ser gastos, retornando ao Tesouro Nacional.

### Programa Promoção e Proteção dos Povos Indígenas: O gasto em 2008-2010 <sup>3</sup>

MINISTÉRIO / ANO	2008	2009	2010	TOTAL
Ministério da Saúde/FUNASA	356.363.214	393.112.987	346.883.629	1.096.359.830
Ministério da Justiça/FUNAI	257.433.952	287.436.279	310.528.110	855.398.341
Ministério do Meio Ambiente	1.524.240	824.403	174.905	2.523.548
Ministério dos Esportes	95.778	1.055.775	81.036	1.232.589
<b>TOTAL</b>	<b>615.417.184</b>	<b>682.429.444</b>	<b>657.667.680</b>	<b>1.955.514.308</b>

“ Estima-se que o PAC terá impacto em 182 Terras Indígenas, atingindo ao menos 108 povos”

No caso do Ministério da Saúde/Funasa não está incluído nos valores acima o recurso da ação de *Saneamento básico em aldeias indígenas*, que integra o programa Saneamento Básico. No período de 2008-2010 o governo federal orçou para essa ação um investimento total (em valores corrigidos) de R\$ 179,506 milhões, mas gastou cerca de R\$ 156,349 milhões. A diferença total, R\$ 23,157 milhões, retornou ao Tesouro Nacional. No lançamento do PPA 2008-2011 foi anunciada para o período a meta de 1.346 aldeias indígenas com cobertura de abastecimento de água.

Em 2010 a Funasa deixou de investir na estruturação de unidades de saúde para atendimento da população indígena cerca de R\$ 19,357 milhões; também R\$ 27,139 milhões previstos para serem utilizados na promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena, e mais R\$ 987,8 mil que se destinavam a ação de vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Todo esse recurso retornou ao Tesouro Nacional, alimentando a meta de superávit do país.

Em decorrência da crescente perda de legitimidade e confiança que se abateu sobre a Funasa, decorrência das inúmeras denúncias comprovadas de corrupção e do mau uso dos recursos financeiros destinados a atenção primária à saúde indígena, situação a que se somaram pressões desencadeadas pelos povos indígenas nos diferentes níveis (local, distrital e federal), exigindo a criação de uma *Secretaria Especial de Saúde Indígena* (SESAI) no âmbito do Ministério da Saúde, o governo federal publicou o Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010. Segundo o que estabelece o decreto, o Ministério da Saúde e a própria Funasa teriam 180 dias para fazer a transição gradual do sistema, “a fim de evitar prejuízos ao atendimento da população”. No dia 19 de abril de 2011, o governo federal publicou decreto prorrogando a transição até 31 de dezembro de 2011.

2 Não inclui, por exemplo, as destinadas ao pagamento de salário e benefícios sociais dos funcionários.

3 Valores “corrigidos” para fevereiro de 2010 pelo IPCA.

## Reconhecimento e garantia territorial

A *Agenda Social dos Povos Indígenas (2008-2010)* lançada pelo presidente Lula da Silva em setembro de 2007, havia previsto demarcar 127 Terras Indígenas. Segundo dados levantados junto a Funai, foram emitidos nesse período apenas 13 decretos homologatórios do Presidente da República e somente 29 Terras Indígenas obtiveram portaria declaratória do Ministro da Justiça. Ou seja, os números ficaram bastante aquém da meta estabelecida e formalmente anunciado, em 2007, pelo presidente Lula da Silva.

Em 2010, na ação de *Demarcação e regularização de terras indígenas*, foram gastos apenas 47,51% dos R\$ 25 milhões orçados e a ação de *Fiscalização de Terras Indígenas* não contou nesse ano com qualquer recurso financeiro. Em 2010 houve apenas três (3) homologações e somente dez (10) Terras Indígenas tiveram a portaria declaratória publicada.

## Mulheres indígenas

No PPA 2008-2011 as mulheres indígenas não contaram com uma ação orçamentária específica. Por outro lado, foi criada ainda em 2007 uma coordenação específica de mulheres indígenas no âmbito da Funai, que contou com recursos suficientes para realizar entre setembro de 2008 e agosto de 2010 treze seminários-oficinas regionais com o tema “A violência familiar e doméstica no contexto indígena e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha”.

## Comunidades isoladas

Além da ação de *Localização e proteção de povos indígenas isolados ou de recente contato* implementada pela Funai, que em 2010 contou com um orçamento aprovado de R\$ 2 milhões, dos quais foram gastos 90,24%, o Comando da Aeronáutica teve disponível nesse ano um orçamento de R\$ 1,5 milhões para a ação de *Assistência às comunidades indígenas isoladas em regiões da Fronteira Norte* (Calha Norte).

## Contribuição ao Instituto Indigenista Interamericano

Nos anos de 2009 e 2010 foi prevista nas respectivas Leis Orçamentárias uma *contribuição* financeira do governo brasileiro, via Ministério das Relações Exteriores (MRE), ao Instituto Indigenista Interamericano (III), organização vinculada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Essa contribuição foi prevista no programa *Gestão da Participação em Organismos Internacionais* com os seguintes valores: R\$ 161.739 em 2009; e R\$ 192.951 em 2010. Para ambos os anos consta que o recurso não foi repassado ao Instituto.<sup>4</sup>

## Outras ações

Considerados *grupo vulnerável e/* ou segmento prioritário de políticas de *proteção e inclusão social*, os povos indígenas se beneficiaram de outro conjunto de políticas e ações do governo federal. O Ministério das Minas e Energia (MME), por exemplo, informa que o Programa Luz para Todos já *beneficiou* ao total cerca de 24,4 mil famílias indígenas.

Como parte da *Agenda Social dos Povos Indígenas*, lançada pelo presidente Lula da Silva em setembro de 2007, o Ministério da Cultura (MinC) estimulou e apoiou a criação de *pontos de cultura* em aldeias nos territórios indígenas reconhecidos e demarcados pelo

“ Ainda que os discursos oficiais recentes estejam repletos de palavras como *promoção, participação, autonomia, transparência* e outras do gênero, na prática isso ainda não ocorre nem é estimulado”

4 O Instituto Indigenista Interamericano foi constituído em 1940, passou a operar efetivamente em 1948 e se converteu numa agência especializada da OEA em 1953. Entre seus objetivos está “conhecer a realidade da comunidade indígena em seus diversos contextos culturais e ecológicos no Continente, para promover seu desenvolvimento socioeconômico integral” (*Anuário Indigenista*, 1962, vol. XXII: 5). No Brasil, a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano foi aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de julho de 1953 (Decreto Legislativo nº 55) e sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 19 de agosto de 1954.



Em 2010, indígenas realizaram inúmeras manifestações por melhorias na área da saúde

Estado. Também foram *beneficiadas* associações de indígenas que vivem em centros urbanos. A *Agenda* estabeleceu como meta para o período 2008-2010 implantar 150 pontos de cultura em Terras Indígenas. O MinC também criou um sistema de premiação, o *Prêmio Culturas Indígenas*, voltado a valorização e revitalização de práticas e expressões culturais dos povos indígenas. Criado pelo MinC em 2006, até dezembro de 2010 foram premiadas 276 comunidades e organizações indígenas.

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) em parceria com a Funai incluiu os indígenas na agenda social de registro civil de nascimento e documentação básica (Registro Geral, Cadastro Pessoa Física e Carteira de Trabalho e Previdência Social) como parte da política de *inclusão social dos indígenas* a partir da documentação civil.

Os indígenas também foram *incluídos* como beneficiários da principal ação de *transferência monetária condicionada* (TMC) no país, o Programa Bolsa Família (PBF), iniciado no ano de 2003 e peça-chave na agenda de combate à *pobreza* do governo federal. Em janeiro de 2011 havia 84.796 famílias indígenas *atendidas* pelo Programa, sendo 20 mil cadastradas em 2010. Cerca de 48.600 famílias indígenas de 18 estados eram *beneficiadas* com cestas de alimentos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) já soma 339 o número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que atendem indígenas no país.

Também foi estabelecido como objetivo promover a criação de *territórios da cidadania* em terras indígenas, começando pelos territórios indígenas no Alto Rio Negro e Vale do Javari, no estado do Amazonas, e Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Não obstante esse conjunto de ações, o *I Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas*, realizado em 2008-2009 pela Funasa com recursos do Banco Mundial e executado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde (Abrasco), com objetivo de descrever a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de 5 anos e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos no Brasil, mostrou um quadro nada promissor em praticamente todas as regiões do país. Os dados e avaliações ali contidas colocam em cheque a necessidade de redirecionar e adequar várias dessas políticas e ações, assim como os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

## Comentário final

O ano de 2011 é o último ano do PPA 2008-2011 e o ano de elaboração do PPA 2012-2015. Infelizmente ainda não vemos no interior do movimento indígena organizado ser dado ao assunto a importância que merece. É compreensivo que assim seja, é um assunto complexo, do qual os povos indígenas foram sempre excluídos, que demanda certa dedicação e especialização etc. Por outro lado, ainda que os discursos oficiais recentes estejam repletos de palavras como *promoção, participação, autonomia, transparência* e outras do gênero, na prática isso ainda não ocorre nem é estimulado quando o assunto é planejar, decidir e controlar o orçamento público.

“ O processo de consulta aos povos indígenas precisa ser realizado desde o início da elaboração dos projetos e não somente ao final, quando os estudos estão prontos e as pressões são grandes para que as licenças sejam dadas no menor espaço de tempo”

Foto: José Rosha/Arquivo Cimi



*As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, integram o PAC*

# IIRSA e PAC: ameaças e conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia brasileira\*

**Guilherme Carvalho**

*Educador, membro do Programa Urbano da FASE Amazônia*

A maior parte da Amazônia está localizada no Brasil. No entanto, a Amazônia se estende também para o território de outros países, são eles: Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Equador. Além deles, a Amazônia abarca ainda áreas da Guiana Francesa que não é um país, mas uma colônia da França. Nessa imensa região conhecida como Pan-Amazônia vivem cerca de 1 milhão e 600 mil indígenas de 370 povos diferentes, numa população total de 33 milhões de habitantes. Contudo, apesar desses números impressionantes, a Pan-Amazônia – e a Amazônia brasileira, em particular – é vista por empresas e a maior parte dos governos e políticos como um grande vazio populacional, atrasada economicamente e que, portanto, precisa ser ocupada e explorada.

Esse discurso não é novo. No Brasil, ele serviu no passado para justificar a ocupação desenfreada da Amazônia, que muito prejuízo trouxe aos povos indígenas. Um dos exemplos mais gritantes dessa violência foi o que aconteceu com os indígenas do estado de Rondônia por conta do asfaltamento da rodovia BR-364, que tiveram suas terras invadidas por pessoas e empresas que vieram de outras regiões do país, e mesmo do exterior; lideranças foram assassinadas e muitas comunidades foram forçadas a se mudar para outras áreas; áreas que não ofereciam boas condições para garantir sua sobrevivência. Além disso, muitos indígenas foram morar nas periferias das cidades, vivendo em condições muito ruins e sofrendo todo tipo de discriminação. Tudo isso porque os governos da época diziam que era necessário garantir a segurança nacional contra uma suposta invasão estrangeira. Ou seja, diziam defender a Amazônia ao mesmo tempo em que entregavam enorme quantidade de terras para pessoas e empresas que, como dissemos, não eram somente do Brasil.

Hoje, como no passado, o discurso do vazio populacional e do atraso econômico é utilizado para justificar a entrega de grandes áreas ricas em recursos naturais a grupos políticos e econômicos poderosos. Porém, agora, além da segurança nacional é dito também que o Brasil precisa produzir e vender mais para outros países, a fim de atender o exagerado consumo das suas populações. Ou seja, que o Brasil precisa se tornar um forte competidor para assim poder vender cada vez mais mercadorias, mesmo que isto leve à destruição da Amazônia.

Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname (que são os países pan-amazônicos) mais a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile se uniram e elaboraram um grande projeto chamado por eles de Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana, cuja sigla é IIRSA.

\* Esse texto foi publicado originalmente no livro *IIRSA, Energia e Mineração – Ameaças e Conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*, Leroy, J. P. e Malerba J. (Orgs.), Fase, Rio de Janeiro, 2010

## Em que consiste a IIRSA?

A idéia é executar um conjunto de grandes obras de infra-estrutura em todos os países da América do Sul, a fim de garantir a exploração de seus recursos naturais e a livre circulação das mercadorias: madeira, minérios, peixes, água e muitos outros. São hidrelétricas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, estradas, hidrovias, pontes, gasodutos, ferrovias, postos de fronteira e sistemas de comunicação (internet, TV digital, telefonia e outras). A intenção é possibilitar a exploração dos recursos naturais e sua exportação para outros países no menor espaço de tempo possível e por um preço baixo que os torne atraentes no mercado internacional.

Os governos dizem que a IIRSA visa tornar esses países capazes de competir em melhores condições com os de outros continentes e, dessa maneira, conseguir exportar mais produtos por preços mais baixos. Entretanto, esses mesmos governos dizem que há alguns obstáculos que precisam ser superados para garantir esse objetivo. Entre os obstáculos estão a Amazônia e a Cordilheira dos Andes – uma cadeia de altas montanhas que atravessa os territórios de países como a Bolívia, Colômbia, Equador e Chile. E porque essas áreas são consideradas obstáculos? Por que, segundo governos, empresas, políticos, meios de comunicação e bancos elas dificultam a exploração e exportação dos recursos naturais da Pan-Amazônia, bem como a integração entre os países sul-americanos.

Essas dificuldades seriam provocadas, de um lado, por conta da grande extensão territorial da América do Sul – da Pan-Amazônia, em particular –, da densa floresta, da grande quantidade de rios que não são navegáveis pelas embarcações de maior porte, além das montanhas existentes. Seriam, portanto, obstáculos naturais que, segundo os defensores da IIRSA, podem ser facilmente superados através da abertura de estradas e de túneis; construção e/ou ampliação de ferrovias, portos, aeroportos e pontes; transformação de rios em hidrovias para facilitar a navegação de imensos navios utilizados no comércio internacional de mercadorias. De outro lado, os obstáculos também dizem respeito à existência de Terras Indígenas e de Remanescentes de Quilombos, de Florestas e Parques Nacionais, de Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas e outras áreas protegidas. De acordo com os grupos interessados em explorar intensivamente as riquezas naturais dessa parte do continente americano, tais áreas impedem o desenvolvimento da região e a ação da iniciativa privada. Daí porque vários governos, políticos, mídia, juizes e empresários se posicionarem contrários a novas demarcações ou a criação de áreas protegidas, defendendo, inclusive, a revisão daquelas já regularizadas.

À primeira vista a abertura e o asfaltamento de estradas podem parecer interessantes para os povos indígenas porque há grande dificuldade de locomoção na Amazônia, principalmente no inverno, período em que diversas comunidades ficam inteiramente isoladas por conta da distância e da precariedade das vias de acesso. Ocorre, porém, que, na verdade, essa infra-estrutura toda visa fundamentalmente garantir o acesso, o uso e o

“ Essa infraestrutura toda visa garantir o acesso, o uso e o controle dos recursos naturais da região às grandes empresas do Brasil e do exterior.”

No início da década de 1980 o governo federal contraiu um grande empréstimo do Banco Mundial (BIRD), aproximadamente 500 milhões de dólares, para asfaltar a BR-364 entre Cuiabá e Mato Grosso. Essa era a principal obra do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, mais conhecido como POLONOROESTE. A execução da obra provocou tantos problemas que o repasse do financiamento chegou a ser paralisado. Houve muita denúncia internacional de violação de direitos dos povos indígenas, por conta da violência cometida contra eles (expulsão de suas terras, assassinatos, roubo de madeira, desmatamento e outros). Isto sem falar no aumento de pequenas e médias cidades sem qualquer infra-estrutura adequada à grande quantidade de pessoas que migraram para Rondônia. A terra foi concentrada nas mãos de grileiros (fazendeiros e empresas). E tudo isso contou com o apoio decisivo dos governos federal, estadual e municipais.

controle dos recursos naturais da região – inclusive aqueles localizados nas terras indígenas – às grandes empresas do Brasil e do exterior. Este é realmente o grande objetivo da IIRSA. Essas obras não visam beneficiar os povos indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas ou os extrativistas. Pelo contrário, essas obras tendem a provocar e agravar inúmeros problemas enfrentados por povos de diferentes etnias. Uma minoria de empresas e de pessoas é que será verdadeiramente beneficiada, até mesmo nas grandes, médias e pequenas cidades da Amazônia.

A tabela abaixo é apenas para exemplificar como está estruturado o setor exportador na nossa região, tomando como referência o Pará. Ela mostra as empresas que mais exportaram em janeiro deste ano. É possível perceber, de um lado, a concentração existente no setor e, de outro, o tipo de mercadoria exportada – celulose, minério, madeira e produtos agropecuários, como carne e soja. São esses setores os que serão ainda mais beneficiados com os grandes projetos de infra-estrutura previstos para serem executados na Amazônia.

### EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – PARÁ

PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS	JANEIRO DE 2010 Em milhões de dólares (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO no total das exportações brasileiras (%)
Vale S/A	341.681.380	52,04
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	92.049.015	14,02
Albras – Alumínio Brasileiro S.A.	26.568.002	4,05
Mineração Buritirama S.A.	18.179.980	2,77
Kaiapos Fabril e Exportadora Ltda	16.491.360	2,51
Jari Celulose S/A	16.039.313	2,44
Sidepar – Siderúrgica do Pará S.A.	12.435.800	1,89
Companhia Siderúrgica do Pará – Cosipar	11.245.800	1,71
Minerva S.A.	10.951.341	1,67
Mineração Rio do Norte S.A.	9.979.899	1,52
Agroexport Ltda	9.001.956	1,37
Cadam S.A.	6.718.725	1,02
Rio Capim Caulim S.A.	6.629.274	1,01
Vale Manganes S.A.	6.130.520	0,93
Bertin S.A.	6.018.777	0,92
Para Pigmentos S.A.	5.410.265	0,82
Dow Corning Metais do Pará Ind. e Comércio	4.796.050	0,73
Reinarda Mineração Ltda	4.561.144	0,69
Usipar Usina Siderúrgica do Pará	3.420.000	0,52
Sidenorte Siderurgia Ltda	3.072.763	0,47

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>1</sup>

“Essas obras não visam beneficiar os povos indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas ou os extrativistas. Pelo contrário, essas obras tendem a provocar e agravar inúmeros problemas enfrentados por povos de diferentes etnias”

<sup>1</sup> 40 empresas que atuam no Pará foram responsáveis por 96,14% das exportações do país em janeiro de 2010.

Se na América do Sul há a IIRSA, no Brasil há o Programa de Aceleração do Crescimento, cuja sigla é PAC, executado integralmente pelo governo brasileiro com o apoio de governos estaduais e municipais da nossa região, e que conta com muitos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. O objetivo do PAC é muito semelhante ao da IIRSA, que é de integrar a Amazônia às outras regiões do país, também objetivando garantir o acesso de grandes empresas aos recursos naturais existentes na região, através da construção de estradas, hidrovias, da garantia de energia para as atividades produtivas eletrointensivas, isto é, que necessitam de muita energia como as aciarias e as mineradoras cada vez mais presentes na região.

Na verdade tanto a IIRSA quanto o PAC reproduzem os mesmos problemas de outras iniciativas do passado:

- a) enxergam a Amazônia como um estoque de recursos que precisam ser explorados a qualquer custo, já que tudo aqui é compreendido apenas como mercadorias que podem ser comercializadas;
- b) defendem a idéia de que a Amazônia é um vazio populacional e uma região atrasada que precisa ser ligada a outras com economias mais fortes e dinâmicas;
- c) não valorizam a importância dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas para a preservação da floresta, e que isto beneficia populações de outras regiões do Brasil e mesmo de outros países.

Uma parte considerável das obras previstas pela IIRSA e pelo PAC será construída dentro de Terras Indígenas, ou causará enormes impactos sobre elas. A tendência é que os povos indígenas, como os Munduruku, vivam novamente sérios problemas já enfrentados por muitas etnias no passado.

Lembremos também o que aconteceu com a Terra Indígena Waimiri-Atroari, no Estado do Amazonas. A construção da hidrelétrica de Balbina inundou cerca de 2 mil e 300 quilômetros quadrados de área, obrigando os membros desse povo a se mudarem

**“ Uma parte considerável das obras previstas pela IIRSA e pelo PAC será construída dentro de Terras Indígenas, ou causará enormes impactos sobre elas”**



***Povos indígenas resistem a empreendimentos governamentais que impactam suas terras***

para outros locais. Ao final, a energia gerada não somente não compensou o investimento, um desperdício financeiro, como também se tornou um dos maiores desastres social e ambiental na Amazônia.

Os Waimiri-Atroari também sofreram problemas sérios com a abertura da rodovia BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. As doenças e os conflitos com os não-índios quase causaram a extinção desse povo, que chegou a ter somente 374 membros compondo a comunidade.

Obras como o asfaltamento de grandes rodovias na Amazônia não trará qualquer benefício aos habitantes que vivem na região se não houver a regularização das Terras Indígenas, se não houver ações enérgicas por parte do poder público para impedir ações de grupos criminosos, que realizam a venda ilegal de madeira e a grilagem de terras, por exemplo, e sem que haja um plano bem elaborado de desenvolvimento que conte com a participação de todos os interessados, inclusive os povos indígenas, para garantir que sejam executadas atividades que não destruam o meio ambiente e que, ao mesmo tempo, melhorem a qualidade de vida de índios e de não-índios.

## É preciso garantir a vida

Para garantir a execução de todas as obras previstas pela IIRSA e o PAC, os governos e seus aliados descumprem a legislação ambiental. Os casos das hidrelétricas Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia; e de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, são os exemplos mais recentes. No caso de Belo Monte, não foram realizadas audiências públicas nas comunidades indígenas, tal como define a lei, mas somente nas sedes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, além de Belém, comprometendo, dessa maneira, todo o processo de debate sobre os estudos de impacto ambiental. Por outro lado, busca-se até mesmo mudar a Constituição a fim de que as mineradoras e madeireiras, entre outras, possam entrar nas Terras Indígenas com maior facilidade, ou ainda que hidrelétricas e demais empreendimentos possam ser construídos nessas áreas.

Os indígenas não são empecilhos ao desenvolvimento econômico e à melhoria da qualidade de vida de não-índios. Parece evidente que não é destruindo a floresta, poluindo a água e o ar e contribuindo para o aquecimento global da forma como está ocorrendo hoje que se superará a pobreza e a exclusão social. Portanto, se a pobreza e a miséria são intensas e se as desigualdades no interior de cada país e entre os países têm aumentado, isto demonstra que o problema está no próprio modelo de desenvolvimento capitalista, profundamente injusto, e não porque há terras destinadas aos povos indígenas. Afirmar o contrário é demonstrar preconceito contra os indígenas.

As Terras Indígenas estão sob forte pressão de poderosos interesses econômicos e políticos. Esta situação coloca em risco a sobrevivência de diversos povos. Nesse sentido, quaisquer iniciativas que causem impactos sobre elas, sejam diretos ou indiretos, precisam ser detalhadamente debatidas com todas as comunidades, sendo que o poder público tem que garantir obrigatoriamente o acesso às informações sobre os projetos e estas devem ser de fácil compreensão aos indígenas. Na verdade, o processo de consulta aos povos indígenas precisa ser realizado desde o início da elaboração dos projetos e não somente ao final, quando os estudos estão prontos e as pressões são grandes para que as licenças sejam dadas no menor espaço de tempo.

Os povos indígenas e suas lideranças precisam estar atentos às movimentações dos governos e seus aliados que buscam garantir a execução dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, pois o momento é de atenção e de se preparar para as disputas que inevitavelmente acontecerão. Questionar as intenções e as propostas dos defensores da IIRSA e do PAC é um passo necessário para que os indígenas definam com maior segurança as suas formas de resistência, bem como as suas demandas.

“ Os povos indígenas e suas lideranças precisam estar atentos às movimentações dos governos e seus aliados que buscam garantir a execução dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia”





# Capítulo I

## Violência Contra o Patrimônio

Omissão e morosidade na regularização de terras.....	39
Conflitos relativos a direitos territoriais.....	53
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.....	55



*Comunidade Kaingang do Carazinho (RS) espera há várias décadas a demarcação de sua terra tradicional, acampada à beira da estrada*

**E**ste capítulo trata das violências cometidas contra o patrimônio indígena que abrange bens familiares, tais como casas e roças, e bens comunitários, tais como escolas, postos de saúde e, sobretudo, terra. Inclui também recursos naturais encontrados nas terras indígenas, dos quais os povos têm o usufruto exclusivo, como madeira, caça, peixe, água, frutas e matérias primas. O patrimônio indígena inclui igualmente bens imateriais, tais como o direito autoral de imagem, e o direito intelectual, como conhecimentos tradicionais de medicina e outros saberes.

Por vários motivos, o foco principal do patrimônio indígena é a terra. Primeiro, por causa da estreita ligação cultural, social, econômica e espiritual que as comunidades indígenas possuem com a terra, o que constitui a base da sobrevivência material e cultural. Em segundo lugar, percebe-se que os povos que têm a própria terra ancestral demarcada, homologada e regularizada, sofrem muito menos violências e precariedade do que povos ou comunidades que não usufruem deste direito.

# Omissão e morosidade na regularização de terras

No ano de 2010 foram registrados 49 casos de omissão e morosidade na regularização das terras indígenas, sendo que, em 2009, foram registrados 34 casos. Existem registros nos estados de Alagoas (1), Amazonas (1), Ceará (2), Goiás (1), Maranhão (2), Mato Grosso (6), Mato Grosso do Sul (3), Pará (2), Paraná (12), Pernambuco (1), Rio Grande do Sul (8), Roraima (1), Santa Catarina (7) e São Paulo (2).

Como nos anos anteriores, também em 2010 percebe-se que todos os prazos de regularização das terras indígenas foram descumpridos pelos órgãos responsáveis. A regularização é um procedimento administrativo de várias etapas, com prazos determinados, definido pelo Decreto nº 1.775/96.

Além de ferir o direito constitucional das comunidades indígenas a ter suas terras tradicionais demarcadas, essa morosidade as deixam vulneráveis, pois percebe-se que terras que continuam sem regularização final, mesmo as registradas e declaradas, são mais expostas a invasões, ocupações, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais.

Exemplos desta vulnerabilidade são a intensificação de conflitos, inclusive violentos, entre indígenas e não-indígenas, como na Terra Indígena Awá do povo Awá-Guajá (MA) e a Terra Panambi, do povo Guarani Kaiowá (MS). O desmatamento nas terras do povo Chiquitano (MT), Portal do Encantado, Lago Grande e Alto Tarauacá, como na Terra Batelão, do povo Kayabí (MT) e a Terra Pacajá do povo Asurini (PA). Outras terras reconhecidas como indígenas continuam ocupadas por grandes lavouras, como a Terra Ikpeng, do povo Ikpeng (MT), tomada em 30% por lavouras de grãos.

O processo demarcatório de diversas terras está paralisado há mais de dez anos, como é o caso da T. I. Irapuá, do povo Guarani Mbyá (RS), cuja comunidade permanece acampada na beira de estrada. Esta situação precária e degradante é recorrente nos estados do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, como também no Mato Grosso do Sul, afetando, sobretudo, comunidades dos povos Guarani e Kaingang. Dos 49 casos aqui relatados, 30 foram registrados nestes quatro estados.

Chama atenção a continuidade do descaso para com comunidades vítimas de obras infra-estruturais, como usinas hidrelétricas, ou rodovias. O caso da Terra Indígena Ibirama – La Klaño, do povo Xokleng (SC), impactada pela

barragem Norte é significativo. Nem a condenação pela Justiça conseguiu que a União e o estado de Santa Catarina cumprissem o protocolo de intenções assinado em 1992. No Paraná, pelo menos cinco comunidades Guarani aguardam a demarcação das suas terras desde os anos '80, quando foram expulsas das suas terras tradicionais por causa da inundação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu.

## Quadro geral da morosidade

Há muitos outros casos de omissão e morosidade na regularização de terras, além dos 49 aqui apresentados. Desde os anos 1990 o Cimi tem registrado o andamento dos processos de regularização de todas as terras indígenas reivindicadas pelas comunidades indígenas, com base nos dados da Funai, do Ministério da Justiça, do Diário Oficial da União (DOU) e dados enviados pelas equipes regionais do Cimi. Neste registro do Cimi constavam 1008 terras, até o final de 2010, divididas em três categorias: as terras regularizadas, as terras em processo de regularização e as terras reivindicadas por comunidades indígenas, mas sem procedimentos de regularização, as 'sem providência'.

Um pouco mais de um terço do total das terras foi totalmente regularizado: 360 (36%). As categorias reservadas, dominiais e com restrição somam 40 (4%). Outras 286 (28%) estão em alguma fase de regularização. As demais terras, 322 (32%) estão sem providência. Ou seja, 605 terras aguardam o início ou a finalização do processo regulatório.

Observa-se que em todos os casos as autoridades responsáveis têm estourado os prazos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/96.

Registradas	360
Homologadas	43
Declaradas	60
Identificadas	27
A identificar	156
Sem providência	322
Reservadas/Dominiais	35
Com Restrição	05
<b>Total</b>	<b>1.008</b>

*Dados atualizados em fevereiro de 2011*

Em 2010, a Funai publicou apenas 2 portarias de identificação. O órgão federal alega vários motivos para a morosidade na regularização de terras indígenas: faltam recursos humanos e financeiros, além dos processos judiciais que prolongam o tempo para a regularização. É verdade que em várias regiões, notadamente no Mato Grosso do Sul, existe uma crescente pressão local e regional contra o trabalho da Funai, atrapalhando o prosseguimento dos estudos de campo, junto a uma tendência de judicialização do processo regulatório.

O Ministério de Justiça publicou apenas 7 portarias declaratórias em 2010. No entanto, de 7 terras já declaradas as portarias foram suspensas. Assim, até o final de 2010, 27 terras esperavam a publicação da Portaria Declaratória pelo Ministro de Justiça. Vale lembrar que o Decreto nº 1.775/96 estipula, uma vez recebida a portaria de identificação por parte da Funai, um prazo de 60 dias para que o Ministério da Justiça publique a Portaria Declaratória.

Em 2010, o presidente Lula homologou apenas 2 terras indígenas, sendo elas Comboios e Tupiniquim, ambas no Espírito Santo. Até o final de 2010, mais 60 terras estavam esperando a assinatura do decreto de homologação. Isso inclui 11 terras que tem esperado a assinatura presidencial desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A homologação depende apenas da finalização da demarcação física da área pela Funai.

Durante seus dois mandatos, o presidente Lula homologou somente 10 terras indígenas por ano, média alcançada por causa das 44 homologações nos primeiros dois anos. Depois destes dois primeiros anos, a partir de 2005, observa-se um súbito e forte declínio no número de homologações, ficando abaixo de 10 por ano, o que representa uma média de 6 homologações por ano, nos últimos seis anos. Ainda em outra comparação: nos quatro anos do seu primeiro mandato, Lula homologou 63 terras indígenas, no segundo, apenas 18.

Considerando que existem, no mínimo, ainda 603 terras aguardando a finalização do processo homologatório, se

a demarcação das terras indígenas continuar neste ritmo extremamente lento, demoraria ainda 100 anos para todas as terras indígenas serem regularizadas.

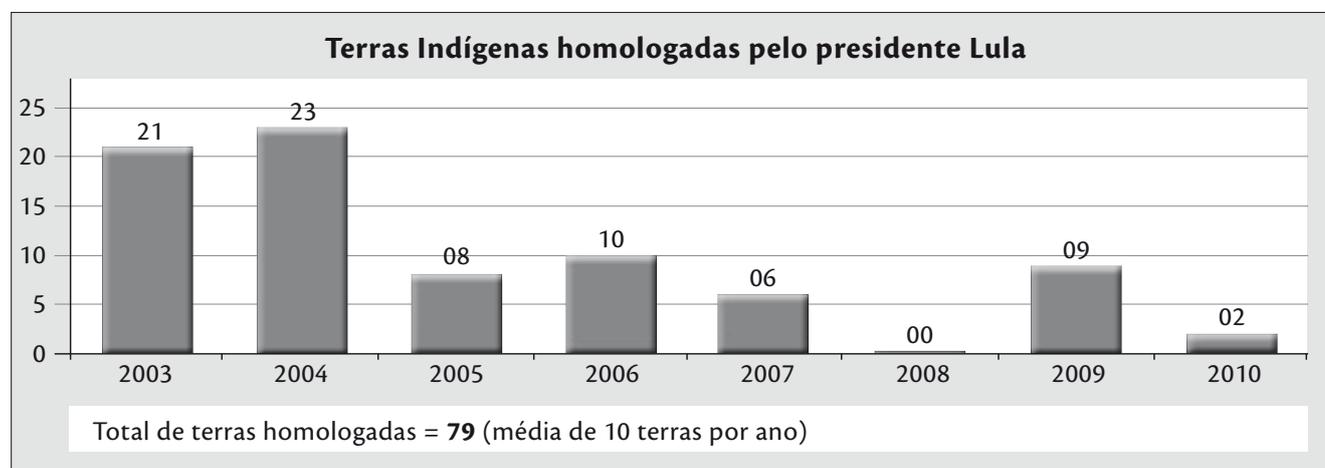
### Homologação de Terras Indígenas por gestão presidencial

Presidente <b>Sarney</b> 1985 – 1990	67	média anual: 13
Presidente <b>Collor</b> Jan. 1991 – set. 1992	112	média anual: 56
Presidente <b>Itamar Franco</b> Out. 1992 – dez. 1994	18	média anual: 09
Presidente <b>FHC</b> 1995 – 2002	145	média anual: 18
Presidente <b>Lula</b> 2003 – 2010	79	média anual: 10

Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



As grandes monoculturas, como as de cana-de-açúcar, têm expulsado comunidades indígenas de suas terras



Número de terras indígenas homologadas por ano pelo presidente Lula durante seus dois mandatos. Total: 79, uma média de 10 por ano. A partir de 2005, o número cai de forma significativa.

**Listagem geral das 322 terras indígenas sem providência**

Cimi – Dados de junho 2011\*

**ACRE - 4 terras**

TERRA INDÍGENA – AC	POVO	MUNICÍPIO
Igarapé Tapada	Sem contato	Mâncio Lima
Jaminawa do Seringal São Francisco	Jaminawa	Sena Madureira
Monte	Apurinã	Boca do Acre
Parque Estadual do Chandles	Sem contato	Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano

**ALAGOAS - 4 terras**

TERRA INDÍGENA – AL	POVO	MUNICÍPIO
Kalankó	Kalankó	Água Branca
Karuazu	Karuazu	Pariconha
Katokim	Catokim	Pariconha
Koiupanká	Pankararu - Koiupanká	Inhapi

**AMAZONAS - 107 terras**

TERRA INDÍGENA – AM	POVO	MUNICÍPIO
Aldeia Aliança/ Furo Preto	Kanamari	Itamarati
Aldeia Gaviãozinho	Kulina	Itamarati
Aldeia Mari-Mari/Igarapé do Índio	Kulina	Itamarati
Aldeia Patakuá	Munduruku	Manicoré
Aldeia São Raimundo	Munduruku	Manicoré
Arajaí	Mura / Apurinã	Manaquiri
Assunção	Kokama	Tefé
Baixo Seruini	Apurinã	Pauini
Baixo Tumião	Apurinã	Pauini
Baku	Kanamari	Itamarati
Barro Alto II	Mundurucu, Kulina / Mura	Manaquiri
Batedor	Kulina	Jutaí
Benezer	Miranha	Japurá
Boará/Boarazinho	Kambeba / Kokama	Tefé
Boca do Futuro	Mura	Manaquiri
Boca do Mucura	Kokama	Fonte Boa
Boca do Rio Jacaré	Paumari / Deni	Tapauá
Bom Futuro	Mura	Careiro da Várzea
Caiapé	Munduruku	Manicoré
Caju	Arara	Coari
Cajual	Munduruku	Manaquiri
Cajueiro/Lourdes	Apurinã e Jamanadi	Boca do Acre
Caiambé/Barreirinha	Tikuna, Kokama, Kambeba	Tefé
Cainã	Baré, Munduruku e Apurinã	Manaquiri
Camaiuí	Munduruku	Manicoré
Camaru	Kamanari	Fonte Boa
Capanã Guariba II	Mura	Manicoré
Cariru	Kokama	Jutaí
Ciriquiqui	Apurinã	Pauini
Curara	Mura	Manicoré
Curiã	Apurinã	Lábrea

TERRA INDÍGENA – AM	POVO	MUNICÍPIO
Deus é Amor	Apurinã	Beruri
Espírito Santo das Margens do Solimões	Kaixana	Tonantins
Esperança Estrada do Brasileirinho	Kokama	Manaus
Feijoal Servalho	Kokama	Jutaí
Igarapé Lurdes	Jamamadi	Boca do Acre
Igarapé Manacá	Kokama, Kaixana	Tonantins
Igarapé Patiá	Tikuna	Sto. Antonio do Iça
Ilha do Tarará	Kokama	Jutaí
Ilha do Xibeco	Kokama	Jutaí
Isolados do Rio Ipixuna	Sem contato	Tapauá/ Canutama
Isolados do Alto Rio Marmelos	Sem contato	Humaitá e Manicoré
Isolados do Bararati	Sem contato	Apui, Sucurundi no AM e Cotriguaçu no MT
Isolados do Rio Tumiã	Sem contato	Lábrea
Isolados do Kurekete	Sem contato	Lábrea
Isolados Pirititi	Sem contato	Presidente Figueiredo
Jerusalém	Kaixana	Tomantins
Jubará	Miranha	Maraã
Juruá	Kulina	Juruá
Kaimô	Mura e Mundurucu	Manaquiri
Kaixana Espírito Santo Pukaá (RES)	Katixana	Tanantins, Santo Antonio do Iça
Kaixana de São Francisco de Muriá – Tonantins	Kaixana	Tonantins
Kawá	Mura	Borba
Kokama de Acapuri do Meio	Kokama	Fonte Boa
Kulina do Médio Jutaí	Kulina	Jutaí
Kulina do Rio Akurawa	Kulina	Envira
Lago do Jacaré	Mura	Careiro da Várzea
Lago Piranha do Paraná do Mamori	Mura	Careiro
Lago dos Remédios	Munduruku	Manicoré
Laranjal	Miranha, Kokama, Pacaia	Alvarães
Mamuri / Bela Vista	Manuri	Tapauá
Maraguá	Marquá	Nova Olinda do Norte
Martião	Kokama	Fonte Boa
Monte Muriá	Kokama, Kambeba, Tikuna	Fonte Boa
Monte Sião	Kokama, Kambeba	Fonte Boa
Monte Sião do Lago Catuá	Tukano	Coari
Nossa Senhora de Fátima do Catuá	Kokama	Coari
Nossa Senhora da Saúde	Ilha Xibeco Kokama	Jutaí
Nossa Senhora do Nazaré do Itaboca	Arara	Coari
Nova Canaã	Mura	Manaquiri
Nova Esperança / Bom Jesus / Bela Vista	Kokama, Tikuna	Anori
Nova Esperança	Kaixana	Tonantins

\* Por ser a listagem de junho 2011 os números diferem, porém pouco, dos números utilizados na abertura deste capítulo, que são dados atualizados em dezembro de 2010.

Listagem geral das 322 terras indígenas sem providência

Cimi – Dados de junho 2011

TERRA INDÍGENA – AM	POVO	MUNICÍPIO
Nova Esperança do Manaquiri	Manaquiri Munduruku/Kulina	Manaquiri
Nova Jerusalém / Costa do Ambé	Jamamadi	Anori
Nova Jerusalém	Kokama	Tefé
Nova Jerusalém / Ilha Caxiuará	Mura	Cadajás
Nova Macedônia	Avá-Canoeiro	Alvarães
Nova União	Mura	Itacoatiara
Nova Vida	Mura	Autazes
Onça	Mura	Borba
Paraná do Surubim	Kambeba	Coari
Pedreira do Amazonas	Apurinã	Lábrea
Pirarara	Apurinã	Manaquiri
Poronga	Apurinã	Autazes
Potiri Nossa Senhora de Nazaré	Mura	Maraã
Projeto Mapi	Kaixana	Tefé
Rio Juruá Minerauá	Kanamari, Kokama	Fonte Boa
Sahuapé	Sateré Mawé	Manacapuru
Santa Helena	Kokama	Jutaí
Santa Luzia	Kokama	Fonte Boa
Santa Maria do Rio Iça	Kaixana	Tonamtins
Santa Terezinha	Kaixana	
Santa União	Kokama	Fonte Boa
São Joaquim / Nova Betânia	Kokama	São Paulo de Olivença
São Jorge Ponta da Castanha	Tikuna / Miranha	Tefé
São José do Mari	Maku	Alvarães
São Lázaro	Kaixana	Tonamtins
São Miguel Paraná do Bururuá	Tikuna	Coari
São Sebastião da Ilha do Mapana	Kaixana	Santo Antonio do Iça
São Sebastião da Liberdade (RES)	Caburi	Coari
São Sebastião do Surubim	Kambeba	Coari
Seringal Lourdes	Jaminawa	Boca do Acre
Taquara/Gaviãozinho	Kulina	Carauari
Taurí	Mura	Autazes
Tora Baixo Grande	Torá	Manicoré
Tururukari-Uka	Kambeba	Manacapuru
Vila Presidente Vargas	Kaixana	Santo Antonio do Iça

BAHIA - 2 terras

TERRA INDÍGENA – BA	POVO	MUNICÍPIO
Payayá	Payaya	Utinga e Morro do Chapéu
Pataxó	Pataxó	

CEARÁ - 12 terras

TERRA INDÍGENA – CE	POVO	MUNICÍPIO
Cajueiro	Tabajara	Poranga
Fidélis	Tabajara	Quiterianópolis
Gavião	Gavião	Monsenhor Tabosa
Imburama	Tabajara	Poranga
Kalabaça	Kalabaça	Poranga

TERRA INDÍGENA – CE	POVO	MUNICÍPIO
Kanindé	Kanindé	Aratuba e Canindé
Lagoa dos Neris	Potigura	Novo Oriente
Lagoinha	Potiguara	Novo Oriente
Monte Nebo	Potiguara	Crateús, Monsenhor Tabosa
Nazário	Tabajara	Crateús
Gameleira / Sítio Fernandes	Kanindé	Aratuba e Canindé
Tabajara	Tabajara	Viçosa, Crateús, Monsenhor

ESPÍRITO SANTO - 1 terra

TERRA INDÍGENA – ES	POVO	MUNICÍPIO
Serra Caparoó	Guarani Mbyá	Dores do Rio Preto / Divino São Lourenço

MARANHÃO - 1 terra

TERRA INDÍGENA	POVO	MUNICÍPIO
Mangueira	Timbira	Vitorino Freire

MINAS GERAIS - 4 terras

TERRA INDÍGENA – MG	POVO	MUNICÍPIO
Aranã	Aranã	Coronel Murta, Vale do Jequitinhonha
Luiza do Vale	Tembé	Rio Pardo de Minas
Mocuriñ	Mocuriñ	Campanário
Pankararu de Araçuaí	Pankararu	Coronel Murta

MATO GROSSO DO SUL - 73 terras

TERRA INDÍGENA – MS	POVO	MUNICÍPIO
Aldeia Campestre	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Arivada Guasu	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Ava Tovilho	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Bakaiuva	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
Bocaja	Guarani-Kaiowá	Iguatemi
Batelh 'ie Botelha Guasu	Guarani-Nhandeva	Tacuru
Buena Vista	Guarani-Kaiowá	Juti
Cabeceira Comprida	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Cambaretá	Guarani-Kaiowá	Deodópolis
Campo Seco	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Canta Galo	Guarani-Kaiowá	Amambai
Cerro Peron	Guarani-Kaiowá	Paranhos
Che ru pai Kuê	Guarani-Kaiowá	Juti
Chorro	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
Curupaity	Guarani-Kaiowá	Dourados
Espadim	Guarani	Paranhos
Garcete Kue	Guarani-Kaiowá	Sete Quedas
Gua 'ay	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Guapuku	Guarani-Kaiowá	Dourados
Itaco 'a	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Itapoa Takuarembioy	Guarani-Kaiowá	Paranhos
Japorã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Jatei kue	Guarani-Kaiowá	Dourados
Javevyry	Guarani-Kaiowá	Navirai
Jepopete	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Juiu – Barrero e Picandinha	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Jukeri e Tatarem	Guarani-Kaiowá	Laguna Carapã
Kamba	Kamba	Corumbá

**Listagem geral das 322 terras indígenas sem providência**

Cimi – Dados de junho 2011

TERRA INDÍGENA – MS	POVO	MUNICÍPIO
Ka'ajari	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Kaakaikue	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Kaipuka	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Kinikinawa	Kinikinawa	?
KM 20 – Barrero Guasu	Urucuty / Guarani-Kaiowá	?
Kunumi Vera	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Kurupa'y Voca	Guarani-Kaiowá	Navirai
Kurupy	Guarani-Kaiowá	Navirai
Kurusu Amba	Guarani-Kaiowá	Amambai
Lagoa de Ouro	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Laguna Perui	Guarani-Kaiowá	Eldorado
Laguna Vera	Mboreguari, Mbaracajá / Guarani-Kaiowá	Amambai
Laranjeira Nhanderu	Guarani	Rio Brilhante
Laranjaty e Arroyo'í	Guarani	Japorã
Lucero	Guarani	Coronel Sapucaia
Mabirijui	Guarani-Kaiowá	Navirai
Mbarakajá Porã	Guarani-Kaiowá	Amambai
Mbaragui	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Mboiveve – Jety'ay	Guarani-Kaiowá	Amambai
Npuku	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Ouro Verde	Guarani-Kaiowá	Ponta Porã
Pantanal	Guató	Corumbá
Poique	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Porto Desseado	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Portrerito	Guarani	Paranhos
Pueblito Kue	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Quintino Kue	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
Quinze de Agosto	Guarani-Kaiowá	Angélica
Rancho Lima	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
São Lucas	Guarani-kiowá	Tacuru
Samakuã	Guarani-Kaiowá	Amambai
São Pedro	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Suvirando Gua'akua Yvyrapyraka	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Takuru Menby	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Takuapiry	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Tangara'y Karanguata'y e Kururu'y	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Tapesu'aty	Guarani	Paranhos
Tereré	Terena	Sidrolândia
Toro Piré	Guarani-Kaiowá	Dourados
Tujukua	Guarani-Kaiowá	Dourados
Valiente Kue	Guarani	Paranhos
Ypo'í e Triunfo	Guarani	Paranhos
Ypytã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Yvyhukue	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Yvype	Guarani-Kaiowá	Caarapó

**MATO GROSSO - 12 terras**

TERRA INDÍGENA – MT	POVO	MUNICÍPIO
Arara do Rio Guariba	Arara	Colniza
Cabixi	Não contactados	Comodoro
Capitão Marques	Pareci	Comodoro
Kudorajarí	Bororo	General Carneiro
Morcegal	Nambiquara	Comodoro

TERRA INDÍGENA – MT	POVO	MUNICÍPIO
Moreru-Pacutinga	Não contactados	Cotriguaçu
Nhandu-Braço Norte	Não contactados	Guarantã do Norte
Parabure II, III,IV,V	Xavante	Nova Xavantina Campinópolis
Rio Bararati	Não contactados	Cotriguaçu
Rio Madeirinha	Não contactados	Aripuanã
Rio Preto	Maxakali – Krenak	Canabrava do Norte
Rio Tenente Marques	Não contactados	Juína

**PARÁ - 22 terras**

TERRA INDÍGENA – PA	POVO	MUNICÍPIO
Açaizal	Munduruku	Santarém
Adi Arumateuá	Tembé	Tomé Açú
Akratikateje da Montanha	Gavião da Montanha	Nova Ipixuna
Areial	Tembé	Santa Maria do Pará
Barreira Campo	Karajá	Santa Maria das Barreiras
Boa Vista Km 17	Juruna	Vitória do Xingu
Canain	Atikun	Canaã dos Carajás
Cumaruara	Cumaruara	Margens do Tapajós
Cuminapanema Urucuriana	Não contactados, Zoé	Óbidos e Alenquer
Dos Encantados	Tuapiu	Santarém
Guajanaira	Guajajara e Guarani Mbyá	Itupiranga
Jeju	Tembé	Santa Maria do Pará
Maitapu	Maitapu	Margens do Tapajós
Muruci	Arapium	Santarém, Margens do Rio Tapajós
Ororobá	Atikum	Itupiranga
Pedreira Miripixi	Arapium	Santarém
Tapiira	Arapium	Santarém
Tavaquara	Xipaia e Curuaia	Altamira
Tembé de Santa Maria do Pará	Tembé	Santa Maria do Pará
Tupaiu	Tupaiu	Margens do Rio Tapajós
Tupinambá	Tupinambá	Santarém, Margens do Rio Tapajós
Vila Franca	Arapium	Santarém

**PARAÍBA - 1 terra**

TERRA INDÍGENA – PB	POVO	MUNICÍPIO
Tabajara	Tabajara	Conde

**PERNAMBUCO - 2 terras**

TERRA INDÍGENA – PE	POVO	MUNICÍPIO
Aldeia Foklassa	Fulni-ô	Águas Belas
Serra Negra	Kambiá, Pipipã	Petrolândia

**PARANÁ - 5 terras**

TERRA INDÍGENA – PR	POVO	MUNICÍPIO
Morro das Pacas	Guarani Mbyá	Guaraqueçaba
Ortigueira	Kaingang	Ortiguera
Porto Novo Jacarezinho	Guarani Mbyá	Guaira
Serrinha	Kaingang	Tamarana
Vy'a Renda	Guarani Mbyá	Santa Helena

**Listagem geral das 322 terras indígenas sem providência**

Cimi – Dados de junho 2011

**RIO DE JANEIRO - 1 terra**

TERRA INDÍGENA – RJ	POVO	MUNICÍPIO
Camboinhas (Tekoha Itarypu)	Guaran M'bya	Niteroi

**RONDÔNIA - 24 terras**

TERRA INDÍGENA – RO	POVO	MUNICÍPIO
Arikem C. Estivado	Desaldeados	Ariquememes
Cabeceira Rio Marmelo	Não contatados	Machadinho D'este (RO) e Humaitá (AM)
Cascata – Cassupá – Salomã	Cassupá e Salamã	Chupinguaia e Corumbiara
Cujubim	Cujubim	Guajará Mirim e Costa Marques
Igarapé Karipuninha	Não contatados	Porto Velho e Lábrea
Jabuti	Jabuti	Alta Floresta
Kampé	Kampé	Pimenteiras
Makurap	Makurap	Rolim de Moura e Alta Floresta
Mata Corá	Mata Corá	Costa Marques
Oro Mon	Waran	Guajara Mirim, N. Mamoré
Pântano do Guaporé	Não contatados	Pimenteira
Parque Estadual Guarajá Mirim	Não contatados	Nova Mamoré e Guajará Mirim
Paumelenhos	Paumeleno	Costa Marques
Paumelenhos do B. do Megaço	Paumelenhos	Pimenta Bueno
Puruborá do Rio Manuel Correia	Puruborá	Seringueiras
Rebio Jaru	Não contatados	Ji-Paraná
Rio Candeias	Não contatados	Porto Velho
Rio Cautário	Não contatados	Costa Marques e Guajara-Mirim
Rio Formoso	Não contatados	Nova Mamoré e Porto Velho
Rio Jacundá	Não Contatados	Cujubim, Itapuã do Jamari, Candeias do Jamari. P. Velho
Rio Madeira	Não contatados	Jaci Parana
Rio Novo e Cachoeira do Rio Pacaas Novas	Não contatados	Guajará Mirim
Serra da Cutia	Não contatados	Guajara Mirim
Timuqui	Jururei	Urupá, Alvoredo

**RORAIMA - 1 terra**

TERRA INDÍGENA – RR	POVO	MUNICÍPIO
Lago da Praia	Makuxi e Wapixana	Boa Vista

**RIO GRANDE DO SUL - 30 terras**

TERRA INDÍGENA – RS	POVO	MUNICÍPIO
Acampamento Capivari	Guarani Nhandeva	Capivari do Sul
Acampamento São Roque	Kaingang	Erexim
Água Grande	Guarani M'bya	Camaqua
Arroio Divisa	Guarani M'bya	Arroio dos Ratos e Eldorado do Sul
Caaró	Guarani Nhandeva	Caiboaté
Campo Bonito	Guarani M'bya	Torres

TERRA INDÍGENA – RS	POVO	MUNICÍPIO
Campo do Meio	Kaingang	Gentil
Capi Owi / Colônia Marciel	Guarani M'Bya	Pelotas
Capivari II do Sul	Guarani M'Bya	Capivari
Cochilha da Cruz	Guarani M'Bya	Barra do Ribeira
Estiva / Nhundu	Guarani Nhandeva	Viamão
Farroupilha	Kaingang	Farroupilha
Ibicuí	Guarani M'bya	Itaqui
Interlagos	Guarani M'bya	Osório
Jaguarzinho	Guarani Nhandeva	São Francisco de Assis
Lajeado	Kaingang	Lajeado
Lami	Guarani Mbyá	Porto Alegre
Lomba do Pinheiro	Kaingang e Guarani M'bya	Porto Alegre
Maquiné	Guarani	Maquiné
Mata São Lourenço	Guarani Mbyá	São Miguel das Missões
Morro Santana	Kaingang	Porto Alegre
Nhacapetum	Guarani M'bya	São Miguel das Missões
Passo da Estância	Guarani M'bya	Barra do Ribeira
Pontão	Kaingang	Pontão
Raia Pires	Guarani Nhandeva	Sentinela do Sul
Riozinho	Guarani Mbyá	Riozinho
Ruínas de São Miguel	Guarani Mbyá	São Miguel das Missões
São Leopoldo	Kaingang	São Leopoldo
Taim	Guarani M'bya	Rio Grande
Torres	Guarani M'bya	Torres

**SANTA CATARINA - 5 terras**

TERRA INDÍGENA – SC	POVO	MUNICÍPIO
M'Biguaçu II	Guarani Nhandeva	Imarui
Marangatu II	Guarani Mbya	Biguaçu
Peperi Guasú	Guarani Nhandeva	Itapiranga
Yaká Porã	Guarani M'bya	Guaruva
Tekoa Dju Mirim (Amâncio)	Guarani Mbya	Biguaçu

**SÃO PAULO - 9 terras**

TERRA INDÍGENA – SP	POVO	MUNICÍPIO
Aldeinha	Tupi Guarani	Itanhaem
Itaguá	Guarani Mbyá	Iguape
Itapitangui	Guarani	Cananéia
Jacaré	Guarani M'bya	Cananéia
Juréia	Guarani M'bya	Iguape
Paranapuã	Guarani Mbya, Tupi Guarani	São Vicente
Paraíso	Guarani M'bya, Tupi Guarani	Iguape
Pacurity	Guarani M'bya	Cananéia
Yvyty Parapau	Guarani Nhandeva	Cananéia

**TOCANTINS - 2 terras**

TERRA INDÍGENA – TO	POVO	MUNICÍPIO
Mata Alagada	Krahô/Kanela	Lagoa da Confusão
Mata Azul	Avá-Canoeiro	Araguaia

**Total das Terras Indígenas Sem Providências = 322**



Foto: Egon Heck

*Cansadas de esperar a demarcação, muitas comunidades resolvem retomar suas terras por conta própria*

## OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

### 49 casos

#### AL – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: KATOKIM

POVO(S): KATOKIM

TIPO DE DANO: Não regularização fundiária

DESCRIÇÃO: Mais de 60 famílias foram despejadas da área que havia sido retomada. A Funai se omite no reconhecimento e regularização da situação fundiária desse povo. Há informação de que o órgão indigenista está aguardando o julgamento do processo na Justiça para se posicionar.

FONTE: Cimi Regional Nordeste - Equipe Alagoas

#### AM – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: CAPIVARA

POVO(S): APURINÃ, MURA

TIPO DE DANO: Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: Os Indígenas denunciam os abusos de fazendeiros nos conflitos de terra e fazem apelo à Funai para acelerar o processo de demarcação. Lideranças de mais de 30 aldeias

brigam na Justiça para obter a demarcação contínua das terras e denunciaram à coordenação regional da Funai o aumento de casos de ameaças e crimes ambientais cometidos por fazendeiros locais. Para os indígenas o problema só terá solução quando o processo de demarcação sair do papel.

FONTE: MPF - 6ª Câmara de Coord. e Ver. - Boletim Notícias - Edição nº 210 (24.11.2010)

#### CE – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: SÃO JOSE DO BURITY

POVO(S): TREMEMBÉ

TIPO DE DANO: Construção de complexo turístico

DESCRIÇÃO: A comunidade reivindica terras compradas pelo empreendimento Nova Atlântida. Um grupo europeu quer construir uma megaestrutura com hotéis, resorts, marina e campo de golfe. Há uma disputa judicial. O juiz federal Marcos Mairton da Silva, de Sobral, decidiu que as terras não podem ser consideradas indígenas, visto que até aquele momento a Funai não apresentou os estudos referentes à regularização

da terra. De outro lado, a Funai deixou claro que os estudos realizados para a identificação e a delimitação serão divulgados até o final do ano mediante publicação no Diário Oficial.

*FONTE: Correio Braziliense, 05/08/2010*

**TERRA INDÍGENA: ANACÉ**

**POVO(S): ANACÉ**

**TIPO DE DANO:** Construção do Porto de Pecém

**DESCRIÇÃO:** A ampliação do Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP) atinge o território tradicional do povo Anacé. Nessa região, está prevista a chegada do eixo norte da transposição do rio São Francisco e, por isso, em 1998 foram despejadas três comunidades para a construção do canal que levaria as águas para o abastecimento das plantas industriais. O GT da Funai está identificando a terra do povo Anacé e a própria Petrobras, que tem interesse na instalação da refinaria Premium II, encomendou um relatório assinado pelos pesquisadores Max Maranhão, Piorsky Aires e Isadora Lídia Gonçalves de Araújo. Tal relatório atesta ser a área de ocupação tradicional indígena, fortalecendo os argumentos da Procuradoria da República do Ceará. Entretanto, no início de julho, o governo do estado do Ceará concluiu um acordo com algumas lideranças indígenas negociando o terreno interessado para construção da refinaria. Mesmo assim, o Ministério Público Federal se manifestou contrário ao acordo alegando que as lideranças Anacé não têm legitimidade para negociar terras supostamente indígenas, pertencentes portanto à União e disponíveis para o usufruto da comunidade. Na linha do procurador Raimundo Macedo, a 6a. Câmara da Procuradoria Geral da República de Brasília, com um parecer assinado pelo analista Marcos Paulo F.Schettino, avisa que o acordo pode motivar uma série de conflitos e problemas socioambientais no futuro. Além disso, o procurador lembra que na reunião que terminou com o acordo, a comunidade estava em número reduzidíssimo. Para o Ministério Público Federal o impasse continua e a liberação do terreno não pode acontecer, pois existem vários estudos que demonstram a tradicionalidade do terreno onde está prevista a construção da refinaria.

*FONTE: Cimi Regional Nordeste*

## GO – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I**

**POVO(S): TAPUIA**

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** O território Tapuia é dividido em duas glebas pertencentes a dois municípios. Teve parte de sua área reduzida e entregue a fazendeiros da região quando as melhores terras ficaram de fora assim como cemitérios indígenas. Há décadas o povo reivindica a inclusão dessa parte do território. Relatórios antropológico e ambiental foram entregues à Funai em junho de 2009, mas até o momento o povo Tapuia não tem notícia do resultado.

*FONTE: Cimi Regional GO/TO e Durvalino Augusto da Silva*

## MA – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA: AWÁ**

**POVO(S): AWÁ-GUAJÁ**

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** A Funai e União recorreram contra o prazo concedido de 90 dias para realização da demarcação efetiva. Por deci-

são do Tribunal Regional Federal (TRF) esse procedimento administrativo encontra-se paralisado. O MPF (Ministério Público Federal) interpôs recurso contra a suspensão. Com a indefinição quanto a desintrusão da área e a colocação de marcos para delimitação da terra indígena Awá, a situação para as comunidades se agrava.

*FONTE: Cimi Regional Maranhão*

**TERRA INDÍGENA: KANELA**

**POVO(S): KANELA**

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** Há mais de dez anos o processo de revisão de limites da terra indígena está parado sem uma definição. Em 2001 foi publicada uma portaria constituindo um Grupo de Trabalho (GT) e em 2009 houve outra publicação de GT, mas sem levar solução para os indígenas. A área reivindicada está sofrendo grande devastação.

*FONTE: Equipe Imperatriz e Lideranças Indígenas*

## MT – 6 Casos

**TERRA INDÍGENA: IKPENG**

**POVO(S): IKPENG**

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena Ikpeng sofre com a morosidade da Funai em dar prosseguimento no processo demarcatório iniciado em 2006 e que até o momento continua parado. O grupo de trabalho constituído para identificação não entregou a documentação necessária para embasamento da demarcação, também não existe levantamento fundiário da região reivindicada. Os irmãos Villas Bôas levaram os Ikpeng ao Parque do Xingu em 1967, mas a comunidade quer voltar à sua terra tradicional. Os indígenas pleiteiam uma área com cerca de 270 mil hectares, onde a soja já avançou. Segundo imagem do satélite, 30% do território Ikpeng estão ocupados por lavouras de grão. É iminente uma batalha judicial entre a comunidade e fazendeiros e agricultores.

*FONTE: Estádio Online*

**TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO**

**POVO(S): CHIQUITANO**

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O Ministério da Justiça publicou, em dezembro de 2010, no Diário Oficial da União a portaria declaratória da referida área, para que receba o Decreto de Homologação. A Funai ainda não realizou a demarcação física da área. Esta terra está sendo alvo de desmatamento, a cabeceira do córrego Encantado foi queimada, o que faz secar a água. O cacique Marco Porvenir, Cirilo e Lourenço Rupe registraram a ocorrência sobre o desmatamento e estão sendo alvo de ameaças.

*FONTE: Cimi Regional MT*

**TERRA INDÍGENA: LAGO GRANDE**

**POVO(S): CHIQUITANO**

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A Funai ainda não procedeu à identificação da referida área, assim a situação de incertezas e descasos se agrava para os indígenas, pois estão ocorrendo grandes proporções de desmatamento dentro do seu território tradicional. Os Chiquitano têm medo de se assumirem enquanto índios dentro deste contexto. Em algumas fazendas são colocadas

correntes com cadeados para impedir o atendimento à saúde, e impedir que o IBAMA e a Polícia Federal averiguem os desmatamentos criminosos. A família do cacique Aurélio está sendo pressionada para sair da comunidade de Santa Aparecida.

FORTE: Cimi Regional MT

**TERRA INDÍGENA:** ALTO TARAUCÁ

**POVO(S):** CHIQUITANO

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Até a presente data não foi tomada nenhuma providência pelo órgão indigenista para identificar e delimitar a área reivindicada pelos índios. Não se tem notícia de criação de grupo de trabalho e muito menos de fiscalização, com isso o desmatamento tem sido constante nas cabeceiras do córrego Nopetach, juntamente com a colocação de serragem na barragem que foi feita na sede da Fazenda de São Pedro, atentando seriamente contra a sobrevivência física e cultural da comunidade Indígena. Houve uma demanda judicial na esfera federal, onde foi fixada uma área mínima para uso exclusivo dos indígenas, que posteriormente foi reduzida pelo mesmo juiz a menos de 10% da área. Os fazendeiros entram com frequência na comunidade sempre de forma hostil, para que os índios se amedrontem, fazendo discursos no sentido de levar os índios a desistir de afirmar a sua identidade étnica e cultural.

FORTE: Cimi Regional MT

**TERRA INDÍGENA:** MENKU

**POVO(S):** MYKY

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Desde 2008 época em que foi concluído o grupo de trabalho para identificação da T.I. Menku, a administração

da Funai de Tangará de Serra não enviou o laudo fundiário. Com isto o processo demarcatório encontra-se parado.

FORTE: Cimi Regional MT - 09/02/2011

**TERRA INDÍGENA:** BATELÃO

**POVO(S):** KAYABÍ

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Embora já declarada como terra indígena, através de Portaria do MJ, a demarcação definitiva ainda não foi efetivada. Fazendeiros e madeireiras continuam a explorar recursos da terra indígena.

FORTE: Cimi Regional MT

## MS – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** PANAMBI

**POVO(S):** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** A indefinição quanto à demarcação da terra indígena gerou confronto entre produtores rurais e a comunidade indígena representada por 86 famílias. Segundo os indígenas, os produtores utilizaram fogos de artifício e tiros para o alto na tentativa de amedrontá-los e levá-los a sair da terra. O embate entre indígenas e agricultores naquela região começou no fim da década de 40, quando o governo de Getúlio Vargas promoveu a colonização na região. Nos anos 50, os indígenas ocuparam definitivamente uma área de 400 ha. Em 1971 a Funai fez a demarcação de 2.037 ha. Essa demarcação não resultou em assentamento indígena, assim que, atualmente agricultores usam a terra para o plantio de milho e soja entre outras culturas. Em 2005, os indígenas ocuparam uma área na região e os fazendeiros, em protesto, interditaram a BR-163. A Funai, naquele ano, criou um grupo de trabalho para retomar a demarcação, mas apenas em 2009 o laudo



Foto: Equipe Cimi MA

Em 2010, o povo Awá Guajá (MA) se manifestou publicamente para reivindicar a efetiva proteção de suas terras

antropológico foi finalizado. Foi protocolado na Funai, mas a demarcação não foi retomada.

**FONTE:** *A Crítica/MS, 23/09/2010*

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Iniciados há mais de dois anos, os processos de demarcação das terras indígenas pouco evoluíram. Mato Grosso do Sul é o estado com maior concentração demográfica de indígenas no país. Há 45 mil indígenas vivendo em uma área de pouco mais de 3,5 mil hectares, e a maior concentração dessa população está nas reservas de Dourados, onde a área destinada para um indígena é 20 vezes menor do que o local de permanência de uma cabeça de gado, que é de sete hectares. Disputa entre fazendeiros e latifundiários na Justiça emperrou o processo que não foi concluído. Dia 22 de novembro, em reunião do CDDPH-Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, autoridades afirmaram que os estudos antropológicos devem ser encerrados nos primeiros meses de 2011. De acordo com lideranças indígenas que estiveram na reunião, existem 22 acampamentos à beira de estradas e rodovias onde vivem mais de 3 mil pessoas. A disputa territorial se arrasta por anos e a judicial a partir de 2008, quando foram iniciados os estudos antropológicos para verificar a validade da posse das terras e a ligação histórica das etnias a determinadas áreas. Muitas das terras vistoriadas em mais de 25 municípios pelos grupos técnicos, contratados pela Funai, são ocupadas por fazendeiros e empresas que detêm o título da terra.

**FONTE:** *Correio do Estado online-MS, 24/11/2010*

**TERRA INDÍGENA:** YPO'I E TRIUNFO

**POVO(S):** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 100 indígenas estão acampados numa pequena área da Fazenda São Luiz reivindicando o uso da terra. Denunciam que estariam sofrendo intimidação e impedidos de transitar no local por pistoleiros. No início de novembro a Justiça Federal de Ponta Porã deferiu a reintegração de posse em favor dos fazendeiros e determinou a desocupação da área pelos indígenas em 10 dias. Após interposição de recurso, o TRF-3ª Região, em 16 de novembro, cassou a reintegração e decidiu pela manutenção dos índios na região até a produção de prova pericial antropológica. Segundo a decisão do TRF "existem provas de que a Fazenda São Luiz pode vir a ser demarcada como área tradicionalmente ocupada pelos índios". Análise dos registros cartoriais da fazenda, realizada por engenheiro da Funai, afirma que as terras estão no Tekohá (terra sagrada) Ypo'i e Triunfo, da qual os índios foram expulsos após o início do processo de formação das fazendas da região.

**FONTE:** *Últimas Notícias, 27/11/2010; Midiamax, 25/11/2010*

## PA – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** PACAJÁ

**POVO(S):** ASURINI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A morosidade no processo demarcatório facilita o roubo das riquezas naturais pelos grupos madeireiros da região.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá*

**TERRA INDÍGENA:** AMANAYE

**POVO(S):** AMANAYE

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A área pretendida pelos índios foi decretada em 1946 pelo governo do estado, com uma superfície de 260 mil hectares para usufruto exclusivo dos indígenas que viviam na região do Ararandewa. Não houve providências para regularização dessa terra que está invadida. O órgão indigenista informa que só irá proceder com o pedido dos índios se estes voltarem para a região do Saraua, desconsiderando que os Amanayé estão divididos em três grupos, vivendo em três áreas diferentes.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá*

## PR – 12 Casos

**TERRA INDÍGENA:** BOA VISTA

**POVO(S):** KAINANG

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A Portaria Declaratória da terra indígena foi assinada em outubro de 2007. Desde então o processo não deu seguimento e os ocupantes não-índios continuam na área.

**FONTE:** *Regional Cimi Sul - Equipe Paraná*

**TERRA INDÍGENA:** XETÁ

**POVO(S):** XETÁ

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O processo administrativo de identificação e delimitação da terra indígena foi iniciado em 2000. O relatório do GT foi entregue à Funai em 2005, não tendo sido publicado até o momento.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Paraná*

**TERRA INDÍGENA:** TEKHOA ARAGUAJU

**POVO(S):** GUARANI NHANDÉVA

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** A terra não foi identificada. Foi criado um GT em fevereiro de 2009 para a regularização fundiária. A terra está de posse de fazendeiros e de uma associação de pescadores da região. Até o presente momento não foi concluído o GT e nem divulgado relatório a respeito.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Paraná*

**TERRA INDÍGENA:** MARANGATU

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O GT para regularização fundiária da terra indígena foi criado em fevereiro de 2009. A comunidade está acampada há mais de seis anos e até o presente momento não foi concluído o GT e nem divulgado relatório a respeito.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Paraná*

**TERRA INDÍGENA:** TEKHOA PORÃ

**POVO(S):** GUARANI NHANDÉVA

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Foi criado um GT em fevereiro de 2009 para regularização fundiária da área reivindicada pelos Guarani. A comunidade está acampada há 12 anos. Até o presente momento não foi concluído o GT e nem divulgado relatório a respeito.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul, equipe Paraná*

**TERRA INDÍGENA:** PALMITAL - KA'AGUY GUAXY

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A comunidade se encontra na T.I. Marrecas tendo sido retirada da aldeia Palmital em dezembro de 2008. Em agosto de 2008 foi constituído um GT para apresentar relatório sobre a regularização da terra indígena, o que não ocorreu até o momento.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

**TERRA INDÍGENA:** AVA-GUARANI DE OCOI

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** São 231 hectares para mais de 600 indígenas. Nesse espaço tão limitado os indígenas são vítimas de problemas crônicos sem condições que lhes dê o direito à sobrevivência física e cultural. Há anos reivindicam o estudo antropológico de uma nova área ou revisão de limites.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

**TERRA INDÍGENA:** VY' A RENDA

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena não está identificada. A comunidade composta de 16 famílias foi expulsa na década de 1980 quando da formação do lago da Usina de Itaipu. Desde 2008 encontra-se acampada numa área de 98 hectares próxima ao lago de Itaipu. A comunidade reivindica a demarcação de sua terra tradicional e a Funai criou um GT em 2009 para cuidar da

questão. Até o momento não há solução e os Guarani estão vivendo em condições precárias sem recursos necessários para a sua subsistência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO TEKOKHA Y'HOVY

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena não está identificada. A comunidade de 12 famílias encontra-se acampada desde novembro de 2009 numa área próxima à vila da Eletrosul. Os Guarani foram expulsos na década de 1980 pelo lago da barragem de Itaipu. A comunidade reivindica a demarcação de sua terra tradicional e solicita à Funai a constituição de um GT para iniciar o processo de regularização fundiária. Até o momento não há nenhuma providência a respeito do acampamento Tekoha Y' Hovy

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA JEY

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena não está identificada. A comunidade, composta por sete famílias, encontra-se acampada numa área próxima ao rio Paraná, na reserva da Mate Laranjeiras. Os Guarani foram expulsos na década de 1980 pelo lago da barragem de Itaipu e reivindicam a demarcação de sua terra tradicional. Estão vivendo em situação precária sem recursos necessários para sua sobrevivência. Solicitaram à Funai a criação de um GT porém não há providências até o momento.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná



Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

Há anos, os Guarani Kaiowá lutam pela demarcação de suas terras

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKA KARUMBAY

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena não foi identificada. A comunidade composta por 31 famílias encontra-se numa área da periferia de Guaíra. Os Guarani foram expulsos na década de 1980 quando da construção do lago da barragem de Itaipu. A comunidade reivindica a demarcação de sua terra tradicional e solicitou à Funai a criação de GT, porém até o momento nada foi feito. Os indígenas vivem em situação precária sem recursos necessários para sua subsistência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKA NHEMBOETE

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena não foi identificada. A comunidade composta por sete famílias encontra-se numa área de sítio arqueológico Guarani, conhecida como cidade Real. Os indígenas foram expulsos na década de 1980 quando da construção do lago para a barragem de Itaipu. A comunidade reivindica demarcação de sua terra tradicional. Solicitou à Funai a criação de GT, porém nada foi feito até o momento. Os Guarani vivem em condições precárias, sem recursos necessários para a sua subsistência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Paraná

## PE – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** PANKARÁ

**POVO(S):** PANKARÁ

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra está em processo de reconhecimento pela Funai, há alguns anos, e não tem uma definição, e por isso as comunidades estão sofrendo pressão por parte do município para que não se reconheçam como indígenas. A pressão chegou ao ponto da Prefeitura se recusar a assinar o termo de cessão de professores para as escolas de ensino fundamental, impedindo que funcionem como escolas estaduais específicas e diferenciadas.

**FONTE:** Regional Nordeste, Equipe Pernambuco

## RS – 8 Casos

**TERRA INDÍGENA:** PONTA DA FORMIGA

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A empresa da companhia chilena CPMC instituiu na área de monocultura de eucalipto uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de 2,4 mil hectares de vegetação nativa. É uma estratégia que visa dificultar o processo de demarcação da terra indígena Guarani Ponta da Formiga, há décadas reivindicada por esta população como parte de seu território tradicional. Em julho de 2008, foi designado um grupo técnico para a identificação e delimitação dessa terra, por meio da portaria nº 874 da Funai. Como parte desse processo a empresa foi notificada em relação a esse estudo que se encontra ainda em execução. Diversas lideranças Guarani vêm manifestando preocupação com o futuro de suas famílias face às contínuas campanhas anti-

-indígenas veiculadas por autoridades locais e um clima de hostilidade quanto à demarcação das terras.

**FONTE:** Povos indígenas do Sul

**TERRA INDÍGENA:** IRAPUÁ

**POVO(S):** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** A comunidade reivindica a regularização da terra indígena cujo procedimento está paralisado há quase 10 anos, impedindo que os indígenas habitem sua terra tradicional, permanecendo acampados à beira da estrada.

**FONTE:** Conselho de Articulação do povo Guarani

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** GUARANI, GUARANI MBYA, KAINGANG

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas reivindicam a constituição de um GT-Grupo de Trabalho, desde 2009, para regularização de áreas indígenas.

**FONTE:** Conselho de Articulação do Povo Guarani/RS, 13/06/2010

**TERRA INDÍGENA:** ESTIVA

**POVO(S):** GUARANI NHANDÉVA

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A regularização da terra indígena depende da Funai. A Fundação, quando interpelada pelo MPF sobre a situação difícil dos índios ocupando moradias impróprias e onde correm risco de contrair doenças graves, informou que nada poderia fazer porque a aldeia não constitui terra totalmente regularizada.

**FONTE:** Procuradoria da República do RGS, 10/06/2010

**TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** Após um ano da publicação do Relatório Circunstanciado, a Funai não realizou a análise do contestatório. A comunidade continua sofrendo sem as mínimas condições de vida digna.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** PASSO GRANDE DA FORQUILHA

**POVO(S):** KAINGANG

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** Após praticamente dois anos da publicação do Relatório Circunstanciado (Decreto 1775/96), a Funai não enviou o mesmo para o Ministério da Justiça. A comunidade, em especial idosos e crianças, estão expostos aos rigores do clima riograndense.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** RIO DOS ÍNDIOS

**POVO(S):** KAINGANG

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** O GT da Funai iniciou o trabalho de levantamento fundiário, mas não concluiu, tendo expirado o prazo da respectiva portaria. Há um clima de acirramento de conflitos trazendo insegurança para a comunidade.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** MATO CASTELHANO

**POVO(S):** KAINGANG

**TIPO DE DANO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** Já se passaram 20 meses após a publicação da portaria de criação do GT para identificação e delimitação da terra indígena e não foram concluídos o mapa e o pré-levantamento fundiário para finalização do trabalho. Acrescente-se a essa situação o fato de que há uma forte resistência para a redução da área indicada pelas lideranças. A comunidade se sente insegura e sofrendo às margens de estradas sem condições mínimas para uma sobrevivência digna.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

### RR – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**POVO(S):** YANOMAMI

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Conforme denúncia da Hutukara Associação Yanomami, apesar de invasores não índios terem se retirado da terra indígena, ainda permanece um grupo de fazendeiros que se recusa a sair e recorreu a ações judiciais para permanecer na terra. O TRF, em 2004, reconheceu que as terras são dos Yanomami e que os fazendeiros devem sair. Porém, a situação continua a mesma e a Funai não concluiu o processo de desintrusão.

**FONTE:** Davi Kopenawa Yanomami-Pres.Hutukara Associação Yanomami, 07/04/2010

### SC – 7 Casos

**TERRA INDÍGENA:** CAMBIRELA

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos a população reivindica o início do processo de regularização fundiária. Em 2003 a Funai propôs o GT para 2004. Em 2007 encomendou a antropólogos um plano para a criação do GT, recebendo o plano em 2008. Em setembro último, a fundação lançou o edital para contratação de antropólogo e ambientalista. Enquanto isso a comunidade vive insegura às margens da BR-101 e sem conseguir acesso aos recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não está regularizada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

**TERRA INDÍGENA:** MASSIAMBUBU

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos as lideranças reivindicam da Funai o processo de regularização fundiária da terra indígena. Somente em setembro último, depois de idas e vindas, a Funai lançou o edital para contratação de antropólogo e ambientalista para formar o Grupo Técnico. Outro problema que enfrentam é a dificuldade em acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não está regularizada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis



Foto: Zennus/Equipe Nordeste

A morosidade na demarcação das terras gera conflitos entre indígenas e não-indígenas, como na terra Katokinn em Alagoas

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA DJU MIRIM

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em outubro de 2004, lideranças Guarani de SC reivindicaram à presidência da Funai a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providência. Depois de idas e vindas para a criação do GT, em setembro último a Funai lançou o edital para contratação de antropólogo e ambientalista para formar o Grupo de Trabalho. Enquanto aguarda solução a população sofre a invasão de moradores das redondezas que não respeitam os limites da terra indígena e colocado dentro da terra que dizima a plantação da comunidade.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

**TERRA INDÍGENA:** YAKÁ PORÃ

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos as lideranças reivindicam à Funai que inicie o processo de regularização fundiária da terra indígena. Em 2009 as lideranças da Comissão Nhemonguetá enviaram correspondência à Funai/CGID cobrando novamente a criação de GT de identificação. Enquanto a situação continua sem solução, a comunidade vive insegura sob pressão e ameaça de ação judicial, promovida pela prefeitura de Joinville que se diz proprietária da área. A comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não está regularizada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis, fevereiro 2011

**TERRA INDÍGENA:** RETA/ITAJU

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos as lideranças reivindicam à Funai que inicie o processo de regularização fundiária da terra indígena. A partir de uma reunião em 2007, a fundação se propôs solucionar o problema fundiário das terras Guarani e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a criação de GT para identificação das terras ainda sem providência. Depois de idas e vindas, até o presente momento não se tem solução a respeito. A população sofre com a insegurança e com a ameaça de construção de várias obras que irão impactar diretamente a comunidade indígena, como a obra do Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul, a Costa do Encanto, a duplicação da BR-280.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

**TERRA INDÍGENA:** IBIRAMA - LA KLÂNÓ

**POVO(S):** XOKLENG

**TIPO DE DANO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** A Justiça Federal condenou a União e o estado de Santa Catarina a cumprirem o protocolo de intenções assinado em 1992 para compensação dos prejuízos do povo Xokleng em decorrência da construção da barragem norte, em 1970, que submergiu quase 1.000 hectares de terra fértil da área. O processo que amplia os limites da área está parado, os índios, em consequência, habitam as encostas do Alto Vale do Itajaí, atingido pelas enchentes ocorrida no estado. As estradas ficam intransitáveis, as comunidades ficam isoladas, a terra do Vale constantemente desaba sobre as casas das aldeias e

a comunidade sofre com a falta de água. O conselho de caciques pediu providências à Defesa Civil, mas não foi atendido.

**FONTE:** Cimi Regional Sul

**TERRA INDÍGENA:** FRAIBURGO

**POVO(S):** KAINGANG

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em outubro de 2009, um grupo de famílias Kaingang montou acampamento nas margens da rodovia SC-456, acesso ao município de Monte Carlo. O local se tornou inseguro após ocorrer o atropelamento de uma criança indígena provocado por um veículo desgovernado. Tendo em vista o ocorrido os indígenas decidiram ingressar nas terras que reivindicam. Essas terras estão registradas em nome da empresa Renar Maças S.A., que dentre outras finalidades utilizam para um parque de aventura. A empresa entrou com uma ação na Justiça Federal pedindo a reintegração de posse do terreno. As lideranças já solicitaram da Funai a criação de um GT, mas até o momento isso não foi efetivado. O MPF concordou com a remoção dos índios até que a Funai faça a identificação da terra indígena.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

## SP – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** KRUKUTU

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Estradas - construção e pavimentação

**DESCRIÇÃO:** A construção do Rodoanel, segundo as lideranças, reduziu o espaço para a caça e o número de animais, além de provocar um grande aumento da população envolvente o que também traz problemas para as comunidades. Os Guarani que vivem no local seriam indenizados pela construtora Dersa para que recebam outras terras. O acordo da empresa com a Funai previu a transferência de R\$ 2 milhões para cada uma das três comunidades, Krukutu, Barragem e Boa Vista. Juntas, as aldeias têm cerca de 50 hectares e a expectativa é que a nova área tenha 100 hectares para cada uma. "Aqui as terras são poucas para a gente viver bem", diz o cacique da Aldeia Barragem. A Funai não diz se já foi definida uma data para que o processo de seleção das terras termine. Também não esclarece quantas famílias devem deixar as aldeias da capital. Só quando isso ocorrer o dinheiro poderá ser sacado pela fundação.

**FONTE:** O Estado de São Paulo, 05/07/2010

**TERRA INDÍGENA:** JARAGUÁ

**POVO(S):** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas vivem em áreas muito pequenas para sua sobrevivência. São aproximadamente 90 famílias em apenas 2,7 hectares. Foram criados GT's para identificação e regularização da área, mas não avançaram. A comunidade sofre com os impactos da construção do Rodoanel (rodovia estadual). Como compensação a construtora Dersa, em acordo com a Funai, propôs a compra de uma área para a comunidade. Um das áreas escolhidas pelas lideranças encontra-se no município de Mairiporã e foi transformada em parque ambiental pelo governo estadual. A comunidade reivindica da Funai a busca de outra área para onde possam ser transferidas algumas famílias.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Grande S. Paulo

## Conflitos relativos a direitos territoriais

**E**m 2010 foram registrados 10 casos de conflitos relativos a direitos territoriais, número igual ao ano de 2009. Foram 1 em Goiás, 2 no Mato Grosso, 1 no Pará, 1 na Paraíba, 1 no Paraná, 3 em Pernambuco e 1 no Rio Grande do Sul.

Continua em alta, o número de conflitos por diversos empreendimentos de infra-estrutura; os Tumbalalá, Truká e Pipipã em Pernambuco sofrem perda de território, desmatamento, diminuição da caça e problemas sociais decorrentes da Transposição do Rio São Francisco; no Mato Grosso vários povos protestaram contra os impactos da Usina de Dardanelos e a falta de indenizações pelos danos provocados. Graves também são as ameaças aos povos

isolados na região amazônica provenientes da construção de grandes usinas hidrelétricas.

Houve, ainda, conflitos com violência física. Pela segunda vez, uma barreira de vigilância foi destruída na Terra Indígena Avá-Canoeiro, numa clara manifestação para forçar o acesso motorizado a essa terra, onde vivem seis sobreviventes deste povo que foi quase exterminado. Pessoas não-identificadas invadiram o acampamento da comunidade Guarani Flor do Campo e incendiaram uma casa.

Além disso, comunidades Guarani no Paraná, sofrem com a contaminação por agrotóxicos usados em excesso nas lavouras ao redor de seus acampamentos, onde aguardam a demarcação de suas terras.



Foto: Equipe Cimi/MT

*Invasões e desmatamentos no Mato Grosso impactam muitas terras indígenas*

### CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

## 10 casos

#### GO – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: AVÁ-CANOEIRO

POVO(S): AVÁ-CANOEIRO

TIPO DE DANO: Destruição do patrimônio

**DESCRIÇÃO:** Uma das barreiras de vigilância da terra indígena sofreu um ataque, a tiros e marretadas. A guarita de controle e a cancela foram inutilizadas e três portas do prédio, que é uma pequena construção de alvenaria, foram arrombadas. Destruíram móveis, pias, armários. Nada foi roubado, o que indica que o objetivo era afetar o controle de acesso à reserva. A barreira impedia o trânsito de carros e está sem vigilantes porque o convênio que garantia a presença do guarda foi extinto em 2002 e não foi renovado. Este é o segundo ataque a uma das duas barreiras que limitam as terras onde habitam seis índios da etnia Avá-Canoeiro.

**FONTE:** O Popular/GO, 04/03/2010

#### MT – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): VÁRIAS ETNIAS

TIPO DE DANO: Construção de hidrelétrica

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas ocuparam o canteiro de obras da Usina de Dardanelos mantendo reféns 100 funcionários. A usina foi construída sobre um cemitério indígena e além do impacto social e cultural na comunidade, há prejuízos ambientais por conta do afastamento dos animais para caça. As comunidades pedem a presença de representantes do Ministério de Minas e Energia, do MP, da Funai, e das empresas responsáveis pela hidrelétrica para negociar a indenização a que têm direito.

**FONTE:** s/d, 25/07/2010

**TERRA INDÍGENA:** JARUDORI

**POVO(S):** BORORO

**TIPO DE DANO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas relatam várias violências que o povo Bororo da TI Jarudori sofre desde que iniciaram a retomada da terra em 2006. A terra está invadida por posseiros e fazendeiros. Uma ação tramita na Terceira Vara da Justiça Federal, impetrada pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso, contudo o processo segue lento. A coordenação regional do órgão diz que o processo de desapropriação é complicado, que pode demorar. Além dos latifundiários, existem várias famílias nos vilarejos. Antropólogos realizaram um estudo que verificou que os indígenas foram obrigados a sair da TI por vários motivos, dentre eles, ameaças e falta de assistência. De volta à terra o povo continua enfrentando dificuldades de assistência pelos órgãos federais.

**FONTE:** *Gazeta Digital - 21/06/2010; Cimi Regional MT*

### PA – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** ARARA, ARAWETÉ, ASURINI, JURUNA, KARARAHÔ, KURUAYA, PARAKANÃ, XIKRIM, XIPÁYA

**TIPO DE DANO:** Construção de hidrelétrica

**DESCRIÇÃO:** Conforme relatório elaborado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, “os povos indígenas estão sendo desconsiderados na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Além dos tradicionais conflitos envolvendo a posse e demarcação das terras indígenas, destacam-se aqueles relativos a grandes projetos de infraestrutura ligados ao PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal, ou a interesses econômicos regionais e locais com incidência naquelas terras”. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é apontada como uma obra que afetará as “áreas de perambulação” dos grupos de índios isolados locais. A construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia - usinas de Santo Antônio e Jirau - também é citado como agressivo para grupos de índios isolados ou com pouco contato com a civilização não indígena, além de vários povos indígenas que vivem na região como os Kayapó, Arara, Juruna, Araweté, Xikrin, Asurini, Parakanã.

**FONTE:** *Agência EFE, 19/05/2010; Coletivo DF, 26/07/2010; Mercado Ético, 08/12/2010*

### PB – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA (SÃO MIGUEL)

**POVO(S):** POTIGUARA

**TIPO DE DANO:** Arrendamento de área indígena

**DESCRIÇÃO:** Parte das terras estão ocupadas pelo plantio de cana de açúcar e por duas usinas sediadas dentro da terra Potiguara. Mesmo tendo a maior parte do território demarcado, o processo de arrendamento por parte dos usineiros continua. Os Potiguara visam a erradicação do plantio de cana de açúcar no território e a reconversão em zona de plantio agrícola para autossustentação das famílias indígenas.

**FONTE:** *Cimi Regional Nordeste / Lideranças Potiguara*

### PR – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO TEKHA Y'HOVY

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Agrotóxico

**DESCRIÇÃO:** Há anos, a comunidade está aguardando a demarcação da sua terra tradicional. Está acampada em local onde

os fazendeiros muito próximos utilizam grande quantidade de veneno na lavoura, o que gera problemas de saúde nas pessoas. Há casos de intoxicação principalmente de crianças. Foi encaminhado pedido para o MPF sobre o assunto, mas nada foi feito até o momento.

**FONTE:** *Regional Cimi Sul/PR; Liderança da comunidade*

### PE – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** TUMBALALÁ

**POVO(S):** TUMBALALÁ

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** A área identificada pela Funai excluiu parte do território tradicional do povo. A parte excluída corresponde à área onde está prevista a construção da barragem Pedra Branca. A obra é um anexo do projeto de transposição do Rio São Francisco que se encontra na fase de licenciamento ambiental, constituindo assim uma ameaça para o território tradicional do povo Tumbalalá.

**FONTE:** *Cimi Regional Nordeste, Equipe Pernambuco*

**TERRA INDÍGENA:** TRUKÁ

**POVO(S):** TRUKÁ

**TIPO DE DANO:** Obras do PAC

**DESCRIÇÃO:** O eixo norte do canal da transposição do Rio São Francisco foi construído em pleno território tradicional do povo Truká. Além da militarização do território, dos graves impactos do desmatamento extensivo, da perda de boa parte da caça da região e dos problemas sociais decorrentes da implementação da obra (aumento de prostituição, alcoolismo, consumo de drogas sintéticas, desestruturação da cadeia produtiva da agricultura na região, desemprego, endividamento das famílias etc), os Truká denunciam as graves falhas do programa de Revitalização do Rio São Francisco.

**FONTE:** *Cimi Regional Nordeste, Equipe Pernambuco*

**TERRA INDÍGENA:** PIPIPÁ

**POVO(S):** PIPIPÁ

**TIPO DE DANO:** Obras do PAC

**DESCRIÇÃO:** A terra encontra-se em fase de identificação pela Funai e é localizada na área de impacto da transposição do rio São Francisco. A obra está sendo implementada desconsiderando a existência de terras indígenas nas áreas de construção dos canais. A área sofreu o impacto do desmatamento extensivo e da construção do eixo leste da transposição, onde o trecho da obra já foi concluído.

**FONTE:** *Cimi Regional Nordeste, Equipe Pernambuco*

### RS – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO FLOR DO CAMPO

**POVO(S):** GUARANI NHANDEVA

**TIPO DE DANO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** A comunidade foi invadida e uma casa foi incendiada enquanto as famílias participavam de uma festa na terra indígena Coxilha da Cruz, no mesmo município. Os responsáveis pelo incêndio não foram identificados, embora a Polícia Civil tenha investigado o caso. Vale ressaltar que esta área está em estudo para identificação e demarcação pelo GT criado em abril de 2009.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre*

## Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

**R**egistraram-se 33 casos de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena em 2010. Foram 42 casos em 2009. Estas violências atentam diretamente contra a vida das comunidades indígenas em questão, já que os recursos naturais são vitais para sua reprodução bio-social.

Os casos ocorreram nos estados do Amazonas (3), Bahia (2), Ceará (1), Maranhão (6), Mato Grosso (11), Mato Grosso do Sul (1), Pará (2), Paraíba (1), Rondônia (3), Roraima (1) e Santa Catarina (2).

Foram registrados casos de invasão e de posse ilegal por parte de grileiros, agricultores e pecuaristas; casos de pesca e caça predatória e de garimpo ilegal em área indígena e, sobretudo, um grande número de casos de desmatamento ilegal, tanto por madeireiros, quanto por agricultores.

Em 2010, o estado do Mato Grosso aparece com mais casos. Trata-se, sobretudo, de extração ilegal de madeira, inclusive com a cooperação de pessoas da Secretaria do Meio Ambiente. Mas há também invasões de terras: 90% da

Terra Indígena São Marcos, do povo Xavante, está ocupada ilegalmente, e os donos das 68 fazendas desmataram 45% de mata nativa. As fazendas continuam produzindo soja e gado, mesmo quando todas essas áreas foram embargadas por causa de desmatamento ilegal.

Também muito preocupante é a continuidade das invasões por madeireiros das terras indígenas no Maranhão, provocando desmatamento em terras como a Terra Indígena Caruto Turiaçu, Cana Brava/Guajajara, Governador e Araribóia. As autoridades não agem para impedir a devastação, que ocorre abertamente.

A construção das hidrelétricas nos rios Juruena e Aripuanã tem provocado poluição das águas e desaparecimento de peixes, o que afeta profundamente a vida dos povos que habitam a região, como é o caso dos Enawenê Nawê que se alimentam principalmente de peixes.

Nas Terras Indígenas Kayapó, no Pará, Roosevelt, dos Cinta Larga, em Rondônia, e Yanomami, em Roraima, o garimpo, além de destruir o maio ambiente, contamina a água e o solo, e doenças como a malária, proliferam.



Foto: Equipe Cimi/MA

*Boa parte da madeira retirada ilegalmente das terras indígenas vira carvão*

## INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

### 33 casos

#### AM – 3 Casos

**TIPO DE DANO:** Destruição do patrimônio

**DESCRIÇÃO:** Um cemitério indígena, cuja data remonta a mais de 700 anos, encontrado em 2001 em Manaus está praticamente destruído. Na época, o sítio arqueológico foi descoberto em função de uma terraplanagem para a construção de um conjunto habitacional. Na ocasião a área foi interditada, porém, conforme denúncia de morador da região, o lugar está abandonado sem nenhuma proteção e à mercê de vândalos que estão destruindo o que resta do local.

**FONTE:** EPTV.COM/MG, 04/06/2010

**TERRA INDÍGENA:** MAPARI

**POVO(S):** KAIXANA

**TIPO DE DANO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** A área objeto de reivindicação dos indígenas está sendo devastada pelas pastagens e pela extração ilegal de madeira. Há venda de lotes na área reivindicada. Os índios denunciam os fazendeiros que incentivam a comunidade a não assinar pedido de demarcação junto à Funai, prometendo em troca da não assinatura solicitar lotes para eles através do Iteam - Instituto de Terras do Amazonas.

**FONTE:** amazoniaitinerante.blogspot, 20/10/2010

**TERRA INDÍGENA:** VALE DO JAVARI

**POVO(S):** VÁRIAS ETNIAS

**TIPO DE DANO:** Pesca ilegal

**DESCRIÇÃO:** Agentes da Funai apreenderam cerca de duas toneladas de peixe pirarucu e 140 tracajás capturados de maneira irregular em uma região onde vivem índios isolados. O material estava embalado e pronto para ser transportado a Manaus ou a Letícia, na Colômbia. Indígenas das etnias Matis, Marubo, Kanamari e Tikuna participaram da equipe que fez a apreensão.

**FONTE:** Globo Amazônia/SP, 06/09/2010

#### BA – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

**POVO(S):** TUPINAMBÁ

**TIPO DE DANO:** Destruição do patrimônio

**DESCRIÇÃO:** Um fazendeiro da região incentiva a prática de violências contra os indígenas. Em um destes episódios, pagou para que algumas pessoas destruíssem dois carros da comunidade.

**FONTE:** Cimi, 28/06/2010

**TERRA INDÍGENA:** CORUMBAUZINHO

**POVO(S):** PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

**TIPO DE DANO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denunciou que dentro das fazendas retomadas pelos indígenas, e no que restou da Mata Atlântica, latifundiários derrubaram a mata para comercialização de madeira e grande número de animais foram mortos numa caçada predatória.

**FONTE:** Comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, 11/10/2010

#### CE – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** KANINDÉ

**POVO(S):** KANINDÉ

**TIPO DE DANO:** Destruição reservatório de água

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denunciou uma empresa que retirava água da Lagoa Encantada, território indígena. O Ibama lacrou as bombas que retiravam água, mas a empresa violou o laço e segue utilizando os equipamentos para a extração do líquido. Ao retirar água nessa escala, a empresa vem reduzindo severamente o volume da lagoa, que já apresenta amplas áreas secas e com lama. A comunidade teme pelo esgotamento do seu recurso hídrico.

**FONTE:** Rascismoambiental - 16/12/2010

#### MA – 6 Casos

**TERRA INDÍGENA:** CARU

**POVO(S):** AWÁ-GUAJÁ, GUAJAJARA

**TIPO DE DANO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** Em sobrevoo realizado pelo Greenpeace, foi documentada a retirada ilegal de madeira no interior da terra indígena que já está bastante degradada. A proteção oficial não tem impedido a pressão de fazendas e madeireiras. A derrubada da mata chega a 9%, perfazendo um total de 15 mil hectares. Foram fotografados no interior da TI dois caminhões carregados de toras e um acampamento improvisado. Estradas foram abertas para escoamento da madeira.

**FONTE:** Greenpeace, 12/11/2010

**TERRA INDÍGENA:** ALTO TURIAÇU

**POVO(S):** AWÁ-GUAJÁ, TEMBÉ, TIMBIRA, URUBU KAAPOR

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Em declaração prestada ao MPF/MA, lideranças indígenas comunicaram a persistência das atividades madeireiras, nas terras indígenas, mesmo após a fiscalização. Desde o final de 2009 não houve intervenção da Funai na região, o que tem agravado as condições de preservação das terras nos dias de hoje. A madeira extraída ilegalmente tem abastecido as serrarias do povoado próximo.

**FONTE:** MPF/MA - 26/10/2010

**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA

**POVO(S):** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Segundo relatos dos indígenas existem acampamentos de madeireiros no interior da terra indígena. Relatam ainda que os madeireiros estão aliciando os índios com distribuição de bebidas alcoólicas, a fim de facilitarem a extração ilegal de madeira. A representação da Coordenação das Organizações de Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) contradiz as informações da Funai sobre as fiscalizações na TI. Reclamam da não liberação dos recursos designados para as fiscalizações.

**FONTE:** MPF/MA - 26/10/2010

**TERRA INDÍGENA:** AWÁ

**POVO(S):** AWÁ-GUAJÁ

**TIPO DE DANO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** As informações sobre a situação desta terra indígena são preocupantes. Estradas clandestinas são abertas e estão em pleno funcionamento. A degradação ambiental está fora de controle nas terras de Awá e Alto Turiaçu. Existem 3 serrarias no povoado de Xapô, dentro da T.I. Awá, caminhões são retirados carregados de madeiras em toras. A violência contra os indígenas tem aumentado e muito. Existe um projeto de emancipação nesta região que propõe o povoado de Ebenezia como sede do novo município e se projeta como expansão sobre a T.I. Awá. A região é conhecida como uma terra sem lei e grupos de madeireiros estão migrando para lá, pois essa atividade é constante e tem sido fonte de crimes contra o meio ambiente e contra os povos indígenas. Nesta área não existe fiscalização pelo poder público que deve ser responsabilizado pelos crimes ambientais.

**FONTE:** Cimi Regional Maranhão

**TERRA INDÍGENA:** GOVERNADOR

**POVO(S):** GAVIÃO

**TIPO DE DANO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena tem sido palco de muitos conflitos, por conta da retirada de madeira. As invasões são constantes nas áreas onde os indígenas não andam com muita frequência e as lideranças reclamam dos prejuízos que estão sofrendo.

**FONTE:** Cimi Regional Maranhão / Equipe Imperatriz

**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA

**POVO(S):** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** A exploração ilegal de madeira já acontece de forma intensa há vários anos. As lideranças indígenas já denunciaram, mas até o momento não houve solução.

**FONTE:** Equipe Cimi Imperatriz - fevereiro/2011 / Lideranças Guajajara

## MT -11 Casos

**TERRA INDÍGENA:** MT - SÃO MARCOS

**POVO(S):** XAVANTE

**TIPO DE DANO:** Soja e agrotóxico

**DESCRIÇÃO:** O Ministério da Justiça e a Funai identificaram 68 fazendas dentro da terra indígena Marãiwatsede. A plantação ilegal de soja correspondente a 6.000 campos de futebol. É considerada soja pirata porque foi plantada em áreas embargadas após o desmatamento ilegal da floresta amazônica, conforme declaração do coordenador da Operação, Rodrigo Dutra, chefe do Ibama no Mato Grosso. A terra sofre também com invasão da pecuária ilegal, com cerca de 90% de sua área ocupada. A pecuária e a soja já desmataram 45% da mata nativa. Outro problema se refere à alimentação da comunidade. Como o desmatamento acaba afugentando os animais, os índios estão mudando seus hábitos alimentares, verificando-se alto índice de diabetes e hipertensão.

**FONTE:** EPTV.COM/MG, 01/04/2010.Últimas notícias, 19/11/2010; O Globo/RJ, 14/11/2010

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** CINTA LARGA, KAYABÍ

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 100 áreas indígenas e 20 unidades de conservação ambiental foram invadidas para a retirada irregular de madeira. A Polícia Federal constatou que só nos dois últimos anos foram extraídos mais de 1,7 milhões de metro cúbicos, correspondendo a mais de 9 milhões de reais.

**FONTE:** O Estado de S.Paulo, 22/05, 24/05, 26/05/2010



Foto: Wajirako Myky

A invasão de madeireiros nas terras indígenas é a principal causa do aumento de desmatamento nessas áreas

**TERRA INDÍGENA:** CINTA LARGA (R.PRETO)

**POVO(S):** CINTA LARGA

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Foram cumpridos seis dos oito mandados de prisão contra empresários de Aripuanã, acusados de extração ilegal de madeira. Os acusados pagavam com comida a entrada na Terra Indígena; também eram conhecidos na região pela violência, que inibia qualquer tipo de denúncia por parte da população e dos fiscais ambientais. Os policiais entraram na reserva e apreenderam 2 tratores, 1 de esteira e outro de pneu. A PF surpreendeu 10 caminhões carregados com toras de madeira. Também foram encontrados 11 caminhões e caminhonetes e grande quantidade de toras que ainda não foram contabilizadas pelo Ibama.

**FONTE:** A Gazeta - MT - 08/10/2010

**TERRA INDÍGENA:** IRANTXE

**POVO(S):** IRANTXE

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Em operação realizada pela Polícia Federal, Ibama e Funai com auxílio de indígenas foram presas oito pessoas em flagrante extraindo madeira ilegalmente da terra indígena Irantxe/Monoki. Também foram apreendidos nesta operação 4 tratores, um caminhão truck, seis motos, sete motosserras e toras de madeiras. A coordenadora técnica da Funai afirma que os indígenas não estão envolvidos com o esquema ilegal de madeira.

**FONTE:** Linear Clipping / Zoonews, 6/12/2010

**TERRA INDÍGENA:** SERRA MORENA

**POVO(S):** CINTA LARGA

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** O inquérito policial sobre a Operação Pharisaios confirma que 21 integrantes do esquema fraudavam o sistema Sisflora da Secretaria do Meio Ambiente, para lançar documentos ambientais falsos. O esquema beneficiava o comércio de madeira retirada ilegalmente da terra indígena, através do uso de mão de obra indígena. A Polícia Federal diz que os Planos de Manejo Florestais Sustentáveis eram utilizados para expedição de guias florestais falsos.

**FONTE:** Olhar Direto; Diário de Cuiabá, 7/12/10; Correio Press, 26/11/10

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** APIAKÁ, ERIKBATSA, KAYABÍ

**TIPO DE DANO:** Danos ao meio ambiente

**DESCRIÇÃO:** As empresas detentoras das marcas Palmito Pantaneiro e Tatá foram acusadas de extração ilegal de recursos naturais das terras indígenas. Foi fechada uma fábrica clandestina instalada em uma residência, onde foram apreendidas dezenas de caixas de palmitos prontos para o consumo. O diretor da Secretaria do Meio Ambiente disse que as empresas estão esquentando a extração ilegal e as detentoras das marcas eram usadas para dar legalidade ao esquema. Foram cheçadas e verificou-se que se tratava de empresas regularmente licenciadas e cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente.

**FONTE:** 24 Horas News Online, 6/11/2010

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO(S):** VÁRIAS ETNIAS

**TIPO DE DANO:** Construção de hidrelétrica (PCH)

**DESCRIÇÃO:** O complexo de barragens nas bacias dos rios Juruena e Aripuanã, no norte de Mato Grosso, com a construção de PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas, representa uma ameaça aos vários povos que lá vivem. Eles correm o risco de padecer com a degradação ambiental, poluição das águas e consequente perda dos estoques de peixe, como por ex. os Enawenê Nawê, que não se alimentam de carne de outra origem. Há ainda o caso do licenciamento de um novo complexo na bacia do rio Teles Pires. De acordo com o Ministério Público, pelo menos 26 municípios sofrerão algum tipo de impacto negativo com a construção do complexo.

**FONTE:** Diário de Cuiabá, 10/08/2010

**TERRA INDÍGENA:** TADARIMANA

**POVO(S):** BORORO

**TIPO DE DANO:** Pesca predatória

**DESCRIÇÃO:** Homem com apetrecho de pesca predatória no rio Vermelho, próximo à área indígena, foi preso em flagrante de posse de redes de pesca, embarcações e motores. Segundo informações da PM Ambiental ele estaria cooptando indígenas para realizar a pesca predatória no período de piracema.

**FONTE:** Jornal A Tribuna - 02/12/2010

**TERRA INDÍGENA:** MENKU

**POVO(S):** MYKY

**TIPO DE DANO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** Ocorreu um incêndio na Terra Indígena Menku e não se sabe quem provocou, mas destruiu grande parte da mata. Na ocasião nem a Funai ou o IBAMA tomaram as providências que exigia o caso. A administração não tem realizado a fiscalização do território e tentou impedir a comunidade de reabrir uma picada, tendo em vista que são os próprios índios que fazem a fiscalização da área.

**FONTE:** Cimi Regional MT

**TERRA INDÍGENA:** ESTAÇÃO PARECI

**POVO(S):** PARESI

**TIPO DE DANO:** Danos ao meio ambiente

**DESCRIÇÃO:** Embora os estudos antropológicos sobre a terra indígena tenham sido concluídos, a demarcação e desintrusão da terra ainda não se efetivou. Enquanto isso não ocorre, não indígenas invadem a terra, desmatam, instalam lavouras e postos de gasolina.

**FONTE:** Cimi Regional MT

**TERRA INDÍGENA:** URUBU BRANCO

**POVO(S):** TAPIRAPÉ

**TIPO DE DANO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** Embora tenha sido construído um posto de vigilância, continuam as ações de extração ilegal de madeira na terra indígena.

**FONTE:** Cimi Regional MT, Equipe Irmãzinhas de Jesus

## MS – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**POVO(S):** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO:** Arrendamento de área indígena

**DESCRIÇÃO:** Estimativa do Ministério Público Federal aponta que metade das áreas agricultáveis da reserva indígena de Dourados são arrendadas. São cerca de 400 hectares explorados

por agricultores não índios, por valores muito baixos. Ao mesmo tempo, muitos indígenas da comunidade passam fome, a não ser que recebam cestas básicas. Os fazendeiros aliciam índios e ainda utilizam tratores e óleo do poder público para plantação de soja transgênica. Conforme declaração do procurador da república, Marco Antonio Delfino de Almeida, a prática do arrendamento desrespeita a lei 8.176/91 - que diz que sem autorização não é permitido o uso de ocupação de terras da União; por outro lado, a lei 11.467/07, proíbe a plantação de transgênicos em áreas de proteção.

**FONTE:** *O Progresso*, 17/01/2011

## PA – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** KAYAPÓ

**POVO(S):** KAYAPÓ

**TIPO DE DANO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Operação descobriu mais de 30 minas abertas pelos garimpeiros em 170 hectares de terra. O garimpo funcionava há muitos anos dentro da terra indígena. Constatou-se terra exposta e grandes lagoas de água contaminada. Os indígenas de 14 aldeias têm reclamado do aumento de doenças relacionadas ao contato com mercúrio. No total, 90 pessoas responderão a processo por extração ilegal.

**FONTE:** *Portal MS* - 10/11/2010

**TERRA INDÍGENA:** SARAUA

**POVO(S):** AMANAYE

**TIPO DE DANO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Desde 2005 os indígenas foram expulsos de suas terras pressionados pelos invasores. Em abril de 2008 o Ministério da Justiça publicou a Portaria Declaratória desta terra. Os índios cobram da Funai e do MPF agilidade no processo de desintrusão da terra indígena para que possa ser reocupada pela comunidade.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá*

## PB – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA (SÃO MIGUEL)

**POVO(S):** POTIGUARA

**TIPO DE DANO:** Arrendamento de área indígena

**DESCRIÇÃO:** O plantio, o uso de agrotóxicos e a queima da cana de açúcar dentro da terra indígena, mais precisamente na área ao longo do Rio Camaratuba, tem grande impacto prejudicando a agricultura familiar e afastando a caça da região. Há ainda o desmatamento da mata ciliar para plantio de cana de açúcar, com prejuízo para as nascentes, a contaminação da água por conta do vinhoto e da terra por conta dos agrotóxicos. Os resíduos do processamento da cana são despejados no rio, causando a morte dos camarões, dos peixes e dos caranguejos.

**FONTE:** *Cimi Nordeste, Liderança Potiguará*

## RO – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ LURDES

**POVO(S):** GAVIÃO

**TIPO DE DANO:** Extração ilegal de castanha

**DESCRIÇÃO:** Segundo Abrahão Negreiros, da Funai de Ji-Paraná, desde janeiro deste ano têm sido freqüentes as invasões na terra indígena e a extração ilegal de castanha.

**FONTE:** *rondoniadinamica.com*, 08/04/2010

**TERRA INDÍGENA:** ROOSEVELT

**POVO(S):** CINTA LARGA

**TIPO DE DANO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Garimpeiros continuam invadindo e extraindo ilegalmente diamantes na terra indígena. Essa atividade acontece há nove anos em uma área que equivale a mais de 500 campos de futebol.

**FONTE:** *Estadão/RO*, 09/07/2010

**TERRA INDÍGENA:** KARIPUNA

**POVO(S):** KARIPUNA DE RONDÔNIA

**TIPO DE DANO:** Pesca ilegal

**DESCRIÇÃO:** Caçadores invadiram a terra indígena para pescar e caçar. Policiais foram ao local atendendo a denúncia de indígenas da região da Resex Jaci-Paraná. Uma operação conjunta entre a Polícia Militar Ambiental e a Funai resultou na apreensão de diversos animais abatidos e aproximadamente 70 kg de peixes de diversas espécies.

**FONTE:** *rondonoticias.com*, 16/06/2010

## RR – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**POVO(S):** YANOMAMI

**TIPO DE DANO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Há anos as comunidades indígenas lutam pelo fim dos garimpos ilegais que, além de retirarem a riqueza do solo, propagam doenças entre o povo indígena, como a malária que se agrava na região. Conforme informações da mídia, oito vãos partem de Boa Vista com frequência para a terra Yanomami, para a extração de minérios. Na região conhecida como Vale do Caveira, no coração da reserva, há quatro garimpos em plena atividade. A extração é feita por meio de maquinários, na terra, e, em balsas, no rio Mucajá. Segundo a Funasa foram constatados desvios de pequenos riachos onde instalam esses equipamentos de dragagem.

**FONTE:** *folhabv.com*, 24/06/2010

## SC – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** PINDOTY

**POVO(S):** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO:** Desmatamento para pastagem

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena foi declarada pela portaria nº 953, de 4.6.2010. Não indígenas estão cercando o terreno, derrubando a vegetação nativa, colocando o gado e impedindo os indígenas de passar por antigas trilhas que levam à cidade.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis*

**TERRA INDÍGENA:** CONQUISTA

**POVO(S):** GUARANI

**TIPO DE DANO:** Desmatamento para pastagem

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena foi declarada conforme portaria nº 953, de 4/06/2010. Vizinhos à área invadem a terra, o gado come as roças dos indígenas e a vegetação nativa. Os não indígenas ao invadir acampam, fazem fogueira e pescam no rio que corta a terra.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul-Equipe Florianópolis*





# Capítulo II

## **Violência contra a pessoa**

Assassinatos.....	63
Tentativa de assassinato.....	73
Homicídio culposo.....	76
Ameaça de morte.....	79
Ameaças várias.....	80
Lesões Corporais Dolosas.....	82
Abuso de poder.....	85
Racismo e discriminação étnico cultural.....	86
Violência Sexual.....	89

Foto: Egon Heck/Equipe Cimi/MS



*Em 2010, as violações de direitos, como assassinatos, foram presença constante entre os Guaraní Kaiowá*

# Assassinatos

Foram registrados 60 assassinatos em 2010, mantendo o mesmo número de 2009 e 2008 quando houve 60 assassinatos em cada um. Como tem ocorrido durante os últimos 10 anos, a grande maioria dos casos, 34, aconteceu no estado de Mato Grosso do Sul, cujas vítimas foram 29 pessoas Guarani Kaiowá, 1 Guarani Nhandeva, 1 Terena, 1 Ofaye-Xavante e 2 Kadiweu.

Chama atenção o número de 7 assassinatos em Roraima, 5 deles relacionados com consumo excessivo de álcool. Outro número de destaque, são as 4 pessoas do povo Kaingang, assassinadas nos três estados do Sul.

Constam, ainda, 2 assassinatos no Acre, 1 no Alagoas, 2 na Bahia, 5 no Maranhão, 1 no Mato Grosso, 1 no Pará, 1 no Paraná, 1 em Pernambuco, 2 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina e 2 no Tocantins, isto é, casos que abrangem todas as regiões do Brasil.

Estado	Casos	Povo
Mato Grosso do Sul	34	Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Terena, Ofaye-Xavante, Kadiwéu
Roraima	7	Makuxi, Wapixana
Maranhão	5	Guajajara, Ka'apor, Timbira
Bahia	2	Tupinambá, Pataxó
Acre	2	Kulina
Rio Grande do Sul	2	Kaingang
Tocantins	2	Karajá
Alagoas	1	Xukuru-Kariri
Paraná	1	Kaingang
Mato Grosso	1	Karajá
Pará	1	Tembé
Pernambuco	1	Xukuru
Santa Catarina	1	Kaingang
<b>Total = 60 casos</b>		

As vítimas do sexo masculino somam 55 pessoas, as do sexo feminino 5. Do total de vítimas, 4 eram menores, inclusive uma menina de 8 anos.

Os registros mostram que 26 assassinatos foram resultado de brigas, sendo que em 12 casos houve consumo ou abuso de álcool como elemento facilitador. Vingança foi o motivo de 5 assassinatos. Racismo, dentro do contexto de

conflitos pela terra, foi motivo de 2 assassinatos, ambos no Maranhão. Foram registrados 2 casos que sugerem latrocínio. Em 1 caso, a vítima, uma menina menor de idade, foi estuprada antes de ser assassinada. Houve 1 assassinato motivado por envolvimento com drogas. Há 2 casos que constituem mera execução, mas não se conhece o motivo. Há 1 caso que se tipifica como resultante de violência policial. De 21 casos, o motivo permanece desconhecido.

Como nos anos anteriores predomina o uso de armas brancas, em 26 casos, usadas, geralmente, por indígenas, sendo 16 espancamentos. Registraram-se 11 assassinatos com armas de fogo e 2 casos de estrangulamento. Em 5 casos, o meio usado ficou desconhecido ou não foi divulgado.

Destacam-se os casos dos assassinatos consumados em contexto de conflitos pela terra. No Maranhão foram assassinados dois jovens por não indígenas. Hubinet Ka'apor, do povo Timbira, passou em frente a um bar quando alguns não-indígenas, embriagados, começaram a agredi-lo, sem motivo aparente. Ninguém tentou detê-los e eles acabaram assassinando Hubinet. Na área há disputas sobre a terra entre indígenas, madeireiros e plantadores de maconha. Ainda no Maranhão, Aduato Guajajara foi executado na sua própria aldeia por um grupo não-indígena, também sem motivo aparente.

## Assassinatos no Brasil

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	média anual
42	37	43	58	92	60	60	60	452	56,5

A tabela do número de assassinatos de 2003 até 2010 mostra que nos primeiros três anos do primeiro mandato do presidente Lula, o número oscilava em torno de 40. A partir de 2006, o número cresceu significativamente, consolidando-se durante o segundo mandato em volta de 60, com exceção do notório ano de 2007.

Se os números do Mato Grosso do Sul forem isolados percebe-se que o aumento do número total se deve quase que inteiramente ao aumento do número de assassinatos neste estado. De fato, no Mato Grosso do Sul o número de assassinatos triplicou entre 2003 e 2010, sem que as autoridades tenham conseguido implementar medidas para conter essa situação calamitosa.

## Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	Média
<b>Total Brasil</b>	42	37	43	58	92	60	60	60	<b>452</b>	56,5
<b>Nº absoluto MS:</b>	13	16	28	28	53	42	33	34	<b>247</b>	30,8
<b>Nº abs restante:</b>	29	21	15	30	39	18	27	26	<b>206</b>	25,8
<b>MS (%):</b>	33%	43%	65%	48%	58%	70%	54%	57%	<b>55%</b>	

## Mato Grosso do Sul: 57% de todos os assassinatos no país em 2010

Com o passar dos anos houve uma inversão, em 2003 e 2004 o número de assassinatos no MS, embora representasse uma parcela significativa, era menor do que o total de casos ocorridos no Brasil. A partir daí os números mostram que a proporção de casos no MS só aumenta, atingindo uma porcentagem de 57% em 2010, chegando a 34 assassinatos para um total de 60. As vítimas pertencem a povos diferentes (29 Guarani Kaiowá, 1 Guarani Nhandeva, 1 Terena, 1 Ofaye-Xavante e 2 Kadiweu), o que parece indicar que a violência física se expande no estado. Cabe perguntar: porque isso ocorre? Descaso das autoridades? Expansão do agronegócio? Falta de medidas eficazes para demarcação de terras? Aumento do crime organizado? Falta de medidas que atendam a população indígena local? Talvez todos esses sejam fatores explicativos para tamanha violência, na medida em que assassinato é apenas o ponto final para os indivíduos submersos num processo social desordenado, cuja ordem se apóia numa lógica alheia às necessidades das pessoas e comunidades, tais como as indígenas.

Reiteramos o que o Cimi tem constatado ao longo dos anos. Existe uma estreita relação entre a falta de terra e a violência, ou, mais especificamente, entre a falta de demarcação e proteção das terras indígenas e violência. Mato Grosso do Sul é a própria confirmação dessa regra.

Observe-se que neste estado existem comunidades Guarani Kaiowá populosas, que vivem confinadas em pequenas parcelas de terra. Nos últimos anos, o confinamento tem se intensificado, por causa do avanço dos latifúndios agrícolas, sobretudo as plantações de soja e de cana, o que acirra o conflito de terra. Há uma resistência muito grande na sociedade não-indígena, contra qualquer processo de regularização das terras Guarani Kaiowá. A crescente resistência se soma a um forte preconceito e racismo contra os indígenas. Entretanto, as oportunidades de emprego diminuíram e/ou as condições de trabalho têm piorado. O avanço da mecanização da safra da cana aperta ainda mais o mercado de trabalho para os indígenas. O quadro se completa por falhas e faltas nas áreas de educação, saúde e assistência social. Neste contexto, as tensões sociais já existentes dentro das comunidades apenas se agravam perante o constante adiamento da

demarcação das terras, apesar das promessas feitas pelas autoridades e pela Funai, inclusive confirmadas por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2007 e que prescreveu em 2009.

Em suma, os Guarani Kaiowá vivem confinados, sem terra para sua auto-sustentação, sofrendo altas taxas de desemprego, pobreza, fome e falta de perspectivas, numa sociedade que os rejeita e se opõe veementemente às reivindicações de seus direitos à terra. Uma das consequências é um alto índice de consumo de álcool. Esse contexto provoca grandes tensões psicológicas e sociais nas comunidades, intensificando-se com o crescimento da população. Essa tensão muitas vezes vem à tona em conflitos violentos e até fatais, mais ainda quando o uso de álcool está envolvido. Os altos números de assassinatos e tentativas de assassinato são testemunhas desta realidade violenta. O alto índice de suicídios completa esse quadro desolador e extremamente violento.

Neste contexto, não surpreende que o maior número de assassinatos aconteça nos municípios de Dourados, Amambai e Caarapó. Lá, se encontram as maiores aldeias Guarani Kaiowá, com a maior densidade populacional, ou seja, onde a concentração e o confinamento são mais intensos.

## Assassinatos por município de MS em 2010

Município	Casos
Dourados	10
Amambai	6
Caarapó	4
Tacuru	4
Porto Murtinho	2
Aral Moreira	1
Brasilândia	1
Coronel Sapucaia	1
Japorã	1
Naviraí	1
Paranhos	1
Rio Brillhante	1
Terenos	1

## ASSASSINATO

## 59 Casos – 59 Vítimas

**AC – 2 Casos – 2 Vítimas****04/01/2010**

VÍTIMA: Ahuano Kulina

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: MANOEL URBANO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia São Vicente

DESCRIÇÃO: O fato ocorreu na madrugada quando a vítima estava em uma confraternização em uma embarcação nas proximidades da aldeia. Iniciou-se uma discussão, o acusado teria pego uma "lima", ferramenta utilizada para amolar e afiar equipamentos, e desferido golpes na cabeça de Ahuano que não resistiu e morreu no local. O corpo de Ahuano foi levado para Rio Branco e o acusado de cometer o crime está foragido.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Cimi Regional Amazônia Ocidental e [www.oriobranco.net](http://www.oriobranco.net) - 05/01/2010**28/08/2010**

VÍTIMA: Elza Kulina

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA IGARAPÉ DO PAU

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA AGRESSÃO: Seringal Consulta, à margem do rio Envira

DESCRIÇÃO: O filho da vítima consumiu grande quantidade de álcool e agrediu a esposa para conseguir mais dinheiro para comprar bebida. Ao tentar defender sua nora das agressões, a vítima foi atingida a pauladas e não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Cimi Regional AO, Equipe Feijó

**AL – 1 Caso – 1 Vítima****12/08/2010**

VÍTIMA: José Cícero Salustiano da Silva

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

DESCRIÇÃO: O crime foi motivado por vingança e segundo informações, está ligado a um homicídio ocorrido há anos a um membro da família do acusado pelo assassinato.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Regional Nordeste

**BA – 2 Casos – 2 Vítimas****08/07/2010**

VÍTIMA: José Carlos Santos

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Zona Rural de Ilhéus

DESCRIÇÃO: A vítima viajava num ônibus escolar da Funai quando o veículo foi abordado por dois homens encapuzados que ordenaram que o veículo parasse, que descessem todos os estudantes menos a vítima a qual foi executada no local. Os autores não foram identificados e se desconhece o motivo do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Agora/BA, 12/07/2010



Foto: Lídia Farias de Oliveira/Equipe Cimi MS

No Mato Grosso do Sul, sob o mote da produção, há forte resistência quanto à demarcação das terras indígenas

**10/10/2010**

VÍTIMA: Florisvaldo da Rocha Vaz

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: CORUMBAUZINHO

MUNICÍPIO: PRADO

LOCAL DA AGRESSÃO: Corumbau

DESCRIÇÃO: O indígena estava num bar bebendo e discutindo com uma mulher. Segundo declaração do acusado, este foi chamado por moradores para acabar com uma briga entre o casal. O agressor alega que agiu em legítima defesa porque ao tentar separar o casal, o indígena o agrediu com um pedaço de ferro.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Tribuna da Bahia*, online, 13/10/2010

## MA – 5 Casos – 5 Vítimas

**16/05/2010**

VÍTIMA: Hubinet Ka'apor

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO DO GUILHERME

LOCAL DA AGRESSÃO: Cidade de Centro do Guilherme

DESCRIÇÃO: A vítima foi até a cidade para fazer compras. Ao passar em frente a um bar alguns frequentadores em evidente estado de embriaguez, passaram a agredí-lo sem motivo algum. Os agressores desferiram pauladas contra o jovem deformando o seu rosto e deixando-o inerte. Ninguém tomou providências para deter os responsáveis. O assassinato está relacionado com o clima de tensão e conflito existente na área. Um número sempre maior de madeireiros e plantadores de maconha da cidade de Centro do Guilherme quer usufruir sistematicamente da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Conselho Indigenista Missionário* - 11/06/2010

**SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: Jovem

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jacaré

DESCRIÇÃO: O jovem foi encontrado morto por membros da aldeia com o corpo repleto de marcas, sinais evidentes de espancamento. Até o momento não se conhece a causa da morte.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *blogspot* - *padre Bombieri* 09/2010

**19/08/2010**

VÍTIMA: Leomar Alves Timbira

POVO: TIMBIRA

TERRA INDÍGENA: RODEADOR

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

LOCAL DA AGRESSÃO: Taboca Nova

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto no rio Ouvires, próximo à aldeia onde morava. No corpo havia marcas de pancadas na cabeça e o pescoço quebrado. Foi registrada ocorrência na delegacia de Barra do Corda.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Cimi Regional Maranhão*

**29/08/10**

VÍTIMA: Alcindo Gregório Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto na beira da estrada próximo ao povoado de Santa Luzia. No corpo havia marcas de espancamento. Foi morto a pauladas. A ocorrência foi registrada na Polícia Civil de Arame.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Cimi Regional Maranhão*

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Adauto Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: RIO PINDARÉ

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA AGRESSÃO: Povoado Colombi

DESCRIÇÃO: Vários não índios foram até o povoado de Colombi e, sem motivo aparente, mataram a vítima com vários tiros.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Regional Maranhão e Lideranças indígenas da aldeia Marajá*

## MT – 1 Caso – 1 Vítima

**JULHO/2010**

VÍTIMA: Matukari Karajá

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: SANTA TERESINHA

LOCAL DA AGRESSÃO: Arredores de Santa Terezinha/MT

DESCRIÇÃO: A vítima estava desaparecida há alguns dias e apresentava ferimentos de faca e pauladas. Quando foi visto pela última vez se encontrava embriagado. São frequentes as mortes na região, de indígenas Karajá, em decorrência dos efeitos do alcoolismo. As cidades ribeirinhas que se instalaram em locais próximos às suas aldeias favorecem o consumo de bebidas alcoólicas, vendidas pelos comerciantes.

MEIO EMPREGADO: Espancamento e arma branca

FONTE: *Cimi Regional MT*, agosto/2010

## MS – 34 Casos – 34 Vítimas

**29/01/2010**

VÍTIMA: Damiano Benitez

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: POTRERO GUAÇU

MUNICÍPIO: PARANHOS

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado em uma vegetação a cerca de 800 metros da aldeia onde o indígena morava, com sinais de violência. Foi encaminhado ao Instituto Médico Legal de Ponta Porã, e o caso foi registrado como homicídio doloso.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: *Campo Grande News* - 29/01/2010

**24/02/2010**

VÍTIMA: João Paulo Garay

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi esfaqueada por sua esposa depois de uma discussão. A acusada pediu socorro duas horas depois. João chegou a ser socorrido, mas faleceu. Roseli não revela o motivo da agressão.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News - 25/02/2010*

**27/02/2010**

**VÍTIMA:** Jânio Sanches Fernandes

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada em uma estrada da aldeia Bororó com 15 cortes de facão pelo corpo. Foi levado ao Hospital da Vida de Dourados, mas como seu estado de saúde era gravíssimo, não resistiu. Não há informações sobre como aconteceu o crime.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Folha de Dourados - 03/03/2010*

**04/04/2010**

**VÍTIMA:** Desconhecido

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DESALDEADOS

**MUNICÍPIO:** ARAL MOREIRA

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Cidade de Aral Moreira na fronteira com o Paraguai

**DESCRIÇÃO:** Um homem de origem indígena aparentando idade entre 20 a 30 anos foi encontrado morto sem nenhum documento de identificação com várias perfurações de bala na cabeça. Uma equipe da Polícia Militar e Civil de Aral Moreira esteve no local realizando os levantamentos para apurar o crime. O corpo foi encaminhado ao IML de Ponta Porã.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** <http://www.fatimanews.com.br> - 05/04/2010

**21/04/2010**

**VÍTIMA:** Alzira Batista

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ

**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado na frente de sua residência com marcas no pescoço, indicando que teria sido estrangulada. O acusado, marido da vítima, foi preso no local do crime e apresentava sinais de embriaguez. Os vizinhos informaram que o casal brigava constantemente.

**MEIO EMPREGADO:** Estrangulamento

**FONTE:** *Midiamaxnews e Capital News - 22/04/2010*

**25/04/2010**

**VÍTIMA:** Orlando Machado

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado, próximo ao Núcleo de Pesquisa da Unigran, com um grande golpe no pescoço, quase decepado. Segundo relatos, o indígena foi morto na frente da casa nº 576 e arrastado para uma região de mata.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Midiamaxnews - 25/04/2010*

**30/04/2010**

**VÍTIMA:** Mario Duarte

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** LIMÃO VERDE

**MUNICÍPIO:** AMAMBAI

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kue

**DESCRIÇÃO:** O corpo do indígena foi encontrado com sinais de violência na cabeça na Fazenda Santa Maria, que faz divisa com a Aldeia Tey Kue. Conforme Boletim de Ocorrência, uma liderança indígena disse que a vítima saiu da aldeia acompanhado de dois colegas. Os três iriam até Laguna Carapã. O corpo foi encontrado por um funcionário da fazenda.

**MEIO EMPREGADO:** Desconhecido

**FONTE:** *Agora MS - 03/05/2010*

**09/05/2010**

**VÍTIMA:** Sérgio Chamorro

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** LIMÃO VERDE

**MUNICÍPIO:** AMAMBAI

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi encontrado em uma estrada próxima à aldeia por outros indígenas. Sérgio levou uma facada na cabeça, outra na face e teve dois dedos da mão esquerda decepados. Ele foi encaminhado ao Hospital Regional de Amambaí e, em seguida, transferido para Dourados devido ao estado de saúde grave, mas não resistiu.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News - 10/05/2010*

**09/05/2010**

**VÍTIMA:** Renilton Reginaldo

**POVO:** TERENA

**MUNICÍPIO:** TERENOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Assentamento Campo Verde, local a 30 km. de Campo Grande/MS

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado pelos seus amigos com vários ferimentos provocados por facão, no Assentamento que fica a 30 quilômetros de Campo Grande. Ele trabalhava no corte de cana para a Usina Quebra-Coco. O facão de cortar cana foi encontrado quebrado a cerca de 300m do local onde o corpo foi encontrado. Próximo ao local havia garrafas de cachaça espalhadas pelo chão.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News - 10/05/2010*

**27/05/2010**

**VÍTIMA:** Alexandre de Souza

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado em uma vala próximo à Aldeia Jaguapiru nas margens da rodovia MS-156 com, pelo menos, 30 golpes de facão pelo corpo. Segundo os familiares a vítima saía de bicicleta para receber certa quantia em dinheiro. Para a polícia é caso de latrocínio, pois nem a bicicleta nem o dinheiro foram encontrados.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News e Capital News - 27/05/2010*

**05/06/2010**

VÍTIMA: Ari Vilhalva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi morta com seis golpes de foice que atingiram o rosto e pescoço após uma discussão com o amigo. Os dois bebiam na casa de Ari. Após a chegada da Polícia Civil, lideranças indígenas foram até a residência do acusado, mas a casa estava vazia. O corpo do indígena foi encaminhado para o Instituto de Medicina e Odontologia Legal de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News* - 05/06/2010**12/06/2010**

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia MS-156

**DESCRIÇÃO:** Segundo o namorado da vítima, ela foi atingida por golpes de foice desferido por duas adolescentes. Estas confessaram o crime e durante o depoimento alegaram legítima defesa. A vítima foi socorrida, mas não sobreviveu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Globo*, 13/06/2010; *O Progresso/MS*, 14/06/2010; *Midiamax*, 13/06/2010**24/07/2010**

VÍTIMA: Manoel Araújo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai

**DESCRIÇÃO:** Foi encontrado morto na aldeia Amambai. Estava caído em frente a uma casa, distante da sua, e foi visto pelo morador quando este saía para buscar lenha. A delegacia de Amambai suspeita que tenha ocorrido uma briga, mas a polícia não encontrou testemunhas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *TERRA.COM*, 25/07/2010**17/06/2010**

VÍTIMA: Galdino Paim

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Tey Kuê

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado por lideranças indígenas com um ferimento ocasionado por disparo de arma de fogo nas costas e outro, com arma branca na altura do peito. Conforme informações de testemunhas, Paim estava desaparecido desde o dia 14, quando teria saído para beber com seu cunhado, acusado de ser o autor do crime. No depoimento à polícia, o acusado disse que a vítima teria tomado sua arma, um revólver 38 e teria cometido suicídio. Porém, a perícia constatou que o disparo teria sido efetuado nas costas da vítima e que Alanir, provavelmente, tentou forjar a cena do crime fazendo uma perfuração no peito de Paim com uma faca. Ainda conforme a polícia, a vítima é testemunha em um crime de estupro ao qual Alanir também é acusado e

esse pode ter sido o motivo do crime. O acusado encontra-se preso na Cadeia Pública de Caarapó.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca

FONTE: *www.fatimanews.com.br* e *Dourados News* - 18/06/2010**22/06/2010**

VÍTIMA: Oswaldo Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Município de Amambai

**DESCRIÇÃO:** A vítima transitava pela rua na região central da cidade, carregando duas mochilas. Ao avistar a viatura policial, teria apressado o passo na tentativa de fugir. Desconfiados da atitude do jovem, os policiais o abordaram para averiguar o que carregava em sua mochila. Ao ser interceptado, Oswaldo proferiu ameaças aos policiais, armado de uma faca. De acordo com os policiais, estes tentaram negociar para que o indígena largasse a arma, até que, em um determinado momento, o indígena agrediu um dos policiais e levou dois tiros. Foi socorrido, mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Capital News* - 22/06/2010**25/06/2010**

VÍTIMA: Antenor da Silva Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHÄNDERU

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi assassinada por seu irmão, Luís da Silva de Oliveira Almeida, depois de uma discussão. O agressor deu vários golpes com um pedaço de pau e acabou matando o irmão.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Dourados News* - 25/06/2010**26/08/2010**

VÍTIMA: Moisés Velasques

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Porto Lindo

**DESCRIÇÃO:** O agressor e a vítima bebiam juntos quando se desentenderam e Edmar desferiu um golpe de punhal no peito de Moisés. A vítima chegou a ser socorrida, mas não resistiu ao ferimento.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News* - 27/08/2010**31/08/2010**

VÍTIMA: Sido Almeida

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Tey-Kue

**DESCRIÇÃO:** Conforme informações de Israel Almeida, o corpo da vítima foi localizado a 200 metros próximo de uma mata. Segundo a polícia, havia marcas no pescoço da vítima que são de esganadura. Foi excluída a hipótese de suicídio.

MEIO EMPREGADO: Estrangulamento

FONTE: *Fátima News*, 31/08/2010

**26/09/2010**

VÍTIMA: Daniel Rodrigues

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Rubens Aquino, capitão da aldeia, acredita que o crime tenha sido cometido por um grupo de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas no local. O corpo foi encaminhado para o Instituto Médico Legal de Ponta Porã.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Gazeta News*, 27/09/2010

**07/09/2010**

VÍTIMA: Rubens Vera

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia TeY-Kuê

DESCRIÇÃO: O agressor foi à residência da vítima e a golpeou com uma faca na mão, peito e braço. O motivo teria sido um feitiço feito pela vítima para que a mulher do agressor se separasse dele.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Aquidauana News*

**19/09/2010**

VÍTIMA: Pedro Insarde

POVO: OFAYE-XAVANTE

TERRA INDÍGENA: OFAYÉ-XAVANTE

MUNICÍPIO: BRASILANDIA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Ofayé-Xavante

DESCRIÇÃO: Segundo a polícia, dois homens discutiam e o agressor desferiu vários golpes de faca e facão, usando também um pedaço de madeira na agressão contra a vítima, que morreu no local.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

**19/09/2010**

VÍTIMA: Miguel Machado

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaquapiru

DESCRIÇÃO: Segundo o boletim de ocorrência, a vítima tinha chegado em uma casa na aldeia, quando começou a discutir com o agressor. O indígena foi agredido na cabeça, com uma enxada e vários golpes de madeira. A vítima foi encaminhada para o hospital em 19 de setembro, mas não resistiu aos ferimentos e morreu no dia 12 de outubro.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 19/09/2010

**27/10/2010**

VÍTIMA: Ângelo Roque Vilhalva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Os três acusados mataram a vítima e incendiaram a casa dele.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *MS Notícias*, 27/10/2010

**05/10/2010**

VÍTIMA: Catalino Rodrigues

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima, um deficiente físico, foi assassinado com vários golpes de facão na cabeça e pescoço. O autor, um adolescente, relatou que matou o rapaz porque ele teria derrubado sua bicicleta.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campgrande.news*, 05/10/2010; *Midiamaxnews*, 06/10/2010

**05/12/2010**

VÍTIMA: Vilson Martins

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: NAVIRAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Vila Industrial, Naviraí

DESCRIÇÃO: Segundo a proprietária do bar onde estavam a vítima e os agressores, houve uma briga e outras duas pessoas ficaram feridas, mas a vítima não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *fatimanews.com*, 06/12/2010

**1º/12/2010**

VÍTIMA: Márcia Soares Snarte

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Segundo a polícia, a vítima foi morta na estrada vicinal e arrastada até um matagal. O corpo foi reconhecido pela mãe, que declarou que ela estava com uma irmã de 11 anos que estaria desaparecida.

MEIO EMPREGADO: Pedra

FONTE: *midiamaxnews*, 1/12/2010

**26/11/2010**

VÍTIMA: Osélia Gonçalves Brites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada em estado adiantado de decomposição, não sendo possível apontar se tinha ferimentos. Estava desaparecida e foi vista pela última vez com uma adolescente para receber pagamento por terem trabalhado lavando roupas.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: *Portal MS*, 06/12/2010

**27/11/2010**

VÍTIMA: Abel Velasques

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida por um tiro nas costas por dois homens numa motocicleta, quando caminhava com a esposa Lucicleide Flores. A polícia tem o nome de um suspeito que teria fugido em direção à aldeia Caarapó.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Dourados News*, 29/11/2010

**25/12/2010**

VÍTIMA: João Gonçalves Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SASSORÓ

MUNICÍPIO: TACURU

DESCRIÇÃO: O casal, filho e nora da vítima, estava brigando. O pai procurou apaziguar e foi atingido, na cabeça, pelo filho, com uma paulada.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *correiodoestado.com*, 26/12/2010

**27/12/2010**

VÍTIMA: L.A.M.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

DESCRIÇÃO: O acusado estuprou e matou a vítima com auxílio de uma tia da mesma. Estavam acompanhados de outros dois menores que assistiram a tudo ingerindo bebida alcoólica e fazendo uso de entorpecentes.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: *A Crítica de Campo Grande/MS*, 27/12/2010

**22/12/2010**

VÍTIMA: M.A.

POVO: KADIWÉU

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

MUNICÍPIO: PORTO MURTINHO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Alves de Barros

DESCRIÇÃO: Houve uma briga envolvendo vários indígenas e a vítima foi atingida no rosto, não resistindo. Não se sabe o motivo da briga.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *maidiamax.com*, 22/12/2010

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Derci Garcete

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

DESCRIÇÃO: Segundo informações do delegado, a execução da vítima teria ocorrido porque o indígena também teria matado um professor indígena após uma briga.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *maidiamaxnews*, 02/12/2010

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Professor

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

DESCRIÇÃO: O acusado teria matado um professor indígena após uma briga numa festa no interior da aldeia. Posteriormente o acusado foi assassinado por esse motivo.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *maidiamax.com*, 02/12/2010

**22/12/2010**

VÍTIMA: Martiniano de Almeida

POVO: KADIWÉU

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

MUNICÍPIO: PORTO MURTINHO

DESCRIÇÃO: Três indígenas foram acusados pela morte de Martiniano de Almeida. Ele foi morto a golpes de machado, facão e foice. A vítima e os acusados eram primos. O motivo teria sido vingança, pois um dos acusados teria sido vítima de tentativa de homicídio no ano passado, quando levou três tiros. Os adultos e um adolescente confessaram a autoria do crime.

MEIO EMPREGADO: Foice, machado, facão

FONTE: *Aquidauana News - MS* - 26.12.2010

## PA – 1 Caso – 1 Vítima

**19/06/2010**

VÍTIMA: Raimundo Anilton Alves da Silva

POVO: TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado pelos indígenas em uma estrada vicinal com várias pauladas. Não se sabe quem foi o autor do crime. Os policiais conduziram o cadáver até o necrotério e abriram inquérito para apurar o crime.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *www.diariodopara.com.br* - 22/06/2010

## PR – 1 Caso – 1 Vítima

**13/10/2010**

VÍTIMA: Ricardo Kag Crispim

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: IVAÍ

MUNICÍPIO: MANOEL RIBAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Avenida Sergipe, ao lado da Rodoviária de Manoel Ribas

DESCRIÇÃO: A vítima, que seria dependente de álcool, foi encontrada com vários hematomas pelo corpo, o que indica que teria sido espancada. Não se sabe o motivo ou o autor do crime.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Folha de Londrina, PR*, 14/10/2010

PE – 1 Caso – 1 Vítima

**22/08/2010**

VÍTIMA: José Lourival Franzão

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA AGRESSÃO: Sítio Boa Esperança, Pesqueira

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta com dois tiros. As investigações ainda não apontam a motivação ou autoria do assassinato.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário de Pernambuco*, 23/08/2010

**RS – 2 Casos – 2 Vítimas**

**28/07/2010**

VÍTIMA: Daniel Salles

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: REDENTORA

LOCAL DA AGRESSÃO: Miraguaí

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado caído em frente a casa onde a vítima morava. O suspeito foi preso por outros indígenas. De acordo com a polícia, o crime foi motivado por rixa entre os envolvidos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Zero Hora/RS, 20/07/2010

**01/01/2010**

VÍTIMA: Alex Soares da Rosa

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: MIRAGUAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Tenente Portela

DESCRIÇÃO: O crime aconteceu na virada do ano e o corpo da vítima foi localizado próximo ao cemitério municipal de Tenente Portela com muitas facadas. Nas investigações da Polícia Civil chegou-se ao acusado, que assumiu a autoria do crime. Segundo ele, estavam em uma festa na casa de um amigo quando houve um desentendimento entre o acusado e a vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Regional Sul / radioprogresso.com.br

**RR – 7 Casos – 7 Vítimas**

**06/06/2010**

VÍTIMA: Bevenildo de Souza

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: ANINGAL

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA AGRESSÃO: Vila São Silvestre - Alto Alegre

DESCRIÇÃO: O crime ocorreu após uma discussão com o dono do bar, onde a vítima bebia.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Grupo Folha de comunicação, 11/06/2010

**28/04/2010**

VÍTIMA: Gabriel Paulo João Mateus

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MURIRU

MUNICÍPIO: BONFIM

DESCRIÇÃO: Segundo informações, o crime aconteceu após bebedeira entre indígenas em uma maloca. O acusado está preso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - 29/04/2010

**24/06/2010**

VÍTIMA: Waimasse de Magalhães Tavares

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Casa da vítima em Manaus

DESCRIÇÃO: A indígena foi morta a facadas dentro de casa. O crime foi descoberto pelo pai de criação da vítima que a encontrou caída no chão da cozinha já sem vida. Ele afirmou que o acusado era violento e não aceitava o fim do namoro, por isso já tinha feito várias ameaças de morte à vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: www.folhabv.com.br - 25/06/2010

**28/09/2010**

VÍTIMA: Marinho

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Uiramutã

DESCRIÇÃO: Uma briga entre indígenas terminou na morte da vítima. Não há informações sobre autoria.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Folha de Boa Vista/RR, 30/09/2010

**14/11/2010**

VÍTIMA: Joanderson Barros dos Santos

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CARACARAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Caracarái/RR

DESCRIÇÃO: Vítima e acusado estavam numa festa e segundo testemunhas, tinham bebido. A polícia identificou o autor do crime e iniciou buscas para prendê-lo.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: folhabv.com, 15/11/2010

**13/11/2010**

VÍTIMA: Homem

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: TABALASCADA

MUNICÍPIO: CANTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Canauani

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada morta na casa onde morava. Não se tem mais detalhes do caso.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: folhabv.com, 15/11/2010

**23/11/2010**

VÍTIMA: Gildenzio da Silva

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Pacaraima

DESCRIÇÃO: A vítima se envolveu numa briga na cidade. O indígena foi levado ao hospital, mas não resistiu. Não há informações sobre os acusados.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: Folha de Boa Vista, 24/11/2010

**SC – 1 Caso – 1 Vítima**

**04/04/2010**

VÍTIMA: Leonildo de Campos Fernandes

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: XAPECÓ

MUNICÍPIO: IPUACU

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Reserva Pinhalzinho

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi baleada na cabeça e tórax, quando saía de uma festa na reserva de Pinhalzinho, junto com dois outros amigos que ficaram machucados. A polícia informa que um grupo de pelo menos sete pessoas foi responsável pelos disparos.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Diário Catarinense em 06/04/2010*

## TO – 2 Casos – 2 Vítimas

**22/06/2010**

**VÍTIMA:** Haratuma Karajá

**POVO:** KARAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSAO

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Santa Izabel

**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena estava na festa de Aruanã (ritual Karajá), quando iniciou-se uma discussão e Buriti (sobrinho

da vítima), desferiu golpes com faca contra o tio. O mesmo foi socorrido, mas chegou ao hospital sem vida.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Comunidade Indígena*

**17/05/2010**

**VÍTIMA:** Rosildo Radiohé Karajá

**POVO:** KARAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

**MUNICÍPIO:** SANTA FE DO ARAGUAIA

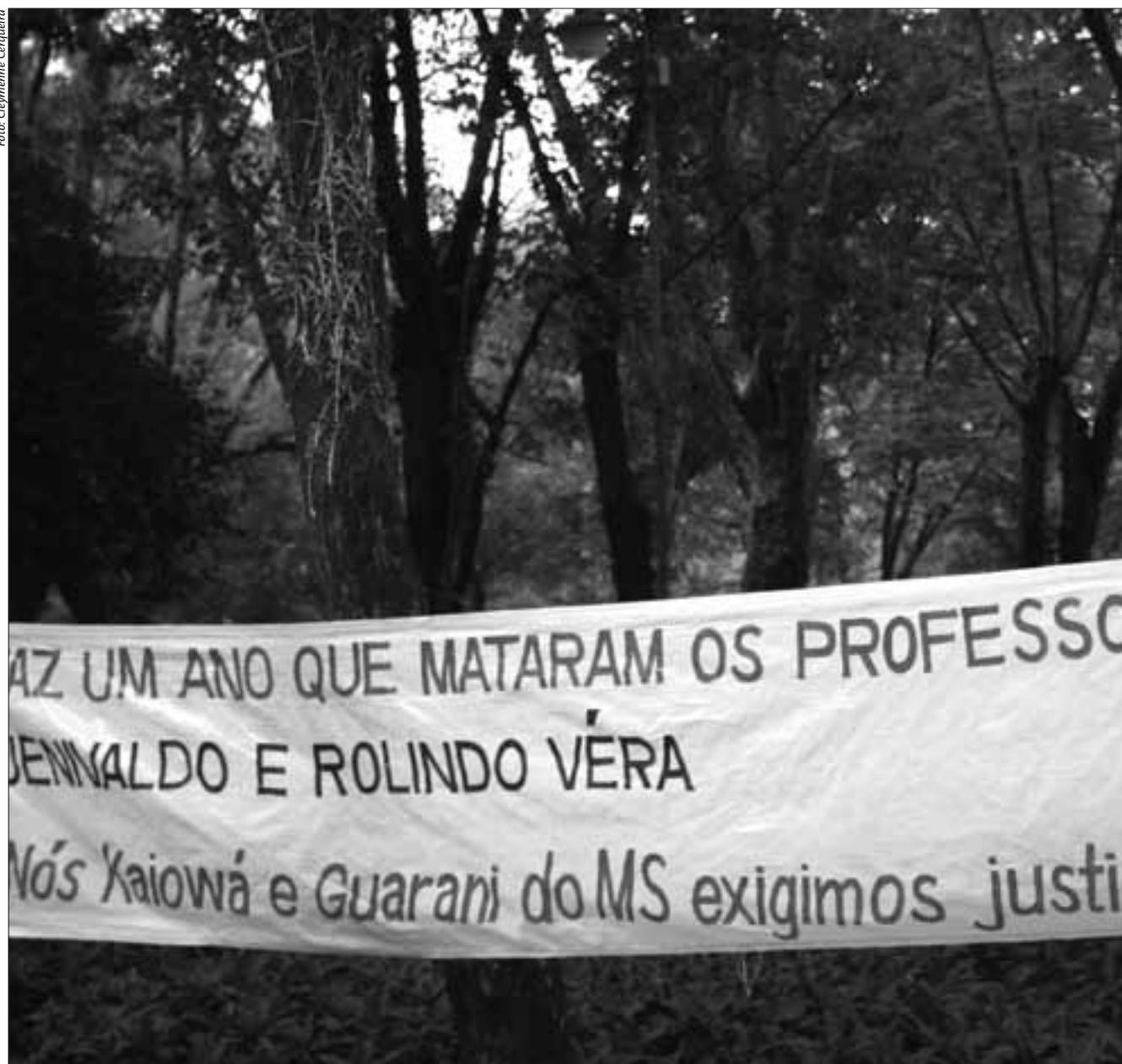
**LOCAL DA AGRESSÃO:** Rio Araguaia

**DESCRIÇÃO:** A vítima saía com o irmão para vender tartaruga do outro lado do rio Araguaia. Foi encontrado boiando e com hematomas na cabeça. Uma testemunha afirmou ter visto o indígena ser espancado. Desapareceram dinheiro e relógio da vítima.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** *Filemon Tuilá Karajá, irmão da vítima.*

Foto: Cleymenne Cerqueira



**Muitos assassinos continuam impunes, como no caso de Jenivaldo e Rolindo Vera (MS), mortos em outubro de 2009**

# Tentativa de assassinato

Foram contabilizadas 18 tentativas de assassinato no ano de 2010, registradas nos estados de Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Roraima e Santa Catarina.

Chama atenção o número elevado no Mato Grosso do Sul (11). São casos que complementam o quadro de violência interna, como apresentado na categoria de assassinatos. Trata-se de tentativas de assassinato no contexto de brigas e de assaltos.

Destaca-se o caso, na Bahia, do despejo violento, por homens armados e mascarados, de uma comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, que tinha retomado uma parte da sua

terra tradicional. Os pistoleiros atiraram contra as pessoas, que fugiram.

No Maranhão, ocorreram várias tentativas de assassinato protagonizadas por um policial. Ele tentou acabar com uma manifestação pacífica de uma comunidade Guajajara, que cobrava o transporte e as merendas escolares, e, quando percebeu que não conseguiria, sacou uma pistola e começou a atirar contra os indígenas, ferindo 5 deles. Quando os feridos chegaram ao hospital para tratamento, foram presos e maltratados pelos policiais. A violência poderia ter sido evitada, se o Estado tivesse providenciado o transporte e as merendas escolares, conforme estipulado pela lei.

## TENTATIVA DE ASSASSINATO

### 18 Casos – 27 Vítimas

#### AM – 1 Caso – 1 Vítima

**18/08/2010**

VÍTIMA: Tumim Maioruna

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Atalaia do Norte

DESCRIÇÃO: Segundo o tio da vítima, André Japiana, ele levou um tiro ao tentar segurar o irmão, que estava sendo abordado por policiais durante uma discussão com a mulher. O coordenador regional da Funai, Jean Sales, alega que os policiais queriam levar o indígena, mas os demais tentaram impedir.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão, 23/08/2010

#### BA – 2 Casos – 1 Vítima

**10/10/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda Santa Maria

DESCRIÇÃO: Homens fortemente armados atacaram os índios na retomada da fazenda Santa Maria. Os agressores, pistoleiros, estavam mascarados e fizeram disparos contra os indígenas. Mulheres e crianças corriam apavoradas temendo pela vida dos parentes que ficaram para trás.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, 11/10/2010

**25/11/2010**

VÍTIMA: Romildo Pereira da Silva

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada ferida com sete facadas. Segundo familiares, ele saiu da aldeia com mil reais para comprar uma moto. A Polícia Militar suspeita que o indígena tenha sido ferido por um traficante identificado por Deni. Ainda segundo a polícia, o índio pode ter ido comprar ou pagar dívida de crack e foi agredido. Quando foi encontrado, parte do dinheiro havia desaparecido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: A Tarde - BA - 27/11/2010

#### MA – 1 Caso – 4 Vítimas

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: José, Douglas, Eliseu, Rogério, Hagair

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

LOCAL DA AGRESSÃO: BR-226, aldeia Barreira

DESCRIÇÃO: Os indígenas faziam protesto, bloqueando a BR 226, para chamar a atenção da Secretaria de Educação do estado, pelo atraso no pagamento de transporte e merenda escolar. As crianças estavam sem aula desde o mês de julho. Um delegado de polícia de Barra do Corda trafegava pela estrada e tentou acabar com o protesto. Começou uma discussão, o policial sacou sua arma e disparou, atingindo quatro pessoas. José levou um tiro na cabeça e perdeu os reflexos do lado esquerdo. Douglas levou um tiro na perna; Elizeu levou um tiro na barriga e Rogério um tiro no braço e outro atingiu o rim esquerdo. Os indígenas reagiram, atiraram contra o delegado, que ficou ferido. Ele fugiu a pé, continuando a atirar, atingindo mais alguém, um jovem de 15 anos. O delegado foi levado a Imperatriz por um caminhoneiro. Os indígenas feridos, chegando no hospital de Barra do Corda, foram su-

mariamente presos e maltratados pelos policiais. O conflito teria sido evitado se o Estado tivesse cumprido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que havia assinado em junho de 2009 com as lideranças indígenas, comprometendo-se a enviar transporte escolar para os alunos da região.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Grajaú, imprensa local nov/2010, Pe. Bombieri, 8/11/2010

## MS – 11 Casos – 16 Vítimas

**28/03/2010**

**VÍTIMA:** Leonardo Silva Oliveira

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** Os acusados estavam em casa com a família tomando vinho. A vítima chegou ao local e também participou da confraternização. Por motivos que estão sendo investigados, houve confusão generalizada e Leonardo foi agredido por todos e para tentar se defender, pegou um facão. Os irmãos acusados teriam tomado o objeto da mão da vítima e a atingiram com vários golpes na cabeça. A Funasa e lideranças indígenas foram acionadas. A vítima foi encaminhada para o Hospital da Vida.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Dourados Agora - 29/03/2010

**03/04/2010**

**VÍTIMA:** Marilene da Silva

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi assaltada quando retornava para casa por volta das 20h. Ela trafegava numa bicicleta por uma estrada vicinal da Terra Indígena Dourados ao ser surpreendida por três jovens. Eles ameaçaram a vítima e atingiram-na com golpes de facão na perna. Marilene foi socorrida por lideranças indígenas e encaminhada ao hospital. As lideranças apreenderam um dos rapazes, um adolescente de 16 anos que foi encaminhado para a Unidade Educacional de Internação (Unei) de Dourados.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Midiamax - 04/04/2010

**18/04/2010**

**VÍTIMA:** Valdir Ortiz Machado

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** A vítima caminhava na rodovia MS-156, por volta de 5h30, quando foi atingida por um homem identificado como Marcelo, com golpes de facão no lado esquerdo do rosto atingindo, também, a cabeça e pescoço. Valdir foi socorrido por uma equipe da Funasa e encaminhado para o Hospital da Vida.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Dourados News - 18/04/2010

**31/05/2010**

**VÍTIMA:** Sebastião Feliciano

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** A vítima ficou gravemente ferida após levar uma facada no peito quando caminhava por uma estrada da Aldeia Jaguapiru. Ele conseguiu correr e pedir socorro na casa da irmã que acionou a Funasa. A vítima foi levada ao hospital da Vida em Dourados.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Campo Grande News - 31/05/2010

**18/08/2010**

**VÍTIMA:** Célia Rossate

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A vítima é viúva e foi agredida pela ex-cunhada. Segundo informações, a acusada quer ficar com a pensão que o irmão deixou para a esposa e o filho.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão-23/08/2010

Foto: Marcy Picanga



Apesar das tentativas de intimidação e assassinatos, os Pataxó Hã-Hã-Hãe seguem na luta pela demarcação de suas terras

**22/08/2010**

VÍTIMA: Família indígena

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: PIRAJUÍ

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Pirajuí

DESCRIÇÃO: O acusado estava sob efeito de álcool e drogas e incendiou a residência do seu irmão. No momento em que o jovem ateou fogo na casa toda família estava no local, incluindo 4 crianças. O indígena foi detido pelos índios, que acionaram a polícia.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: *Campo Grande News*, 23/08/2010; 6a. Câmara, 24/08/2010

**04/09/2010**

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O agressor estava embriagado e tentou matar a esposa com uma facada na cabeça. O capitão da aldeia encaminhou o acusado à Delegacia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News* 05/09/2010

**08/09/2010**

VÍTIMA: Robervaldo Vando

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com uma facada nas costas. Foi socorrida por uma equipe da Funasa e levada para o hospital Vida.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midianmax news - O Jornal Eletrônico de MS* - 09/09/2010

**13/09/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: O agressor estava embriagado, chegou à casa da criança às 20 horas e perguntou à mãe do menino se ela daria a vida dela ou a do filho. No local ele pegou uma faca e esfaqueou a criança. Disse ao capitão da aldeia que recebera dinheiro para matar a cunhada, mãe da criança. O capitão da aldeia, juntamente com outros indígenas, deteve o adolescente que foi encaminhado pela Polícia Militar até a delegacia de Polícia local.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Aquidauana News* - 14/09/2010

**31/10/2010**

VÍTIMA: Rosinete de Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: As duas jovens brigaram e a vítima recebeu uma facada na cabeça. Foi encaminhada para o Hospital da Missão onde

permanece em observação.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News*, 1º/11/2010

**07/11/2010**

VÍTIMA: Ade Verá

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Acusado e vítima estavam bebendo num bar quando começaram uma discussão. No meio da briga o acusado atacou o indígena e o feriu gravemente.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News*, 07/11/2010

## MG – 1 Caso – 2 Vítimas

**31/08/2010**

VÍTIMA: Gilberto

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: LADAINHA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Cachoeirinha

DESCRIÇÃO: A vítima recebeu golpes de facão na cabeça. Segundo informações obtidas junto a liderança indígena, Noemia Maxakali, mãe do indígena, a discussão entre o agressor e o filho ocorreu na Aldeia Cachoeirinha onde a vítima passava alguns dias visitando seus parentes.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi Regional Leste* / 02/09/2010

## RO – 1 Caso – 1 Vítima

**17/10/2010**

VÍTIMA: R.S.A.

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: TRUARU

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Serra do Truaruj

DESCRIÇÃO: Os dois adolescentes estavam embriagados, brigaram e a vítima foi atingida com golpes no peito. Encaminhada ao hospital, não corre risco de morte.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Folha de Boa Vista/RR*, 18/10/2010

## SC – 1 Caso – 2 Vítimas

**04/04/2010**

VÍTIMA: Renildo Fernandes de Campos, Gibrair Moreira de Paula

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: XAPECÓ

MUNICÍPIO: IPUACU

LOCAL DA AGRESSÃO: Reserva Pinhalzinho

DESCRIÇÃO: As vítimas foram alvejadas por um grupo de atiradores de pelo menos sete pessoas, quando saíam de uma festa da reserva indígena de Pinhalzinho. Eram três amigos e um deles foi baleado na cabeça e no tórax e morreu no local, os outros ficaram machucados.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário Catarinense* - 06/04/2010

## Homicídio culposo

**R**egistraram-se 15 casos de homicídio culposo em 2010, com 15 vítimas. Salvo um caso, todos foram atropelamentos, cujas vítimas eram 10 pedestres, 3 pessoas de bicicleta e 1 motociclista. Três motoristas fugiram do local sem prestar socorro às vítimas

Das vítimas 8 eram Guarani do Mato Grosso do Sul, 2 Katukina (AC), 1 Tupiniquim (ES), 1 Xavante (MT), 1 Guajajara (MA), 1 Xukuru (PE) e 1 Kaingang (RS).

Mais uma vez, estes casos mostram o perigo que atinge os indígenas, por falta de calçadas, faixas de pedestres, quebra-molas e outras medidas de segurança no trânsito

nas suas áreas. A vulnerabilidade atinge, sobretudo, as comunidades que moram em acampamentos à beira de estradas, à espera da demarcação de suas terras. Também atinge as comunidades que têm suas terras e aldeias cortadas por estradas, por onde passam muitos motoristas em alta velocidade. Um caso típico é a situação da terra Jaguapiré (MS), cortada pela MS-156. Depois que foram retirados os quebra-molas, a velocidade dos carros aumentou muito.

Em outras palavras, muitos atropelamentos poderiam ser evitados, porém, faltam políticas por parte do poder público para melhorar a segurança nas estradas.

Foto: Cleymenne Cerqueira/Arquivo Cimi



*Acampadas à beira de estradas e à espera da demarcação, comunidades indígenas ficam muito vulneráveis*

## HOMICÍDIO CULPOSO

## 15 Casos – 15 Vítimas

**AC – 1 Caso – 1 Vítima****16/09/2010**

VÍTIMA: Rodrigo Pequeno de Souza

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA AGRESSÃO: BR - 364

DESCRIÇÃO: A vítima que saía do posto de saúde e estava caminhando em direção a aldeia, foi atingido, por trás, por um carro que capotou várias vezes. A vítima faleceu na hora. A BR-364 corta a terra indígena em um trecho de 18 KM. Além do motorista estavam no veículo mais cinco pessoas, que saíram do acidente com ferimentos leves. O motorista para escapar da indignação dos índios disse-lhes que também era passageiro e que o condutor tinha fugido.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Cimi Regional A/O e MPF - 6ª Câmara, 20/09/2010***ES – 1 Caso – 1 Vítima****07/05/2010**

VÍTIMA: Damiana dos Santos Souza

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: TUPINIQUIM

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia Primo Bitti, ES-456

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada na ES-456, estrada que liga Aracruz a Coqueiral de Aracruz, por um ônibus da empresa Viação Expresso Aracruz. A jovem chegou a ser socorrida, mas não resistiu. O motorista do ônibus saiu do local do acidente por questão de segurança, vindo a se apresentar, em seguida, no 5º Batalhão da Polícia Militar.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *A Gazeta - 09/05/2010***MA – 1 Caso – 1 Vítima****MAIO/2010**

VÍTIMA: Maurim Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA AGRESSÃO: Proximidades do povoado Colombi, município de Arame.

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada nas proximidades do povoado Colombi. O motorista não prestou socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: *Regional Maranhão/ Raimundo Guajajara - liderança Indígena***MT – 1 Caso – 1 Vítima****03/10/2010**

VÍTIMA: Homem

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE

MUNICÍPIO: PRIMAVERA DO LESTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Estrada BR-070/MT.

DESCRIÇÃO: A vítima voltava de bicicleta de uma pescaria quando foi atropelada e morta por uma carreta.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: *O Documento/Cuiabá, 05/10/2010***MS – 7 Casos – 7 Vítimas****11/02/2010**

VÍTIMA: Sergio Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia que liga Amambai a Caarapó.

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada quando atravessava a rodovia que liga Amambai a Caarapó. O motorista responsável não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Home Page Campo Grande News, 12/02/2010***24/01/2010**

VÍTIMA: Josué Cabreira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO LARANJEIRA NHANDE RU

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA AGRESSÃO: BR 163, próximo ao aterro sanitário de Rio Brilhante.

DESCRIÇÃO: A vítima saiu de bicicleta do acampamento que fica às margens da BR 163 para ir até a cidade de Rio Brilhante para comprar mantimentos. Na estrada, um veículo Gol indo na mesma direção de Josué bateu na traseira da sua bicicleta arremessando-o para o meio da pista e um outro carro que tentava fazer a ultrapassagem passou por cima do jovem que não resistiu aos ferimentos e morreu na hora.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso do Sul***27/04/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA AGRESSÃO: MS - 289 em Coronel Sapucaia

DESCRIÇÃO: A criança foi atropelada ao tentar atravessar a rodovia MS-289, quando foi atingida por um automóvel conduzido pelo comerciante V. C. que se dirigia para Coronel Sapucaia, onde reside. Ao passar pelo trecho da rodovia estadual que corta a aldeia indígena, acabou atropelando a criança. O motorista disse aos policiais que atenderam a ocorrência, que não conseguiu evitar o acidente.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Correio do Estado - 28/04/2010*

**11/06/2010**

VÍTIMA: Sérgio Benites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia MS-295

DESCRIÇÃO: Foi atropelado por um ônibus enquanto seguia pela MS-295. O acusado alegou que não viu a vítima atravessando a estrada.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Capitalnews.com.br*, 11/06/2010

**11/06/2010**

VÍTIMA: Ezequiel Gimene

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia MS-156, próxima à reserva indígena

DESCRIÇÃO: Foi atropelado por uma caminhonete cujo condutor fugiu. Indígenas no local informaram que depois que foram retirados os quebra-molas naquela região, os carros estão passando em alta velocidade.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *O Progresso/MS*, 12/06/2010

**06/12/2010**

VÍTIMA: Naiara Gonçalves de Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ITACO'A

MUNICÍPIO: ITAPORA

LOCAL DA AGRESSÃO: MS-156, km. 11

DESCRIÇÃO: A vítima estava numa bicicleta quando uma carreta ao fazer a rotatória perdeu o controle e atingiu a menina que morreu na hora. O motorista fugiu sem prestar socorro e ainda não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *capitalnews.com*, 06/12/2010

**25/12/2010**

VÍTIMA: Cerbrino Alfredo Vilharva

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHÄNDERU

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Acampamento às margens da BR-163

DESCRIÇÃO: A vítima caminhava pelo acostamento da rodovia quando foi atropelada. O motorista fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *correiodoestado.com*, 26/12/2010

## MG – 1 Caso – 1 Vítima

**28/02/2010**

VÍTIMA: José Gomes de Oliveira

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: SAO JOAO DAS MISSOES

LOCAL DA AGRESSÃO: Comunidade Rural de Itacarambi

DESCRIÇÃO: A vítima estava trabalhando em um balneário na comunidade rural de Itacarambi. Nesse dia, pegou carona na caçamba de um caminhão para ir para sua casa. Durante o caminho, iniciou-se uma discussão entre José e o acusado não-indígena, quando este empurrou a vítima de cima do caminhão. O indígena caiu, bateu a cabeça e morreu.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Cimi Regional Leste*

## PE – 1 Caso – 1 Vítima

**09/06/2010**

VÍTIMA: Uelson José de Araújo (o Gordo)

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia PE-217, que corta a terra indígena

DESCRIÇÃO: A vítima e sua esposa Isabella Cristina Araújo, trafegavam em uma motocicleta pela PE - 217, que corta o território indígena Xukuru, sentido Aldeia Vila de Cimbres / Aldeia Santana, quando foram atingidos pelo veículo Caravan, cujo condutor fugiu sem prestar socorro às vítimas. Uelson morreu na hora e sua esposa foi socorrida e em estado grave foi encaminhada ao Hospital Regional do Agreste, em Caruaru. Foi aberto inquérito policial pela Delegacia de Pesqueira. Populares informaram que o condutor da Caravan estava embriagado, mas não foi realizado exames para confirmar essa informação.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Nota do Cimi*, 10/06/2010 e *Cimi Regional Nordeste*

## RS – 2 Casos – 2 Vítimas

**12/09/2010**

VÍTIMA: Rodrigo Eufrásio

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: NONOAI/RIO DA VÁRZEA

MUNICÍPIO: PLANALTO

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia RS 324

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado às margens da rodovia, vítima de atropelamento. O veículo não foi identificado e o condutor fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Correio do Povo - RS* - 13/09/2010

**07/12/2010**

VÍTIMA: Jeferson Dias Brizola

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

LOCAL DA AGRESSÃO: Km. 19 da ERS-330

DESCRIÇÃO: O indígena estava andando de bicicleta quando foi atropelado e morto. O motorista fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Zero Hora.com*, 08/12/2010

# Ameaça de morte

**F**oram registrados 2 casos de ameaça de morte em 2010, envolvendo duas comunidades inteiras. Os dois casos têm uma ligação direta com a luta pela recuperação das suas terras ancestrais, contestada por grupos não-indígenas.

No Mato Grosso, os membros de uma comunidade do povo Chiquitano estão sendo pressionados para não assumir sua indianidade ou sair da comunidade. A pressão tem se intensificado desde 2008 quando a Funai formou

um Grupo Técnico para os estudos de identificação. A família do cacique Aurélio está recebendo constantemente ameaças de morte.

Em Mato Grosso do Sul, a comunidade de Ypo'í e Triunfo tem recebido de forma constante ameaças de morte por parte de pistoleiros. Até mesmo as autoridades foram intimidadas de tal forma, que foram impedidas de visitar a comunidade e providenciar assistência.

## AMEAÇA DE MORTE

### 2 Casos - 152 Vítimas

#### MT – 1 Caso – 2 Vítimas

**2010**

VÍTIMA: Aurélio Rodrigues Poicheé, Ana Cesário

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: LAGO GRANDE

MUNICÍPIO: VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LOCAL DA AGRESSÃO: Comunidade Santa Aparecida



Foto: Egon Heck

**Pistoleiros impediram a Funai e a Funasa de prestar assistência à comunidade Ypo'í e Triunfo (MS)**

**DESCRIÇÃO:** A Funai ainda não procedeu à identificação da terra, mas em 2008 criou um grupo técnico para realização de estudos para identificação da área que está sendo alvo de desmatamento pelos fazendeiros. Os Chiquitano têm medo de se assumirem como indígena dentro deste contexto. A família do cacique Aurélio está sendo pressionada para sair da comunidade de Santa Aparecida. Eles recebem ameaças de morte, constantemente, para que não se assumam como índios/Chiquitano, e aqueles que se assumirem deverão sair da comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças

**FONTE:** Equipe Cimi MT

#### MS – 1 Caso – 150 Vítimas

**SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YPO'Í E TRIUNFO

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda São Luiz

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denuncia que estaria sofrendo intimidações e sendo impedida de transitar no local por pistoleiros armados. Eles estão sem comida, sem água e sem locomoção, vivendo sob ameaça de morte. A Funai não chega ao local para prestar atendimento aos indígenas, pois segundo denúncias dos funcionários da fundação, estes foram intimidados para não se aproximarem do acampamento indígena. Há informações de que haveria crianças que estão doentes devido às condições que enfrentam. A última vez que os indígenas tentaram reocupar as suas terras, em outubro de 2009, foram violentamente atacados por homens armados. Foi encontrado, na ocasião o corpo do professor indígena Genivaldo Vera, com marcas de espancamento. O professor Rolindo Vera, que lá estava, continua desaparecido, e há suspeitas de que também tenha sido assassinado.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Midiamax / 16 e 17/09/2010; Cassilandia Jornal, 15/9/2010;

## Ameaças várias

**H**á 8 registros de variadas ameaças nos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Santa Catarina.

Apesar da diversidade das ameaças, na maioria dos casos (7) há ligação direta com a luta pela terra, ou pela exploração da terra.

No sul da Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso e em Santa Catarina foram atingidas comunidades em plena luta pela demarcação das suas terras. Dois Tupinambá foram atacados, vendendo farinha na cidade; da mesma aldeia, alunos do segundo grau deixaram de frequentar as aulas por causa de ameaças por parte de um fazendeiro da região.

No Mato Grosso do Sul, fazendeiros e seus pistoleiros invadiram várias vezes o acampamento Ita'y Ka'aguyrusu, na terra indígena Panambi. Intimidaram as 86 famílias acampadas à espera da demarcação da sua terra, inclusive batendo em mulheres e crianças com galhos de árvore,

atirando ao ar e soltando fogos de artifício. No mesmo estado, a comunidade de Kurusu Amba está recebendo ameaças de pistoleiros que dizem retirá-la à força, apesar da decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor da comunidade, negando a reintegração de posse ao fazendeiro.

Em Santa Catarina, a comunidade Pindoty denuncia o aumento de ameaças após a publicação das portarias declaratórias da sua terra, neste contexto aconteceu um ataque à fachada contra o cacique e um companheiro.

Um caso particular, por causa do envolvimento de agentes do estado, ocorreu no contexto da pretendida usina de Belo Monte. Várias lideranças indígenas foram ameaçadas por representantes da empresa Eletronorte, durante um encontro em Altamira, com a suspensão da assistência à saúde e outros serviços, caso eles se posicionassem contra a construção da usina.

Foto: Egon Heck



Festa da comunidade Chiquitano. Vários membros deste povo têm recebido ameaças para que não se assumam enquanto indígenas

### AMEAÇAS VÁRIAS

## 8 Casos – 398 Vítimas

#### BA – 2 Casos – 2 Vítimas

19/02/2010

VÍTIMA: José Domingos, Givaldo Jesus da Silva

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Praça Domingos Cabral e Buerarema - BA

**DESCRIÇÃO:** As vítimas foram ameaçadas durante a manifestação dos fazendeiros da região contra a demarcação das terras Tupinambá. José e Givaldo estavam vendendo a produção de farinha da comunidade na Praça Domingos Cabral em Buerarema quando os fazendeiros e seus simpatizantes perseguiram, ameaçaram os indígenas e destruíram o veículo da comunidade que fazia o transporte da farinha.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças verbais

**FONTE:** Cimi Regional Leste - Equipe Itabuna

**JUNHO/2010**

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Alunos do 2º grau da Serra do Padeiro não frequentam mais as aulas desde a prisão do cacique Babau. O incentivador da violência já pagou pessoas que destruíram dois carros da comunidade e ameaçaram quem se aproxima dos índios de serem processados por formação de quadrilha.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTES: Cimi, 28/06/2010

**MT – 1 Caso – 3 Vítimas****2010**

VÍTIMA: Homem, Cirilo, Lourenço

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIAO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Fazendinha

DESCRIÇÃO: O fato de a terra indígena ainda não estar demarcada, vem causando sérios problemas para os indígenas, que registraram uma ocorrência, denunciando o desmatamento que está ocorrendo nas cabeceiras do córrego Encantado, que causou o secamento da água do córrego. Por conta deste episódio o Pajé, Cirilo e Lourenço Roupe estão recebendo ameaças.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTES: Equipe do Cimi MT

**MS – 2 Casos – 390 Vítimas****04/09/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PANAMBI

MUNICÍPIO: DOURADINA

LOCAL DA AGRESSÃO: Acampamento Ita'y Ka'aguyrusu

DESCRIÇÃO: Um grupo de 86 famílias acampadas para retomar sua terra tradicional foi atacado por fazendeiros da região. De acordo com Efigênia Guarani Kaiowá, professora da comunidade, os fazendeiros entraram cortando galhos de árvores para bater nas crianças e nas mulheres. Soltaram fogos de artifício com pólvora para assustar e queimar os indígenas. Conforme a professora, "as crianças estão apavoradas, correndo sem rumo". Esta é a quarta vez, em 17 dias, que produtores rurais invadem o acampamento e atacam os indígenas, inclusive com tiros.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTES: Campo Grande News, 21/09/2010

**23/10/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda Nossa Sra. Auxiliadora

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam que pistoleiros estariam ameaçando retirá-los à força de área reivindicada por eles

como tekoha (terra sagrada) dentro da fazenda. Um grupo de pessoas teria estacionado um veículo na entrada da fazenda e ameaçado a comunidade. A situação ficou mais grave após o TRF-3a.Região ter suspenso a decisão liminar de reintegração de posse em favor dos proprietários da fazenda. O 1º passo para a demarcação da terra Kurusu Ambá já foi dado, o estudo antropológico encontra-se em estado adiantado e tão logo esteja finalizado será enviado à Funai.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTES: MPF/MS, 29/11/2010

**PA – 1 Caso****04/06/2010**

VÍTIMA: Lideranças indígenas

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA AGRESSÃO: Encontro em Altamira - PA

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas da região do Xingu afirmam ter recebido ameaça por parte da Eletronorte durante um encontro em Altamira. Foram surpreendidos no primeiro dia do encontro, quando o Governo Federal, através da Eletronorte, chantageou com a retirada da assistência a saúde, da Funai, entre outros benefícios se eles se manifestassem contra Belo Monte. Diante desse cenário, os indígenas temeram os prejuízos e decidiram não se pronunciar contra a obra.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTES: 6ª Câmara MPF - 09/06/2010

**RO – 1 Caso – 1 Vítima****DEZEMBRO/2010**

VÍTIMA: José Newton Simão

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Boa Vista/RR

DESCRIÇÃO: O indígena denunciou que recebeu ligações em que o interlocutor afirma que "ele irá se arrepender das denúncias feitas de compra de votos...".

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTES: Folha de Boa Vista, 20/12/2010

**SC – 1 Caso – 2 Vítimas****OUTUBRO**

VÍTIMA: Nilton, Giovanni

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

MUNICÍPIO: BALNEARIO BARRA DO SUL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jabuticabeira

DESCRIÇÃO: O cacique relatou que um morador da vila próxima à aldeia saiu de dentro do mato com um facão e partiu pra cima da caminhonete da Funasa que estava transportando o cacique de volta à aldeia. O mesmo ocorreu com outro indígena que foi vítima da mesma situação. Não houve feridos. A violência aumentou após a publicação das portarias declaratórias para regularização da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTES: Cimi Sul, 22/10/2010

## Lesões Corporais Dolosas

**E**m 2010 registraram-se 14 casos de lesões corporais dolosas, número semelhante ao ano de 2009, quando houve 15 vítimas.

Os 4 casos de atropelamentos têm a mesma causa que os casos de morte por atropelamento, registrados na categoria homicídio culposo: falta de segurança no trânsito, sobre tudo para as comunidades acampadas a beira de estrada. Como o caso das três crianças Kaingang, em Santa Catarina, atingidas por um caminhão que avançou sobre a barraca na qual moravam.

Chama atenção, o caso da menina Xavante que, além de ser explorada, foi maltratada pela mulher que era responsável por ela, na casa desta, em Goiânia. No Pará,

um grupo de 10 a 15 homens atacou Adenilson Alves de Souza, do povo Maró. O ataque ocorreu dentro do contexto da disputa com madeireiros sobre a posse e exploração da terra da comunidade. Em Rondônia, dois motociclistas encapuzados atropelaram e atacaram, sem motivo aparente, um menor que andava de bicicleta.

Destaca-se, ainda, a violência policial da Companhia Independente de Operações Especiais de Mato Grosso do Sul, no despejo de uma comunidade Terena. Estes retomaram uma fazenda que está dentro do território reconhecido pela Funai, mas que por decisões judiciais continua ocupado pelo suposto dono, ex-governador do estado. A CIGCOE usou cães, balas de borracha e bombas de efeito moral.

Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



*Comunidade Terena, da aldeia Cachoeirinha (MS), sofreu despejo violento após retomada de sua terra tradicional*

LESÕES CORPORAIS DOLOSAS

14 Casos – 1.015 Vítimas

**GO – 1 Caso – 1 Vítima**

**12/11/2010**

VÍTIMA: Menina

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: GOIANA

LOCAL DA AGRESSÃO: Goiânia

DESCRIÇÃO: A vítima era submetida a maus-tratos e obrigada a executar serviços domésticos. Foi resgatada após denúncia da professora do colégio, onde a vítima estudava, ao Conselho Tutelar e à Fundação Nacional do Índio. A menina vivia em Goiânia há mais de um ano, na casa da agressora, que teria ficado responsável por ela com a concordância do pai. A agressora admitiu que batia na menina com cinto unguído e o fazia quantas vezes fosse necessário. Inclusive sugeriu à professora que não fosse “boazinha” com a menina. A vítima relatou à professora que apanhava de cinto e tapas no rosto, além de já ter sido colocada no cesto de lixo para pegar com a boca algo que não devia ter sido jogado fora.

MEIO EMPREGADO: Exploração de trabalho

FONTE: *O Popular/GO, 17/11/2010*

**MT – 2 Casos – 2 Vítimas**

**OUTUBRO/2010**

VÍTIMA: Josana

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE

MUNICÍPIO: PRIMAVERA DO LESTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Estrada BR-070/MT

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada por um caminhão de madeira e sofreu lesões.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Comunidade indígena*

**2010**

VÍTIMA: Messias

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE

MUNICÍPIO: PRIMAVERA DO LESTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Estrada BR-070/MT

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada por uma caminhonete. O motorista fugiu do local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Comunidade indígena, outubro/2010*

**MS – 5 Casos – 1.004 Vítimas**

**FEVEREIRO/2010**

VÍTIMA: Lucila de Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Reserva Indígena

DESCRIÇÃO: A vítima foi receber o benefício mensal concedido pelo INSS e ao chegar à reserva indígena foi agredida e roubada. Ensanguentada e com o braço quebrado foi levada ao hospital e teve o braço enfaixado recebendo os medicamentos. Depois de liberada e sem dinheiro para voltar para casa ficou várias horas, deitada na grama em frente ao hospital, esperando transporte que a levasse de volta à aldeia.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Home Page Folha de Dourados, 5/02/2010*

**17/05/2010**

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda Petrópolis

DESCRIÇÃO: Os indígenas que lutam pela ampliação da aldeia Cachoeirinha foram despejados da Fazenda Petrópolis por cerca de 100 policiais da Companhia Independente de Operações Especiais de Mato Grosso do Sul (CIGCOE), pela segunda vez. A ação de despejo foi violenta, com o uso de cães, balas de borracha e bombas de efeito moral, inclusive no meio das mulheres e crianças. Um homem ficou ferido. A disputa entre os ocupantes da fazenda e os Terena começou há 29 anos. A comunidade já havia conseguido laudo antropológico favorável à demarcação, porém medidas judiciais impediram a posse do território.

MEIO EMPREGADO: Balas de Borracha

FONTE: *Agência Folha, Cuiabá/17/05/2010; campogrande.news.com, 17/05/2010; Cimi MSI*

**27/06/2010**

VÍTIMA: Rogério Sepre

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Pai e filho estavam próximos a aldeia quando começaram a discutir. A vítima foi atingida no braço com um golpe de facão e levado ao posto de saúde.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *www.aquidauananews, 28/06/2010*

**19/09/2010**

VÍTIMA: Narciso Cáceres

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima participava de uma reunião política, que era realizada na Aldeia Porto Lindo, quando o agressor desceu de um carro e foi diretamente em sua direção desferindo socos e chutes. Ninguém sabe dizer o motivo do ataque. A vítima foi socorrida e encaminhada para o hospital São Lucas.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Correio do Estado - 20/09/2010*

**28/05/2010**

VÍTIMA: Idosa

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O acusado agrediu violentamente a avó, com quem morava. Segundo o Boletim de Ocorrências registrado pelas lideranças indígenas, o acusado cometeu a agressão sob efeito de drogas.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Dourados News*, 29/05/2010

## PA – 1 Caso – 1 Vítima

**02/05/2010**

VÍTIMA: Adenilson Alves de Souza (Poró)

POVO: BORARI

TERRA INDÍGENA: MARÓ

MUNICÍPIO: SANTAREM

LOCAL DA AGRESSÃO: Comunidade de Curi, rio Arapiuns

DESCRIÇÃO: A vítima foi atacada e espancada a socos, pontapés e pauladas por um grupo de 10 a 15 homens. Empresas madeireiras estão interessadas no loteamento individual da Gleba e na exploração florestal da região. Em outubro de 2009, a comunidade realizou uma manifestação com a apreensão de balsas carregadas com madeiras que foram queimadas como protesto pela invasão e destruição da mata. A Funai atua nesta Gleba através de um procedimento iniciado em junho de 2004.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Assessores Jurídicos da Terra de Direitos em Santarém*

## PR – 1 Caso – 1 Vítima

**13/10/2010**

VÍTIMA: Ricardo Kag Crispim

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: IVAÍ

MUNICÍPIO: MANOEL RIBAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Ao lado da Rodoviária de Manoel Ribas

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada ao lado da rodoviária de Manoel Ribas, apresentando sangramento no nariz e hematomas nas costas.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Cimi Regional Sul - fevereiro/2011*

## RS – 1 Caso – 1 Vítima

**07/12/2010**

VÍTIMA: Claudete Sales Alves

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia ER-330, Três Soitas

DESCRIÇÃO: A vítima andava na estrada com o marido e quatro filhos.

O motorista alega que tentou prestar socorro mas fugiu com medo de ser agredido pelos indígenas que estavam no local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *radioprogresso.com*, 10/12/2010

## RO – 1 Caso – Vítima

**15/01/2010**

VÍTIMA: A. Ororam Xiyein

POVO: ORO WARI

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: A menor saiu da aldeia de bicicleta para fazer compras no povoado de Surpresa, distante 6 Km. Ao retornar para a aldeia, foi alcançada por dois homens encapuzados em motos. Estes derrubaram a bicicleta, agrediram a jovem com chutes e tiraram sua blusa. Foi ajudada por um desconhecido que afugentou os agressores. O cacique da aldeia e o administrador de Surpresa chamaram policiais de Guajará-Mirim. No dia seguinte, agentes da Polícia Civil e o delegado da Polícia Federal chegaram à localidade e iniciaram as investigações. Os agressores nunca foram identificados pela polícia.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Cimi Regional Rondônia - Equipe Guajará-Mirim*

## SC – 1 Caso – 3 Vítimas

**23/03/2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: FRAIBURGO

LOCAL DA AGRESSÃO: BR SC - 454

DESCRIÇÃO: Um caminhão invadiu o barraco onde se encontravam as crianças e feriu as três.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Diário Catarinense* - 30/03/2010

## TO – 1 Caso – 1 Vítima

**02/01/2010**

VÍTIMA: Iracema Handeru Javaé

POVO: JAVAÉ

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Canoanã

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas consumia bebida alcoólica quando uma das mulheres agrediu a vítima.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: *Missionários do Cimi*

# Abuso de poder

**R**egistraram-se 2 casos de abuso de poder. É um número menor que os anos anteriores, porém, a categoria vale ser destacada por mostrar a continuidade da atuação violenta e truculenta das forças policiais no sul da Bahia. Como já foi registrado nos anos de 2008 e 2009.

A Polícia Federal atacou uma comunidade Tupinambá, com violência, atirando ao ar e intimidando

as pessoas. Quatro pessoas foram presas, sendo que as duas pessoas não-indígenas foram liberadas ainda no mesmo dia e os indígenas ficaram presos, acusados de vários crimes.

Também na Bahia, uma policial parou e agrediu a tapas e xingamentos Zeno Tupinambá, que viajava para a cidade de Buerarema para votar no dia das eleições.



Foto: Arquivo Cimi

*Casa do cacique Babau, do povo Tupinambá (BA), arrombada e invadida ilegalmente durante ação da Polícia Federal*

## ABUSO DE PODER

### 2 Casos – 3 Vítimas

#### BA – 2 Casos – 1 Vítima

**20/02/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BUERAREMA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas que ocuparam a terra já demarcada, mas que está em poder de produtores da região, foram surpreendidos pela Polícia Federal que estava acompanhada de alguns fazendeiros. Os policiais agiram com violência, atirando e intimidando as pessoas. Durante a ação, diversos indígenas se refugiaram na mata. José Domingos e Givaldo da Silva, juntamente com outros dois não-indígenas foram presos e acusados pela Polícia Federal de formação de quadrilha, reação à prisão e esbulho possessório. Na mesma noite, os não-indígenas foram liberados e os dois indígenas permaneceram presos.

**MEIO EMPREGADO:** Balas de Borracha

**FONTE:** Cimi Regional Leste - Equipe Itabuna

**03/10/2010**

VÍTIMA: Zeno Tupinambá

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Buerarema

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi agredido quando entrava na cidade para votar. Ele vinha num ônibus da comunidade Serra do Padeiro e foi interceptado pela policial, que o mandou descer do veículo e exigiu material de campanha, que ela dizia estar no veículo. O indígena negou, mas assim mesmo foi agredido com tapas e xingamentos. Os indígenas já previam a situação e chegaram a solicitar apoio do Ministério Público para garantir o direito de ir e vir e de se expressar no dia da eleição. No dia 1º, foram distribuídos panfletos discriminando os candidatos que diziam apoiar a luta dos povos Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe de Pau Brasil.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão física e verbal

**FONTE:** Cimi Regional Leste-Equipe Itabuna/BA, 04/10/2010

# Racismo e discriminação étnico culturais

Ao longo de 2010 foram registradas 13 ocorrências de preconceito, discriminação e racismo contra os indígenas. Por serem fenômenos corriqueiros, muitas expressões de racismo e discriminação sofridas diariamente por indígenas no Brasil não são denunciadas.

Há registros nos estados do Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

Os contextos são variados: 3 casos no contexto da educação, como as crianças Guarani do acampamento Vy'A' Renda (PR) que sofrem discriminação no ônibus escolar e o caso do professor na Faculdade de Medicina em Porto Alegre (RS), que se comportou e se expressou várias vezes de forma racista para com os alunos indígenas, dos quais, aliás, era o monitor.

Houve casos de autoridades públicas falarem e agirem de forma discriminatória e racista, como o secretário Muni-

cipal do Meio Ambiente de Niterói (RJ), que disse a uma família Guajajara que “Índio em Niterói só o Araribóia”, ou seja, “índio bom é índio morto”. Outros agentes públicos negaram a indígenas o que lhes é de direito, como o agente do INSS que negou auxílio maternidade a Cristiane Ororam, do povo Pakaa Nova (RO).

Registraram-se 3 casos de veículos de comunicação publicando textos preconceituosos e racistas acerca de comunidades ou pessoas indígenas.

Em 6 casos, as ações e falas preconceituosas e racistas ocorreram “na rua”, de forma espontânea. Como um advogado, no intuito de anular a criação de uma Resex no Ceará disse que “a população local é quase analfabeta, são ignorantes, são índios”.

Percebe-se que, destes casos, 6 se dão num contexto de conflito de posse da terra.

## RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO CULTURAIS

### 13 Casos – 15 Vítimas

#### AM – 2 Casos – 1 Vítima

**SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: Várias pessoas

POVO: KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA AGRESSÃO: Ipixuna

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Madija Kulina estão sendo hostilizados pela população do município, conforme denúncia de Ercilia Tikuna, coordenadora da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões, organização sediada na cidade de Tefé. Eles estão em tratamento contra a tuberculose e moram numa casa alugada pelo município. Conforme a denúncia, os indígenas teriam sido agredidos quando foram à cidade. Moradores do bairro onde está localizada a casa alugada para os indígenas, fizeram abaixo assinado dirigido à prefeita para que ela não aceite a permanência dos indígenas na casa.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias

FONTE: *Cimi Regional Norte I*, 20/09/2010

**15/06/2010**

VÍTIMA: Homem

POVO: KORUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Esplanada dos Ministérios - Brasília

DESCRIÇÃO: O indígena estava parado na frente no Ministério da Justiça, vestido de acordo com suas tradições em protesto

pacífico. Um veículo preto parou na sua frente, o motorista abriu a janela, chamou-o de “índio safado”, “você vão embora daqui,,,,” e, em seguida, tentou golpeá-lo na cabeça com um cassetete. Tentando se proteger, o indígena levantou o braço direito que foi atingido violentamente. O agressor fugiu.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Acampamento revolucionario indígena.blogspot.com* - 17/06/2010

#### CE – 1 Caso

**JUNHO/2010**

VÍTIMA: Comunidades

POVO: VÁRIAS ETNIAS

MUNICÍPIO: FORTALEZA

LOCAL DA AGRESSÃO: Reserva Extrativista -Praíha do Canto Verde

DESCRIÇÃO: No intuito de anular a criação da Resex da Praíha do Canto Verde, de posse de populações tradicionais, o empresário, pelo seu advogado, alega que a comunidade não pode decidir sobre o destino da Reserva, pois segundo ele (...) “A população local é quase analfabeta, são ignorantes, são índios”.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias

FONTE: *Movimentos Sociais e de Meio Ambiente*, 09/06/2010

#### MS – 1 Caso – 1 Vítima

**26/10/2010**

VÍTIMA: P.V.

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: SETE CERROS

MUNICÍPIO: PARANHOS

DESCRIÇÃO: A vítima denunciou que o acusado por várias vezes o havia ofendido com relação ao fato de ele ser indígena. Nesta última vez o acusado chamou o indígena de bugre e o mandou pegar macaco no mato.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *campogrande.news*, 26/10/2010

## MG – 1 Caso – 1 Vítima

17/08/2010

VÍTIMA: Santo Caetano Barbosa

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: SAO JOAO DAS MISSOES

DESCRIÇÃO: Durante audiência pública no município de Montes Claros, o cacique relatou a omissão da Polícia Militar quanto à atuação junto à comunidade indígena. O representante da polícia reagiu à denúncia agredindo o cacique e a comunidade indígena com palavras discriminatórias.

MEIO EMPREGADO: Agressão e discriminação verbal

FONTE: *Cimi Regional Leste; Requerimento da Assembleia Legislativa de M.Gerais*

## PA – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: BORARI

TERRA INDÍGENA: MARÓ

MUNICÍPIO: SANTAREM

LOCAL DA AGRESSÃO: Gleba Nova Olinda I

DESCRIÇÃO: Empresas madeireiras interessadas no loteamento individual da Gleba Nova Olinda I e na exploração florestal comercial da região, incentivam a violência e o ódio étnico-racial na população local. Desde o conflito ocorrido em outubro de 2009, quando a comunidade local protestou contra um carregamento de madeiras exploradas ilegalmente, matérias jornalísticas acusam os indígenas de não serem índios verdadeiros, que a etnia já estava extinta, entre outras alegações sem qualquer fundamento antropológico ou legal. A Funai atua nessa Gleba na demarcação da terras, através de um procedimento iniciado em 4 de junho de 2004.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa

FONTE: *Assessores Jurídicos da "Terra de Direitos" em Santarém; Revista Veja*, 15/05/2010

## PR – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Crianças

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: VY 'A RENDA

MUNICÍPIO: SANTA HELENA

LOCAL DA AGRESSÃO: Tekoa Vy 'A' Renda - acampamento

DESCRIÇÃO: As crianças Guarani que frequentam a escola dos brancos, enfrentam discriminações, dentro do ônibus a caminho da escola. As crianças recebem acusações e xingamentos por parte de outras crianças e também de adultos que pegam carona no ônibus. A comunidade fez o pedido para que se construa uma escola na comunidade, com professores indígenas. Mas até o presente momento nenhuma providência foi tomada por parte dos órgãos públicos.

MEIO EMPREGADO: Agressão e discriminação verbal

FONTE: *Cimi Regional Sul*



Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

A diversidade cultural continua sendo motivo para agressões e discriminação

**RJ – 1 Caso – 9 Vítimas****25/02/2010**

VÍTIMA: Família

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: NITERÓI

LOCAL DA AGRESSÃO: Loteamento Maravista/Niterói/RJ

**DESCRIÇÃO:** A família Guajajara foi despejada na chuva, na lama, sem tempo suficiente para recolher seus pertences. Uma telha caiu sobre as costas da mulher, Maria, que tentava salvar o pouco que tinha. A justificativa para a ação, segundo as palavras do secretário municipal do Meio Ambiente era a de que “índio em Niterói só o Araribóia”, ou que pode ser entendido como índio bom é índio morto. O assessor do secretário ainda declarou ao pajé que sua família não poderia permanecer, pois seus filhos, matriculados em escolas municipais, “tiram as vagas das crianças de Niterói”. Em 2009, uma família Guarani, em Camboinhas, Niterói, RJ, também foi vítima de agressão. Um incêndio criminoso destruiu a oca erguida pelos Guarani para as comemorações do Dia do Trabalho. Em 2008 a mesma comunidade foi vítima de um incêndio criminoso que queimou seis de suas casas e a escola.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão e discriminação verbal**FONTE:** Murilo marques-Comentário sobre matéria de O Globo, 28/02/2010**RS – 1 Caso – 1 Vítima****SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: Aluno indígena na UFRGS

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA AGRESSÃO: Faculdade de Medicina UFRGS

**DESCRIÇÃO:** O professor da Faculdade de Medicina e monitor dos alunos cotistas indígenas, Odalci Postai, denunciou, durante o I Seminário de Ações Afirmativas da UFRGS, que em duas ocasiões um colega da faculdade fez um conjunto de ações discriminatórias contra os alunos indígenas. Em uma delas expôs o resultado do último classificado em medicina no vestibular e comparou com a nota do aluno cotista. Em outra ocasião insinuou “que outra aluna era tão indígena quanto ele era negro”. Perseguiu também um aluno na sua disciplina, dando-lhe nota quatro e questionou os outros professores que tinham dado nota oito.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão verbal**FONTE:** Professor Odalci Postai/RS, setembro/\*2010**RO – 2 Caso – 2 Vítimas****JANEIRO/2010**

VÍTIMA: Cristiane Ororam

POVO: ORORAM (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA AGRESSÃO: Guajará-Mirim

**DESCRIÇÃO:** Solicitou auxílio maternidade em 2009 e lhe foi negado, com a alegação de que o marido trabalhava na Secretaria da Educação e eles moravam na cidade, portanto não tinham direito. A requerente explicou que ela e os filhos moravam na aldeia e o marido trabalhava na cidade, mas nos feriados e fins de semana ia para a aldeia, distante 36 km da cidade. Em janeiro de 2010 o marido recorreu ao MPF e este solicitou à Funai que encaminhasse o pedido ao INSS, o que foi feito.

A indígena e o marido foram submetidos a um questionário pela perícia do INSS, o que normalmente não é feito. Perguntado do motivo de tantas perguntas, informaram que era ordem da assistente social da Funai. Recusaram novamente o auxílio-maternidade. Foi feita nova denúncia ao MPF e Cristiane aguarda o resultado.

**MEIO EMPREGADO:** Retenção de documentos**FONTE:** Cimi Regional RO**7/02/2010**

VÍTIMA: Ligiane Makurap

POVO: MAKURAP

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA AGRESSÃO: Guajará-Mirim

**DESCRIÇÃO:** A mulher deu à luz uma criança prematura e com malformações congênicas, que faleceu minutos depois do nascimento. Sem saber dos trâmites burocráticos para enterrar a criança, a família enterrou no fundo do quintal onde mora. A busca de sensacionalismo na mídia, distorceu os fatos, dizendo que a mulher tomara remédio para abortar, manchando a imagem da vítima. Quando perguntada se fizera o pré-natal na Casai ela respondeu “Nós indígenas que moramos na cidade estamos cansados de procurar a Casai e receber um não!”.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas na imprensa**FONTE:** Cimi Regional RO- equipe Guajará-Mirim; vítima e familiares.**SC – 1 Caso****2010**

VÍTIMA: Mulheres da comunidade

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

MUNICÍPIO: BALNEARIO BARRA DO SUL

LOCAL DA AGRESSÃO: Centro da cidade

**DESCRIÇÃO:** Segundo o cacique Nilton, as mulheres e crianças quando vão ao centro vender artesanato ou comprar alimentos, sofrem agressões verbais, realizadas por mulheres não indígenas. Isso faz com que as mulheres indígenas evitem sair das aldeias com as crianças. A violência aumentou após a publicação das portarias declaratórias para regularização da terra indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão verbal**FONTE:** Cimi Sul, 22/10/2010**SP – 1 Caso****JULHO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

MUNICÍPIO: SAO PAULO

LOCAL DA AGRESSÃO: São Paulo/SP

**DESCRIÇÃO:** O jornal “Notícias do Povo”, com uma tiragem mensal de 40.000 exemplares, distribuídos em vários bairros de São Paulo, publicou uma matéria ofensiva ao povo Guarani, desqualificando as pessoas que vivem nas aldeias no Jaraguá, com o título “Índio faz favela em reserva ambiental no Jaraguá”.

**MEIO EMPREGADO:** Imprensa**FONTE:** Cimi Regional Sul-Equipe Grande SP, agosto/2010

# Violência Sexual

Foram registrados 13 casos de violência sexual em 2010, todos contra menores de idade. Constam casos nos estados Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rondônia. Do total, 8 casos aconteceram no Mato Grosso do Sul, somando-se ao quadro de uma realidade extremamente violenta e desestruturada,

sofrida pelas comunidades Guarani deste estado. Merece atenção, a denúncia do Juizado de Menores de Rondônia, de que as grandes obras do PAC na região, as usinas no rio Madeira, estão motivando prostituição, abuso sexual, cárcere privado e corrupção de menores, o que envolve indivíduos pertencentes a diversos povos locais.

## VIOLÊNCIAS SEXUAIS PRATICADAS CONTRA INDÍGENAS NO BRASIL

### 13 Casos – 22 Vítimas

#### AM – 1 Caso – 1 Vítima

**16/03/2010**

VÍTIMA: Menor

POVO: MURA

TERRA INDÍGENA: RIO MANICORÉ

MUNICÍPIO: MANICORE

DESCRIÇÃO: A vítima de apenas sete anos foi violentada. Não se tem conhecimento do autor do crime. A visita da mãe da criança teve o acompanhamento de uma equipe de assistentes médicos da Funasa. Segundo a psicóloga do órgão, Marciana Carneiro, o quadro da menina permanece estável.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: O Globo - 01/04/2010

#### MS – 8 Casos – 17 Vítimas

**24/04/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A mãe da criança saiu para lavar roupas e deixou a vítima e sua irmã de apenas 1 ano no interior da casa onde residem. Cerca de 15 minutos depois, ao retornar, encontrou um adolescente abusando da criança. A vítima foi levada ao Hospital da Missão Caiuá e em seguida o fato foi denunciado à polícia.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Midiamaxnews - 26/04/2010

**24/05/2010**

VÍTIMA: Menino

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A criança foi violentada pelo tio de 14 anos quando a mãe se ausentou para ir até a cidade receber um dinheiro e deixou o filho sozinho. A vítima foi encaminhada para o hospital, onde os exames constataram a violação sexual.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: Campo Grande News - 24/05/2010

**05/07/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A mãe do garoto constatou que a criança havia sofrido abuso sexual. Foi ao Hospital Evangélico que a orientou para registrar queixa na Polícia Militar. O agressor ainda não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Dourados News, 05/07/2010

**22/08/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O agressor chegou embriagado na casa do irmão, entrou enquanto os pais da menina estavam na frente da casa tomando tereré. Momentos depois ouviram o choro da criança. Entraram na casa e flagraram o agressor molestando a menina. Ele foi detido por lideranças da aldeia e encaminhado à delegacia.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: 6ª Câmara - MPF, 24/08/2010 e Capital do Pantanal Online, 23/08/2010

**30/08/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O garoto é irmão da vítima. O menino, aproveitando que os pais não estavam presentes abusou da criança.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: 6ª Câmara - MPF, 1/09/2010

**AGOSTO/2010**

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambal

DESCRIÇÃO: O professor, que lecionava Guarani em uma escola ligada a uma entidade religiosa, foi acusado de ter molestado alunas na escola onde trabalhava. Mais de 10 meninas foram vítimas dos ataques do professor. As meninas que foram molestadas têm idade entre 9 e 13 anos. Não é a primeira vez que o professor é acusado de molestar alunas.

MEIO EMPREGADO: Exploração sexual

FONTE: 6ª Câmara, 27/08/2010

**14/03/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: SOMBRERITO

MUNICÍPIO: SETE QUEDAS

DESCRIÇÃO: A criança foi estuprada pelo pai.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: MS Notícias, 18/08/2010

**30/12/2010**

VÍTIMA: Jovem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

DESCRIÇÃO: Foi agredido com golpes de arma branca e violentado sexualmente dentro da aldeia. Ele comunicou o fato ao Capitão do local. Foi internado no Hospital Regional, onde foi confirmado a veracidade das agressões sofridas. O acusado foi levado à delegacia pelo Capitão.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Aquidauana News - MS - 30/12/2010; Cimi Regional MS

## PB – 1 Caso – 1 Vítima

25/12/2010

VÍTIMA: Criança

POVO: POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

MUNICÍPIO: MARCACAO

DESCRIÇÃO: O acusado foi flagrado tentando abusar sexualmente da criança, sendo detido por indígenas. O acusado já teria sido expulso da aldeia Coquerinho uma vez por praticar crimes na região. Ele invadiu a casa da família de madrugada procurando pela menina, e foi expulso da propriedade, mas teria retornado cerca de meia hora depois. A mãe da criança pediu socorro de parentes e de outros moradores da aldeia para deter Adilson. A aldeia é de difícil acesso, por isso foi necessário aguardar a maré baixar para que a Polícia Militar pudesse chegar. O acusado permaneceu o dia inteiro preso dentro de uma casa, sob a guarda de índios que moram na região.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Paraíba.com.br, 25/12/2010

## RS – 1 Caso – 2 Vítimas

**SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE

MUNICÍPIO: PASSO FUNDO

DESCRIÇÃO: Nove indígenas foram indiciados pelo estupro de uma menina na Reserva Indígena de Cacique Doble. O grupo atacou duas irmãs, seis homens foram presos preventivamente e três adolescentes apreendidos.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: Zero Hora/RS, 24/09/2010; 6a.Câmara, 27/09/2010

## RO – 2 Casos – 1 Vítima

**13/01/2010**

VÍTIMA: Menores indígenas

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA AGRESSÃO: Porto Velho

DESCRIÇÃO: Prostituição, abuso sexual, cárcere privado e corrupção de menores são alguns dos impactos sociais detectados pelo Juizado da Infância nas proximidades das áreas onde são construídas as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Segundo Raiclin Lima da Silva, coordenador do Comissariado de Menores, residências são transformadas em quartos de aluguel e Lan house em prostíbulos. Megaoperações estão sendo montadas para desarticular os prostíbulos nas imediações das usinas. Maria Inês Soares de Oliveira, Assistente Social da Vara de atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar e Crimes contra Criança e Adolescente, afirma que a maior dificuldade é mobilizar as vítimas para que façam a denúncia, pois têm medo de represálias ou são atraídas pelas vantagens financeiras.

MEIO EMPREGADO: Exploração sexual

FONTE: <http://www.amazonia.org.br>

**2010**

VÍTIMA: S.S.

POVO: NAMBIKWARA

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

DESCRIÇÃO: O delegado de polícia local recebeu denúncia de que o pai da criança estava abusando sexualmente da menina. A mãe da menor e o marido, não indígena, negaram. Porém, os vizinhos e colegas de trabalho confirmaram a veracidade do abuso e só não denunciaram, segundo eles, com medo de testemunhar. Ainda sob investigação o acusado fugiu com a esposa e os filhos para a Bolívia.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Cimi Regional RO



# Capítulo III

## Violência por Omissão do Poder Público

Suicídio e tentativa de suicídio.....	93
Desassistência na área de saúde.....	97
Morte por desassistência à saúde.....	107
Mortalidade infantil.....	110
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas.....	113
Desassistência na área de educação escolar indígena.....	115
Desassistência geral.....	119

Foto: Egon Heck/Arquivo Cbmi



*Chama atenção o número de jovens que decidem pôr fim à sua vida*

## Suicídio e tentativa de suicídio

Foram 20 casos de suicídio, registrados no ano de 2010. Em 2009 ocorreram 19. As vítimas, 16 homens e 4 mulheres. Em sua maioria, 13 casos, pertenciam ao povo Guarani (11 Guarani Kaiowá e 2 Guarani Nhandeva), do Mato Grosso do Sul. Registraram-se ainda 2 casos de suicídio no Mato Grosso, 2 no Paraná, 1 em Pernambuco e 2 no Acre, onde foram registradas ainda duas tentativas de suicídio.

Uma pessoa ingeriu veneno, duas pessoas atiraram contra si mesmas com arma de fogo e as demais (17) se enforcaram.

Em 8 casos, não se conhece o motivo do suicídio, ou os parentes se recusaram a explicar os motivos. Há 6 casos ligados a brigas familiares. Em 3 casos há indícios de depressão da vítima.

Mais uma vez, chama atenção o fato de o suicídio envolver, sobretudo, pessoas jovens e até muito jovens. Das vítimas, 5 eram menores e apenas duas vítimas possuíam mais de 30 anos. Há uma concentração de casos na faixa de 15 a 19 anos.

Idade	Casos
10 – 14	3
15 – 19	8
20 – 24	5
25 – 29	2
30 – 39	-
40 – 44	-
45 – 49	1
50 – 54	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Um rapaz Guarani Kaiowá (MS) suicidou-se por vergonha de ter recebido muito pouco dinheiro por seu trabalho na usina. Outro rapaz do povo Tapirapé (MT) suicidou-se em função de ameaças que vinha recebendo de um morador de Santa Teresinha.

No Paraná, um jovem Guarani, acampado às margens do lago da usina de Itaipu, suicidou-se, cansado da luta pela demarcação de uma terra para sua comunidade, que perderá sua terra tradicional com a inundação do lago.

O Cimi registra as ocorrências suicidas com intuito de mostrar uma faceta da realidade indígena, provavelmente motivada pela intolerância presente na sociedade envolvente, pelas tensões sociais que geram humilhações e falta de perspectivas. Porém, o que fica evidente a cada ano, é que as graves condições em que vivem os Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul são evidenciadas pelo número sempre alto de suicídios que ocorrem a cada ano.

### Suicídios registrados entre os Guarani Kaiowá:

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
22	16	28	19	23	34	18	13

Se o número de suicídios entre o povo Guarani Kaiowá foi o menor nos últimos 8 anos, quiçá, esperamos, essa seja uma tendência para o futuro. Mas, a ocorrência de suicídios ainda continua alta; com uma população estimada em 40.000 pessoas, o índice de suicídio é de 32,5 entre os Guarani e Kaiowá. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) um índice de 12,5 mortes por 100.000 pessoas é considerado muito alto.

O Cimi registra as ocorrências suicidas com intuito de mostrar uma faceta da realidade indígena, provavelmente motivada pela intolerância presente na sociedade envolvente, pelas tensões sociais que geram humilhações e falta de perspectivas.

Segundo a Organização Mundial para a Saúde um índice de 12,5 mortes por 100.000 pessoas é considerado muito alto, o índice de suicídio entre os Guarani e Kaiowá é de 32,5 .

## SUICÍDIO

## 20 Casos – 20 Vítimas

**AC – 2 Casos – 2 Vítimas****DEZEMBRO/2010**

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: ENVIRA

**DESCRIÇÃO:** O indígena de 14 anos disparou um tiro no próprio peito, da mesma forma que seu irmão mais velho, O pai dos rapazes não quis comentar o assunto e nem explicou os motivos que fizeram os filhos a por fim à vida.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Funai / O Rio Branco - AC - 21/12/2010***DEZEMBRO/2010**

VÍTIMA: C.S.

IDADE: 17 anos

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: ENVIRA

**DESCRIÇÃO:** O indígena de 17 anos disparou um tiro no próprio peito, da mesma forma que seu irmão mais novo, o rapaz foi socorrido e chegou a ser operado, mas não resistiu ao ferimento e morreu no hospital.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Funai / O Rio Branco - AC - 21/12/2010***MT – 2 Casos – 2 Vítimas****28/02/2010**

VÍTIMA: Homem

IDADE: 20 anos

POVO: TAPIRAPÉ

TERRA INDÍGENA: TAPIRAPÉ/KARAJÁ

MUNICÍPIO: SANTA TERESINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itxala

**DESCRIÇÃO:** O indígena se enforcou na casa dos pais de criação. Dizia que um morador de Santa Terezinha, o estava ameaçando.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Cimi Regional MT, 27/03/2010***19/02/2010**

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 16 anos

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: TAPIRAPÉ/KARAJÁ

MUNICÍPIO: SANTA TERESINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Hawalora

**DESCRIÇÃO:** O rapaz se casara com uma indígena da aldeia Ibutuna mas não queria ficar morando lá. Deixou a esposa na aldeia Macauba na Ilha do Bananal e foi para a casa dos pais. Os familiares o aconselharam a voltar e ficar com a esposa. Ele temia as represálias dos parentes da mulher. À noite se enforcou numa mangueira nos fundos da casa onde morava a mãe.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Cimi Regional MT, 22/02/2010*

Foto: Gilberto Vieira



**Nos últimos anos, aconteceram vários suicídios entre o povo Karajá**

**MS – 13 Casos – 13 Vítimas**

**27/11/2010**

VÍTIMA: M.A.  
 IDADE: 50 anos  
 POVO: GUARANI NHANDÉVA  
 TERRA INDÍGENA: SOMBRERITO  
 MUNICÍPIO: SETE QUEDAS  
 DESCRIÇÃO: A vítima suicidou-se utilizando uma corda presa a uma árvore. Não há informações sobre o motivo.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: 6a.Câmara, 29/11/2010

**28/05/2010**

VÍTIMA: Criança  
 IDADE: 11 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI  
 MUNICÍPIO: AMAMBÁI  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde  
 DESCRIÇÃO: A menina estava desaparecida há alguns dias quando o corpo foi encontrado amarrado em um galho de árvore, pela alça da sua mochila. Segundo informações, a vítima costumava consumir bebida alcoólica e há dias andava depressiva.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: midiamaxnews, 28/05/2010

**05/02/2010**

VÍTIMA: C.O.B.  
 IDADE: 19 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: DOURADOS  
 MUNICÍPIO: DOURADOS  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó  
 DESCRIÇÃO: A vítima se enforcou com um cadarço de tênis, numa árvore próxima à residência. Segundo a companheira da vítima, eles brigaram e ela foi para a igreja. O rapaz foi beber na companhia de amigos. Quando a mulher voltou não o encontrou em casa. Somente na manhã seguinte viu o corpo.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: Home Page Dourados News, 05/02/2010

**08/01/2010**

VÍTIMA: E.V.  
 IDADE: 19 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI  
 MUNICÍPIO: AMAMBÁI  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai  
 DESCRIÇÃO: De acordo com a polícia, o indígena se enforcou com o próprio cinto.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: Correio do Estado/MS, 09/01/2010

**06/01/2010**

VÍTIMA: O.G.  
 IDADE: 24 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: SETE CERROS

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Coronel Sapucaia  
 DESCRIÇÃO: A indígena usou uma corda para se enforcar, na aldeia.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: Correio do Estado/MS, 09/01/2010

**04/02/2010**

VÍTIMA: C.O.B.  
 IDADE: 19 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: DOURADOS  
 MUNICÍPIO: DOURADOS  
 DESCRIÇÃO: De acordo com a polícia, a vítima cometeu suicídio após discutir com a mulher. Utilizou o cadarço de um tênis para se enforcar.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: Correio do Estado/MS, 05/02/2010

**04/11/2010**

VÍTIMA: S.M.L  
 IDADE: 18 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ  
 MUNICÍPIO: CAARAPO  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê  
 DESCRIÇÃO: A vítima se enforcou com um cinto amarrado na viga do quarto. Segundo familiares, o indígena chegou em casa bastante agitado. Ele teria brigado com outros indígenas que residem na mesma aldeia.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: Fátima News, 05/11/2010

**04/12/2010**

VÍTIMA: Adolescente  
 IDADE: 14 anos  
 POVO: GUARANI NHANDÉVA  
 TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS  
 MUNICÍPIO: SETE QUEDAS  
 DESCRIÇÃO: O adolescente morava numa região humilde da cidade. Foi encontrado enforcado com uma corda presa nas vigas da casa. Não há explicações sobre o motivo do suicídio.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: campograndenews, 04/12/2010

**24/12/2010**

VÍTIMA: D.M.  
 IDADE: 27 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ  
 TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI  
 MUNICÍPIO: AMAMBÁI  
 DESCRIÇÃO: Foi encontrado pendurado no galho de uma árvore. Não se sabe o motivo do suicídio.  
 MEIO EMPREGADO: Enforcamento  
 FONTE: midiamax.com, 24/12/2010

**24/12/2010**

VÍTIMA: D.M.  
 IDADE: 28 anos  
 POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: De acordo com familiares, a vítima brigou com o marido que a ameaçara de morte. Foi encontrada enforcada com um pedaço de pano numa árvore. O caso está sendo investigado.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *correiodoestado.com*, 25/12/2010

**30/12/2010**

VÍTIMA: V.R.

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: A vítima estava com mandado de prisão expedido pela Justiça da comarca local. Cometeu suicídio enforcando-se com o próprio cinto.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *fatimanews.com*, 31/12/2010

**11/11/2010**

VÍTIMA: E.V.

IDADE: 23 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: De acordo com informações, o indígena teria se matado porque ficou envergonhado por receber uma quantia muito pequena em dinheiro pelo seu trabalho numa usina. Foi encontrado enforcado com uma corda numa cama.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *coreiodoestado.com*

**07/09/2010**

VÍTIMA: A.V.C.

IDADE: 46 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Após uma briga com o marido, ambos alcoolizados, a indígena feriu o marido com um facão. Ficou sozinha em

casa e foi encontrada enforcada por uma corda de nylon, numa árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *midiamaxnews*, 08/09/2010; *Capital do Pantanal online*, 09/09/2010

## PR – 2 Casos – 2 Vítimas

**15/07/2010**

VÍTIMA: C. A.

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: Tekoha Marangatu

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado enforcado na área da comunidade às margens do lago Itaipu. Ele tinha relatado à mãe que estava cansado de lutar e não aguentava mais a situação em que vivia.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná*

**15/07/2010**

VÍTIMA: C.G.

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: MARANGATU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekoa Marangatu

DESCRIÇÃO: A vítima estava deprimida e anteriormente já ameaçara se matar.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Cimi Sul, equipe Paraná*, 31/07/2010

## PE – 1 Caso – 1 Vítima

**26/06/2010**

VÍTIMA: N.L.P.

IDADE: 23 anos

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

DESCRIÇÃO: Segundo informações da irmã da vítima, o indígena teria se desentendido com a mulher e tomado veneno. Foi socorrido, mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno

FONTE: *JC Online*, 28/06/2010

## TENTATIVA DE SUICÍDIO

### 1 Caso – 2 Vítimas

#### AC – 1 Caso – 2 Vítimas

**2010**

VÍTIMA: Homens

IDADE: anos

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: FEIJO

DESCRIÇÃO: Nos últimos meses, dois índios tentaram tirar a própria vida. A onda de suicídios teve início logo após a morte de

um agente de saúde, ocorrido no mês de setembro deste ano, vítima de acidente de trânsito na BR 364. Sem uma explicação concreta, as lideranças indígenas chocadas com os acontecimentos acionaram a Polícia Federal e apreenderam com o consentimento dos índios todo o armamento dentro da aldeia, como forma de impedir que outras mortes pudessem ocorrer.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *ORB NET* - 29/12/2010

## Desassistência na área de saúde

**E**m 2010 o número de denúncias de desassistência na área de saúde aumentou para 52, comparado com 39 ocorrências registradas em 2009. A situação de descaso na área da saúde atinge milhares de pessoas.

Constam casos em 16 estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Rondônia se destaca com 12 casos.

Surge, mais uma vez, um quadro muito precário da saúde indígena em todas as regiões do país e em todos os níveis. Falta atendimento, consultas são negadas, pacientes recebem apenas medicamentos paliativos em vez de um tratamento adequado, falta transporte para os pacientes, faltam médicos nas aldeias e nos postos de saúde, e assim por diante. São recorrentes as denúncias de falta de medicamentos e materiais, falta de pagamentos ao pessoal da saúde, falta de médicos e desvios de recursos.

O descaso que enfrenta a comunidade Suruí da terra indígena Sororó (PA) está exposto através dos cinco anos em que não houve atendimento à saúde. No Maranhão, dezenas de crianças Awá-Guajá, da terra indígena Caru, sofreram com surtos de diarreia. Elas foram tratadas, mas nada foi feito para descobrir e eliminar a fonte das infecções.

Um caso que já foi denunciado em anos anteriores é a situação desumana da Casa do Índio em Manaus. Pacientes e familiares ficam amontoados nos quartos, dividindo camas, comendo comida estragada, com os banheiros em péssimas condições. Apesar das denúncias ao longo dos anos, nada tem sido feito para sanar esta situação.

Em protesto ao descaso, várias comunidades realizaram manifestações, como os Kaingang de Guarita (RS), que fecharam a rodovia Tenente Portela-Redentora e os Xavante de São Marcos, que ocuparam a sede da Funasa em Campinópolis.



Foto: Arquivo Cimi

*Em 2010, diversas manifestações marcaram urgência das comunidades em atendimento à saúde*

## DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE

## 40 Casos – 25.639 Vítimas

## AC – 3 Casos – 1 Vítima

03/11/2010

VÍTIMA: Comunidades indígenas

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidades do Acre

**DESCRIÇÃO:** Um grupo de índios de várias etnias do Acre acampou em frente à sede da Funasa em Rio Branco, para protestar contra as más condições de funcionamento da CASAI. A alimentação é péssima, a sujeira predomina e os índios não têm sequer camas para se deitar. Os doentes ficam deitados no ferro desses leitos, destaca a coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, Letícia Lúcia. Segundo os índios denunciam, o valor a ser repassado para a manutenção e estruturação da Casa do Índio gira em torno de R\$ 1.3 milhão e os poderes municipal e estadual retêm esses recursos sem qualquer tipo de investimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *oriobranco.net*, 03/11/2010; *Página 20/AC*, 04/11/2010 e 3/12/2010

2010

VÍTIMA: Huni Kuin

POVO: KATUKINA

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ SERINGAL CURRALINHO

MUNICÍPIO: FEIJO

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas que moram na cidade encontram dificuldades para serem atendidos no pólo de saúde e nos postos do município, sendo encaminhados de um lado para outro e sem conseguirem atendimento. Foi o que ocorreu com a criança cuja avó sem conseguir que o menino fosse medicado recorreu à farmácia que desenganou a criança alegando o alto grau de desidratação em que a mesma se encontrava. A criança foi levada à Pastoral de Saúde para ser atendida.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional AO, equipe Feijó*

2010

VÍTIMA: Comunidade

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas residentes nas aldeias do Alto Rio Envira enfrentam dificuldades para atendimento na área da saúde. Durante o ano de 2010 receberam duas visitas que se resumiram a vacinação e pequenas palestras, não atendendo às demandas das comunidades. Nas aldeias não há postos de saúde, ou agentes de saúde que atendam casos emergenciais. Os mais isolados costumam navegar até nove dias em busca de atendimento. Com a viagem os pacientes ficam mais debilitados, piorando seu estado de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: *Cimi Regional AO, Equipe Feijó*

## AL – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA D'OESTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Monte Alegre

**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena faz um apelo para reativação dos serviços básicos de saúde, interrompidos pela Funasa, que alega o não reconhecimento da comunidade pelo poder público federal. A aldeia é fruto de uma retomada no ano de 2008 pelos índios que viviam até então na periferia de Palmeira dos Índios, numa situação de extrema miséria. O processo de regularização da terra está em andamento na justiça local e na Funai. O cacique Chiquinho Xukuru-Kariri alertou que a comunidade chegou a ser vacinada contra a gripe, mas que o tratamento foi interrompido, havendo muitas crianças que precisam de assistência.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Ascom/Índios*, 17/06/2010; *Cimi Regional Nordeste*

Foto: Cleymene Carqueira



Falta de saneamento básico e água potável é fator determinante para a incidência de doenças

**AM – 4 Casos**

**MARÇO/2010**

VÍTIMA: Indígenas  
 POVO: VÁRIAS ETNIAS  
 TERRA INDÍGENA: VÁRIAS  
 MUNICÍPIO: MANAUS

**DESCRIÇÃO:** Conforme relatório de deputados que visitaram a Casai de Manaus, os doentes e seus acompanhantes ficam amontoados na falta de quartos para atendê-los. Na enfermaria, pacientes dividem o mesmo leito e alguns dormem fora dos barracões que com capacidade para 100 pessoas abrigam quase o dobro. Informam ainda que comida estragada era servida aos pacientes e acompanhantes. Segundo o relatório, constataram que a estrutura física da Casai e as péssimas condições de seus banheiros, mais se parece com um campo de concentração de prisioneiros de guerra do que com uma Casa de Saúde.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio  
**FONTES:** Comissão de Direitos Humanos, 24/03/2010

**JUNHO/2010**

VÍTIMA: Comunidades  
 POVO: VÁRIAS ETNIAS  
 TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO  
 MUNICÍPIO: SAO GABRIEL DA CACHOEIRA  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias

**DESCRIÇÃO:** Em razão da falta de estrutura do DSEI -Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, principalmente pela ausência de motores de popa para o deslocamento das equipes de saúde, os indígenas estão sem atendimento em suas respectivas aldeias e polos base há um ano e meio. Essa situação tem acarretado o aumento da incidência de doenças como a tuberculose e a malária. Segundo a procuradora da República, Luciana P.Gadelha, o atendimento à saúde tem se restringido apenas às ações de resgate, com a remoção dos pacientes mediante a disponibilização em pontos estratégicos da região. Outra dificuldade se refere à comunicação entre os pólos base e as aldeias, pois devido às grandes distâncias são necessários de três a quatro dias de viagem de algumas aldeias até os pólos base, em pequenas embarcações.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes  
**FONTES:** Procuradoria da República no Amazonas, 22/06/2010

**2010**

VÍTIMA: Comunidade  
 POVO: VÁRIAS ETNIAS  
 TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI  
 MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

**DESCRIÇÃO:** Profissionais do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari resolveram parar o serviço porque estão sem receber salários há cinco meses. Foi afetado o atendimento de pacientes da Casa de Apoio de Tabatinga e de Atalaia do Norte. Conforme Jorge Marubo, somente o atendimento de emergência está funcionando. A situação se agravou com o bloqueio dos cartões de fornecimento de combustível e lubrificantes, o que impede o deslocamento de pacientes em situação grave.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico  
**FONTES:** Karol Assunção, jornalista da Adital, setembro/2010

**2010**

VÍTIMA: Comunidades indígenas  
 POVO: MURA  
 TERRA INDÍGENA: VÁRIAS  
 MUNICÍPIO: MANICORE

**DESCRIÇÃO:** O município se omitiu na prestação de contas dos recursos destinados à saúde indígena. No curso de inquérito civil público instaurado pelo MPF/AM para apurar essa omissão, verificou-se que existe saldo de R\$ 2 milhões não utilizados ao atendimento da saúde das comunidades. De acordo com a procuradora da República, Luciana Portal Gadelha, a ausência de comprovação da aplicação dos recursos impede o controle social por parte dos indígenas, direito assegurado pela Constituição.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de repasse de verba  
**FONTES:** Ministério Público Federal/AM, 09/06/2010

**GO – 1 Caso – 1 Vítima**

**30/04/2010**

VÍTIMA: Vilma Helena do Rosário  
 POVO: TAPUIA  
 TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I  
 MUNICÍPIO: RUBIATABA  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Carretão

**DESCRIÇÃO:** A vítima é agente indígena de saúde. Apresentou sintomas de pneumonia, porém, não obteve tratamento. Com a piora do seu estado foi atendida no hospital do município permanecendo internada por 15 dias e, sem apresentar melhora, foi levada para Goiânia onde precisou pagar pelo atendimento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico  
**FONTES:** Cimi Regional GO/TO, novembro/2010. Vilma Helena do Rosário (vítima)

**MA – 4 Casos – 56 Vítimas**

**2010**

VÍTIMA: Comunidade  
 POVO: GUAJAJARA  
 TERRA INDÍGENA: CARU  
 MUNICÍPIO: BOM JARDIM  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maçaranduba

**DESCRIÇÃO:** Com protestos pelas más condições de atendimento à saúde, os índios bloquearam a estrada de ferro Carajás. Conforme entendimento do procurador da República, Alexandre Silva Soares, "independentemente de qualquer juízo acerca de legitimidade das ações de protesto e dos meios escolhidos por parte dos indígenas, percebe-se que fica evidenciado o quadro de irregularidades e insuficiências que impossibilitam o acesso dos indígenas aos serviços de atendimento médico prestados". Desde 2009, e após uma inspeção na aldeia, o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde mostrou que os atendimentos oferecidos pelo Pólo Base de Sta.Inês, responsável pela região, apresentavam deficiências estruturais, quanto ao transporte, medicamentos, pessoal e de planejamento, além de privarem os pacientes do café da manhã e de uma refeição. Na ocasião, a Funasa comunicou ao MPF que tomaria as devidas providências mas a situação não mudou.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico  
**FONTES:** Procuradoria da República no Maranhão, 9/06/2010

**MAIO/2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

**DESCRIÇÃO:** Dois surtos de diarreia atingiram mais de 30 crianças da terra indígena. O primeiro foi registrado em maio e o segundo em outubro. Foram levados à Casai, mas nada de concreto foi feito para indicar a causa do surto. Os funcionários da Funasa dizem que o problema pode ter sido provocado pela água consumida, medicam os pacientes e os mandam de volta à comunidade. Os Awá-Gujá foram contatados há pouco tempo e têm dificuldade de comunicação em português, o que dificulta o atendimento na própria comunidade, embora a lei garanta atendimento específico e diferenciado.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** *Cimi Regional/MA, 28/10/2010*

**2010**

VÍTIMA: Comunidades

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SAO LUIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidades no estado do Maranhão

**DESCRIÇÃO:** De acordo com o coordenador do Programa da Tuberculose da área indígena da Funasa, Wellington Freitas, em 2010 foram notificados 33 novos casos de tuberculose na população indígena no estado do Maranhão. A incidência de tuberculose entre os indígenas tem se mantido alta no estado, algo em torno de 38,2 casos para cada grupo de 1000 indivíduos. Entre as diversas razões, a falta de informação e um diagnóstico precoce, a propensão natural também aparece como fator agravante para os altos índices. Segundo Wellington a possibilidade de contrair a doença é 4 vezes maior para o indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** *Jornal Pequeno Online - MA - 01/02/2011*

**2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO NOVO DO MARANHAO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Parajui e Xije

**DESCRIÇÃO:** As crianças são vítimas de pneumonia. Existem várias aldeias sem nenhum atendimento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Regional do Cimi - Maranhão - fevereiro/2011*

**MT – 6 Casos – 15.000 Vítimas**

**ABRIL/2010**

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: MYKY

TERRA INDÍGENA: JAPUÍRA

MUNICÍPIO: BRASORTE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Japuira

**DESCRIÇÃO:** A bomba do poço de água quebrou e a aldeia passou 25 dias tendo de beber água do córrego, não potável, o que provocou casos de diarreia na comunidade. Apesar de inúmeros documentos que atestaram o fato, e comunicações

à Funasa o órgão não atendeu. A Vigilância Sanitária esteve no local, ficou ciente do fato e exigiu com urgência o reparo da bomba, mas nada foi feito.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** *Cimi/MT, equipe Myky, 11/05/2010*

**21/09/2010**

VÍTIMA: Comunidades

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

**DESCRIÇÃO:** Funcionários da ONG Instituto Ganga Zumba, conveniada com a Funasa para cuidar da saúde do povo Xavante, ficaram três meses sem receber seus salários e encerraram as atividades depois de serem informados sobre a quebra do contrato por falta de prestação de contas da referida ONG. Com isso as comunidades ficam prejudicadas no atendimento à saúde.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no pagamento a convênio de saúde

**FONTE:** *A Gazeta/MT, 22/09/2010*

**14/10/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Barra e Parabubure

**DESCRIÇÃO:** Lideranças indígenas acamparam na sede da Funasa. Protestam pelo descaso no atendimento médico por parte da Funasa e Organização Gangazumba, responsável pela prestação de serviços nas aldeias. Segundo os indígenas, os recursos repassados pelo governo federal não estão sendo aplicados pelo órgão no pagamento dos servidores que atendem as comunidades indígenas. A argumentação da comunidade se baseia no fato de que a Funasa resolveu "lavar" as mãos depois que o governo federal baixou decreto criando a Secretaria Especial de Saúde Indígena. A Secretaria foi criada mas ainda não ocorreu a transferência para o atendimento aos indígenas. A situação é precária, e, conforme a representante do Movimento Indígena Xavante, Isabel Xavante, não há médicos, enfermeiros e nem meio de transporte para levar os doentes à cidade. Além disso, os índios estão impedidos de dar assistência aos familiares na Casai.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Diário de Cuiabá/MT, 15/10/2010*

**20/09/2010**

VÍTIMA: Comunidades

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidades do Mato Grosso

**DESCRIÇÃO:** A grande quantidade de queimadas no estado de Mato Grosso tem aumentado e muito os danos causados à saúde dos povos indígenas. As doenças do aparelho respiratório em decorrência da fumaça foram as maiores causas de atendimentos médicos. Houve um considerável aumento, pois os focos de incêndio neste ano são seis vezes maior que no mesmo período do ano passado. Apenas os casos mais graves são resgatados pelas aeronaves da Funai, para trazê-los para a cidade. Outra preocupação é com a contaminação dos rios, de onde muitas aldeias retiram a água para beber, pois segundo o coordenador técnico da equipe de enfermagem da Funasa em Colíder, Edmilson Mocci Gaiardone, 50% das aldeias atendidas pelo distrito bebem água sem qualquer tipo de tratamento, o

que acarreta um grande número de doentes. As crianças são as maiores vítimas, devido à baixa imunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada, falta de assistência médica

**FONTES:** A Gazeta MT - 20/09/2010

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** MYKY

**TERRA INDÍGENA:** MENKU

**MUNICÍPIO:** BRASNORTE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Japuira

**DESCRIÇÃO:** A comunidade sofre o descaso da Funasa com a falta de medicamentos, por ex., casos de receitas médicas de custo mais elevado, que fogem ao atendimento básico, tornando difícil a obtenção do medicamento. Existe também a morosidade de encaminhamento das consultas que exigem atendimento mais específico fora do posto.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de medicamentos

**FONTES:** Equipe do Cimi Regional MT

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TAPIRAPÉ

**TERRA INDÍGENA:** URUBU BRANCO

**MUNICÍPIO:** CONFRESA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tapi´parany

**DESCRIÇÃO:** A população indígena, segunda em número de moradores na TI Urubu Branco, não recebe atendimento médico precisando se locomover até outra aldeia, distante mais de 10 km.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTES:** Cimi Regional MT, Equipe Irmãzinha de Jesus

**MS – 3 Casos – 2 Vítimas**

**07/01/2010**

**VÍTIMA:** Recém-nascido

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ

**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** A criança nasceu com problema respiratório. Com quatro dias de vida foi encaminhada para o Hospital da Mulher, em Dourados. Com a alegação de que não havia vaga na UTI, o bebê ficou quase três horas dentro da ambulância mantida num balão de oxigênio. Com a demora houve revolta e tiraram o bebê da ambulância colocando-a num bebê-conforto na porta do hospital, quando então os funcionários levaram a criança para a UTI, onde permaneceu internada.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento emergencial

**FONTES:** campogrande.news, 07/01/2010

**FEVEREIRO/2010**

**VÍTIMA:** Lucila de Souza

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**DESCRIÇÃO:** A indígena após receber atendimento médico ficou 6 horas deitada na grama em frente ao Hospital, esperando transporte para retornar à aldeia. Durante esse período, Lúcia que sofrera uma fratura no braço, ficou sem se alimentar e suportando o intenso calor no local.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTES:** Folha de Dourados, 05/02/2010



Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi

**As crianças são as mais vulneráveis quando falta assistência médica**

**2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: VÁRIAS ETNIAS  
TERRA INDÍGENA: VÁRIAS  
MUNICÍPIO: DOURADO

DESCRIÇÃO: Artigo de uma revista acadêmica, Saúde Coletiva, produzido pela professora Érika Kaneta Ferri, chama a atenção pelo alto número de casos de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre indígenas do Mato Grosso do Sul e aponta Dourados como uma das cidades de maior incidência. Érika aborda a situação de vulnerabilidade em que se encontram as comunidades, especialmente em relação às mulheres. Dourados e a região sul do estado registram os maiores índices de transmissão dessas doenças, situação que pode estar associada a vários fatores, com por exemplo, a proximidade das aldeias dos centros urbanos, trabalho fora das aldeias, prostituição, drogas etc.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *Conjuntura On-Line*

## MG – 2 Casos – 1.066 Vítimas

**26/01/2010**

VÍTIMA: Crianças  
POVO: MAXAKALI  
TERRA INDÍGENA: MAXAKALI  
MUNICÍPIO: BERTOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pradinho

DESCRIÇÃO: A aldeia sofreu um surto de diarreia em crianças de até 5 anos de idade. Amostras de água de casas e do rio Umbuarama apresentaram contaminação por bactérias, conforme análises feitas pela Fundação Ezequiel Dias. Embora a aldeia fosse conhecida como “aldeia modelo” onde se concentrava boa parte da assistência da Funai, Funasa, Prefeitura, o ocorrido significa que a assistência de fato não acontecia ou era mal distribuída.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Cimi Regional Leste*

**FEVEREIRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: MAXAKALI  
TERRA INDÍGENA: MAXAKALI  
MUNICÍPIO: BERTOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Pradinho e Água Boa

DESCRIÇÃO: Segundo relatório do Ministério Público Federal/MG, após inspeção realizada em aldeias Maxakali, a situação lá encontrada é uma das piores possíveis. Estão abandonados, não recebem qualquer tipo de assistência, vivem em condições precárias de saúde e moradia, sendo que um dos maiores problemas é a água, totalmente imprópria para consumo. Não há rede de esgoto, não possuem banheiros e as casas não têm água encanada. Há apenas torneiras em alguns pontos de aldeia. O surto de diarreia que ocorre com frequência nas aldeias, sendo que o último matou 4 crianças, é consequência dessa situação. Há, ainda, o problema do lixo que não tem destinação e prejudica ainda mais as condições sanitárias. Segundo ainda o relatório, um dos problemas é a ausência de uma coordenação que permita melhor aplicação dos recursos.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: *Ministério Público Federal/MG, 26/02/2010; abril.com, 10/03/2010*

## PA – 4 Casos

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: GAVIÃO  
TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA  
MUNICÍPIO: BOM JESUS DO TOCANTINS  
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Akrãti

DESCRIÇÃO: A comunidade Akrãtikatêjê de Montanha se reorganizou há dois anos num novo espaço no interior da terra indígena. A comunidade vem solicitando insistentemente atendimento na área da saúde para que seja instalado um posto de saúde, um poço artesiano e a presença de técnicos em enfermagem para dar assistência à saúde na área.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional Norte II - equipe na Diocese de Marabá*

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: SURUÍ  
TERRA INDÍGENA: SORORÓ  
MUNICÍPIO: SAO GERALDO DO ARAGUAIA  
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itahy

DESCRIÇÃO: A comunidade vive há mais de cinco anos na aldeia sem atendimento à saúde. Não conseguiram a construção de um posto nem a contratação de um técnico de enfermagem para atendê-los nessa demanda.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional Norte II - Equipe na Diocese de Marabá*

**OUTUBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: AMANAYE  
TERRA INDÍGENA: BARREIRINHA  
MUNICÍPIO: PARAGOMINAS  
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Barreirinha

DESCRIÇÃO: A Funasa contratou uma empresa para construir o novo posto de saúde, porém as obras pararam porque segundo informações dos índios, houve desvio de verba. Não há previsão para retomada da obra, o que está prejudicando o atendimento médico à comunidade.

MEIO EMPREGADO: Desvio de verba

FONTE: *Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá*

**OUTUBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: ATIKUM  
TERRA INDÍGENA: OROROBÁ  
MUNICÍPIO: ITUPIRANGA

DESCRIÇÃO: A comunidade foi assentada em 1996 pelo Incra e pela Funai. Desde então lutam pela construção de um posto de saúde e pela abertura de uma estrada que ligue a aldeia até a localidade mais próxima, visto que o acesso é muito precário.

MEIO EMPREGADO: Reivindicação - saúde e estrada

FONTE: *Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá*

## PB – 1 Caso

**2010**

VÍTIMA: Comunidade  
POVO: POTIGUARA  
TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR  
MUNICÍPIO: RIO TINTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Monte Mor, Jaraguá e Três Rios

**DESCRIÇÃO:** As comunidades estão sofrendo com o problema da falta de água.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água

**FONTE:** Paraiba.com, 20/12/2010

### RS – 3 Casos – 1.500 Vítimas

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** LIGEIRO

**MUNICÍPIO:** CHARRUA

**DESCRIÇÃO:** A comunidade não possui água potável, módulos sanitários, sistema de esgoto ou até lixeiras para coleta de resíduos. Segundo a médica Daniella de Almeida Fernandes, que trabalha na reserva há cerca de seis anos “diversas doenças de veiculação hídrica foram verificadas na comunidade em razão das precárias condições de saneamento básico”. Informou que desde 2004 ocorreram 40 casos confirmados de hepatite A, doença ligada ao contato com água não tratada e dejetos humanos contaminados.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura sanitária

**FONTE:** Procuradoria da República no R.G.do Sul, 25/05/2010; Correio do Povo/RS, 26/05/10

**30/06/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** GUARITA

**MUNICÍPIO:** TENENTE PORTELA

**DESCRIÇÃO:** A comunidade protestou fechando a rodovia Tenente Portela Redentora, exigindo o retorno de veículos usados na reserva e a retomada da contratação de indígenas para transporte de pacientes. Conforme alegação da Funasa, uma caminhonete está estragada, outra está com os documentos perdidos e um carro com a documentação vencida.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTE:** ZERO HORA; 02/07/2010

**2010**

**VÍTIMA:** 34 famílias

**POVO:** GUARANI NHANDÉVA

**TERRA INDÍGENA:** ESTIVA

**MUNICÍPIO:** VIAMAO

**DESCRIÇÃO:** As famílias indígenas estão morando em casas de madeira bruta, com frestas, buracos nos telhados e tábuas podres. O estado das moradias coloca em risco a vida e a saúde dos indígenas, especialmente no período do inverno quando há o aumento de doenças respiratórias. A Vara Ambiental e Agrária da Justiça Federal de Porto Alegre, acolheu pedido do Ministério Público Federal em Porto Alegre, no sentido de que a Funai deverá apresentar cronograma para construção de 30 casas na aldeia indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** Procuradoria da República/RS, 10/06/2010

### RO – 12 Casos – 11 Vítimas

**2010**

**VÍTIMA:** MOAI ORO MON

**POVO:** ORO MON (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** SAGARANA

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A vítima apresentou caroços na região do pescoço e ficou meses na Casai de Guajará-Mirim aguardando encaminhamento para Porto Velho. Por meio do Bispo Diocesano foi encaminhada para um oncologista que identificou tuberculose ganglionar e prescreveu tratamento. Voltou para a Casai de Guajajara e tomou as primeiras doses da medicação para tuberculose. No entanto, a enfermeira coordenadora do programa TB da Funasa mandou suspender o tratamento, ficando a vítima por mais de dois meses sem a medicação.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO - Equipe Guajará-Mirim; a vítima

**MARÇO/2010**

**VÍTIMA:** A.X.Oro NAO'

**POVO:** ORO NAO'

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Santo André

**DESCRIÇÃO:** Em junho de 2009, o paciente, com hemorragia digestiva grave, foi internado em hospitais e CASAI de Porto Velho e de Guajará-Mirim. Depois de cinco meses de internação e graças à intervenção do médico do Cimi, foi diagnosticado que o paciente era portador de hepatite B, causa da cirrose e da hemorragia. Em fevereiro de 2010, teve novo encaminhamento para o Pronto Socorro de Porto Velho. No laudo, o médico da Funasa omitiu o diagnóstico de hepatite B e o paciente continua sem o tratamento específico para essa doença. Tratam os sintomas mas não a doença.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO, equipe Guajará-Mirim

**2010**

**VÍTIMA:** Maxun Ororam

**POVO:** ORORAM (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sotério

**DESCRIÇÃO:** Após vários meses na Casai de Guajará-Mirim, paciente é diagnosticado com artrite reumática e o médico pede encaminhamento para especialista em Porto Velho. A Casai recusa encaminhamento e o paciente fica sem tratamento. Ao pedir laudo para recebimento de auxílio-doença este é negado pela assistente social da Funai pois, segundo ela, a cidade não tem perito no INSS. O doente recebe alta na Casai e apresenta outro problema de saúde, hemorragia. Porém não passa pelo médico e a enfermeira alega que precisa aguardar encaminhamento.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO, equipe Guajará-Mirim

**2010**

**VÍTIMA:** Orowau Oro Mon

**POVO:** ORO MON

**TERRA INDÍGENA:** SAGARANA

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A paciente estava grávida de 18 semanas, apresentou hemorragia e foi internada no Hospital Bom Pastor de Guajará-Mirim. Recebeu alta e foi encaminhada à Casai que alegou falta de lugar e de medicamentos. O médico do Cimi insistiu para que a paciente ficasse pelo menos um mês internada. Poucos dias depois a indígena recebeu alta sem condições de saúde. Foi encaminhada novamente ao hospital em Por-

to Velho, mas perdeu a criança. Na Casai passou mal, mas não recebeu tratamento. Constatado que a paciente estava com amebíase, ficou mais 4 dias antes de voltar a Guajará. Recebeu alta e voltou para casa com uma profunda anemia e tratamento insuficiente.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO, equipe de Guajará-Mirim e a vítima

**2010**

**VÍTIMA:** Pankiwo Arowá

**POVO:** ARUÁ

**TERRA INDÍGENA:** SAGARANA

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A criança apresenta um importante atraso do desenvolvimento psicomotor, com um desvio significativo na coluna. Aguarda há meses encaminhamento para especialista. Como consequência do problema de saúde a criança não fica em pé e não anda.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso na realização de exames

**FONTE:** Cimi Regional RO, Equipe Guajará-Mirim

**MARÇO/2010**

**VÍTIMA:** Gladis Ororam Xiyein

**POVO:** ORO WARAM XIJEIN (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Ribeirão

**DESCRIÇÃO:** A paciente faz hemodiálise há oito anos e fica internada na Casai de Porto Velho. Em 2010 a cada sessão de

hemodiálise ela tinha febre alta e fotes calafrios que não desapareciam com a medicação injetável, mas somente depois de desligar a máquina. Isso acontece quando o filtro “individual” não é trocado a tempo, pois fica contaminado por bactérias. A enfermeira da Casai foi avisada, mas não se tomou nenhuma providência. A paciente queria desistir do tratamento que se tornava perigoso. A clínica de hemodiálise só trocou o filtro da paciente com a intervenção do MPF que recebeu a denúncia do caso. Além disso, a paciente aguarda um transplante de rim, pois tem um irmão compatível, mas a Funasa não providencia o encaminhamento.

**MEIO EMPREGADO:** Negligência Médica

**FONTE:** Cimi Regional RO, equipe Guajará-Mirim e a vítima

**MAIO/2010**

**VÍTIMA:** G.Canoé

**POVO:** KANOÉ

**TERRA INDÍGENA:** RIO GUAPORÉ

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A paciente realiza tratamento desde março de 2009.

Ela denunciou que o tratamento não vem sendo feito conforme o pedido médico. A receita dada pelo médico é de uma injeção por semana. Ao longo do tempo do tratamento houve muitas falhas e desde a primeira semana de maio a Funasa não tem providenciado as injeções. Alegou-se que o médico suspendera o tratamento. A paciente afirma que não é verdade, e que o próprio médico está irritado com a Funasa por não providenciar a medicação.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO, equipe Guajará-Mirim

Foto: Equipe Cimi Guajará-Mirim



Falta de manutenção dos equipamentos e veículos do Pólo Base de Guajará-Mirim provoca atrasos no atendimento médico aos indígenas

**2010**

VÍTIMA: Comunidades de RO

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

**DESCRIÇÃO:** Lideranças dos povos indígenas de Rondônia denunciam o descaso com que são tratados no atendimento à saúde. A Funasa argumenta que não é mais responsável por esse atendimento, declarando que a responsável agora é a SESAI-Secretaria Especial de Saúde Indígena. Por sua vez, os índios que procuram a Casai para ser atendidos passam dias sem qualquer providência, e nos casos graves são encaminhados ao Pronto Socorro do Hospital João Paulo II onde também não encontram leitos e são alojados no chão do hospital. Em muitos casos, como o dos índios do DSI de Vilhena, ficam de 20 a 30 dias aguardando atendimento. Deslocam-se sem nenhum auxílio e muitas vezes passam necessidades no trajeto de suas comunidades até a capital.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** rondonoticias.com, 2/12/2010; Lideranças povos indígenas RO

**20/11/2010**

VÍTIMA: José Anderê Makurap

POVO: MAKURAP

TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO

MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA

**DESCRIÇÃO:** O cacique chegou ao Pronto Socorro do Hospital João Paulo II, acompanhado da filha, e ficou cinco dias deitado no chão e sem atendimento. Foi medicado e após um período suspenderam a medicação. Voltando a sentir fortes dores foi atendido por um estagiário que não entendia o que o paciente dizia exigindo que explicasse sua situação. Após alguns dias foram ajudados por um enfermeiro que conhecia a língua e o indígena recebeu medicação embora se encontre ainda gravemente doente.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no tratamento medicamentoso

**FONTE:** rondonoticias.com, 02/12/2010; lideranças indígenas de Rondônia

**2010**

VÍTIMA: A. Canoé

POVO: KANOÉ

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** Desde 2007 a vítima tenta realizar uma laqueadura de trompas, tendo uma solicitação médica, pois na época o casal tinha oito filhos. Até a presente data não conseguiu ainda fazer a laqueadura. Em 2010 o casal já está com 11 filhos, sendo que a indígena sofreu complicações nos dois últimos partos.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso na realização de cirurgia

**FONTE:** Equipe Cimi Guajará-Mirim/RO

**SETEMBRO/2010**

VÍTIMA: V.Arowá

POVO: SALAMÃI

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A vítima com hemorragia digestiva, vômitos de sangue, foi internada no hospital do município onde tomou várias bolsas de sangue. Teve alta e voltou para a aldeia sem ter realizado o exame de endoscopia, sem medicação

ou diagnóstico. Em novembro voltou para a Casai- Casa de Atendimento à Saúde do Índio, com fortes dores de estômago e sangramento. As enfermeiras da Casai afirmaram que seria realizado o exame de endoscopia, entretanto a vítima foi liberada mais uma vez sem ter realizado o referido exame. Depois que alguns indígenas ameaçaram denunciar a situação ao MPF, a paciente realizou o exame e iniciou o tratamento para úlcera hemorrágica.

**MEIO EMPREGADO:** Negligência Médica

**FONTE:** Equipe Cimi Guajara Mirim/RO

**14/10/2010**

VÍTIMA: C. Canoé

POVO: KANOÉ

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** Em 14 de outubro a vítima apresentou perda de força e sensibilidade do antebraço e da mão direita, com forte suspeita de acidente vascular encefálico. Foi internado por 24 horas no Pronto Socorro do Hospital João Paulo II em Rondônia, saiu para a Casai com pedido médico de tomografia computadorizada do encéfalo. Até o final de janeiro de 2011, o exame não tinha sido marcado.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Equipe Cimi Guajara Mirim/RO

## RR – 3 Casos – 5.012 Vítimas

**JUNHO/2010**

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** A Funasa proibiu a realização de vôos para as 15 pistas nas terras indígenas, prejudicando o atendimento médico de 5 mil índios. A área só pode ser acessada por via aérea e as aeronaves são responsáveis por levar remédios, mantimentos e profissionais de saúde para as comunidades. O motivo alegado é a falta de homologação por parte da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac para utilização das pistas. Após reclamação do líder David Yanomami Kopenawa, a Anac autorizou a movimentação nessas pistas, por problemas de saúde, porém como o comunicado à Funasa não foi realizado formalmente, esta fundação não autoriza os vôos, o que está provocando danos à saúde do povo indígena. As comunidades que estão sendo afetadas pela ausência de transporte aéreo possuem cerca de 5 mil indígenas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Folha de S.Paulo, 26/06/2010

**13/06/2010**

VÍTIMA: Indígenas

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** Com a proibição pela Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, de que aviões utilizados pela Funasa pousem em 14 pistas na terra indígena Yanomami, os doentes estão sem transporte. Segundo a Hutukara Associação Yanomami, as aldeias só podem ser alcançadas por avião, por serem comunidades isoladas. Cerca de 120 indígenas protestaram

em frente à Funasa, contra a suspensão dos voos Há dois pacientes esperando remoção para Boa Vista, sendo que um deles está gravemente doente por picada de cobra.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Globo Amazonia, O Globo online, Folha de Boa Vista, 18/06/2010;Folha SP*

**2010**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVO:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:**

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 19% dos casos de tuberculose identificados no estado atingem indígenas, principalmente no município de Alto Alegre/RR. Em 2010, em todo o estado foram 127 pessoas detectadas com a doença. Segundo a coordenadora do programa de tuberculose da Funasa, a escassez de meios de sobrevivência, como a caça, a pesca e coleta, a convivência da comunidade em ambiente fechado são alguns dos fatores que contribuem para a propagação da doença nas aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e de alimentos

**FONTE:** *Grupo Folha de Comunicação*

## SC – 2 Casos

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** XOKLENG

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** FLORIANOPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias do Sul

**DESCRIÇÃO:** Indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng de diversas aldeias do Sul do Brasil ocuparam a sede da Funasa para protestar pela falta de assistência às comunidades. A Funasa perdeu os prazos para licitação e não há principalmente medicamentos; além de outras pendências, não há refeição para pacientes em trânsito, hospedagem, órteses e próteses.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de medicamentos

**FONTE:** *Cimi Regional Sul, 14/06/2010; Diário Catarinense, 15/06/2010*

**21/09/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade indígena

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** XAPECÓ

**MUNICÍPIO:** XANXERE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Xapecozinho

**DESCRIÇÃO:** Os Kaingang fecharam duas BRs no oeste de Santa Catarina. Eles reivindicam melhores condições de saneamen-

to básico, motoristas e veículos para transportar pacientes a hospitais e medicamentos. Os manifestantes se sentem abandonados pela Funasa e alegam que medicamentos que deveriam ser encaminhados à farmácia em Xanxerê, que atende aos índios, não estão sendo fornecidos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Cimi Regional Sul, 21/09/2010*

## SE – 1 Caso

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XOKÓ

**TERRA INDÍGENA:** SÃO PEDRO

**MUNICÍPIO:** PORTO DA FOLHA

**DESCRIÇÃO:** A comunidade solicita tratamento da água que abastece a aldeia. Denunciou a contaminação da água do rio São Francisco, que com as chuvas de verão se tornam barrentas, além da contaminação do rio com o esgoto lançado pelos municípios que ficam à montante da aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** *Editora Notícias, 24/09/2010*

## TO – 2 Casos – 3.003 Vítimas

**2010**

**VÍTIMA:** Crianças

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAYÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINOPOLIS

**DESCRIÇÃO:** A mãe de crianças que estão internadas por desnutrição reclama da falta de transporte e muitas vezes as crianças morrem no hospital. A explicação do órgão responsável é que não tem óleo, não tem combustível conforme declara a indígena Pedrina Apinayé.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTE:** *Portal da Amazônia - online, 29/04/2010*

**17/11/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade Krahô

**POVO:** KRAHÔ

**TERRA INDÍGENA:** KRAHOLÂNDIA

**MUNICÍPIO:** ITACAJA

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 60 pessoas ocuparam o Pólo Base da Funasa em Itacajá, para reivindicar melhorias no atendimento à saúde e transporte para as aldeias. São cerca de 30 aldeias onde vivem mais de 3 mil pessoas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Jornal do Tocantins, 18/11/2010*

# Morte por desassistência à saúde

A morte pode ser a consequência final da desassistência à saúde. São mortes, em geral, evitáveis, caso existissem políticas eficazes de atendimento à saúde, infraestrutura adequada nas comunidades e pessoas bem preparadas para o trabalho médico voltado para a população indígena.

Em 2010 foram registrados 13 casos de morte por desassistência à saúde, com 25 vítimas. Em 2009 foram 16 casos, com 41 vítimas. Os casos referem-se aos estados do Amazonas (4 vítimas), Mato Grosso (5), Mato Grosso do Sul (1), Rondônia (4), e Tocantins (11).

Chama atenção como a Funai e a Funasa se furtam da responsabilidade sobre os pacientes, e como médicos dos hospitais mandam os pacientes ora para casa, ora para os Polos Bases, e vice-versa. Com o vai-e-vem, muitas vezes sem diagnóstico adequado, se perde um tempo precioso que poderia, talvez, ter salvado os pacientes. O caso de

Novato Sigmöwe Xerente, do povo Xerente (TO), que sempre foi devolvido sem diagnóstico para sua aldeia pelo Polo Base, terminou com sua internação no hospital de Palmas, onde veio a falecer. Luciana Oro Não passou, em duas semanas, pela Casai de Guajará-Mirim, o Pronto Socorro do Hospital João Paulo II, Casai de Porto Velho e o hospital de Cemetron, onde veio a falecer, sem que haja um diagnóstico incontestado, ou sem que um tratamento adequado fosse iniciado.

Destaca-se o caso de 4 óbitos, inclusive de uma criança, do povo Bororo, da terra indígena Tereza Cristina (MT), por falta de atendimento e acompanhamento médico.

Outro caso que chama atenção é a situação na terra indígena Apinayé (TO), onde morreram 8 pessoas por desidratação e pneumonia, também por falta de acompanhamento médico.

## MORTE POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE

### 13 Caso – 25 Vítimas

#### AM – 2 Casos – 4 Vítimas

**2010**

VÍTIMA: Unam Mayoruna, Kanã Matis

POVO: MATIS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

DESCRIÇÃO: O Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI - do Vale do Javari atende uma população de cerca de 4 mil índios. Os servidores da ONG Asseveja - Associação de Apoio à Saúde e Educação do Vale do Javari, há cinco meses sem receber seus salários, paralisaram o atendimento aos povos do Vale do Javari. Com o bloqueio dos cartões de fornecimento de combustíveis e lubrificantes, o transporte dos índios para atendimento de emergência ficou prejudicado, assim como o deslocamento de profissionais de saúde para as aldeias. Como consequência, conforme denúncia de Jorge Oliveira Duarte, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena - Condisi - dois indígenas morreram, um por picada de cobra e outra por complicações durante o parto.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Cimi Norte I - 14/09/2010

**OUTUBRO/2010**

VÍTIMA: Adultos

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campo Alegre

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas que morreram tiveram problemas de

desnutrição, gastrointestinais e respiratórios, causados por ingestão de água contaminada. Além da seca que assola a região, o que piora o quadro, o acesso só pode ser feito por barco. O atendimento ficou prejudicado porque a Funasa suspendeu o fornecimento dos cartões de combustível. Segundo o enfermeiro Ferreira Marques, é necessário um estudo sobre a área, pois o problema é mais amplo e não se restringe à época da estiagem dos rios. Para a prefeita Anete Peres, a questão dos indígenas no município é a pior de todas.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Último Segundo, 29/1/2010

#### MT – 2 Casos – 5 Vítimas

**16/12/2010**

VÍTIMA: Homens

POVO: BORORO

TERRA INDÍGENA: TADARIMANA

MUNICÍPIO: RONDONOPOLIS

DESCRIÇÃO: A morte dos indígenas foi ocasionada por ingestão de álcool. Existe uma grande incidência de consumo de álcool e precário atendimento à saúde. Segundo a Funai, em Rondonópolis, o alcoolismo tem provocado acidentes preocupantes entre os Bororo. Segundo o professor da Universidade Federal de Mato Grosso, sociólogo Paulo Isaac, "falta planejamento no atendimento à saúde indígena e falta de saneamento básico nas aldeias, o que tem agravado situações como o elevado consumo de álcool entre os indígenas". O projeto da Funai para o combate ao alcoolismo não tem funcionado, dos 30 índios em tratamento, somente 6 conseguiram abandonar o álcool, os demais têm fortes recaídas. Nos últimos meses

vários episódios de violência aconteceram. Muitos vêm para a cidade, bebem e acabam dormindo nas ruas, se envolvendo em brigas e sendo espancados por moradores de rua.

**MEIO EMPREGADO:** Afogamento

**FONTE:** *Diário de Cuiabá*

**SET / DEZ**

**VÍTIMA:** Criança, Maria Cugui, Emília Toruce, Maria Rosa Koge

**POVO:** BORORO

**TERRA INDÍGENA:** TEREZA CRISTINA

**MUNICÍPIO:** SANTO ANTONIO DO LEVERGER

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Córrego Grande

**DESCRIÇÃO:** Entre os meses de setembro e dezembro de 2010, faleceram quatro pessoas, entre elas uma criança de 5 anos, todas por falta de atendimento e acompanhamento médico. Para a questão cultural do Povo Boe Bororo, essas mortes têm um forte significado, para eles é um tempo de muito sofrimento para toda a comunidade. A morte de quatro pessoas dentro da mesma comunidade praticamente desestrutura toda a comunidade Boe Bororo, já que com o falecimento de uma pessoa o tempo fúnebre varia de 2 a 3 meses. Com estes falecimentos muitos Bororo ficaram desorientados, traumatizados e agora temerosos de serem encaminhados para a Casa de Saúde do Índio / Casai. Na Casai, desde a coordenação até os enfermeiros, os indígenas só são atendidos em casos muito graves, caso contrário são medicados com o intuito de tirar as dores e são liberados para voltar para as aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Equipe MT*

**MS – 1 Caso – 1 Vítima**

**28/09/2010**

**VÍTIMA:** Vanessa Rodrigues

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** BURITI

**MUNICÍPIO:** DOIS IRMAOS DO BURITI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Buriti

**DESCRIÇÃO:** A menor recebeu atendimento pela Funasa-MS em 27/07/2010. A partir de então ocorreu um verdadeiro jogo de empurra que envolveu o Hospital Regional/MS, Funai e Funasa. Quando o diagnóstico foi por fim conhecido, em 20/09, verificou-se que a menina tinha lúpus, doença grave que afeta articulações, coração, pele e rins. O custo da medicação, Rituximab, é de R\$5.700,00 por ampola. A Funai solicitou à Funasa que o medicamento fosse fornecido por essa fundação. Esta alegou que é responsável somente por medicamentos de atendimento básico à saúde. Foi encaminhado pela Funai ao Hospital Regional um pedido para que a medicação fosse fornecida. Porém, a situação já era irreversível e a indígena faleceu no dia 28/09.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no tratamento medicamentoso

**FONTE:** *Jornal dia Dia, 05/10/2010; Funasa, 07/10/2010*

**RO – 4 Casos – 4 Vítimas**

**MAIO/2010**

**VÍTIMA:** Tokohwet Margarete Oro Jowin

**POVO:** ORO JOWIN (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** RIO NEGRO OCAIA

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A vítima, portadora de hepatite B crônica foi atendida, em maio/2009, pela Casai e encaminhada pela médica da Funasa para Porto Velho. Por falta de passagens a paciente só pôde ir a Porto Velho um mês depois do encaminhamento feito. Em julho foi internada no Hospital João Paulo II em Porto Velho e a Funasa alegou que não tinha recursos para comprar o medicamento receitado. A filha da paciente comprou o remédio no valor de R\$78,00. Dias depois a paciente precisou fazer novo exame e ao entregar a receita para a Casai obteve a mesma resposta. Dois dias depois voltou para a Casai de Guajará-Mirim na ambulância da Funasa. A paciente ficou duas semanas e nesse período a médica da Funasa a internou no Hospital. A médica que realizou uma ultrassonografia aconselhou a paciente a voltar para a Casai de Porto Velho. A indígena, revoltada, não quis voltar à Casai e veio a falecer na aldeia em maio de 2010.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** *Cimi Regional RO, equipe de Guajará-Mirim; filha da vítima*

**8/12/2010**

**VÍTIMA:** Anderê Makurap

**POVO:** MAKURAP

**TERRA INDÍGENA:** MAKURAP

**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Barranco Alto

**DESCRIÇÃO:** O indígena, sentindo fortes dores abdominais, foi encaminhado à Casai para tratamento. Não foram feitos exames para detectar o tipo de doença, apenas medicação paliativa. A família insistia para que fossem realizados exames específicos, mas a Funasa alegava não ter recursos para consultas particulares. Com a piora do quadro, o paciente foi encaminhado para a Casai de Ji-Paraná e houve controvérsia sobre os resultados dos exames. Embora o diagnóstico indicasse hepatite a Funasa insistia que era cirrose. Com o agravamento do caso o indígena foi encaminhado a Porto Velho, onde passou uma semana no Hospital sem nenhum atendimento especial. Depois de quatro meses de sofrimento o indígena morreu.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** *Cimi Regional RO - Equipe do Rio Branco e Kwazá*

**15/01/2010**

**VÍTIMA:** Tem Pati Ororam

**POVO:** ORORAM (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ LAGE

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** O indígena apresentou problema renal e se submeteu a hemodiálise. O médico do Cimi questionou as enfermeiras da Funasa sobre a causa primária do problema, mas estas não souberam informar. O tratamento foi suspenso, mas o paciente apresentou nova crise e encaminhado à UTI do hospital de Porto Velho veio a falecer. Não foi informado do que o paciente sofria e no atestado de óbito constou miocardiopatia isquêmica.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** *Cimi Regional RO - Equipe Guajará-Mirim; parente da vítima*

**25/01/2010**

**VÍTIMA:** Luciana Oro Nao

**POVO:** ORO NAO

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sotério

**DESCRIÇÃO:** Em menos de duas semanas a vítima percorreu uma “via sacra”, passando pela Casai de Guajará-Mirim, Pronto Socorro do Hospital João Paulo II, pela Casai da capital e pelo hospital Cematron, onde veio a falecer. O diagnóstico dado pela Funasa, vesícula, é questionado pelo médico do Cimi, pois nesse caso a indígena teria sido operada. Tendo em vista o histórico da paciente, portadora do vírus da hepatite B, o diagnóstico seria de cirrose hepática, complicação da hepatite. Não houve acesso ao atestado de óbito.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional RO - Equipe Guajará-Mirim

## TO – 4 Casos – 11 Vítimas

**2010**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAYÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINOPOLIS

**DESCRIÇÃO:** A morte de oito indígenas na aldeia Apinayé se deu por desidratação e pneumonia, doenças que já foram registradas em anos anteriores. A equipe médica foi substituída e a atual chegou à aldeia após a morte dos indígenas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Portal da Amazônia, 29/04/2010

**06/08/2010**

**VÍTIMA:** Novato Sirkmõwe Xerente

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** XERENTE

**MUNICÍPIO:** TOCANTINIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Salto

**DESCRIÇÃO:** Procurou atendimento diversas vezes no Polo Base de Tocantínia sendo sempre reencaminhado para a aldeia sem um diagnóstico. Internado no Hospital de Miracema voltava várias vezes sem diagnóstico e sem melhora no quadro, até ser encaminhado ao Hospital de Palmas. Quando seu estado

de saúde tornou-se muito grave cogitaram transferi-lo para o hospital do câncer em Goiânia, mas não resistiu e faleceu em Palmas.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso na realização de exames

**FONTE:** Cimi Regional GO/TO, novembro/2010; familiares

**17/08/2010**

**VÍTIMA:** Waretí Xerente

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** FUNIL

**MUNICÍPIO:** TOCANTINIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Santa Fé

**DESCRIÇÃO:** A indígena fazia uso frequente de álcool. A família relata que procurou o Pólo Base de Tocantínia em busca de tratamento, mas não conseguiu que a Funasa assumisse e acompanhasse o caso. A vítima morreu sem receber tratamento.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** Cimi Regional GO/TO, novembro/2010 e família.

**22/11/2010**

**VÍTIMA:** Ruciana Alveida Ribeiro Apinajé

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAYÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINOPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Mariazinha

**DESCRIÇÃO:** A vítima apresentava fortes dores de barriga, inapetência e vômitos. Foi atendida no posto de saúde da aldeia, sem melhorar. Permaneceu por cinco dias sofrendo dores e pedindo para ser levada ao hospital. Diante da recusa da Funasa em enviar a viatura para o transporte da doente, os familiares se prontificaram a fretar um carro, mas foram orientados a não agir assim, com a informação de que o hospital não receberia a paciente. Depois de muito sofrimento e argumentação conseguiram que a doente fosse encaminhada ao hospital de Tocantinópolis de onde foi transferida para Araguaína, onde faleceu 30 dias após a internação.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Familiares da vítima



Foto: Simone Karipuna

**Precariedade e omissão persistem na saúde indígena, provocando mortes facilmente evitáveis**

## Mortalidade na infância

Em 2010 morreram 92 crianças menores de 5 anos de causas facilmente tratáveis. Um aumento grande, comparado com 2009, quando foram registrados 15 casos, com 15 vítimas. Em 2008 morreram 37 crianças.

Destaca-se a situação desoladora do povo Xavante (MT). Foram registrados 60 óbitos de crianças, vítimas de desnutrição, doenças respiratórias e doenças infecciosas. O descaso e o abandono são enormes.

Em 2009 e 2008 também houve, na mesma região, um grande número de mortes de crianças Xavante, mas nenhuma providência foi tomada, apesar de todos os avisos e apelos encaminhados pelos indígenas e por entidades indigenistas. Ao mesmo tempo, a Controladoria Geral da União anunciou que apurou, no Mato Grosso, o desvio de

R\$ 14 milhões dos recursos da Funasa e do Fundo Nacional de Saúde, nos últimos quatro anos.

No Vale do Javari (AM) foram registradas 14 mortes de crianças, que fazem parte de um quadro mais geral de descaso e de desassistência por parte das autoridades. Há muitos anos, a região tem sofrido uma epidemia de hepatite e malária. Segundo levantamento publicado pelo Centro de Trabalho Indigenista, nos últimos onze anos morreram 8% da população indígena.

A severa estiagem que assolou grande parte do Amazonas em 2010 causou a falta de água potável e falta de comida, provocando desnutrição, diarreia, doenças respiratórias e gastrointestinais. O povo Tikuna, da terra indígena Tikuna de Feijoal (AM), sofreu com a seca também, o que vitimou 5 crianças.

Foto: Eden Megalhães/Arquivo Cimi



*Poluição advinda da mineração entra na alimentação dos povos indígenas, afetando sua saúde, como denunciado pelos Yanomami (RR)*

### MORTALIDADE NA INFÂNCIA

## 13 Casos – 92 Vítimas

### AM – 2 Casos – 19 Vítimas

#### OUTUBRO/2010

VÍTIMA: Crianças

POVO: TIKUNA

TERRA INDÍGENA: TIKUNA DE FEIJOAL

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campo Alegre

DESCRIÇÃO: A população está sem água potável e bebe água contaminada. A estiagem que assola a região piorou a situação

das comunidades. As 5 crianças morreram com desnutrição, problemas gastrointestinais e doenças respiratórias. O acesso à região é difícil e a única maneira de se chegar é por barco. O atendimento ficou ainda mais prejudicado porque a Funasa suspendeu o fornecimento dos cartões de combustível. Para o enfermeiro Ferreira Marques, é necessário um estudo sobre a área, pois o problema não se restringe apenas à época da estiagem dos rios. Para a prefeita Anete Peres, a questão dos indígenas no município é a pior de todas.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Último Segundo, 29/10/2010; Home page Funai, 28/10/2010

**2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

**DESCRIÇÃO:** Clóvis Marubo, coordenador da Univaja-União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, disse que as crianças das comunidades Bananeira, Remansinho e Maçapê, à margem do rio Itacoai, “começaram a morrer em outubro”. No total, morreram 14 crianças. De acordo com levantamento divulgado em dezembro de 2010 pelo CTI - Centro de Trabalho Indigenista, “nos últimos 11 anos a Terra Indígena Vale do Javari registrou pelo menos 325 óbitos. Em 11 anos já morreu 8% da população dessa terra indígena. Em média uma morte a cada 12 dias”. Um dos povos que habitam o Vale do Javari, o povo Kanamari, teve sua população reduzida em cerca de 16% nos últimos 10 anos em decorrência de malária, hepatite e outras endemias. Organizações indígenas já mobilizaram vários setores do governo, denunciam com frequência por meio da imprensa local e nacional, acionaram inúmeras vezes o MPF e nenhuma das ações até o momento desenvolvidas por todos esses órgãos resultaram em solução de curto, médio ou longo prazo. Em todo o Amazonas, a situação de saúde vive momentos difíceis, mas adquire contornos dramáticos no Vale do Javari. Sob a gestão da Funasa, os inúmeros escândalos divulgados pela imprensa drenaram recursos que poderiam ter salvado muitas vidas. Nos primeiros dias de janeiro de 2011, lideranças indígenas e entidades de apoio foram informadas de que o ministro da Saúde, Antônio Padilha, teria agendado viagem ao Vale do Javari ainda nesse mês. No entanto, a viagem foi adiada e deverá acontecer somente em março.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico**FONTE:** *Cimi Norte I/Folha de S.Paulo, 16/01/2010/CTI, 18/11/2010/A Crítica***MA – 2 Casos – 2 Vítimas****16/10/2010**

VÍTIMA: Recém nascido

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu

**DESCRIÇÃO:** O nascimento ocorreu com dificuldades. A criança tinha uma parte da cabeça machucada, lesão que ocorreu no momento do parto. Mãe e filho foram levados para a CASAI, onde o recém nascido faleceu. Segundo informações do Regional do Cimi, a Funasa não observa a especificidade dos Awa-Guaja de contato recente. Há necessidade de um pré-natal adequado e apoio necessário para a realização dos partos nas aldeias, uma vez que as indígenas, culturalmente, não são a favor da cesariana.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde**FONTE:** *Cimi Regional MA, 28/10/2010***13/10/2010**

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: AWÁ

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu

**DESCRIÇÃO:** A jovem teve complicações no parto que passou da

hora do nascimento. A criança e a mãe desmaiaram sendo reanimadas pela enfermeira que as encaminhou para a Casai em Santa Inês. Após horas de espera pelo transporte da Funasa para deslocar as pacientes, da aldeia para a cidade, quando chegaram ao hospital a criança foi retirada da presença da mãe, vindo a notícia do falecimento da recém nascida.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico**FONTE:** *Cimi Maranhão***MT – 2 Casos – 61 Vítimas****2010**

VÍTIMA: Crianças

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barra e Parabubure

**DESCRIÇÃO:** Foram registrados 60 mortes de crianças por desnutrição, e doenças respiratórias e infecciosas. A Controladoria Geral da União apurou o desvio, nos últimos quatro anos, no estado de Mato Grosso, de quase R\$14 milhões dos recursos da Funasa e do FNS-Fundo Nacional de Saúde. Cerca de 10% do valor não foi aplicado corretamente em 2010. A Casai - Casa de Saúde Indígena - está lotada. De acordo com missionários do Cimi que acompanham os indígenas da região, muitos ofícios foram entregues ao poder público relatando a situação de abandono, mas nada foi feito. Afir-mam, ainda, que o atendimento piorou muito quando ficou definida a mudança do atendimento à saúde da Funasa para Sesai-Secretaria Especial de Atendimento à saúde Indígena. Segundo eles, no período de Natal não havia ninguém no pólo de saúde de Campinápolis e muitos idosos que tomam remédios regularmente não puderam ser atendidos.

**MEIO EMPREGADO:** Desvio de verba**FONTE:** *Mídia News, 22/11/2010 / Informe do Cimi/ Agência Brasil, 22/11/2010***2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: BORORO

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

MUNICÍPIO: SANTO ANTONIO DO LEVERGER

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Córrego Grande

**DESCRIÇÃO:** Entre os meses de setembro e dezembro de 2010 faleceram quatro pessoas, uma criança e três adultos, por falta de acompanhamento médico. Na Casai, desde a coordenação até os enfermeiros, os indígenas só são atendidos em casos muito graves, caso contrário são medicados com o intuito de tirar as dores e são liberados para voltar para as aldeias. Com estes falecimentos muitos Bororo ficaram desorientados, traumatizados e temerosos de serem encaminhados à Casa de Saúde do Índio.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico**FONTE:** *Cimi Regional MT***MS – 1 Caso – 1 Vítima****22/09/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** A criança vivia na área de conflito Kurusu Amba. O grupo indígena está na região desde novembro/2009. De acordo com informações do Dsei, o primeiro atendimento foi prestado pela equipe médica da Casai. Em seguida a criança foi encaminhada ao hospital regional do município. Ao longo da tarde seu estado agravou-se e ela não resistiu. Conforme informações do Cimi/MS, apenas a Funai entrega cestas básicas às famílias. Às vezes o benefício atrasa e a cesta não tem todos os alimentos necessários para as crianças. No caso desta família, a comida já havia acabado. Além de uma alimentação inadequada, com a dependência total da cesta básica, os índios estão em uma área onde não podem produzir alimentos.

**MEIO EMPREGADO:** Morte por desnutrição

**FONTE:** Cimi Regional MS; Capital do Pantanal Online, 23/09/10

## MG – 2 Casos – 4 Vítimas

**26/01/2010**

**VÍTIMA:** Crianças

**POVO:** MAXAKALI

**TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI

**MUNICÍPIO:** BERTOPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Pradinho

**DESCRIÇÃO:** A aldeia foi acometida por um surto de diarreia tendo morrido 3 crianças menores de 5 anos de idade. A água consumida pela aldeia acusou contaminação por bactérias, segundo análises feitas pela Fundação Ezequiel Dias. Na aldeia do Pradinho concentrava-se boa parte da assistência da Funasa, Funai e Prefeitura de Bertópolis, e ela era conhecida por esses órgãos como “aldeia modelo”. Com o surto de diarreia que além de matar as 3 crianças atingiu outras 66, pode-se concluir que a assistência de fato não acontecia ou era mal distribuída.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** Cimi Regional Leste, 04/02/-2010; O Tempo/MG, 22/02/2010

**31/01/2010**

**VÍTIMA:** Criança

**POVO:** MAXAKALI

**TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI

**MUNICÍPIO:** BERTOPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Água Boa

**DESCRIÇÃO:** A aldeia está sofrendo um surto de diarreia, e registrou a morte de uma criança. Amostras coletadas em casas da aldeia e no rio Umbuarama, que abastece a aldeia, apresentaram contaminação por bactérias, segundo análises feitas pela Fundação Ezequiel Dias.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** Cimi Regional Leste, 04/02/2010; O Tempo/ MG, 22/02/2010

## PA – 1 Caso – 1 Vítima

**JULHO/2010**

**VÍTIMA:** Criança

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** NOVA JACUNDÁ (ALDEIA)

**MUNICÍPIO:** JACUNDA

**DESCRIÇÃO:** A criança amanheceu com febre e vômito. A Funasa demorou cerca de oito horas para chegar à área sendo que a aldeia está acerca de uma hora e meia da cidade de Marabá. A criança piorou e morreu ao chegar ao hospital.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Cimi Regional Norte II-equipe Diocese de Marabá

## SC – 1 Caso – 1 Vítima

**27/04/2010**

**VÍTIMA:** Criança

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA KONDÁ

**MUNICÍPIO:** CHAPECO

**DESCRIÇÃO:** A criança deu entrada no hospital passando mal e vomitando, foi medicada e voltou para casa. Como não melhorou foi levada novamente ao hospital e infelizmente não foi atendida mesmo sob os apelos da mãe. A criança não resistiu e faleceu.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Chapecó/inf.CIMI

## TO – 2 Casos – 3 Vítimas

**30/08/2010**

**VÍTIMA:** Freedy Hörãh Krahô

**POVO:** KRAHÔ

**TERRA INDÍGENA:** KRAHOLÂNDIA

**MUNICÍPIO:** ITACAJA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Morro do Boi

**DESCRIÇÃO:** A criança recebeu a segunda dose da vacina Hepatite B. Ela sofreu uma reação grave, com sangramento. Os pais solicitaram ao agente indígena de saúde da aldeia que informasse ao enfermeiro responsável pela equipe. Este deixou um recado de que não era preciso levar a criança ao hospital, pois não era caso de emergência. Os pais permaneceram com a criança no pólo base no fim de semana sem receber atendimento. Somente na segunda-feira o enfermeiro encaminhou a criança para o hospital, porém ela já estava em estado grave e não resistiu.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** Cimi Regional GO/TO, novembro/2010 e pais e avós da vítima

**JAN/FEV-2010**

**VÍTIMA:** Crianças

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAYÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINOPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Girassol

**DESCRIÇÃO:** As crianças chegaram ao hospital público do município apresentando sintomas de desidratação grave. A equipe do hospital não realizou hidratação adequada, sendo que no dia da morte das crianças estas não chegaram a receber soro fisiológico.

**MEIO EMPREGADO:** Imperícia no atendimento à saúde

**FONTE:** O Girassol/PR, 04/12/2010

## Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Registraram-se 9 casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas em comunidades indígenas, em 2010. Foram relatos dos estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins.

A venda de bebidas alcoólicas para indígenas, dentro ou fora de terras indígenas, é proibida. Mesmo assim, a disseminação de álcool é um problema para várias comunidades, tal como a comunidade Tapuia, da terra indígena

Carretão I, para a qual se estima que 70% da população masculina consuma álcool. O Ministério Público Federal de Minas Gerais alerta para o problema do alcoolismo no povo Maxakali.

Preocupante é a entrada de drogas nas comunidades indígenas como o crack. Um exemplo é o povo Tapeba, no Ceará. Em poucos anos a droga entrou nas aldeias provocando dependência e miséria.



Foto: Arquivo da Procuradoria da República do Acre

A disseminação de álcool, mesmo sendo proibida, é um problema para várias comunidades indígenas

### DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

## 9 Casos – 4 Vítimas

#### AC – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA IGARAPÉ DO PAU

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Madihá e Ashaninka

DESCRIÇÃO: Moradores próximos às áreas indígenas, como marreteiros e regatões invadem as aldeias transportando álcool para trocar pelos animais caçados pelos índios como jabuti. Já houve denúncias ao Ibama e Funai mas não foram tomadas providências.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas

FONTE: Cimi Regional AO, Equipe Feijó

## CE – 1 Caso

**2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TAPEBA

TERRA INDÍGENA: TAPEBA

MUNICÍPIO: CAUCAIA

**DESCRIÇÃO:** Há forte consumo de drogas (crack) nas comunidades indígenas da região metropolitana de Fortaleza. Em apenas dois anos, a droga se espalhou pelas 17 aldeias do povo Tapeba. O coordenador da Funai no Ceará, Paulo Fernandes, diz que relatos dos transtornos provocados pelo crack estão chegando por meio de líderes de várias etnias. Em algumas aldeias, a situação é de extrema miséria. Muitos moradores não dormem com medo de assaltos. Os índios lamentam a falta de policiamento.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica e drogas

**FONTE:** *O Globo*, 23/05/2010; *Jornal do Commercio/PE*, 30/05/2010

## GO – 1 Caso

**2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: RUBIATABA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Carretão

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está preocupada com o consumo de bebida alcoólica na aldeia, pois estima-se que 70% da população masculina consomem algum tipo de bebida. Embora haja proibição legal da venda de bebida alcoólica aos povos indígenas, comerciantes de Rubiataba e Nova América vendem livremente.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Indígenas*

## MS – 2 Casos – 2 Vítimas

**14/11/2010**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A criança entrou em coma alcoólico após ter sido obrigada pelo pai a ingerir bebidas alcoólicas. A mãe do menino procurou a polícia para registrar a ocorrência.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Capital do Pantanal Online*, 16/11/2010

**24/10/2010**

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PANAMBI

MUNICÍPIO: DOURADINA

**DESCRIÇÃO:** A adolescente foi encontrada morta na margem da rodovia que liga Douradina a Itaporã. A Polícia revelou que a vítima havia ingerido bebida alcoólica e perambulava pela estrada quando caiu e bateu a cabeça. Além de ser proibida

a venda de bebida alcoólica aos indígenas, há o agravante de que a vítima era menor de idade.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Capital do Pantanal Online*, 25/10/2010

## MG – 1 Caso

**FEVEREIRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: BERTOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Pradinho e Água Boa

**DESCRIÇÃO:** Conforme relatório do Ministério Público Federal/MG, o alcoolismo nas aldeias é um problema que agrava as precárias condições em que vivem os indígenas. Segundo a Funasa, não existe uma política de combate ao alcoolismo indígena, embora seja crime a venda de bebida alcoólica aos índios.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Ministério Público Federal/MG*, 26/02/2010

## TO – 3 Casos – 2 Vítimas

**MAIO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHOLÂNDIA

MUNICÍPIO: GOIATINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Mankraé e Nova

**DESCRIÇÃO:** Num encontro dos indígenas Krahô, foi denunciado que motoristas que fazem o transporte para as aldeias e cidades da região bebem e dirigem de forma perigosa. Além disso, incentivam os indígenas a consumir bebidas alcoólicas. Esse uso da bebida facilita a prostituição infantil, abuso sexual e agressões físicas.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Ministério Público Federal/TO*, maio/2010

**02/01/2010**

VÍTIMA: Cássio Javaé

POVO: JAVAÉ

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

**DESCRIÇÃO:** A vítima era dependente de bebida alcoólica. Foi encontrada morta por afogamento.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Cimi Regional GO/TO*, novembro/2010; *pai da vítima*

**17/07/2010**

VÍTIMA: Juaci Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mariazinha

**DESCRIÇÃO:** A vítima passou a noite numa festa, alcoolizado. Pela manhã saiu para caçar junto com outros indígenas também alcoolizados. Em determinado momento tropeçou e caiu em cima de uma faca que carregava na cintura, que o perfurou, vindo a falecer.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** *Cimi Regional GO/TO*, novembro/2010; *familiares*

## Desassistência na área de educação escolar indígena

**R**egistraram-se 16 casos de desassistência na área de educação escolar indígena em 2010, envolvendo os estados do Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rondônia, Roraima e Sergipe.

Estes casos são uma indicação dos muitos problemas estruturais da educação indígena enfrentados pelas comunidades.

Em muitas aldeias faltam escolas, como na comunidade Gavião, da Terra Indígena Mãe Maria (PA). Para o grande número de crianças do povo Kulina não há escolas sufi-

cientes nas aldeias. Em outras, o prédio da escola não tem condições de receber alunos, ou falta material didático. Muitas aldeias sofrem pela falta de transporte escolar.

Um caso particular e sério é a situação de uma comunidade Kadiwéu, no município de Porto Murtinho (MT). Com a estrada de acesso destruída pelas chuvas, foram obrigados a deixar a aldeia e mudar para Bodoquena. As crianças foram transferidas para uma escola local, que não possui ensino diferenciado, nem na língua indígena. A comunidade teme que o contato forçado com a sociedade envolvente possa interferir nos seus costumes e valores.



Foto: Arquivo Cimi

*Buracos no teto da sala de aula e a louça quebrada: símbolos do descaso na educação indígena*

## DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

## 20 Casos – 1.292 Vítimas

## AC – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA IGARAPÉ DO PAU

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Madihá e Ashaninka, Aldeia Novo Coqueiro

DESCRIÇÃO: Embora haja um número alto de crianças em idade escolar nas aldeias, não há escolas para suprir a demanda. As poucas escolas que existem não apresentam condições próprias para o atendimento às crianças.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Cimi Regional AO, Equipe Feijo

## BA – 1 Caso – 950 Vítimas

09/08/2010

VÍTIMA: Estudantes

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: Cerca de 250 indígenas ocuparam a prefeitura de Pau Brasil em protesto contra a precariedade das estradas que ligam a aldeia Caramuru aos municípios. Por conta disso, os alunos estão sem aula há uma semana e sem previsão de retornar à escola. Um ônibus escolar que conduzia os estudantes tombou na estrada no meio de um lamaçal. Uma das indígenas declarou que tirou os filhos da escola porque teme pela vida deles.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: A Tarde/BA, 10/08/2010

## MA – 3 Casos

7/11/2010

VÍTIMA: Homens

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

DESCRIÇÃO: Os indígenas obstruíram a estrada BR-226 para protestar contra a falta de transporte escolar que ocorre desde o início do ano. Após conflito com policiais, oito índios e o delegado de polícia ficaram feridos. A estrada foi desobstruída no dia 12, após acordo entre os manifestantes, as Polícias Federal, Rodoviária, Civil e a Militar. Conforme declaração do Pe. Bombieri, se o Estado tivesse cumprido o Termo de Ajuste de Conduta - TAC, que havia assinado em junho passado com as lideranças indígenas, comprometendo-se a enviar transporte escolar para os alunos indígenas na região, o conflito não teria acontecido.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte escolar

FONTE: Pe. Bombieri, 8/11/2010; Editoria: Brasil, 12/11/2010; O Globo, 8/11/2010

2010

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Missão

DESCRIÇÃO: Muitas escolas indígenas não estão tendo acesso a alimentos por conta de possíveis irregularidades na distribuição da merenda escolar. O acesso à merenda é essencial para a permanência das crianças na escola. Outro problema é a falta de adequação da alimentação com a dieta indígena. O MPF recomendou a imediata regularização dessa situação assim como o controle do recebimento dos alimentos nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação

FONTE: MPF/MA, 13/12/2010

2010

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Juçaral

DESCRIÇÃO: Os alunos não tiveram aulas regulares durante o ano. Por outro lado, os estudantes precisaram conviver com espaços inadequados para estudar.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Cimi Regional MA-equipe Imperatriz

## MT – 1 Caso

2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MYKY

TERRA INDÍGENA: MENKU

MUNICÍPIO: BRASNORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japuíra

Foto: Arquivo Cimi



Situções recorrentes: salas precárias e falta de material escolar

**DESCRIÇÃO:** Morosidade da construção de um prédio escolar, a construção é inadequada, sem salas suficientes, sem biblioteca e sem laboratório de informática. Por outro lado, as exigências burocráticas da Seduc entravam a proposta do projeto político pedagógico das escolas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** Equipe do Cimi Regional MT

## MS – 2 Casos

### ABRIL/2010

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** KADIWÉU

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU

**MUNICÍPIO:** PORTO MURTINHO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Córrego do Ouro

**DESCRIÇÃO:** Os 69 indígenas da comunidade estão fora de suas casas desde o final de novembro. Abandonaram a aldeia após as chuvas destruírem o único acesso à região. Estão instalados na cidade, em casas sem nenhuma infraestrutura. As crianças que estudavam na escola da aldeia foram transferidas para Bodoquena. Na aldeia há um professor que ensina em português e kadiwéu. Na cidade não há educação com base linguística indígena. Sem a língua natal as crianças perdem a identidade como povo e cria-se uma condição de vulnerabilidade que propicia a perda de seus costumes e valores próprios.

**MEIO EMPREGADO:** Falta educação diferenciada

**FONTE:** Procuradoria da República em MS, 22/04/2010

### 2010

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** GUATÓ

**TERRA INDÍGENA:** GUATÓ

**MUNICÍPIO:** CORUMBA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Uberaba

**DESCRIÇÃO:** Com a interrupção do fornecimento de combustível para os barcos que atendem à comunidade indígena instalada em distante ponto do Pantanal sul-mato-grossense, ficou prejudicado o comparecimento dos estudantes à escola, que dependem do barco para ir à cidade estudar, recebimento de material didático e merenda escolar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola e material escolar

**FONTE:** MPF/MS, 16/06/2010

## PA – 2 Casos

### NOVEMBRO/2010

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GAVIÃO

**TERRA INDÍGENA:** MÃE MARIA

**MUNICÍPIO:** BOM JESUS DO TOCANTINS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Akrãti

**DESCRIÇÃO:** A comunidade Akrãtikatêjê da Montanha se reorganizou há dois anos num novo espaço no interior da terra indígena. A partir de então vem solicitando à Seduc a instalação de escola não tendo obtido atendimento até agora.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe na Diocese de Marabá

### NOVEMBRO/2010

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** ASURINI

**TERRA INDÍGENA:** TROCARÁ

**MUNICÍPIO:** TUCURUI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Trocará

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está sem escola e sem um posto de saúde. Denunciam a empresa que ganhou a licitação para a construção da escola, visto que uma chuva forte provocou o desabamento de parte da construção. Reivindicam, também, a construção de uma nova escola na aldeia Oruritawa.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe Diocese de Marabá

## PE – 1 Caso

### 2010

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**DESCRIÇÃO:** Reunidos no Encontro da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco - Copipe, os participantes denunciaram os problemas referentes à educação escolar indígena. Não se cumpriu a meta 15 do Plano Nacional de Educação - Lei 10173/2001 que estabelece o prazo de dois anos para a instituição e regulamentação nos sistemas estaduais de ensino. Entre vários outros problemas, a situação do professor indígena continua irregular, porque ainda não foi criada essa categoria; não há respeito pelos projetos pedagógicos elaborados pelos povos; recursos são usados para outros fins que não para educação indígena, escolas em precárias condições; merenda escolar que não chega; fechamento de duas escolas em área indígena pela prefeitura.

**MEIO EMPREGADO:** Demora na efetivação de professores indígenas

**FONTE:** Professores e lideranças indígenas de Pernambuco, 6/06/2010

## RO – 1 Caso – 40 Vítimas

### ABRIL/2010

**VÍTIMA:** Estudantes indígenas

**POVO:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** SAGARANA

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sagarana

**DESCRIÇÃO:** Não há ensino médio nas aldeias da região de Guajará-Mirim. Os estudantes da T.I. Sagarana que cursam o ensino médio frequentam a escola no distrito de Surpresa. Há mais de três meses os alunos não assistem às aulas, pois o micro-ônibus oferecido pela prefeitura está quebrado. As aulas são oferecidas somente no período noturno, dificultando o acesso dos estudantes. São cerca de 6 km que precisam percorrer, atravessando a mata e chegando em casa já de madrugada. Além disso faltam professores em várias disciplinas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte escolar

**FONTE:** Cimi Regional RO-Equipe Guajará-Mirim, 21/05/2010; O Imparcial online-MA, 22/05/2010

## RR – 3 Casos – 300 Vítimas

### 2010

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** MAKUXI

**TERRA INDÍGENA:** ANINGAL

**MUNICÍPIO:** AMAJARI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade do Araçá

**DESCRIÇÃO:** Lideranças de diferentes comunidades da região denunciavam a situação precária em que se encontram as escolas e a educação indígena como um todo. Não há transporte escolar, nem material didático. Conforme a declaração dos indígenas, as escolas estão com o telhado desabando, a instalação elétrica não presta e quando chove não há aula, pois tudo fica molhado. Faltam professores em algumas disciplinas, em especial de língua materna. A implantação de ensino médio, reivindicado pelos indígenas, não tem previsão de instalação. Os moradores da comunidade estiveram no MPF para denunciar os problemas e pedir apoio para melhorar a qualidade da educação.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infra-estrutura

**FONTE:** Folha de Boa Vista, 23/08/2010

**2010**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** SERRA DA MOÇA

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**DESCRIÇÃO:** Os alunos precisam estudar fora da área da escola, embaixo de árvores, porque não aguentam o calor dentro das salas. Há falta de material escolar e muitas vezes os pais precisam se cotizar para comprar o material necessário.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola e material escolar

**FONTE:** Folha de Boa Vista/RR, 20/09/2010

**2010**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 15 escolas da comunidade Yanomami não foram incluídas no Censo Escolar 2009, o que significa, neste exercício, 2010, não receber recursos para o material didático, merenda escolar e para garantir o funcionamento da escola. Conforme declaração de Lídia Montanha Castro, coordenadora do projeto de educação do ISA, a exclusão de escolas da região foi motivada pelo pouco tempo para o cadastramento e a

não aceitação de particularidades vinculadas à tradição dos povos indígenas. “Em alguns casos, a Secretaria de Educação desconsiderou escolas que estavam em funcionamento por causa de questões vinculadas à tradição”. Nessas comunidades “ (...) os rituais se sobrepõem ao calendário formal. Por isso, a educação existente não consegue se encaixar nos exigidos 200 dias letivos da educação formal e, por outro lado, a educação yanomami também não é seriada, como o Censo exige, e essa exigência só faz com que as séries sejam forjadas, sem corresponder à realidade”, conclui a coordenadora. Além destas reivindicações os indígenas pedem a certificação dos professores formados no ensino médio pelo projeto Yarıpiari assim como a aplicação de recursos em dois cursos de formação e acompanhamento pedagógico às escolas, visto que até o momento nada foi realizado nesse sentido.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de recursos

**FONTE:** Diário de Pernambuco, 04/09/2010; Assessoria de Comunicação - www.prrr.mpf, 31/07/2010

**SE – 1 Caso**

**2010**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** XOKÓ

**TERRA INDÍGENA:** CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO

**MUNICÍPIO:** PORTO DA FOLHA

**DESCRIÇÃO:** A comunidade reivindica a nomeação de dois professores indígenas. Alega que duas professoras indígenas foram reprovadas em concurso porque não tinham curso superior completo, embora estivessem fazendo o curso respectivo. A procuradora da República, Livia Nascimento Tinoco, recomendou a contratação declarando que a Resolução n. 3/99, do Conselho Nacional de Educação prevê que os professores indígenas podem lecionar enquanto realizam a sua própria formação. Acrescentou que o professor/cursista realiza o seu processo de formação concomitante com o exercício da docência, não lhe sendo exigida a conclusão da formação para atuar como docente.

**MEIO EMPREGADO:** Ausência de professor indígena

**FONTE:** MPF/Sergipe, 18/10/2010

Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



**Falta de material escolar afeta grande parte da juventude indígena no país**

# Desassistência geral

A categoria de falta de assistência geral às comunidades indígenas denuncia uma variedade de omissões por parte dos órgãos governamentais, em âmbitos municipal, estadual e nacional. No ano de 2010 foram registrados 25 casos.

Constam casos nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. O estado com maior número de casos é o Mato Grosso do Sul, com 11 ocorrências.

Há casos relatando omissão por parte da Funai, comprometendo os serviços básicos, como o registro de nascimento, óbitos e até serviços negados, como a aposentadoria. No Maranhão, na Terra Indígena Cana Brava/Guajajara, desde

que o Núcleo de Apoio Local da Funai foi fechado, em 2007, esses serviços públicos faltam para a comunidade.

Há casos denunciando a falta de construção de estradas para acesso às aldeias, ou de concerto de estradas danificadas por chuvas. Assim, a comunidade Potiguara de Monte Mor (PB) ficou isolada depois do desabamento de uma ponte em 2009. A prefeitura não tomou nenhuma iniciativa.

Há denúncias de desassistência referente a habitação, deixando comunidades morando em condições precárias.

Outra denúncia, no Mato Grosso do Sul, é que falta assistência na produção agrícola das aldeias, o que resulta em escassez de alimentos.

## DESASSISTÊNCIA GERAL

### 25 Casos – 15.873 Vítimas

#### AC – 1 Caso – 14.000 Vítimas

**ABRIL/2010**

VÍTIMA: Comunidades do Acre

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

DESCRIÇÃO: Os 14.000 índios do Acre estão sem assistência. O administrador da Funai no estado foi preso pela Polícia Federal, durante a operação Hygeia, acusado de participar de um suposto esquema de corrupção. A unidade ficou sem ninguém que o substituisse. O órgão é responsável pela administração dos recursos destinados à demarcação de terra, assistência aos povos indígenas nas áreas de saúde, educação, subsistência.

MEIO EMPREGADO: Desvio de verba

FONTE: *A Tribuna/AC*, 17/04/2010

#### AM – 2 Casos

**26/12/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TIKUNA

TERRA INDÍGENA: TUKUNA UMARIAÇU

MUNICÍPIO: TABATINGA

DESCRIÇÃO: A terra indígena está localizada na região isolada, fronteira com o Peru e a Colômbia. Na região existem problemas sérios com as drogas, álcool e estupros levando os índios a formarem sua própria polícia. A terra faz fronteira entre Tabatinga, no Brasil, e Letícia na Colômbia, sendo rota do tráfico de drogas e armas. Nesta região existem mais de 20 vilas. O povo indígena é um dos mais numerosos do Brasil. Dentro da terra indígena há venda de bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas

FONTE: *TV Globo* - 26/12/2010

**2010**

VÍTIMA: 76 comunidades

POVO: VÁRIAS ETNIAS

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidades indígenas na cidade de Normandia

DESCRIÇÃO: Os moradores do município de Normandia, onde estão instaladas 76 comunidades indígenas, denunciam problemas que atingem a população como precariedade no atendimento à saúde, falta de segurança e iluminação pública deficiente. O atendimento à saúde é feito pela unidade mista de saúde Ruth Quitéria, coordenada pelo município e pelo estado. Segundo os moradores, o prédio está com a estrutura comprometida, e possui apenas 20 leitos para atender parturientes, pacientes em geral e pediatria. Há apenas um banheiro para os 80 funcionários e pacientes. Não há repasse da cota de combustível que abastece os veículos na unidade, entre eles três ambulâncias, utilizadas para remoção dos pacientes, sendo que 76% dos atendimentos são demandados pelas comunidades indígenas. O policiamento que deveria ser realizado pelos militares que atuam no destacamento está sem a única viatura disponível.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão*, 30/08/2010; *Home Page Funai*, 28/08/2010

#### MA – 2 Casos

**2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Jenipapo dos Vieiras

**DESCRIÇÃO:** O Núcleo de Apoio Local para atendimento da comunidade foi fechado em 2007 e até o momento não foi reaberto. Os índios encontram-se com os serviços básicos comprometidos, como o registro de nascimentos, óbitos, além do prejuízo de desmatamento das áreas que aumentou depois dessa data. A Justiça Federal determinou que a Funai promova o restabelecimento dos serviços destinados ao atendimento às etnias Guajajara em Barra do Corda e Jenipapo dos Vieira.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MPF/MA, 1º/12/2010

**2010**

**VÍTIMA:** Desaldeados

**POVO:** TIMBIRA

**TERRA INDÍGENA:** DESALDEADOS

**MUNICÍPIO:** BARRA DO CORDA

**DESCRIÇÃO:** O povo Krenyê Timbira, reside na periferia de Barra do Corda desde 2009, de forma muito precária e amontoados, passando por várias necessidades, não tendo como se sustentar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Equipe do Cimi em Imperatriz

## MS – 11 Casos – 369 Vítimas

**ABRIL/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KADIWÉU

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU

**MUNICÍPIO:** PORTO MURTINHO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Córrego do Ouro

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas estão fora de suas casas desde o final de novembro. Abandonaram a aldeia após as chuvas destruírem o único acesso à região. Em inspeção realizada pelo procurador da República, Emerson Kalif Siqueira, e o engenheiro José Carlos Mônaco, foi comprovado que a estrada está tomada pela erosão, com valas, mato e áreas alagadas impossibilitando o trânsito de motoristas e pedestres. De acordo com os

índigenas, plantações de mandioca, milho, feijão e melancia se perderam, assim como a criação de animais. A comunidade ocupa há cinco meses, casas alugadas em Bodoquena sem qualquer ajuda. Vivem com a renda incerta de trabalhos eventuais em fazendas, a R\$20 a diária. Cerca de 30 pessoas dividem uma casa sem qualquer estrutura para abrigá-los. A maioria dorme no chão, não há ligação de água, nem luz elétrica. Os indígenas tentaram conseguir das prefeituras de Porto Murtinho e de Bodoquena o conserto da estrada, sem sucesso.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Procuradoria da República/MS, 22/04/2010

**02/06/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI

**MUNICÍPIO:** AMAMBAI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Amambai

**DESCRIÇÃO:** Foram furtadas cerca de 400 cestas básicas que seriam distribuídas pela Funai. Segundo informações não há sinais de arrombamento no depósito onde as cestas estavam estocadas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de alimentação

**FONTE:** Anastácio Notícias.com.br, 8/06/2010; Correio do Estado, 07/06/2010

**21/06/2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** MARANGATU

**MUNICÍPIO:** SETE QUEDAS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tekoa Marangatu

**DESCRIÇÃO:** Um grupo de índios que habita área próxima à divisa do Paraná com o Paraguai, interdito o acesso à balsa que liga o Brasil àquele País. Protestavam pela falta de assistência da Funasa, Funai e Prefeitura Municipal, que haviam se comprometido a prestar auxílio e melhorar as condições de vida daquela população.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de recursos

**FONTE:** estado.com.br, 21/6/2010

Foto: Equipe Cimi AO



Para os indígenas que vivem nas cidades, faltam políticas específicas e adequadas

**16/08/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** O M.P.F. recebeu denúncias sobre possíveis irregularidades na construção e entrega de 50 casas populares. Os índios da Associação Indígena Kaguatoca reclamam que as construções prometidas continuam apenas no alicerce e algumas seriam consideradas como já entregues, o que não é o caso. Entre as que foram entregues muitas delas estão incompletas faltando instalações hidráulica e elétrica e muitas até sem janela. As casas fazem parte do programa “MS Cidadão - Casa da Gente”, gerido pela Agência Estadual de Habitação do MS. O indígena Eder Vito denuncia o governo de ter coagido alguns indígenas a assinarem termos de recebimento de casas que estão apenas no alicerce.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infra-estrutura

**FONTES:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão - Boletim de Notícias, 19/08/2010

**OUTUBRO/2010**

VÍTIMA: Três mil famílias

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias de Jaguapiré e Bororó

**DESCRIÇÃO:** Famílias das aldeias Jaguapiré e Bororo estão sem receber as cestas de alimentos que deveriam ser enviadas pelo governo do estado e pela Funai. Segundo o cacique Leomar Mariano Silva, as cestas referentes ao mês de outubro não foram distribuídas e a comunidade está passando fome. Além disso muitos índios estão desempregados por causa da mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Outro problema é o atraso na cota de óleo diesel para os agricultores. Segundo o líder indígena está passando o tempo de plantar e não recebem o combustível. Isso prejudica as plantações e a alimentação nas aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de apoio à produção agrícola

**FONTES:** *midiamaxnews*, 03/11/2010; 10/12/2010

**05/11/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Passarinho

**DESCRIÇÃO:** Famílias da aldeia foram castigadas pela destruição que a chuva causou no dia 5 de novembro. Casas destelhadas e/ou demolidas, estradas intransitáveis e falta de alimentos, pois há dois meses não recebem as cestas básicas. Para agravar o problema da falta de alimentos, os indígenas alegam que têm plantado pouco porque a população cresce, mas as terras continuam as mesmas. O cacique Sandro Querino da Silva afirma que já procurou os órgãos governamentais para ajudar a aldeia, porém, não obteve respostas positivas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTES:** *midiamax-MS*, 16/11/2010

**NOVEMBRO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

MUNICÍPIO: AQUIDAUANA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas denunciaram que há dois meses não recebem as cestas básicas do programa de segurança alimentar. Essa alimentação é essencial para as crianças e sua ausência está criando dificuldades para a sobrevivência da população.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de cesta básica

**FONTES:** *midiamax*, 28 e 29/11/2010.

**MAIO/2010**

VÍTIMA: 16 famílias

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Passo Pirajú

**DESCRIÇÃO:** As famílias vivem numa área cercada por fazendas e sofrem com a falta de água. Segundo relatório do CDDPH, “o acesso ao rio foi totalmente fechado por um dos vizinhos que eletrificou a cerca que divide as terras indígenas impossibilitando a pesca ou o uso da água do rio.” Os indígenas têm também dificuldade de conseguir ajuda na cidade por causa de discriminação étnica.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água

**FONTES:** Agência Brasil, 12/05/2010

**MAIO/2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento às margens da BR-163

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas acampados às margens da BR-163 sobrevivem em situação precária, entre a pista de intenso movimento de carros e caminhões e a cerca de arame farpado de uma fazenda produtora de soja. A área costuma alagar com as chuvas e é armazenada em um poço escavado, usado para o abastecimento dos índios. Estes correm risco de intoxicação com o uso de veneno pulverizado nas plantações de soja.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTES:** Agência Brasil, 12/05/2010

**JULHO/2010**

VÍTIMA: Rosalina Sanches

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** Nessa época do ano as minas secam e fica mais difícil encontrar água. Uma família indígena, com seis crianças e que não tem caixa d'água precisou cavar com as mãos um terreno argiloso à procura do líquido. Encontraram uma pequena mina que brota do barro e é essa água contaminada e que ainda precisa ser racionada, que eles utilizam para beber, preparar os alimentos.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTES:** *Dourados Agora*, 23/07/2010; *Cimi Regional MS*

**2010**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUATÓ

TERRA INDÍGENA: GUATÓ

MUNICÍPIO: CORUMBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Uberaba

**DESCRIÇÃO:** Desde 2008, a interrupção do fornecimento de combustível para o abastecimento de barcos que atendem a comunidade indígena instalada em distante ponto do Pantanal sul-mato-grossense gerou graves danos aos indígenas. Em razão de omissões e da falta de assistência ocorreram mortes de recém-nascidos e abortos. De acordo com o MPF a comunidade depende exclusivamente do transporte aquático para o acesso a serviços públicos essenciais e para adquirir alimentos e materiais de higiene pessoal e limpeza, além do recebimento de aposentadoria e atendimento médico, que não são fornecidos satisfatoriamente na aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MOF/MS, 16/06/2010

## PB – 1 Caso

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** POTIGUARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA - MONTE MOR

**MUNICÍPIO:** BAIÁ DA TRAIÇAO

**DESCRIÇÃO:** Desde 2009, quando desabou parcialmente a ponte que liga a reserva indígena à zona urbana, as comunidades indígenas estão ameaçadas de isolamento. O MPF/PB moveu ação para que se construa passagem de concreto sobre o rio Sinimbu, mas até o momento não foi tomada nenhuma providências. O tráfego é feito precariamente por meio de tábuas acrescentadas ao que sobrou da estrutura, colocando em risco quem passa pelo local. Conforme argumenta o procurador da República, Duciran Farena, “proteger as terras indígenas não significa apenas defendê-las de terceiros não indígenas, mas também assegurar a manutenção dos serviços públicos essenciais e a infraestrutura necessária para a prestação desses serviços, como é o caso da ponte sobre o rio Sinimbu”.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** paraíba.com.br

## PR – 1 Caso

**20/05/2010**

**VÍTIMA:** Comunidades indígenas na cidade

**POVO:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** APUCARANA

**DESCRIÇÃO:** Um ano após a abertura de um inquérito pelo MPF para que o município e a Funai construam uma casa de passagem para índios em Apucarana, somente o terreno foi disponibilizado para a construção. Os imigrantes indígenas temporários acampam ao relento na periferia da cidade enfrentando chuva e baixa temperatura.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infra-estrutura

**FONTE:** tnnews.com.br, 20/05/2010

## RO – 5 Casos – 4 Vítimas

**2010**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KARIPUNA DE RONDÔNIA

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO

**DESCRIÇÃO:** Com a reestruturação da Funai e extinção da administração regional de Porto Velho, a sede da antiga Coordenação

Regional do órgão passou a ser ocupada precariamente pelos indígenas que se dirigem à cidade para tratamento de saúde, recebimento de aposentadoria e outros tipos de assistência. O local não tem as mínimas condições de receber qualquer pessoa, sendo que em datas de pagamentos o número de indígenas chega a 40. A Funai fornece alimentação somente para os indígenas doentes. À procura da solução de seus problemas pessoais, os indígenas precisam pagar do próprio bolso despesas com transporte e alimentação. A situação se torna mais crítica quando o indígena não conhece os costumes dos brancos, não fala a língua, não sabe como se locomover dentro da cidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Boletim de Notícias 6a. Câmara, n.141, de 13/08/2010

**07/01/2010**

**VÍTIMA:** Daia To´o Oro Mon

**POVO:** ORO MON (ORO WARI)

**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ RIBEIRÃO

**MUNICÍPIO:** NOVA MAMORE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Ribeirão

**DESCRIÇÃO:** A mulher é viúva há cinco anos e tem procurado a Funai para dar entrada na pensão de viuvez. A Fundação nega o pedido alegando que o falecido não tinha CPF nem Carteira de Trabalho.

**MEIO EMPREGADO:** Recusa de documento indígena

**FONTE:** Cimi Regional RO-equipe de Guajará-Mirim, vítima e familiares

**MARÇO/2010**

**VÍTIMA:** Francisca Mekens

**POVO:** MEQUÉM

**TERRA INDÍGENA:** MENKU

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A vítima é mãe de sete filhos, mora num sítio à beira-rio e vive da agricultura. Procurou a Funai para encaminhar pedido de auxílio-maternidade para o filho, nascido em 2008 e que tem certidão de nascimento da Funai. A servidora do serviço social da Fundação negou o pedido alegando que a indígena morava na cidade, o que não é verdade, visto que é ribeirinha e vive da agricultura.

**MEIO EMPREGADO:** Não encaminhamento de auxílio maternidade

**FONTE:** Cimi Regional RO -Equipe de Guajará-Mirim

**MARÇO/2010**

**VÍTIMA:** To´o Xacwa Ororam

**POVO:** ORO NAO´

**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ LAGE

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**DESCRIÇÃO:** A vítima é viúva há 13 anos e mãe de seis filhos. Ao saber que tinha direito a pensão por viuvez procurou a Funai por várias vezes, para que encaminhasse seu pedido ao INSS. A resposta é sempre negativa, com diferentes justificativas. A responsável pelo serviço social alega que ela não tem direito ao benefício porque o falecido não tinha CPF.

**MEIO EMPREGADO:** Recusa de documento indígena

**FONTE:** Cimi Regional RO, vítima e lideranças da comunidade

**JULHO/2010**

**VÍTIMA:** A. X. Oro Nao´

**POVO:** ORO NAO´

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Santo André

**DESCRIÇÃO:** Portador de hepatite B com diagnóstico de cirrose hepática, o paciente vive há mais de um ano fora da aldeia, entre hospitais e a Casai de Guajará-Mirim e Porto Velho, em acompanhamento médico. Orientado sobre o direito ao auxílio doença o paciente procurou a assistência social da Funai com laudo médico para dar entrada ao benefício. A Funai se negou a fazer o encaminhamento. Questionada, alegou que não havia médico do INSS na cidade, continuando o paciente numa rotina entre Porto Velho e a Casai de Guajará-Mirim.

**MEIO EMPREGADO:** Não encaminhamento do auxílio-doença

**FONTE:** Cimi Regional RO- Equipe Guajará-Mirim

## SC – 1 Caso

22/04/2010

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XOKLENG

**TERRA INDÍGENA:** RIO DOS PARDOS

**MUNICÍPIO:** CHAPECO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias de Santa Catarina

**DESCRIÇÃO:** A Barragem Norte, construída na década de 1970 e considerada uma importante obra para conter as cheias que atingem várias cidades do Vale do Itajaí, submergiu mais de 900 hectares de terra fértil do povo Xokleng. Em função dessa ocupação de parte de suas terras, a Justiça Federal já condenou a União e o estado de Santa Catarina a cumprirem o protocolo de Intenções assinado em janeiro/1992 para a compensação dos prejuízos do povo Xokleng. O processo de ampliação dos limites da terra segue parado e o povo indígena continua habitando as encostas do Alto Vale do Itajaí violentamente atingidas pela enchente ocorrida no estado. As estradas ficaram intransitáveis impossibilitando o transporte escolar das crianças. As comunidades ficaram totalmente isoladas, terra desabando sobre as casas, sete

aldeias Xokleng estão sofrendo com a falta de água. O Conselho dos caciques e outras lideranças entraram em contato com a Defesa Civil, solicitando alguma providência, mas não foram atendidos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Cimi Regional Sul, 30/04/2010

## SP – 1 Caso – 1.500 Vítimas

MAIO/2010

**VÍTIMA:** Famílias Pankararu em S.Paulo

**POVO:** PANKARARU

**TERRA INDÍGENA:** DESALDEADOS

**MUNICÍPIO:** SAO PAULO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Pankararu - Real Parque São Paulo

**DESCRIÇÃO:** O povo Pankararu que mora em São Paulo migrou para essa cidade no final da década de 1950, por conta da seca e de conflitos com posseiros invasores de suas terras, na tentativa de melhores condições de vida e sobrevivência. Em encontro realizado, reclamaram da desassistência sofrida pelos índios desaldeados, que estão espalhados nos vários bairros e municípios da capital. Os indígenas moram em precárias condições habitacionais, muitas em áreas de risco, e lutam há oito anos por uma solução. Eles reivindicam junto aos órgãos públicos, um projeto específico de moradia. A justificativa dada pela Cohab-Cia.Metropolitana de Habitação, na última reunião, foi a de que a área cogitada pela comunidade é uma Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam) e que, portanto, não poderá ser destinada para o projeto de moradia. Segundo a comunidade, houve descaso do poder público que não orientou e não informou sobre esta área que, há mais de oito anos, estava nessa categoria, sem que os índios estivessem informados dessa circunstância.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Cimi/Sul Equipe São Paulo - maio/2010



Foto: Renato Santana/Arquivo Cimi

Desde 2009, ponte que liga comunidade Potiguara à cidade de Baía da Traição (PB) está quebrada, deixando o acesso precário





# Capítulo IV

## **Povos Isolados**

A situação desesperadora dos Povos Isolados.....	127
<b>Grupos indígenas isolados no Acre:</b>	
<b>Ameaçados por grandes projetos.....</b>	<b>129</b>
<b>Povos indígenas isolados no Amazonas.....</b>	<b>131</b>
<b>Os Awá-Guajá em situação de isolamento</b>	
<b>no Maranhão.....</b>	<b>133</b>
<b>Grupos Indígenas Isolados no Mato Grosso.....</b>	<b>135</b>
<b>Grupos indígenas isolados no Pará.....</b>	<b>137</b>
<b>Povos indígenas isolados em Rondônia:</b>	
<b>ameaçados pelos grandes projetos.....</b>	<b>139</b>
<b>Avá-Canoeiro em situação de</b>	
<b>Risco e Isolamento no Tocantins.....</b>	<b>141</b>

Foto: Arquivo Cimi Maranhão



Árvore derrubada pelos Awá isolados

“ O contínuo avanço de madeireiros e fazendeiros sobre as terras tradicionalmente habitadas por povos isolados significa uma ameaça direta e grave para a sobrevivência destes povos. Primeiro, a exploração madeireira e o desmatamento afugentam estes grupos. Em seguida, a ocupação da terra pelo gado e pelos monocultivos do agronegócio faz desaparecer todo e qualquer vestígio da presença humana anteriormente verificada, bem como eliminam as provas de massacres recentemente praticados contra esses povos indígenas. ”

# A situação desesperadora dos Povos Isolados

As informações sobre a realidade dos povos isolados<sup>(\*)</sup> no Brasil, trazidas dos diferentes estados da região amazônica pelas equipes do Cimi, revelam situações desesperadoras. Os territórios destes povos estão cada vez mais invadidos, ocupados e explorados, deixando-os em situações de permanente ameaça. Ao longo da história, estes grupos têm sido forçados a fugir, ou melhor, a adotar uma vida de fuga. As informações indicam que, em 2010, essa situação persiste e se agrava, aumentando o risco de extinção destes grupos extremamente vulneráveis. Nem mesmo os grupos indígenas isolados que buscam refúgio em terras demarcadas de outros povos ou em unidades de conservação estão protegidos. Ao mesmo tempo, o governo, que tem a obrigação de proteger esses povos, em vez de aumentar esforços para protegê-los, tem diminuído o orçamento para esse trabalho em 2010.

## Madeireiros, fazendeiros e Isolados

As situações mais dramáticas acompanham o chamado arco do desmatamento que vai do sul do estado do Amazonas ao Maranhão. O contínuo avanço de madeireiros e fazendeiros sobre as terras tradicionalmente habitadas por povos isolados significa uma ameaça direta e grave para a sobrevivência destes povos. Primeiro, a exploração madeireira e o desmatamento afugentam estes grupos. Em seguida, a ocupação da terra pelo gado e pelos monocultivos do agronegócio faz desaparecer todo e qualquer vestígio da presença humana anteriormente verificada, bem como eliminam as provas de massacres recentemente praticados contra esses povos indígenas.

Isto é o caso para os povos que vivem em regiões onde os territórios indígenas não são demarcados, o que faz a demarcação mais que necessária, mas também para os povos isolados que vivem ou se refugiaram em terras indígenas demarcadas, o que faz a efetiva proteção destas áreas mais que necessária. No Maranhão, por exemplo, os grupos Awá isolados perambulam por terras indígenas já demarcadas. Mesmo assim, estão ameaçados de extinção devido à permanente e incontrolável invasão e exploração ilegal de madeira por grupos madeireiros.

A atividade madeireira também ameaça os povos isolados na fronteira do Acre com o Peru, obrigando-os a disputar espaços territoriais com outros povos indígenas.

## IIRSA, PAC e Isolados

Além da ameaça da contínua e violenta expansão das frentes madeireiras e agrícolas, uma ameaça de outro caráter e de responsabilidade governamental tem ganhado força. Nos últimos anos voltaram à Amazônia, com força, os grandes projetos de infraestrutura, desta vez implementados através da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O propósito desses projetos é facilitar o acesso, a exploração e a escoação dos recursos naturais da região. Essas iniciativas associam-se à lógica predatória em curso, abrindo e ocupando cada vez mais territórios, o que restringe ainda mais os espaços de refúgio dos povos isolados.

Preocupa sobremaneira que os processos de licenciamento destes grandes empreendimentos de hoje guardam muita similaridade com os do passado, da época da ditadura. As populações locais, especialmente os povos indígenas, continuam sendo considerados obstáculos ao chamado desenvolvimento, assim como há pouca seriedade nos estudos de viabilidade socioeconômica e ambiental.

No planejamento, licenciamento e na implementação dos projetos, a existência dos povos isolados nas regiões de impacto é simplesmente ignorada. Por exemplo, apesar dos estudos da EIA/RIMA das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau no rio Madeira e de Belo Monte no Xingu mencionarem a presença de grupos isolados nas áreas de impacto, reconhecida inclusive pela Funai, as licenças autorizando a construção das mesmas, não fazem menção desta presença. A própria Funai deu o seu aval, mesmo não conhecendo nada sobre a realidade desses povos e muito menos sobre as conseqüências que iriam sofrer por conta da construção das hidrelétricas. Seria preciso publicar uma portaria estabelecendo as restrições de entrada às áreas em questão, implementar uma proteção eficaz, e refazer os

<sup>(\*)</sup> A denominação "isolados" não é a mais adequada para nos referirmos a estes povos indígenas. O uso dessa denominação se dá tão somente por falta de uma conceituação que os identifique de forma apropriada. Esses povos mantinham relações, como é próprio de todas as civilizações, com outros povos indígenas e com sociedades, no passado, e por algum motivo decidiram isolar-se. São conhecidos também como povos "sem contato", "em situação de isolamento voluntário", "arredios", "autônomos" ou "livres". São testemunhas da presença originária dos povos indígenas no continente e, portanto, anteriores aos estados nacionais, sobreviventes da violência dos conquistadores, que se reproduz até os dias atuais. Loebens, G., *Povos Indígenas Isolados na Amazônia – a Luta pela Sobrevivência*, Manaus, EDUA, 2011, p. 26

estudos de impacto sócio-ambiental das usinas referente a estes grupos. No entanto, o governo nada fez.

São os seguintes os povos indígenas em situação de isolamento e de risco de extinção na área de influência da construção das hidrelétricas: povo isolado próximo à T.I. Karipuna, povo isolado do rio Karipuninha, que vive na região de Jirau, povo isolado próximo às terras indígenas Karitiana, e dois povos indígenas isolados no limite de Porto Velho (RO) e sul de Lábrea (AM).

No caso de Belo Monte, somente em janeiro de 2011, depois que o governo autorizou e leiloou a construção da obra, a Funai interditou a área em questão, inicialmente por um período de dois anos, para a pesquisa da situação.

Além da ameaça direta que constituem, essas barragens são o ponto de partida de uma ameaça maior, mais abrangente e estrutural. As barragens no rio Madeira, por exemplo, não têm apenas a perspectiva da geração elétrica, mas visam também a extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho (RO), através dos rios Orthon, Madre de Diós, Beni, Mamoré e Guaporé, complementando a atual hidrovia existente que vai de Porto Velho até Itacoatiara (AM). O objetivo maior é avançar sobre vastas extensões de terra, tanto no Brasil, quanto na Bolívia, com os monocultivos, principalmente da soja. A história mostra que isso trará apenas mais destruição para a Amazônia e mais pressão em cima dos povos indígenas, em particular, os isolados.

## Genocídio

Os crimes de genocídio, que são aqueles praticados com a intenção de aniquilar um povo, são relativamente freqüentes na Amazônia nas últimas décadas. Na região de Corumbiara, no sul de Rondônia, localizam-se os sobreviventes dos massacres praticados, na década de 1980, contra os povos Kanoê e Akuntsu contatados pela Funai em 1995, bem como o chamado “índio do buraco”, possivelmente a única pessoa viva de seu povo. Apesar dos fortes indícios sobre a autoria desses crimes, que apontam para fazendeiros e políticos da região, que se apossaram das terras onde esses povos viviam, ninguém foi indiciado ou preso.

São muitas as situações em que as terras ocupadas até recentemente pelos povos isolados foram usurpadas. É o que pode ser constatado, por exemplo, no coração do território tradicional do povo Katawixi, no sul do estado do Amazonas, hoje tomado por fazendas, projetos de turismo e até mesmo por um assentamento do Incra; ou na região de Aripuanã, no norte do Mato Grosso, onde o grupo indígena isolado conhecido como “Baixinhos” foi expulso e teve que migrar para dentro da terra indígena Cinta Larga (onde continuam sendo acossados por madeireiros) e seu

território tradicional completamente desmatado e tomado por fazendas e projetos de assentamento.

Constata-se que os índios vão desaparecendo das terras por eles ocupadas. Os novos donos, muitas vezes os seus assassinos, juram que jamais os viram nas terras que grilaram.

Analisando a mobilidade forçada dos grupos indígenas isolados, fica evidente que a conquista da Amazônia continua através de um violento e silencioso processo de expropriação de terras. Os povos indígenas isolados, as maiores vítimas, por motivos óbvios, não batem nas

portas do Palácio do Planalto, do Judiciário, do Congresso Nacional, do MPF, e nem se fazem ouvir pelos meios de comunicação para denunciar os crimes de genocídio de que vêm sendo vítimas.

## Políticas governamentais

Os povos têm tido seus direitos mais elementares, sobretudo à vida, vilipendiados e ignorados ao longo da história de brutalidade pretensamente civilizatória na ocupação territorial do Brasil. Em teoria, a sua situação melhorou quando foi aprovada a Constituição de 1988, que lhes garante o direito de viverem em paz, sob a proteção efetiva do Estado e do modo que sua perspectiva humana lhes indique que seja a forma digna de continuar

a viver. Porém, não é isso que ocorre.

A política do Governo Federal para a proteção dos povos indígenas em situação de isolamento e risco está estruturada em bases frágeis. Há discursos, recomendações, propaganda, mas nenhuma eficácia quanto à execução de ações e serviços. De fato, em 2010, o orçamento específico para a proteção aos povos isolados, foi cortado.

O governo brasileiro continua a permitir que os povos em situação de isolamento permaneçam submetidos aos ataques de grileiros, fazendeiros, madeireiros, garimpeiros que, de modo violento, adentram as terras indígenas e nelas desenvolvem atividades exploratórias e ocupação desmedida. Ao mesmo tempo o governo promove, através de seu programa desenvolvimentista, projetos que causarão a morte e destruição nas terras indígenas com uma aparente legitimidade.

Diante de tantas evidências, podemos afirmar que os povos em situação de isolamento e risco estão diante de uma política de Estado que, deliberadamente, pretende a sua extinção.

É inaceitável que, ainda que juridicamente protegidos pelo Estado, os povos indígenas em situação de isolamento no Brasil subsistam ignorados pelos investimentos desenvolvimentistas, pressionados e ameaçados pela exploração desmedida dos últimos nichos preservados de suas florestas e vitimados, ainda, pelos mais torpes métodos de extermínio que a impunidade estimula.

“ A política do Governo Federal para a proteção dos povos indígenas em situação de isolamento e risco está estruturada em bases frágeis. Há discursos, recomendações, propaganda, mas nenhuma eficácia quanto à execução de ações e serviços ”

## GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS NO ACRE: **Ameaçados por grandes projetos**

**Rodrigo Domingues**

*Missionário do Regional Amazônia Ocidental do Cimi*

**N**a faixa que se estende por toda a região de fronteira do estado do Acre com o Peru está uma das maiores áreas de ocorrência de povos indígenas em situação de isolamento voluntário do mundo. Estes povos conseguiram manter seu modo de vida peculiar refugiando-se nas áreas que passaram ao largo dos ciclos econômicos da borracha, do caucho e da castanha. Ou seja, geograficamente, a área de ocorrência de povos isolados no Acre faz parte de um grande corredor regional que se formou entre as frentes de expansão econômica vindas do Brasil, Peru e Bolívia, notadamente por meio fluvial. Aos poucos os territórios

destes povos foram se reduzindo às áreas de cabeceiras dos grandes rios e de seus afluentes da região do oeste amazônico, entre eles o Ucaiali, Juruá, Purus, Javari e Madre de Dios.

Apesar da relativa tranquilidade que estes povos conquistaram ao se isolarem nas cabeceiras de rios e igarapés, o avanço das estradas e projetos de exploração madeireira, petróleo e gás natural em território peruano, nas últimas décadas, trouxeram de volta o fantasma do genocídio a estes povos. Impelidos a se deslocar para fora de suas áreas tradicionais, penetram em território de outros povos indígenas, contatados ou não. Já se registra, inclusive, a migração destes povos para o lado brasileiro da fronteira.



Foto: Cimi/Norte

*Entrada do arrastão para o interior da terra indígena para retirada da madeira*

A pressão por grupos isolados saindo do Peru é resultado da falta de proteção das terras indígenas. Ao longo da fronteira com o estado do Acre, em áreas contíguas com Parques e Terras Indígenas, o governo peruano criou as Áreas de Conservação Regional Isconahua e Murunahua/Tamaya com o intuito de resguardar o território e a vida dos isolados, mas grandes projetos, principalmente petrolíferos, se sobrepõem às áreas protegidas e ameaçam a vida dos indígenas de toda a região, principalmente os isolados.

A ausência de um arcabouço jurídico peruano específico e efetivo sobre a proteção dos povos isolados, a falta de acordos que barrem a exploração madeireira e petrolífera na região de fronteira e o ingresso de pessoas nos territórios dos índios isolados poderão levar a sérios conflitos, epidemias e até mesmo à extinção desses povos.

Já é possível, segundo relatos de moradores do alto rio Envira, ver tambores vazios de combustível e pranchas de mogno descendo o rio, o que indica uma clara evidência

do avanço das madeireiras na fronteira e por consequência sobre o território dos povos isolados. Outra evidência de que estes povos estão sob situação de pressão e fuga é o furto de mudas de banana e macaxeira na Frente de Proteção Etnoambiental do alto Envira, ou seja, estão tendo que sair às pressas de suas casas a ponto de não poderem garantir a subsistência.

Projetos de integração regional como a pavimentação da BR-364 e a conclusão da Rodovia do Pacífico ameaçam direta e indiretamente estes povos, já que as estradas facilitarão o acesso e exploração de áreas antes consideradas remotas. A concessão de grandes áreas para manejo florestal e a possível prospecção petrolífera nesta região da Amazônia farão do Acre um espelho do que já ocorre no Peru. Os últimos locais de refúgio desses povos serão invadidos e violados se não forem tomadas medidas que garantam a posse e segurança dessas terras tradicionalmente ocupadas por eles.

## Ocorrências no Acre e ameaças enfrentadas

No Acre há seis ocorrências de povos isolados, todos ao longo da fronteira, podendo em algumas áreas existirem povos isolados distintos partilhando um mesmo território. Apesar desta grande ocorrência de isolados, apenas as Áreas Indígenas Xinane (demarcada) e Alto Tarauacá (registrada) são exclusivas para os isolados. As outras ocorrências se dão em terras indígenas já destinadas a povos contatados ou em áreas de conservação ambiental como o Parque Nacional da Serra do Divisor e o Parque Estadual Chandless.

### Isolados do Igarapé Tapada:

Freqüentam a área do igarapé Tapada, dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, próximo à T. I. Nawa. **AMEAÇAS:** as atividades madeireira e de garimpagem no lado peruano da fronteira. Está prevista a construção de uma estrada ligando as cidades de Cruzeiro do Sul (AC) a Pucallpa, no Peru, como um dos eixos de integração regional. Outro risco real, mas difícil de dimensionar, é a presença do narcotráfico na área.

### Isolados do rio Chandless:

Na fronteira do Brasil com o Peru, no alto rio Chandless. Recentemente, foi criado o Parque Estadual Chandless, com aproximadamente 695.000 hectares, que incide sobre a área de perambulação deste povo indígena.

**AMEAÇAS:** os projetos de construção de estradas, extração de madeira e de petróleo no lado peruano, assim como os futuros desdobramentos da Rodovia do Pacífico (empreendimento da IIRSA). Até hoje nenhuma providência oficial foi tomada para comprovar a existência

desse grupo isolado, impossibilitando a criação de uma terra indígena protegida.

### Isolados do alto Iaco:

Dentro da Área Indígena Mamoadate, ocupada pelos povos Manchineri e Jaminawa, mais precisamente num igarapé chamado Abismo, nas cabeceiras do rio Iaco. **AMEAÇA:** Por estar próximo do traçado da Rodovia do Pacífico, a Área Indígena Mamoadate sofrerá um pesado impacto ambiental que poderá afetar a vida dos índios isolados. Parte da área de perambulação está no Peru e lá não há nenhuma providência para a proteção deste povo.

### Isolados do alto Tarauacá:

Ocupam a Terra Indígena Alto Tarauacá (registrada) em uma área próxima à cidade de Jordão. **AMEAÇA:** a área sofre intensa pressão da atividade madeireira do Peru.

### Isolados do Xinane:

Estão na Terra Indígena Xinane (delimitada) entre os igarapés Xinane e Santa Rosa. **AMEAÇA:** a atividade madeireira peruana no entorno da área.

### Isolados do alto Envira:

Ocupam a Terra Indígena Ashaninka/Isolados do Envira. É a maior área indígena destinada aos isolados no Acre e pode abrigar diversos grupos não contatados. **AMEAÇAS:** a pressão das madeireiras peruanas “empurra” os isolados do Peru para o Brasil, gerando conflitos entre diferentes grupos isolados.

# Povos indígenas isolados no Amazonas

**Guenter Loebens**

*Missionário do Regional Norte I do Cimi*

No Amazonas as maiores ameaças aos povos isolados são verificadas na região sul do estado. É uma região onde os conflitos fundiários vêm se intensificando devido à exploração ilegal de madeira, grilagem de terras, desmatamento e o avanço do agronegócio. Recentemente, no dia 27 de maio de 2011, nessa região foi assassinado o agricultor e líder camponês Adelino Ramos, que vinha denunciando a ação ilegal de madeireiros. Era morador do Assentamento Agroflorestal Curuquetê, em Lábrea, no Amazonas.

O projeto de recuperação e asfaltamento da BR 319, que liga Manaus a Porto Velho e prevista no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), aumentará ainda mais a pressão sobre os territórios dos povos indígenas isolados.

A reativação dessa rodovia ensejará a abertura de estradas vicinais, assim como intensificará a movimentação na BR230 (Transamazônica) no trecho Lábrea-Humatá/AM, avançando diretamente sobre os últimos refúgios de pelo menos dois povos indígenas isolados.

Outros grupos indígenas isolados no estado do Amazonas que merecem atenção especial são aqueles localizados na Terra Indígena do Vale do Javari. São ao todo 15 grupos isolados que historicamente mantêm contatos esporádicos com os outros povos indígenas que habitam aquela terra indígena. Os povos indígenas do Javari enfrentam gravíssimos problemas de saúde, sobretudo em relação à hepatite, tuberculose e malária, com altos índices de mortalidade, devido a desassistência por parte do poder público. Os riscos de contágio por doenças dos grupos indígenas por isso é grande, agravada com as invasões de pescadores e caçadores, principalmente no verão.



Foto: Arquivo Cimi- Maranhão

*Vestígio da presença de indígenas isolados: cofo feito com folhas de Buriti*

## Ocorrências no Amazonas e ameaças enfrentadas

**Isolados do rio Inauini** – AMEAÇAS: Invasores extrativistas.

**Hi-Merimã** – AMEAÇAS: Invasores extrativistas.

**Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi** – AMEAÇAS: Avanço da frente econômica do agronegócio através do desmatamento e da monocultura da soja, assentamento do Incra e ecoturismo. Área de influência da BR 230 e BR 319.

**Isolados do rio Itaparaná/Ipixuna** – AMEAÇAS: Área de influência da BR 319. Vulneráveis a violência no contato com extrativistas. A demarcação desta terra está sem providências.

**Isolados do Alto rio Marmelos** – AMEAÇAS: Frente econômica do agronegócio através da monocultura da soja e PCH Tabajara/PAC2. A demarcação desta terra está sem providências.

**Isolados do Kurekete** – AMEAÇAS: Invasão de fazendas e área de influência da rodovia BR 317. A demarcação desta terra está sem providências.

**Isolados do rio Ituxi** – AMEAÇAS: Invasão de fazendas, projeto de construção de Pequeno Central Hidrelétrica (PCH). Demarcação desta terra está sem providências.

**Isolados Igarapé Waranaçu**

**Isolados do rio Uauapés**

**Isolados do rio Curicuriari**

**Isolados do Igarapé do Natal**

**Igarapé Bafuanã**

**Isolados do Baixo Rio Cauaburi**

**Isolados do Igarapé Joari**

**Isolados do Bararati** – AMEAÇAS: Exploração madeireira, garimpeira, fazendas e projetos de colonização. A demarcação desta terra está sem providências.

**Isolados do Rio Pardo** – AMEAÇAS: Condomínio de fazendas, grilagem dentro da terra indígena, invasão de madeireiros, garimpo próximo, Rodovia MT 206. A identificação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo está sendo contestada na Justiça.

**Isolados do rio Copaca/Uarini** – AMEAÇAS: Caçadores e pescadores, gasoduto urucu – Tefé-Carauari

**Isolados do rio Maturá** – AMEAÇAS: Conflito com os indígenas Mura.

**Isolados do alto Xerua** – AMEAÇAS: Conflito com indígenas Kanamari e Deni

**Isolados do igarapé Naua** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do Rio Branco/Itaquai** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do igarapé Urucubaca** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do igarapé Alerta** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do igarapé Inferno** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do igarapé Lambança** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do rio Pedra** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados rio Itui** – AMEAÇAS: Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.

**Isolados do rio Quixito**

**Isolados do igarapé São Salvador**

**Isolados do igarapé Cravo**

**Isolados do igarapé Amburus**

**Isolados do igarapé Flecheiras**

**Isolados do rio Bóia** – AMEAÇAS: Garimpo, exploração madeireira.

**Isolados do Rio Parauri**

## Os Awá-Guajá em situação de isolamento no Maranhão

*Gilderlan Rodrigues, Geraldo Abdias e Rosana Diniz*

*Missionários do Regional Maranhão do Cimi*

A presença de grupos de Awá-Guajá, povo nômade que vive em situação de isolamento no estado do Maranhão, ocorre na região conhecida como pré- Amazônia ou mesorregião maranhense. Vivem nas terras indígenas Araribóia, Caru, Awá, Krikati, assim como na Reserva Biológica do Gurupi, Serra do Cipó, Alto Guamá, Serra da Desordem, Jararaca e Bandeira. Esses grupos encontram-se seriamente ameaçados pelas invasões, desmatamento e comércio ilegal de madeira crescente na região.

Os Awá-Guajá são caçadores e coletores que vivem exclusivamente da floresta e dela dependem para continuar a existir e praticar suas atividades nômades. Seu nomadismo é tido como estratégia de sobrevivência frente a outros grupos indígenas e não-indígenas em disputa por território.

Uma série de fatores contribui para que essa exploração ilegal tenha se mantido de forma ininterrupta pelas últimas décadas. Dentro desses fatores se destacam: a impunidade que gozaram ao longo de todos esses anos os donos das

serrarias e todos os demais agentes da cadeia de exploração ilegal de madeira na região; a falta de uma política de proteção de terras indígenas de responsabilidade da Funai; e a vulnerabilidade das comunidades indígenas não-isoladas pela ausência de políticas adequadas de educação escolar, saúde e de sustentabilidade econômica. Em algumas áreas aconteceram esporádicas operações de fiscalização como a Operação Araribóia em 2007 e atualmente a Operação Arco de Fogo. Porém, sem resultado. Tão logo os agentes federais deixam a região, os madeireiros reiniciam a exploração.

Essa invasão sistemática para a exploração madeireira tem levado as populações indígenas à desestruturação cultural, à miséria e a um intenso processo de violência.

A sobrevivência dos Awá-Guajá requer medidas imediatas de fiscalização e uma estratégia permanente de proteção das terras indígenas e Unidades de Conservação no

Maranhão, com a instalação de postos de vigilância nos seus limites e políticas públicas que contribuam com o fortalecimento das comunidades indígenas que se relacionam com a sociedade brasileira.



Foto: Cimi Maranhão

*Caminhão cheio de madeira cortada ilegalmente da Terra Indígena Araribóia (MA)*

## Ocorrências no Maranhão e ameaças enfrentadas

### Os Awá-Guajá da Terra Indígena Araribóia

Vivem no interior da Terra Indígena Araribóia, localizada na região oeste do Maranhão, compreendendo os municípios de Arame, Amarante do Maranhão, Santa Luzia, Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

**AMEAÇAS:** A intensa invasão madeireira neste território. Destaca-se a impunidade que desfrutam os donos das serrarias. Uma antiga estrada que era usada na época da extração de folhas de Jaborandi atualmente está sendo recuperada pelos madeireiros. Ela dá acesso à área de caça e coleta dos grupos de Awa-Guajá sem contato.

### Awá Guajá na Terra indígena Caru

Nessa terra, localizada no município de Bom Jardim, existem três aldeias do povo Awá-Guajá e grupos que se mantêm em situação de isolamento. Na maior aldeia Awá, os indígenas relatam encontros freqüentes de vestígios (casas, fogos, coleta de mel, caminhos) deixados por esses grupos.

**AMEAÇAS:** Invasões, retirada e venda ilegal de madeira. O resultado é um território cortado por estradas, escassez de caça, grandes áreas de capoeiras e conflitos. Essa terra também é impactada pela ferrovia Carajás que

passa no limite sul, que gerou um processo migratório para a região com a criação de povoados ao longo de seu trajeto, favorecendo as invasões e afugentado a caça com o barulho dos trens.

### Awá Guajá da Terra Indígena Awá

O processo de reconhecimento da terra teve início em 1979 e o decreto de sua homologação só foi assinado em 2005. Por pressão de invasores de má-fé e grupos econômicos e políticos da região, até o momento não foi registrada por conta de pendências judiciais.

**AMEAÇAS:** A situação dos grupos Awá-Guajá isolados é dramática. A terra é invadida por madeireiros, fazendeiros, posseiros e caçadores. Os relatos dos seus vizinhos Guajajara dão uma idéia da gravidade da situação. De acordo com a professora Guajajara Maria do Amparo “os Awá moram no coração da mata e estão ameaçados pelas queimadas. Vivem fugindo do fogo e dos invasores. Tem até gente falando que os madeireiros estão atirando nos Awá Guajá, queimando seus barracos e roubando seus potes de carregar mel, redes e tipóias, achamos esses objetos até no caminho de madeireiro”. Há muitos relatos de caçadores Guajajara que encontraram restos mortais de Awá.

Foto: Lucidalva Patxoxó Hã-Hã-Hãe



**A exploração ilegal dos recursos naturais ameaça a sobrevivência dos povos isolados**

# Grupos Indígenas Isolados no Mato Grosso

**Catarina Lourdes Christ**

*Missionária do Regional Mato Grosso do Cimi*

O estado do Mato Grosso é muito grande em extensão territorial e devido à grande quantidade de terras planas e férteis para a agricultura é alvo de forte interesse das empresas agrícolas e de especulação fundiária. O cultivo da soja, principalmente, tem atraído grandes investimentos estrangeiros e promovido um desmatamento incontável a ponto do estado manter, por vários anos, o 2º lugar em maior desmatamento do Brasil. Como resultado, o estado aparece como maior produtor de soja, com a produção de milho em ascensão, além do algodão, da cana de açúcar, do ouro e outros minerais.

Verifica-se também o crescimento da indústria com a produção de alimentos, principalmente de ração animal, e o conseqüente aumento do consumo de energia elétrica.

É uma teia de inter-relações de vários grupos econômicos e sociais que sustentam a necessidade do avanço do capital e dos grandes projetos para promover o desenvolvimento a qualquer custo. Assim, presenciamos o paradoxo de um estado com dimensões de país e sem terra para os seus primeiros habitantes.

A grande expansão do agro-negócio é cada vez mais exigente em infraestrutura, estradas asfaltadas, linhas de transmissão de energia elétrica, hidrovias e ferrovias.

É uma teia de inter-relações de vários grupos econômicos e sociais que sustentam a necessidade do avanço do capital e dos grandes projetos para promover o desenvolvimento a qualquer custo. Assim, presenciamos o paradoxo de um estado com dimensões de país e sem terra para os seus primeiros habitantes.

Todos esses empreendimentos atingem as terras indígenas, afetando mais gravemente os grupos isolados. Eles são mais vulneráveis, pois estão sem nenhum instrumento de luta contra este avanço do grande capital e ficam expostos ao perigo de massacres e extinção. Têm-se notícias de massacres que são camuflados com o propalado progresso que ostenta a nova face das diversas regiões do estado do Mato Grosso.

“ Todos esses empreendimentos atingem as terras indígenas, afetando mais gravemente os grupos isolados. Eles são mais vulneráveis, pois estão sem nenhum instrumento de luta contra este avanço do grande capital e ficam expostos ao perigo de massacres e extinção.”

## Os Piriokura

É um grupo Tupi Kawahib localizado entre os rios Branco e Madeirinha, afluentes da margem esquerda do rio Roosevelt, nos municípios de Colniza e Rondolândia/MT. São conhecidos pela denominação Piriokura, dada pelos seus vizinhos Gavião-Ikoleng, do povo Monde, e significa borboleta, mariposa, aqueles que não param em lugar nenhum e são frágeis.

**AMEAÇAS:** A partir dos anos de 1990 ocorre nessa região o incremento da exploração ilegal de madeira no então município de Aripuanã pelo acesso de madeireiros vindos de Rondônia. Diante deste triste quadro houve pressão de ONGs do Brasil e do exterior à Funai sobre a situação deste grupo isolado com o tema “Genocídio Anunciado” e, finalmente, em outubro de 2008 a terra foi identificada com 242,5 mil hectares nos municípios de Rondolândia e Colniza do Mato Grosso. Porém, a portaria da Funai é objeto de contestações encaminhadas pelos ocupantes da terra e, portanto, não oferece nenhuma segurança à vida do grupo indígena isolado.

## Os Baixinhos

Baixinhos não é a autodenominação do próprio grupo, mas foram assim chamados pelos Cinta Larga. “*Ndzat Kabirey*” (Gente Baixinha), “*Andaroup*” (Cabeça Vermelha) ou “*Ndzat oup*” (Gente vermelha). Este grupo apareceu em diversas incursões no interior e entorno das Terras Indígenas Aripuanã e Arara, entre a região das cabeceiras do Igarapé Moacir, afluente da margem direita do Guariba, as cabeceiras e afluentes do Igarapé Ouro Preto e o rio Branco afluente da margem esquerda do rio Aripuanã.

## Isolados do rio Pardo

Os Kawahiva são parte daqueles povos classificados na literatura etnológica como Tupi Centrais, localizados na extensa área entre o rio Madeira e o rio Tapajós, ao sul do Amazonas.

**AMEAÇAS:** Invasão por madeireiros e a ocupação ilegal por grileiros. Por conseqüência, *este grupo está exposto à contaminação, à insegurança alimentar e a riscos elevados à sua integridade de vida. A Funai publicou uma portaria interditando a área para não-indígenas, mas houve uma reação forte e violenta por parte de fazendeiros da região contra a mesma. Os fazendeiros negam que haja indígenas na região, ao mesmo tempo, articularam uma expedição para apagar evidências da sua presença. Há várias ações contestando a portaria, tramitando na 5ª Vara da Justiça Federal de Cuiabá.*

### Os Isolados Apiaká

Localizados no rio São Tomé à margem direita do rio Juruena, dentro do território Apiaká. Provavelmente parentes dos Apiaká. Desde 1999, está em processo de demarcação a Terra Indígena Apiaká do Pontal. Em 2010 foi concluído o estudo e identificação de área pelo Grupo Técnico da Funai. Trata-se de um único relatório englobando as áreas destes dois grupos.

**AMEAÇAS:** É região de exploração madeireira e grandes fazendas. Em 2002 foi criado o Parque Estadual Igarapés do Juruena para manejo florestal, permitindo a entrada de madeireiros. Estão previstas a construção de cinco hidrelétricas no rio Teles Pires e outras duas no rio Apiacás, que poderão impactar o território dos isolados Apiaká e outros grupos isolados da região.

### Isolados no Salto do Augusto do rio Juruena

No município Cotriguaçu, à margem esquerda do rio Juruena, na localidade de Nova União, há indícios de indígenas isolados.

### Isolados do rio Moreru e igarapé Pacutinga

Localizados entre os rios Juruena e Aripuanã, no atual município de Colniza (MT). Os indígenas Rikbaktsa tiveram contato com esse grupo que denominam “*Yakara Waktá*” (moradores do mato). São de 20 a 30 índios que se deslocam para o rio Aripuanã na época seca. Pelos vestígios (alimentação) poderiam ser um subgrupo Apiaká.

### Isolados Nambikwara

Há o grupo Sowaintê, habitantes do Parque Indígena Aripuanã, pelas informações disponíveis, divididos em três subgrupos Nambikwara: Sabanê, Idelamarê, Manduca. **AMEAÇAS:** Apesar de perambular por uma terra indígena, existem ameaças, visto a extrema pressão que sofre o povo Cinta Larga nesta área.

O segundo grupo, denominado Ialakalorê, situa-se no município de Comodoro (MT) no rio Iquê, local onde antigamente era território do subgrupo Nambikwara Manduca, na região do rio Doze de Outubro nos limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê. Existem famílias Ialakalorê nas Terra Indígena Pirineus de Souza e na Terra Indígena Nambikwara.

Foto: Cimi/MT



*Invasão de fazendeiros e madeireiros ameaça existência de povos isolados*

# Grupos indígenas isolados no Pará

**Luiz Cláudio Brito Teixeira**

*Missionário do Regional Norte II do Cimi*

**H**á evidências da existência de povos indígenas isolados em 13 regiões do estado do Pará. De modo geral localizam-se em regiões de pouca presença de não-índios, ou próximo e mesmo dentro de terras indígenas já demarcadas pela Funai. Existem, porém, aqueles que se encontram em áreas não protegidas oficialmente e que, conseqüentemente, estão mais expostos à violência das frentes de exploração econômica.

Um dos motivos para a escolha de isolamento é a sistemática violência de que foram e são vítimas, através da invasão de seus territórios tradicionais, dos massacres e pela contaminação de doenças contagiosas. A estratégia nesses casos tem sido manter-se completamente afastados da sociedade nacional, fugindo constantemente, para evitar confrontos violentos com os invasores. Eles evitam contato até mesmo com outros povos indígenas.

Tais grupos indígenas possuem uma alta interdependência dos recursos naturais dos territórios onde vivem. Daí a preocupação com o fato de algumas regiões, onde há registros da presença desses povos, serem alvo de exploração econômica apoiada e estimulada pelo próprio Estado, que deveria cuidar de protegê-los.

A responsabilidade pela proteção desses povos é da Funai, entretanto muitos indícios da existência desses grupos indígenas ainda não foram devidamente verificados pelo órgão indigenista, dificultando assim qualquer avaliação dos riscos que esses povos eventualmente estejam correndo.

## A Calha Norte

Na região da Calha Norte do rio Amazonas, no estado do Pará, configurou-se recentemente uma seqüência de terras indígenas e unidades de conservação estadual que formam um imenso corredor de proteção da biodiversidade. Essa continuidade de terras protegidas deveria servir também como garantia de proteção aos grupos indígenas sem contato, mas não é o que acontece. Encontram-se ameaçados pela destinação econômica definida pelo governo do Pará para essas unidades de conservação, que em geral envolve a exploração de produtos madeireiros e não-madeireiros e mesmo a exploração turística. A presença de grupos indígenas isolados próximos a essas unidades de conservação é de conhecimento do governo paraense, pois foi comunicado a respeito pela Funai, por ocasião de audiência pública realizada na cidade de

Belém no ano de 2006. Ainda assim, até agora, nenhuma providência foi tomada para confirmar a presença desses índios e em caso positivo providenciar a proteção de suas terras.

## A Terra do Meio

O surpreendente é que há registros de grupos isolados no coração do estado do Pará na região conhecida como Terra-do-Meio, que tem Altamira como cidade referência. É a região que sofreu e ainda sofre um dos processos mais violentos de disputa por território na Amazônia, iniciado com a construção da rodovia Transamazônica (BR 230) que cortou os territórios de inúmeros povos indígenas. Nessa mesma região o governo brasileiro pretende iniciar a construção de um complexo de usinas hidrelétricas, começando por Belo Monte, que inundará milhares de quilômetros quadrados de florestas. Apesar da EIA/Rima mencionar a presença de povos isolados na área de influência da usina, a Licença Prévia ignora esta presença e não estipula medidas de proteção. Assim a construção da usina, com todas suas conseqüências como invasão de terras por migrantes, constitui uma grave ameaça à sobrevivência destes povos. Há, por exemplo, fortes indícios da existência de um povo isolado a uns 70 quilômetros ao sul do pretenso canteiro de obras, denúncia que foi levada à Funai por diversas entidades civis, o que, finalmente, levou a Funai a interditar esta área, em janeiro de 2011. Porém, o projeto da usina continuou inalterado, sem levar em conta essa presença. Por causa da magnitude e dos impactos da obra é preciso temer pela sobrevivência deste povo, cenário parecido com o que aconteceu com os povos isolados nas imediações da Usina de Jirau.

### Referências:

Isolados na Terra Indígena Kaiapó  
Isolados próximo a Terra Indígena Koatinemo;  
Isolados na Terra Indígena Menkrantoti no rio Iriri Novo;  
Isolados no Parque Indígena Tumucumaque;  
Isolados na Terra Indígena Xicrim do Catete;  
Isolados da Serra do Cachimbo;  
Isolados da cabeceira do rio Mapuera;  
Isolados do médio rio Cachorrinho;  
Isolados na Terra Indígena Bacajá;  
Isolados do Riozinho do Anfrísio;  
Isolados do rio Cuminapanema;  
Isolados do rio Mapari;  
Isolados do Alto Rio Ipitinga.

Há ainda, notícias da existência de grupos indígenas sem contato, como um grupo Kaiapó, outro possível-

mente Arara, vivendo nas terras indígenas Cachoeira Seca, Mengragnoti, Koatinemo e possivelmente em alguma Resex da região do rio Xingu.

**AMEAÇAS:** Falta de pesquisa acerca da existência destes povos, apesar dos muitos indícios da sua presença, resultando na falta de reconhecimento dos mesmos, na falta da avaliação dos riscos que esses povos eventualmente estejam correndo e na falta da devida proteção por parte das autoridades, principalmente, da Funai.

Algumas das regiões em questão são alvo de exploração econômica, inclusive apoiada e estimulada pelo próprio Estado. Como, por exemplo, os projetos de manejo florestal e outras iniciativas de extração e mesmo a exploração turística, definidos pelo governo estadual do Pará, para

unidades de conservação estadual, na região da Calha Norte do rio Amazonas.

A possível construção de um gasoduto, interligando a Venezuela, o Brasil e a Argentina, impactando tanto terras indígenas quanto Unidades de Conservação.

A construção de grandes obras como, em primeiro lugar, a hidrelétrica de Belo Monte e o asfaltamento da Transamazônica.

Diante dessa realidade é urgente que se proteja esses povos indígenas garantindo seus territórios para que possam exercer sua autonomia com segurança, afastando em definitivo qualquer risco a sua integridade física e territorial e para sua continuidade histórica, seja por parte do Estado ou de frentes econômicas.



*Na construção da Hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira os povos isolados foram ignorados*

Em Rondônia as ameaças à sobrevivência dos povos isolados são diversas. São madeireiros, grileiros e garimpeiros. Tão grave quanto, é a negligência proposital por parte do governo federal da presença dos povos isolados na região de influência das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Outras obras federais, como a pavimentação de estradas, também ameaçam os povos isolados .



## Povos indígenas isolados em Rondônia: ameaçados pelos grandes projetos

*Emilia Altini e Volmir Bavaresco*

*Missionários do Regional Rondônia do Cimi*

### **Isolados do Rio Mutum – Nova Mamoré e Porto Velho**

Próximo da Terra indígena Karipuna.

**AMEAÇAS:** grilagem de terras públicas na região. Em 2003 o Cimi Rondônia obteve, de uma liderança comunitária da região, a informação de que esses índios estariam migrando para a região do rio Madeira, onde havia mais florestas.

### **Isolados do rio Formoso e do rio Jaci Paraná - Nova Mamoré e Porto Velho**

**AMEAÇAS:** Invasão do território por fazendeiros. Apesar de repetidos informes sobre a existência destes grupos isolados, desde a década de 1990, por parte de outros indígenas, entidades indigenistas como o Cimi, e dos próprios fazendeiros, a Funai, até agora, nada fez para assegurar-lhes terra e proteção. Em 2010, segundo informações de moradores da região, dois pessoas deste grupo que perambulavam nesta região, foram encontrados mortos, porém, a questão ficou somente no nível dos comentários, sem que o órgão oficial tomasse alguma providência para averiguar a veracidade dos fatos.

### **Isolados do Igarapé Karipuninha e Serra Três Irmãos – Porto Velho/RO e Lábrea/AM**

A Funai sabe da existência desse povo indígena ameaçado pela Hidrelétrica do rio Madeira – Santo Antônio e Jirau e pelo agronegócio. Os índios ocupam uma área entre os estados de Rondônia e Amazonas.

**AMEAÇAS:** Nessa região encontram-se, além dos assentamentos do Incra chamados Joana D'Arc I, II, e III, grileiros de terras públicas, grandes fazendas de gado, plantadores de soja e o todo o complexo hidrelétrico do Madeira.

### **Isolados do Bom Futuro, próximo à Terra Indígena Karitiana, Porto Velho**

**AMEAÇAS:** Esse povo está ameaçado por grileiros de terras públicas na região, madeireiros e garimpeiros invasores da Reserva Florestal Bom Futuro. Há também invasores de terra e garimpeiros na região. Outra ameaça é a construção do complexo hidrelétrico do Madeira.

### **Povo Isolado da Serra da Cutia, Guajará Mirim/RO**

**AMEAÇAS:** O governo decretou em 2001 a criação do Parque Nacional da Serra da Cutia sobrepondo-o ao território tradicional desse povo Indígena.

### **Isolado do rio Novo e Cachoeira do rio Pacaas Novas**

Perambula na região da Resex Pacaas Novas

**AMEAÇAS:** um plano de manejo prevê a instalação de uma serraria. Também existem garimpos na região.

### **Isolados do rio Tanauru – índio do buraco**

Desde a década de 1980, sabia-se da presença de povos indígenas na região do rio Omere e rio Tanaru. A Terra Indígena Omere foi interdita pela Funai nos anos 80, após o massacre ocorrido nos primeiros anos da década.

**Ameaças:** Invasão e ocupação por fazendeiros, ataques ao chamado “índio do buraco”.

### **Isolados da Serra da Onça (Jururei) - Alvorada do Oeste e Urupá**

Terra com decisão judicial determinando sua demarcação pela Funai.

**AMEAÇAS:** invasão por colonos e fazendeiros, empurrando esse grupo para dentro da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau. Os indígenas estavam localizados na Serra do Urupá na Reserva Florestal Urupá. O tamanho da terra interdita foi reduzido drasticamente pela Funai em função do avanço dos invasores. Ela desinterditou a Terra Indígena Muqui, expropriando consequentemente as terras tradicionais desses indígenas. Outra ameaça é a pavimentação da BR 429.

### **Povo Isolado do rio Jacundá**

Sua área de perambulação estende-se pelos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapoã do Jamari, Machadinho do Oeste e Cujubim, próximo da Floresta Nacional do Jamari.

**AMEAÇAS:** o Governo Federal, decretou para esta região concessão de floresta publica.

### **Povo Isolado da Rebio Jarú**

Este povo indígena vive tradicionalmente no município de Ji-Paraná e perambula pela Rebio Jarú.

**AMEAÇAS:** fazendeiros, madeireiros e a previsão da construção de Hidrelétrica de Tabajara.

### **Povo Isolado da Cabeceira do rio Marmelo e Maicy**

Esse povo tem sua terra tradicional nas cabeceiras do rio Marmelo, município de Humaitá (AM) e na divisa com o estado de Rondônia.

**AMEAÇAS:** plantadores de soja e previsão da construção de Hidrelétrica de Tabajara.

### **Isolados do Pântano do rio Guaporé no Parque Estadual de Corumbiara**

Esses índios estão localizados no município de Pimenteira.

**AMEAÇAS:** Fazendeiros e madeireiras.

### **Isolados “Sirionó” – Rio Simão na Terra Indígena Massaco**

**AMEAÇAS:** Sobreposição com a Rebio Guaporé e invasão de madeireiros.



**Falta fiscalização por parte do Ibama e da Funai para coibir o desmatamento nas áreas dos isolados**

# Avá-Canoeiro em situação de risco e isolamento no Tocantins

**Eliane Franco Martins**

*Missionário do Regional Goiás/Tocantins do Cimi*

Os Avá Canoeiro ou “Cara Preta” como são chamados, na região de Goiás e Tocantins, sofreram um massacre no final dos anos 60, que quase dizimou a população inteira deste povo. Estão localizados à margem do rio Tocantins entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás. A história do contato desse povo é marcada pela violenta usurpação de suas terras pelo colonizador para a criação de gado e plantio de cana de açúcar na região de Goiás.

Para salvaguardar os interesses dos invasores do território tradicional a Funai forçou o contato com um grupo Avá Canoeiro nos anos setenta e o transferiu para o território Karajá/Javaé, na Ilha do Bananal no Tocantins, para morar junto com os Javaé.

Os Javaé e Karajá confirmam a presença de um grupo indígena isolado no interior da Ilha do Bananal. Acredita-se que algumas pessoas do grupo de Avá da região de Minaçu em Goiás, removido pela Funai, no final da década de 70 para Ilha do bananal, teriam fugido para dentro da mata, refugiando-se no centro da Ilha conhecida na região por mata do mamão.

Devido a Ilha do Bananal ficar inundada por aproximadamente 6 meses, no período chuvoso, os indígenas isolados saem em busca de abrigo seco em outras partes da Ilha, onde os vestígios são facilmente encontrados pelos outros habitantes da Ilha, os Javaé e Karajá. São vestígios como restos de alimentos e tapiris abandonados.

## **Ameaças no entorno e dentro da terra indígena**

A terra dos Javaé e Karajá já está demarcada e homologada, mas com muitas ameaças no seu entorno

como as grandes fazendas para criação de gado e o plantio de lavouras de arroz, soja, abóbora e melancia. Esses monocultivos são irrigados no período da seca, captando principalmente a água do rio Javaé, através da abertura de canais ligando o rio as plantações. O uso de agrotóxicos, que provoca a morte de animais e a poluição do rio, causam impactos diretos nas aldeias que ficam localizadas as suas margens. Além disso, a atividade agropecuária provocou o desmatamento de uma grande extensão de terras no entorno da área indígena, bem como o assoreamento do rio.

Está prevista a construção de uma estrada, a BR 242, cortando a Ilha do Bananal ao meio, ligando os estados do Tocantins, Mato Grosso e Pará. Essa estrada, se construída, provocará um enorme desmatamento e dividirá o território Javaé Karajá em duas partes.

Outra ameaça são as invasões de pescadores e caçadores, encorajados pela facilidade de entrar no território indígena com a falta de uma fiscalização permanente.

As queimadas na região atingiram, em 2010, em torno de 50% da Ilha, um risco terrível para os isolados. Equipes de combate contra incêndios tiveram que se deslocar para apagar o fogo que destruiu uma boa parte da floresta.

O arrendamento ilegal de pasto dentro da terra indígena também é uma ameaça devido à grande quantidade de animais na área, que provoca a depredação do meio ambiente e o desequilíbrio do eco-sistema da Ilha do Bananal.

O território Javaé Karajá sofre ainda com a sobreposição do Parque Nacional do Araguaia, que desrespeita a presença da população indígena na região, causando conflitos entre os indígenas e o órgão ambiental do estado do Tocantins, que chegou a proibir a caça, pesca e coleta dos indígenas em seu território tradicional.





# Capítulo V

## **Crônicas de Violência Povos vitimados pela ditadura**

Dois mil Waimiri-Atroari  
desaparecidos durante a ditadura militar ..... 145



*Waimiri-Atroari nos anos 1980, sobreviventes dos massacres das décadas anteriores*

“ No final de 1968 o Comando Militar da Amazônia instalou um quartel no Igarapé Sto. Antonio do Abonari, que passou a controlar a vida e o destino dos índios. A partir daí a FUNAI se tornou apenas um brinquedo do Governo Militar a serviço do 6º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção ”

# Dois mil Waimiri-Atroari desaparecidos durante a ditadura militar

**Egydio Schwade**

*Colaborador do Cimi*

**É** justo e necessário o país se mobilizar pelos desaparecidos políticos da ditadura militar no Brasil (1964-1984). Entretanto, por que não há o mesmo interesse na busca dos índios desaparecidos durante a Ditadura Militar por se oporem a política do governo sobre seus territórios?

Em 1968, o Governo Militar invadiu com a rodovia BR-174, Manaus – Boa-Vista, o território Kiña (Waimiri-Atroari). Em 1975, pelo menos 2000 pessoas já haviam desaparecido, todos pertencentes ao povo Kiña. Isso porque se opunham ao processo de invasão de seu território imposto pelos Militares.

O massacre ocorreu em etapas. Na primeira delas quem esteve a frente da construção da rodovia foi o Departamento de Estradas e Rodagem / Amazonas (DER/AM). Os relatórios mensais dos trabalhos sempre se faziam acompanhar com pedidos de armas e munição como este: “Vimos pelo presente, solicitar seu especial obséquio no sentido de ser expedida pelo S.F.I.D.T., uma autorização para compra de 6 revólveres “Taurus” calibre 38 duplo (...), 2 espingardas calibre 16, 53 caixas de cartuchos calibre 16, 16 caixas de balas calibre 38 longo, 25 caixas de cartuchos calibre 20, e 2 caixas de balas calibre 32 simples. Esclarecemos, outrossim, que referida munição será utilizada como medida de segurança e de certo modo manutenção (...).” (Of.DER-AM/DG/No. 170/68 de 04 de abril de 1968. Ass. pelo Eng. Otávio Kopke de Magalhães Cordeiro, Diretor Geral, ao Major Luiz Gonzaga Ramalho de Castro).

Oficialmente a Funai era encarregada da política indigenista, mas logo ficou evidente que a área Waimiri-Atroari ficaria sob o controle militar.

A segunda etapa se inicia no ano seguinte. Em junho de 1968, o padre João Calleri, nomeado pela FUNAI para a direção dos trabalhos de atração, fez um plano minucioso para os primeiros contatos e posterior fixação dos índios fora do roteiro da BR-174. No entanto, foi obrigado pelo major Mauro Carijó, diretor do DER/AM, a mudar o seu plano, o que causou a trágica morte do Padre Calleri e seus auxiliares, em outubro de 1968. Isso possibilitou uma intensa campanha de repúdio aos Waimiri-Atroari criando uma situação favorável à intervenção militar brutal.

O governador do Amazonas a época, Danilo Areosa, pedia providencias para garantir “a construção da estrada através do território indígena, a qualquer custo”, considerando o índio um inútil, que precisava “ser transformado em ser humano útil à Pátria”. E prosseguia: “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas de nosso estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos”. (A Critica / Manaus 27 de novembro de 1968). Seu colega, governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, completou: “Sou de opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas avançando o seu desenvolvimento”. (Resist. Waimiri-Atroari / Marewa / Itacoatiaria / 1983, pg 6).

No final de 1968 o Comando Militar da Amazônia instalou um quartel no Igarapé Santo Antonio do Abonari, que passou a controlar a vida e o destino dos índios. A partir daí a Funai se tornou apenas um brinquedo do governo militar a serviço do 6º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção.

O abastecimento de armas e munição ficou a cargo do Exército, não demandando mais autorização especial. Trabalhadores, soldados e funcionários da Funai invadiam a área indígena empunhando armas e utilizado-as contra os índios. Revólveres, metralhadoras, cercas elétricas, bombas, dinamite e gás letal, foram algumas das armas utilizadas pelo Exército na guerra contra os índios durante a construção da BR-174.

Entre 1972 e 1975 a população Kiña reduziu de 3.000 (estimativa do padre Calleri em 1968, confirmada por levantamento mais minucioso da Funai em 1972) para menos de 1.000 pessoas, sem que a Funai e os militares apresentassem as causas dessa redução.

Esses 2.000 Kiña desapareceram sem que fosse feito um só registro de morte. Durante o processo de alfabetização desenvolvido por nós e continuado pelo lingüista Márcio Silva, os Waimiri-Atroari tiveram, em curto período, uma das raras oportunidades de revelarem o que o seu povo sofreu durante a ditadura, sofrimento que nenhum outro segmento da sociedade brasileira passou.

Desapareceram nove aldeias na margem esquerda do Médio Rio Alalaú; pelo menos seis aldeias no Vale do Igarapé Santo Antonio do Abonari; uma na margem direita do Baixo Rio Alalaú; três na margem direita do Médio

**“ O abastecimento de armas e munição ficou a cargo do Exército, não demandando mais autorização especial. Trabalhadores, soldados e funcionários da FUNAI invadiam a área indígena empunhando armas e utilizado-as contra os índios”**

Alalaú; as aldeias do Rio Branquinho, que não aparecem nos relatórios da FUNAI; e pelo menos cinco aldeias localizadas sobre a Umá, um varadouro que ligava o Baixo Rio Camanau, (proximidades do Rio Negro) ao território dos índios Wai Wai, na fronteira guianense. Pelo menos uma delas foi massacrada por bombardeio de gás letal, com apenas um sobrevivente (Sobreviventes dessas cinco aldeias foram nossos alunos em Yawará / Sul de Roraima).

A partir do 2º semestre de 1974, as estatísticas da Funai começaram a referir números entre 600 e 1.000 pessoas e, em 1981, restavam apenas 354.

Em 1987, o governo federal passou o comando da política indigenista à responsabilidade da empresa Eletronorte que apenas mudou de estratégia, continuando o controle das informações e a política de isolamento dos índios como no tempo dos militares.

### A invasão da rodovia BR-174

Quando chegamos à aldeia Yawará dos índios Kiña ou Waimiri-Atroari / Sul de Roraima, no dia 4 de setembro de 1985, a casa destinada a nós professores, estava ocupada pelo chefe de posto da Funai, por isso, fomos encaminhados para uma casa velha que servia de depósito para material descartado. Mas era uma peça histórica importante. Foi a primeira casa do posto, construída por volta de 1975, quando a picada da estrada BR-174 se aproximava daquela região. Testemunha da ocupação bélica do território índio. Contamos 18 furos nas paredes externas, através dos quais se podiam apontar armas de diversos calibres em todas as direções. E a casa que servia de almoxarifado da Funai, tinha as mesmas características. Tratava-se de verdadeiras trincheiras.

Neste ambiente desencadeamos o processo de alfabetização em Kiñayara, língua do povo Waimiri-Atroari ou Kiña, como se autodenominam. Sem conhecimento da língua, eles iniciaram a sua comunicação conosco através

“ Entre 1972 e 1975 a população Kiña reduziu de 3.000 para menos de 1.000 pessoas, sem que a FUNAI e os militares apresentassem as causas dessa diminuição de população. Esses 2.000 Kiña desapareceram sem que fosse feito um só registro de morte.”

do desenho, que dominavam maravilhosamente. E para não provocar susceptibilidades da Funai, as tarefas de aula eram feitas na aldeia a 500 metros da escola, fora do nosso controle. Desenhos, letras e frases elaboradas diariamente em casa eram utilizados no dia seguinte em aula como pontos de partida para discussões e esclarecimentos.

No processo assim desencadeado surgiram dos desenhos as letras, destas palavras, das palavras as frases e, finalmente, os textos: lendas, histórias e a História do povo. O desenho permaneceu presente durante todo o processo dando garantia da apreensão dos conhecimentos partilhados e da veracidade do que foram revelando do seu mundo: a fartura da natureza com suas plantas, animais, peixes, a sua vivência cultural, com enfeites, danças e cantos. As lendas, a história passada e presente dos membros da aldeia, dos pais e parentes mortos e do povo Kiña. A produção dos textos provocava, invariavelmente, longas discussões sobre a forma e o conteúdo das mensagens. Eram como buracos de fechaduras acessando às lendas, aos dramas e às tragédias vividos no cotidiano. Falam de acidentes geográficos, da natureza e das pessoas. Falam dos seus mortos, de experiências vividas no interior da floresta. De malocas, ou aldeias varridas do mapa pela violência dos *kamña* (os civilizados).

A região em foco era terra habitada. Por toda a parte morava gente. Gente que tinha o seu projeto e programa de vida bem organizado, dentro de uma geografia onde eles eram os sábios. Tinham caminhos organizados por todo esse território. Tinham uma economia que satisfazia as necessidades e o bem-estar da população. Conheciam a floresta. Os Kiñá conhecem o seu território palmo a palmo. Cada rio e igarapé, cada acidente geográfico, cada planta, ave, inseto, cada bicho tem seu nome em kiñayara. E tudo tem o seu significado no universo do povo.

Alternavam as suas aldeias para a caça e a coleta, estabelecendo-as nas nascentes dos rios no período das

Foto: Acervo da Casa da Cultura



Mineração na Terra Waimiri-Atroari-Pitinga

Foto: Egidio Schwade-1985



Waimiri-Atroari na Transamazônica/BR-174

chuvas e na margem dos rios para a coleta de ovos de tracajás, de tartarugas e da pesca no período da seca. Os rios Negro (AWA), Uatumã, Abonari, Urubu e Anebá são citados nessa migração periódica, como território de ocupação permanente pelos Kiña.

Varadouros subiam ao longo dos igarapés e ligavam com outros igarapés e outros rios. As cabeceiras eram transpostas por caminhos que conduziam para outras bacias. E o domínio das mais recônditas e distantes aldeias Kiña interligava com outros povos de língua Karibatravés de varadouros de mais de 1.000 quilômetros, penetrando Roraima, Pará, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A organização das aldeias ou malocas não permitia o isolamento das pessoas. Meios de comunicação acessíveis a toda a população, como a canoa, o varadouro e o trocano resolviam os problemas de intercâmbio de mensagens e visitas para a organização de festas e de mutirões. Alimentação e abrigo ao longo dos caminhos eram providos pelas “florestas de alimentos” de antigas aldeias.

Sem um contato, sem um aviso prévio, do dia para a noite, apareceram enormes máquinas que começaram a destruir o precioso patrimônio do povo Kiña. Gente cortando sem respeito os seus caminhos. Gente derrubando a floresta e abrindo crateras, inundando grandes extensões da floresta, fazendo sumir igarapés e rios e se apossando do território que desde tempos imemoriais consideravam seu.

“Os velhos achavam que *kamña* colocaria toda a nossa floresta de raízes para cima”, diziam-nos os sobreviventes.

### Por que *kamña* matou *kiña*?

Em junho de 1985, sentado na calçada em frente ao prédio da Funai, em Brasília, em companhia de dois Waimiri-Atroari ou Kiña, um deles me perguntou à queima-roupa: “O que é que civilizado joga de avião e que queima corpo da gente por dentro?”

“Em junho de 1985, sentado na calçada em frente ao prédio da FUNAI, em Brasília, em companhia de dois Waimiri-Atroari ou Kiña, um deles me perguntou à queima-roupa: “O que é que civilizado joga de avião e que queima corpo da gente por dentro?””

Em aula, tão logo tiveram confiança em nós, Doroti e Eu, semelhantes perguntas se sucediam: “Por que *kamña* (civilizado) matou *Kiña*?” “O que é que *kamña* jogou do avião e matou *Kiña*?” *Kamña* jogou *kawuni* (de cima, de avião), igual a pó que queimou garganta e *Kiña* morreu logo”. “*Apiyemeyekî?*” (por quê?). Procurávamos, inicialmente, furtar-nos à curiosidade sobre essas questões, sabedores da susceptibilidade dos agentes da Funai e das Forças Armadas, únicos responsáveis pelo destino deste povo.

Um texto de Damxiri dizia: “*Apapeme yinpa Wanakta yimata*” (“Meu pai me abandonou no caminho da aldeia de Wanakta”). A frase, discutida em aula, nos levou à seguinte história: um dia a aldeia de Yanumá, pai de Damxiri, nosso aluno da escola Yawara, foi atacada por *kamña* (civilizado). Yanumá procurou reter o ataque, enquanto mulheres e crianças fugiam pelo varadouro que conduzia à aldeia de Wanakta, localizada no Alto Rio Camanaú. Mortalmente ferido, Yanumá ainda conseguiu alcançar a mulher e os filhos. Sentindo-se desfalecer, recomendou à mulher que se refugiassem na aldeia de Wanakta, um líder descrito por eles como: “*Wanakta karani, xuiyá, todapra*” (“Wanakta, um homem bom, bonito e gordo”). Sua aldeia estava situada numa região bem fora do roteiro da estrada e dos rios navegáveis. Possivelmente nunca foi vista pelos militares, tendo sido uma das únicas que não foi atingida pela violência praticada pelos militares.

As 31 pessoas que compunham a comunidade Yawara, onde desenvolvemos o nosso trabalho, eram sobreviventes de quatro aldeias localizadas à margem direita do rio Alalaú, desaparecidas entre 1970 e 1975. A pessoa mais velha tinha em torno de 40 anos. As demais, acima de dez anos, eram órfãs, com exceção de duas irmãs cuja mãe ainda vivia. Seus pais morreram na resistência contra a rodovia BR-174. As crianças de 4 a 10 anos também eram órfãs. Seus pais morreram de sarampo em 1981, abandonados pela Funai à beira da BR-174, no Km 292.

Foto: Acervo da Casa da Cultura



Sobreviventes Waimiri-Atroari

Foto: Stephen Baines/Arquivo Cimi



Homem Waimiri-Atroari no anos 1980

Foto: Eglydio Schwade/Arquivo Cimi



Mãe e filho Waimiri-Atroari no anos 1980

Na medida em que a confiança da comunidade crescia já não éramos apenas professores, mas pessoas envolvidas com o seu desejo de viver. Questionaram a razão pela qual *kamña* matou os seus pais, parentes e amigos. Desenhavam cenas de violência. Avião ou helicóptero sobrevoando a aldeia, soldados atirando escondidos atrás de árvores e na única frase ao lado, muitas vezes se destacava essa pergunta: “*apiyemeyekî?*” (por quê?).

Algumas vezes relacionaram os mortos. Panaxi, um jovem pai, descreveu o seguinte episódio que vivenciou no início dos anos 70 com seus pais, irmãos, parentes e amigos numa aldeia na proximidade do baixo Alalaú: “Antigamente não tinha doença. *Kiña* estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau! Civilizado matou Maxi. Civilizado matou Sere. Civilizado matou Podanî. Civilizado matou Mani. Civilizado matou Akamamî. Civilizado matou Priwixi. Civilizado matou Txire. Civilizado matou Tarpiya. Com bomba. Escondido atrás do toco-de-pau!”

Yaba escreveu: “*Kamña mudîtaka notpa, apapa dame-mohpa*” (civilizado desceu de helicóptero na minha casa, aí meu pai morreu). “*Ayakîni damemohpa. Apiyemyeki?*” (Minha irmã morreu. Por quê?).

Abaixo, outra relação de mortos: na Mahña mudî, (aldeia do rio Mahña, Alto Alalaú) Mawé, Xiwya, mãe de Rosa, Mayede, marido de Wada, Eriwixi, Waiba, Samyamî, mãe de Xere e Pikibda. Morreu ainda pequena (pitxenme), filha de Wada. Maderê, mulher de Elsa. Wairá, mulher de Amiko que mora no Jara, Pautxi, marido de Woxkî que mora no Jará. Arpaxi, marido de Sidé que mora no Alalaú, Wepîni, filho de Elsa. Kixii e seu marido Mayká, Paruwá, pai de Ida. Waheri, irmã de Wome e mais outra irmã de Wome. Suá, pai de Warkaxi e suas duas esposas e um filho. Kwida. Wara'ye – pai de Comprido. Tarahña, pai de Paulinho. Ida, mãe de Mayedê. Morreu ainda uma mulher velha cujo nome não relacionaram. A filha de Sabe que mora no Mrebsna Mudî, dois tios de Mário Paruwé, o pai de Womé e uma filha de Antônio.

Kramna Mudî era uma aldeia *Kiña* que se localizava na margem Oeste da BR-174, no Baixo rio Alalaú, próximo ao local conhecido como Travessia sobre a *Umá*, um “vara-

duro interétnico” que atravessava o território Waimiri-Atroari de Sul a Norte, para interligar com os Wai Wai e outros povos Karib na Guiana e no Suriname. No final de setembro de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo *Kiña* para uma festa tradicional. Visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú já estavam lá. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio dia um ronco de avião se aproxima. O pessoal sai das malocas para ver. A criança se concentra no pátio. O avião derramou um pó e todos morreram, menos um. O tuxaua Comprido estava a caminho. Vinha do Norte com a sua gente. Chegando perto estranharam o silêncio. Aldeia em festa sempre está cheia de algazarra. Ao se aproximarem encontraram todos mortos, menos um. Morreram sem um sinal de violência no corpo. Dentro da maloca, nos girais, grande quantidade de carne moqueada, mostrando que tudo estava preparado para acolher muita gente. O sobrevivente só se recordava do barulho do avião passando por cima da aldeia e do pó que caía. Os *Kiña* forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.

Contaram-nos que Comprido, ao ver os parentes mortos pelo chão, revoltou-se muito. Antes de voltarem para as suas malocas, provavelmente no dia 30 de setembro de 1974 à tarde, um grupo de *Kiña* atacou três funcionários da Funai, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Pereira Braga, que subiam o Rio Alalaú para abastecerem o Posto Alalaú II. Mataram os três e jogaram os corpos na altura da Travessia, local onde a *Umá* (varadouro) atravessa o Alalaú, a aproximadamente seis quilômetros da aldeia chacinada. No dia seguinte, o tuxaua Comprido atacou o Posto Alalaú II, a aproximadamente 500 m da ponte do Rio Alalaú, então, o ponto mais avançado da BR-174.

Essa é uma das histórias envolvendo os povos indígenas e a ditadura militar no Brasil. Casos semelhantes podem ser observados com os índios Krenhakarore do Peixoto de Azevedo no Mato Grosso, os Kané (tapayuna ou Beiços-de-pau) do rio Arinos no Mato Grosso, os Suruí e os Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso e outros. No entanto, nenhum desses homens, mulheres e crianças é citado nas relações dos desaparecidos da ditadura.

“Essa é uma das histórias envolvendo os povos indígenas e a Ditadura Militar no Brasil. Casos semelhantes podem ser observados com os índios Krenhakarore do Peixoto de Azevedo no Mato Grosso, os Kané (tapayuna ou Beiços-de-pau) do rio Arinos no Mato Grosso, os Suruí e os Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso e outros. No entanto, nenhum desses homens, mulheres e crianças é citado nas relações dos desaparecidos da Ditadura.”

# Anexo

## **Tabelas resumo da violência contra os povos indígenas**

Dados de 2010

## TABELAS RESUMO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS – DADOS DE 2010

## Capítulo I – Violência Contra o Patrimônio

UF	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Omissão e morosidade na regularização de terras	Total
Alagoas			1	1
Amazonas		3	1	4
Bahia		2		2
Ceará		1	2	3
Goiás	1		1	2
Maranhão		6	2	8
Mato Grosso do Sul		1	3	4
Mato Grosso	2	11	6	19
Pará	1	2	2	5
Paraíba	1	1		2
Pernambuco	3		1	4
Paraná	1		12	13
Rondônia		3		3
Roraima		1	1	2
Rio Grande do Sul	1		8	9
Santa Catarina		2	7	9
São Paulo			2	2
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>33</b>	<b>49</b>	<b>92</b>

## Capítulo II – Violência contra a pessoa

UF	Abuso de poder	Ameaça de Morte	Ameaças várias	Assassinato	Homicídio culposo	Lesões Corporais Dolosas	Racismo e discriminação étnico culturais	Tentativa de assassinato	Violências sexuais praticadas contra indígenas no Brasil	Totais
AC				2	1					3
AL				1						1
AM							1	1	1	3
BA	1		2	2				1		6
ES					1					1
GO						1				1
MA				5	1			4		10
MG					1		1	2		4
MS		150	390	34	7	1.004	1	16	17	1.619
MT		2	3	1	1	2				9
PA				1		1				2
PB									1	1
PE				1	1					2
PR				1		1				2
RJ							9			9
RO						1	2		1	4
RR			1	7				1		9
RS				2	2	1	1		2	8
SC			2	1		3		2		8
TO				2		1				3
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>152</b>	<b>398</b>	<b>60</b>	<b>15</b>	<b>1.015</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>22</b>	<b>1.705</b>

**Capítulo III – Violência por Omissão do Poder Público**

UF	Desassistência Geral	Desassistência na área de educação escolar indígena	Desassistência na área de saúde	Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	Mortalidade Infantil	Morte por Desassistência à saúde	Suicídio	Tentativa de suicídio	TOTAL
AC	14.000		1				2	2	14.005
AM					19	4			23
BA		950							950
GO			1						1
MA			56		2				58
MG			1.066		4				1.070
MS	369		2	2	1	1	13		388
MT			15.000		61	5	2		15.068
PA					1				1
PE							1		1
PR							2		2
RO	4	40	11			4			59
RR		300	5.012						5.312
RS			1.500						1.500
SC					1				1
SP	1.500								1.500
TO			3.003	2	3	11			3.019
<b>TOTAL</b>	<b>15.873</b>	<b>1.290</b>	<b>25.652</b>	<b>4</b>	<b>92</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>42.958</b>

---

No **capítulo I**, os dados são referentes ao número de casos envolvendo Violência contra o Patrimônio

---

Nos **capítulos II e III**, os dados são referentes ao número de vítimas de Violência contra a Pessoa e de Violência por Omissão do Poder Público.

---



ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)





**SDS – Ed. Venâncio III – Salas 309/314**  
**CEP 70.393-902 – Brasília-DF**  
**Tel: (61) 2106-1650 – Fax: (61) 2106-1651**  
**[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)**

APOIO

